

IV SemIC

Semana de Iniciação Científica

ANAIS DA IV SemIC - Semana de Iniciação Científica CESVA/FAA



Administração



Recursos Humanos



FACULDADE DE DIREITO DE VALENÇA



Curso de
Pedagogia



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE



Faculdade de Ciências da Saúde
Valença - RJ
1968



CESVA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FERRAJ



Faculdade de Odontologia
Valença - RJ

Valença, outubro de 2016.

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM ANDRÉ ARCOVERDE
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA**

DIRIGENTES

Dr. Jose Rogério Moura de Almeida Filho
Presidente

Prof. Dr. Antônio Celso Alves Pereira
Diretor Geral do CESVA

Leonardo de Oliveira Ramos
Vice Diretor Geral do CESVA

Jose Rogério Moura de Almeida Neto
Diretor Acadêmico do CESVA

Prof. Me. Tauller Augusto Araújo Matos
Pesquisador Institucional do CESVA

Prof. Dr. Rodrigo Neto Ferreira
Coordenador dos Cursos da Área de Saúde

Prof^a. Dra. Regina Célia Pentagna Petrillo
Coordenadora de Ensino do CESVA

Prof^a. Dra. Ana Paula Aragão
Coordenadora de Iniciação Científica

Ana Cristina Gasparete Barroso
Secretária Geral do CESVA

Prof. Dr. Antônio Celso Alves Pereira
Diretor do Curso de Direito

Prof. Me. Carlos Carvalho
Diretor do Curso de Administração e do Curso de Gestão de Recursos Humanos

Prof. Dr. Márcio Martins
Diretor do Curso de Enfermagem

Prof^a. Dra. Mônica Teixeira
Diretora do Curso de Pedagogia

Prof^a. Me. Patrícia Valéria B. Faria Pecoraro
Diretora do Curso de Odontologia

Prof. Me. Kleiton Santos Neves
Diretor do Curso de Medicina

Prof. Dr. Rodrigo Mencialha Moreira
Diretor do Curso de Medicina Veterinária



**Comissão Avaliadora da
IV Semana de Iniciação Científica do CESVA/FAA**

Faculdade de Direito

Daniel Nunes Pereira
Flávia Sanna Leal De Meirelles
Rogério Tabet De Almeida
Gloria Maria Alves Moreira Cotrim
Jorão Gomes
Jean Carlos Cardoso Pierre
Edmundo Gouvêa Freitas
Alexandre Motta Tinoco
Neimar Roberto De Souza E Silva
Gabriel Borges Da Silva

Faculdade de Pedagogia

Lucimeri Maurício Ribeiro
Carlos Antônio Da Silva Carvalho
Marilane Ferreira Confort
Mônica De Carvalho Teixeira

Faculdade de Medicina Veterinária

Rodrigo Mencialha Moreira
Lilian Cristina De Sousa Oliveira Batista

Faculdade de Medicina

Filomena Aste Silveira
Jeanine Salles Dos Santos
Rafael De Moura Almeida
Rodrigo Neto Ferreira
Veronica Clemente Villar Martini
Kleiton Santos Neves
Marisa Maria Dreyer Breitenbach (Professora Convidada - UERJ/INCA)

Faculdade de Administração

Laise Navarro Jardim
Anne Jefferson Correia Da Silva
Ary Ferreira Correa Da Silva
Rabib Floriano Antônio
Josué Bellot De Mattos
Márcio Scold Dutra
Carlos Antônio Da Silva Carvalho
João Eduardo Alves Pereira

Faculdade de Gestão e Recursos Humanos

Anne Jefferson Correia Da Silva
Raphael Barros Furtado Da Silva

Faculdade de Odontologia

Joon Im

Antônio Sérgio Netto Valladão

Débora Cristina Rodrigues Do Amarante

João Carlos Moreira Jardim

Leandro Dos Santos Lima Hohl (Professor Convidado - Doutorando UERJ)

Faculdade de Enfermagem

Elisângela Nascimento

Lilia Marques Simões

Márcio Martins

Cíntia Valeria Galdino

Raquel Brinco

Kátio Heguilar Dos Santos

Eliara Adelino

Alessandra Souza

Organizadores

Profa. Dra. Ana Paula Aragão - Coordenadora de Iniciação Científica do CESVA/FAA

Prof. Dr. Jorge Carvalho - Consultor Científico do CESVA/FAA

Prof. Dr. Jose Rogério Moura de Almeida Neto - Diretor Acadêmico do CESVA/FAA

Prefácio

Nos dias 27 e 28 de outubro, em sua quarta edição, a Semana de Iniciação Científica do Centro de Ensino Superior de Valença - IV SemIC/CESVA, ofertou à comunidade acadêmica palestras e sessões de pôsteres científicos, demonstrando o comprometimento da Instituição com o desenvolvimento científico, tecnológico e social.

Foram apresentados os resultados de sete projetos de Iniciação Científica, desenvolvidos pelos discentes dos cursos de Direito, Administração, Medicina, Medicina Veterinária e Enfermagem, e, nas sessões de pôsteres, foram expostos e apresentados 104 trabalhos com participação de todos os cursos do CESVA. A IV SemIC ofertou também, aos 166 alunos ouvintes, palestras sobre temas relevantes ministradas por convidados de áreas da Pesquisa Científica.

Nosso atuante corpo docente, nosso Núcleo de Pesquisa e a Coordenação de Iniciação Científica procuram incentivar e dar apoio aos discentes nessa etapa acadêmica de extrema importância que é a inserção do aluno na pesquisa científico.

Certa de uma leitura proveitosa, nestes Anais estão reunidos os resumos dos trabalhos que foram apresentados na IV SemIC e representaram os cursos, o corpo docente e discente desta IES.

Profa. Dra. Ana Paula Aragão
Coordenadora de Iniciação Científica do CESVA/FAA

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO		Pág.
O IMPACTO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL PARA A SOCIEDADE. Iara Barbosa Oliveira; Michele Cappato Melo; Priscila Maria Vasconcelos Santos; Anne Jeferson Corrêa da Silva Reis.....		1
O IMPACTO DE NOVOS EMPREENDEDORES EM MEIO A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA. Josélia Narcizo, Diego R. Ferreira, Janaina C. Silva, Anne Jefferson C. Silva.....		2
O QUE A GESTÃO FINANCEIRA TEM A DIZER AO MARKETING? Janaina C. Silva, Bruno S. Vieira, Aline D. Souza, Josélia Narcizo, Beatriz A.S. Barbosa, Danielle C. Prota, Douglas F. Souza, Juliana A. Marçal, Renan L. Cunha, Francisco C. Martins.....		3
GESTÃO E RECURSOS HUMANOS		
A IMPORTÂNCIA DO NETWORKING PARA PROFISSIONAIS EM RECURSOS HUMANOS. Amanda Garcia Maia; Anne Jeferson Corrêa da Silva Reis.....		6
FORA DA CURVA: A CULTURA DA EMPRESA E O OUTSIDER (DESVIANTE) ATRAVÉS DA ANÁLISE DE BECKER. Isadora Abreu C. Lagoeiro; Rabib Floriano Antonio.....		7
O USO DAS REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO. Ester de Oliveira do Carmo; Petruska de Mello Fonseca; Anne Jeferson Corrêa da Silva Reis.....		9
DIREITO		
CIDADANIA E VERDADE PENAL: UM OLHAR EMPÍRICO. Fábio Garcia Pereira Junior; Gabriel Borges da Silva.....		11
DA POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE. Michele Andreza Da Silva Pereira; Glória Cotrim.....		12
DIAGNÓSTICO DA COOPERAÇÃO JUDICIAL AO PROCESSO ARBITRAL BRASILEIRO. Kyzanara Rodrigues Pereira Balthazar; Edmundo Gouvêa Freitas.....		14
DIAGNÓSTICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO NO SISTEMA JUDICIÁRIO. Kyzanara Rodrigues Pereira Balthazar; Edmundo Gouvêa Freitas.....		16
DIREITO DE IMAGEM À CERCA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. Ana Livia Silva Bastos; Cleyson de Moraes Mello.....		18
NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL. Daniela Fernandes leite Araújo; Flavia Sanna Leal de Meirelles.....		19
NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL. Kyzanara Rodrigues Pereira Balthazar; Flávia Sanna Leal de Meirelles.....		20

NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL. Cláudia Cristina Pereira Andrade Delfino, Flávia Sanna Leal de Meirelles.....	21
NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL. Adão José Brum de Souza; Flavia Sanna Leal de Meirelles.	23
O ESTADO DE ISRAEL E A LEGISLAÇÃO DO REFUGIADO. Paulo Alexandre Dos Santos Guerreiro; André Panno Beirão.	24
O PJE À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. Paulo Alexandre Dos Santos Guerreiro; Edmundo Gouvêa Freitas.	25
O REFUGIADO SOB A PERSPECTIVA DA SEGURANÇA INTERNACIONAL. Solana Rovená Marques de Souza; André Panno Beirão.	27
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: PROBLEMAS OPERACIONAIS DECORRENTES DO SOFTWARE JAVA. Adão José Brum de Souza; Edmundo Gouvêa Freitas.	28
PROJETO DE INICIATIVA POPULAR DE REFORMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E ELEIÇÕES LIMPAS. POR UM SISTEMA POLÍTICO IDENTIFICADO COM AS REIVINDICAÇÕES DO POVO. Adão José Brum de Souza; Alexandre Motta Tinoco.	30
QUESTÕES PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: DESMISTIFICANDO QUESTÕES RELEVANTES. Daniela Fernandes Leite Araújo; Edmundo Gouvêa Freitas.	31
REFUGIADO, FUGITIVO OU ASILADO. Paulo Alexandre Dos Santos Guerreiro; André Panno Beirão.	32
SISTEMA POLÍTICO E DEMOCRACIA NO BRASIL. Kyzanara Rodrigues Pereira Balthazar; Alexandre Tinoco.	34
CETICISMO POLÍTICO- O PENSAMENTO AGÔNICO PELA DEMOCRACIA. Lucas Pinheiro Garcia; Daniel Nunes Pereira.	35
ANÁLISE DAS CONSTITUIÇÕES DE 1934 E 1937. Matheus Neves Bastos Costa e Silva, Rabib Floriano Antonio.	37
AS DIFICULDADES E COMPLEXIDADES DAS EXPERIÊNCIAS DE LIBERDADE NO PÓS ABOLIÇÃO: CASO CORINA, VASSOURAS: 1893 - 1974. Gilmará Barbosa de Oliveira; Rabib Floriano Antonio.....	38
DIREITO DA PERSONALIDADE. Saulo M. Barros Arlindo.....	40
NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL. Erick Ricardo dos Santos Gonçalves.....	41
O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E O REGIME DEMOCRÁTICO. Erick Ricardo Dos Santos Gonçalves.....	42
NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL. Natanael Mariano Dos Santos.....	43
CIDADANIA E JUSTIÇA CRIMINAL: UM OLHAR EMPÍRICO. Natália Pinho Rosa.	44

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES PESSOAIS. Waylla Gabriela Esteves Garcia, Gloria Maria Alves Moreira Cotrim.....	45
NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL. Rawane De Oliveira Silva.....	46
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL. Letícia Andrade Lourenço; Gabriel Borges.	47
A IMPLANTAÇÃO DE MICROCHIP EM SERES HUMANOS. Aline Nerys Borges, Cleyson Mello, Antônio Celso A. Pereira.	47
ABANDONO AFETIVO X SURGIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE. Raquell Rimulo Gonçalves Antunes.	48
QUANDO INICIA A PERSONALIDADE JURÍDICA. Lucas Lopes da Silva.....	49
ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO E A SUPRESSÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS (DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA). Roberta Crystine de Almeida Lasnor; Cleyson de Moraes Mello.....	50
TEMA GLOBAL: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA / RECORTE: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITO AO TRABALHO NO FAMOSO CASO FRANCÊS DO ARREMESSO DE ANÕES. Renan Santos Piveti; Cleyson de Moraes Mello.	51
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E A ACESSIBILIDADE DOS INDIVÍDUOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. Erick Ricardo Dos Santos Gonçalves.	52
ESCRavidÃO, CONSTITUIÇÃO DE 1824, VERSUS NAZISMO. REFLEXOS SOCIAIS. Maria Clara Benjamim.	53
A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO TRABALHO. Thamirys Mayara Ferreira Ventura; Michele Andreza Da Silva Pereira; Kyzanara Rodrigues Pereira Balthazar.	54
NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL. Lucas de Souza Calazans; Flavia Sanna Leal de Meirelles.....	55
PEDAGOGIA	
O LIVRO PARADIDÁTICO COMO FERRAMENTA DE EMPODERAMENTO FEMININO. Priscilla Modesto Simões Lara.....	57
GESTÃO PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO CONTINUADA E QUALIDADE DE ENSINO. Aldjane Prata; Ketlen Clemente Costa; Máisa Fraga Rogério.....	58
A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA A EDUCAÇÃO. Berenice dos Reis Carvalho; Iêda Conceição dos Santos Silva; Denice Nazaré Ribeiro da Silva; Mônica de Carvalho Teixeira.....	60
COMPORTAMENTO HUMANO NO AMBIENTE ESCOLAR: O BULLYING. Simone Silva, Letícia Dias da Silva, Mônica de C. Teixeira.....	62
EXPERIENCIANDO SABERES. Jaqueline Ferreira Moreira; Cristiane Amélia da Silva; Letícia Dias da Silva; Simone Silva; Adriana Aparecida Soares; Bruna Patrício da Silva Medeiros; Mônica de Carvalho Teixeira.....	63

MEDICINA VETERINÁRIA

ADENOCARCINOMA DE GLÂNDULA SALIVAR EM CÃO: RELATO DE CASO. Manuela de Oliveira Carvalho Silva, Bruna Boaretto Durço, Raphaela Figueira Cezar, Ana Paula Aragão.....	66
OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA COMO TRATAMENTO PARA CISTO OVARIANO EM HAMSTER: RELATO DE CASO. Camila de Carvalho Godinho, Gabriela Carolina Ribeiro, Maryanne Victória Ferreira, Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista, Flavio da Silva Nunes.....	69
MANEJO ALIMENTAR DE EQUINOS DE TRACÇÃO NO MUNICÍPIO DE VALENÇA, RIO DE JANEIRO. Daniel Sacchi de Souza, Ana Carolina de Almeida Simões, Leonardo Campos Salgado, Lucas Eduardo Ribeiro, Mateus Ferraz de Oliveira, Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista Batista, Marcelo de Oliveira Henriques.....	71
CARCINOMA DE CÉLULAS ESCAMOSAS VULVAR EM VACA: RELATO DE CASO. Elizabete Fernandes Lopes de Paula, Joaquim Esquerdo Ferreira.....	74
PITIOSE CUTÂNEA EM EQUINO: RELATO DE CASO, Wanessa Pires da Silva, Renata Vitória Campos Costa, Marcelo de Oliveira Henriques.....	77
ACHADO DE MICROFILÁRIA DE <i>Dirofilaria immitis</i> EM CORRIMENTO NASAL SANGUINOLENTO DE CÃO COM RESULTADO SOROLÓGICO NEGATIVO PARA DIROFILARIOSE EM IMUNOENSAIO ENZIMÁTICO COMERCIAL: RELATO DE CASO. Fransergio de Souza Correia; Polyana Kathleen Silva Leal; Aline Vieira Pinheiro dos Santos; Marcela Corrêa de Albuquerque; Fabrício Nascimento Gaudêncio.....	80
MONITORAMENTO DOS PARÂMETROS HEMATOLÓGICOS DO PACIENTE SUBMETIDO À QUIMIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE HEMANGIOSSARCOMA DÉRMICO: RELATO DE CASO. Polyana Kathleen Silva Leal, Fransergio de Souza Correia, Marcela Corrêa de Albuquerque, Anselmo da Silva Ramos, Fabrício Nascimento Gaudêncio.....	84
DEGENERAÇÃO TESTICULAR EM EQUINO: RELATO DE CASO. Patrícia Fernanda Curitiba de Paula Pereira, Agenor Curitiba de Paula Manso, Marcelo de Oliveira Henriques.....	89
COCCIDIOSE EM GATO: RELATO DE CASO. Gabriela Prado Ferreira, Beatriz Corrêa de Oliveira Cyrne, Larissa Nuñez y Nuñez Reis, Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista.....	91
AVALIAÇÃO DA ANTIBIOTICOTERAPIA POR VIA INTRAUTERINA EM VACAS COM INFECÇÕES UTERINAS. Guilherme Alexandre Moreira Cotrim, Joaquim Esquerdo Ferreira.....	94
OCORRÊNCIA DE ENTEROPARASITAS EM AGRIÕES COMERCIALIZADOS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA-RJ. Bruna Boaretto Durço; Manuela Oliveira Carvalho Silva; Raphaela Figueira Cezar; Filipe Souza de Lima e Cirne; Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista.....	97
ALTERAÇÕES ANATOMO-FISIOLÓGICAS DEVIDO AO DESEQUILÍBRIO NUTRICIONAL EM CÁGADO: RELATO DE CASO. João Gabriel de Souza Almeida, Bruna Roberta Milagres Araújo, Melissa Carla Silva Soares, Vitor Rezende Ferreira, Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista, Flávio da Silva Nunes.....	100

ATIVIDADE DA IVERMECTINA E DO MEBENDAZOL SOBRE HELMINTOS DA SUPERFAMÍLIA STRONGYLOIDEA EM ANIMAIS DE TRACÇÃO. Maximiliano de Souza Arantes, Amanda Campanate Casa Alta de Castro, Caroline da Matta Reis, José Ribeiro Junior, Camila de Carvalho Godinho, Anne Santos Amarante, Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista e Marcelo de Oliveira Henriques.....	102
PERFIL PRODUTIVO, MINERAL E ZOOTÉCNICO DE PROPRIEDADES NOS MUNICÍPIOS DE VALENÇA-RJ, SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE-MG E RIO PRETO-MG. Rômulo de Almeida Souza, Jorge Henrique Sacramento Conceição, Samara de Paula Lopes.....	105
DIAGNÓSTICO ANATOMOHISTOPATOLÓGICO DE PLATINOSOMOSE EM FELINO: RELATO DE CASO. Tayane Kelly de Carvalho, Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista, Ana Paula de Aragão.....	108
ESTUDO DE HEMORRAGIA PULMONAR INDUZIDA POR ESFORÇO EM CAVALOS DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO NO ANO DE 2015: EXPERIMENTO. Viviane Fontanezi de Souza da Cunha Keller, Maria Veronica da Cruz Ferreira, Marcelo de Oliveira Henriques.....	111
MEDICINA	
ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA MORBIMORTALIDADE DO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NO MUNICÍPIO DE VALENÇA (2010-2015). Marcus Vinícius Santos de Laffitte Alves; Gleison de Souza Ribeiro; Douglas Machado Bordão; Ailton Bruno de Moura Gonçalves; Marcos Elvécio Batista; Patrícia Manhanini Araújo; Monique Ferreira e Silva.....	115
EXERCÍCIO FÍSICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL E NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. Catharina Ferrari Salgado Fernandes, Fernanda Fernandes Neves Pimentel Vieira, Gláycide Sabrina Camargos de Souza, Lucas Henrique Faria Rosa, Mike Oliveira Peixoto, Leandro Raider.....	117
AVALIAÇÃO DE MULHERES COM MELASMA ATENDIDAS NO AMBULATÓRIO DE DERMATOLOGIA DO HOSPITAL ESCOLA LUIS GIOSEFFI JANNUZI. Amanda da Cunha Borges, Lucas Braga Leite, Lívia Pino.....	121
DOENÇA DO PARÊNQUIMA PULMONAR CAUSADA PELO CITOMEGALOVÍRUS - RELATO DE CASO. Monteiro, I. M.; Lima, G. F.; Conceição, C. O.; Moraes, I. F. H. C.; Alencar, P. K.; Vieira, T. B.; Costa, D. A.	122
PREVALÊNCIA DE PEDICULOSE EM CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VALENÇA-RJ. Mateus de Oliveira Reis; Nayrton Kalys Cruz dos Anjos; Sebastião Célio Horta Coelho Filho; Thiago Sande Miguel; Filipe Souza de Lima e Cirne; Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista.....	123
PREVALÊNCIA DE IGE TOTAL ELEVADA EM PACIENTES ENCAMINHADOS AO AMBULATÓRIO DE ALERGOLOGIA DO HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI NO PERÍODO JUNHO A DEZEMBRO DE 2015. Richard Raphael Borges Tavares Vieira, Paola Stephanie de Sá, Victor Araújo Goulart, Igor Castro Oliveira, Omar Sayar de Castro, Natália Bertges Soares, Daniel Almeida da Costa.....	124

VALORES DE ÍNDICE GLICÊMICO EM HOMENS ADULTOS E IDOSOS FREQUENTADORES DO MERCADO MUNICIPAL DE VALENÇA/RJ. Sidna R. R. Marques, Leandro Raider, Vinícius Moreira Paladino, Caroline Guida Babinski, Daniele Amatto Ribeiro, Thais Barbosa Alves.....	126
RELATO DE CASO ATÍPICO DE TORÇÃO TESTICULAR INTRAVAGINAL EM PRÉ-ESCOLAR. Elias Sobreira Sathler, Richard Raphael Borges Tavares Vieira, Daniel Almeida da Costa.....	126
HISTÓRICO FAMILIAR COMO FATOR DE RISCO PARA A INCIDÊNCIA DE DIABETES HIPERTENSÃO E CARDIOPATIAS. Caroline Guida Babinski, Leandro Raider, Vinícius Moreira Paladino, Thais Barbosa Alves, Thyago Bacelar Vieira e Nayara Silva Prata.....	127
PREVALÊNCIA DE RISCO CARDIOVASCULAR EM MULHERES DA CIDADE DE VALENÇA/RJ. Daniele Amatto Ribeiro, Vinícius Moreira Paladino, Caio Veggi Marinho, Nayara Silva Prata, Renato Bayma Gaia e Leandro Raider.....	129
ENFISEMA SUBCUTÂNEO MACIÇO ASSOCIADO A LESÃO DE VIA AEREA, APÓS TRAUMA TORÁCICO: RELATO DE CASO. Carla do Carmo Pires, Carlos Augusto Marques Batista.....	130
PERFIL DO COORDENADOR MUNICIPAL DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PONTE NOVA-MG. Carla do Carmo Pires, Cássia Pires Fernandes, Leticia de Oliveira Garcia, Talita Maris Campos Machado.....	131
ODONTOLOGIA	
MARKETING EM ODONTOLOGIA INTERNO E EXTERNO. Ulysses Castro De Moraes.....	133
ODONTOLOGIA NO ESPORTE. Ana Paula M de Oliveira, Jaqueline Avila Costa, Carlos Alberto de Sá, Enio Figueira Junior.....	133
AS MARCAS DE MORDIDA HUMANA COMO OBJETO DE PERÍCIA. Mariana Cunningham Braga, Enio Figueira Júnior.....	134
SEDAÇÃO CONSCIENTE INALATÓRIA POR ÓXIDO NITROSO E OXIGÊNIO EM PACIENTES ODONTOFÓBICOS. Marcela Barreto Jannuzzi, Maríllia Ávila da Silva, Andrea Aparecida Alves Cotes.....	135
RESPONSABILIDADE CIVIL EM RADIOLOGIA. Anna Clara de Almeida Lasnor, Charles Ramos Sebastião Barbosa, Raissa Raposo de Melo, Mayara Jordano Pereira, Lais Krejci de Souza Graciosa.....	136
A APLICABILIDADE DA ODONTOLOGIA NA ATMOSFERA DESPORTIVA. Caroline Victorino, Breno Alvernaz, Marlene Maia, Habib Floriano.....	137
A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO CIRURGIÃO BUCOMAXILOFACIAL NA EQUIPE DE ATENDIMENTO AO PACIENTE POLITRAUMATIZADO: REVISÃO DE LITERATURA. Alexandra Carla das Neves Lima; Tatiane de Paiva Costa; Karina Vieira de Melo Pinto; Marcus Vinicius Oliveira Sodré.....	138
ASPECTOS RELEVANTES DA SÍNDROME DE ANGELMAN NA ODONTOLOGIA: REVISÃO DE LITERATURA. Caroline Victorino, Breno Avernaz, Marlene Maia.....	139

CLASSIFICAÇÃO DA CALCIFICAÇÃO DO LIGAMENTO ESTILO-HIÓIDEO. Hugo de Melo Oliveira; Fernanda da Silva Bonfim; Raone Silva Soares; Marcelly Carreira da Silva Tavares Gouvêa; Jéssica Bazelatti da Silva; Lais Krejci de Souza Graciosa.....	140
A APLICABILIDADE DA ODONTOLOGIA EM IDENTIFICAÇÃO HUMANA. Breno Alvernaz de Almeida; Ênio Figueira Júnior.....	142
CROMOTERAPIA E MUSICOTERAPIA EM ODONTOLOGIA. Breno Alvernaz de Almeida; Rabib Floriano Peixoto; Marlene Pires de Carvalho Maia.....	144
FLÚOR DE HERÓI A VILÃO. Breno Alvernaz de Almeida; Rogério José Borges Natal.....	147
O USO DE ENXERTOS AUTÓGENOS NA CORREÇÃO DE PATOLOGIAS CONGÊNITAS OROFACIAIS. Breno Alvernaz de Almeida; Rogério José Borges Natal.....	149
ESTIMATIVA DA IDADE ÓSSEA BASEADA NA RADIOGRAFIA CARPAL. Jaqueline Avila Costa, Thalita Fernandes de Souza, Ana Paula M Oliveira, Carlos Alberto Safreire, Lais Krejci De Souza Graciosa.....	152

ENFERMAGEM

GRAVIDEZ NO PUERPÉRIO: CONHECIMENTO DE MULHERES QUANTO AO USO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS. Cíntia Valéria Galdino, Isabel Cristina Silva, Michelle Esteves Silva.....	153
INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA A SAÚDE E A TÉCNICA DE CURATIVO DE CATETER VASCULAR CENTRAL: UM DESAFIO PARA O ENFERMEIRO. Lília Marques Simões Rodrigues, Wagner Pereira De Sousa, Rogelma Silva Dos Santos.....	153
EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM À RADIAÇÃO IONIZANTE EM CIRURGIAS ORTOPÉDICAS. Bruno Paciello de Carvalho, Mileni Dantas da Silva Barros, Márcia Ribeiro Braz.....	154
ESCALA DE ESTRESSE PERCEBIDO APLICADA A TRABALHADORES DE ENFERMAGEM DE UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA. Marcia Ribeiro Braz, Ana Paula Tavares Vasconcellos Mendes, Paula Eduarda Assis Da Silva.....	155
PERCEPÇÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO SOBRE A COMUNICAÇÃO COM OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE. Elisângela do N. FernandesGomes, Marcele da Silva Lima, Débora Babo De Souza Portugal Lima Da Silva.....	156
INVISIBILIDADE DO HOMEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: NÃO ADESÃO OU UMA QUESTÃO DE GÊNERO? Elisângela do N. Fernandes Gomes, Claudinei de Souza Rodrigues, Priscilla Domingos Olivério.....	157
A VISÃO MATERNA SOBRE O MÉTODO CANGURU: "DA INCUBADORA PARA O COLINHO". Renata de Freitas Garbero Fraga, Alessandra da Silva Souza.....	158
USO DE AGROTÓXICOS POR TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES. Cíntia Valéria Galdino, Gisele Pires, Michele Freitas.....	158
PERFIL NUTRICIONAL DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA ESTADUAL MUNICIPALIZADA DE PATY DO ALFERES: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO. Cíntia Valéria Galdino, Bianca L. D. dos Santos, Lília Maria da S. Santos.....	159
DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA DIABÉTICOS. Fábria Brum, Eleomara Fagundes Oliveira, Marcela Pereira Oliveira.....	160

CARACTERÍSTICA DA SEPSE EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA. Lília Marques Simões Rodrigues, Carla Novaes Oliveira, Tuany Adriana da Silva.....	161
HUMANIZAÇÃO DO PRÉ-NATAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. Verônica Ferreira Alves, Elisângela do N. Fernandes Gomes.....	162
CLIMATÉRIO NA PERCEPÇÃO DA MULHER VALENCIANA. Mayara Silva Dias; Marlucci Guedes da Silva; Marcela Pereira Oliveira.....	163
GESTÃO DE RISCOS EM IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE NUM HOSPITAL DE ENSINO. Flávia de Paula Costa; Mariane da Silva de Oliveira; Lília Marques Simões Rodrigues.....	164

Apresentações Oraís dos Resultados Finais/Parciais de Iniciação Científica 2015-2016

Curso	Direito
Título do Projeto	Desnaturalizar o Direito
Discentes	Lucas P. Garcia, Paulo P. Fadul Bueno, Patrick P. Amaral, Constança V C L G Torres, Giovana C. Monteiro
Docente orientador	Daniel Nunes Pereira, Gabriel Borges

Curso	Administração
Título do Projeto	Aplicabilidade do conteúdo ligado à educação ambiental (de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, Lei nº 9.795/99 e regulamentado pelo art. 4º do decreto nº4.281/02, nas diversas áreas do Conhecimento no ensino Superior: Um estudo de caso nos cursos de Bacharelado em Administração
Discentes	Taiana Souza de Carvalho
Docente orientador	Josué Bellot de Mattos

Curso	Enfermagem
Título do Projeto	Prevalência de Estreptococos do Grupo B em gestantes no Município de Valença
Discentes	Maelcio Andrade, Rosimeri Amaral, Renata Garbero, Caroline Myrrha, Flávia Costa
Docente orientador	Elizabeth Carvalho Valente

Curso	Medicina Veterinária
Título do Projeto	Coccidiose em caprinos, criados em sistema intensivo
Discentes	Beatriz Abdalla F. Barros; Rômulo de A. Souza; Talita O. Alves; Tayane K. Carvalho
Docente orientador	Lilian Batista

Curso	Medicina Veterinária
Título do Projeto	Dispersão do azul de metileno injetado no espaço epidural lombossacro de cães: estudo cadavérico, baseado no comprimento occipito-coccigeal (LOC) - resultados preliminares
Discentes	Aline Andrade Gomes, Bruno Fabri Castro, Thassio Silva, Vitor Petrillo
Docente orientador	Rodrigo Mencialha

Curso	Medicina
Título do Projeto	Avaliação da prevalência de dermatoses em crianças atendidas no ambulatório de dermatologia do Hospital Escola Luiz Gioseffi
Discentes	Jannuzzi Amanda da Cunha Borges
Docente orientador	Livia Cristina de Melo Pino Machado

Curso	Medicina
Título do Projeto	Prevalência de Pediculose em crianças de escolas públicas no Município de Valença-RJ
Discentes	Mateus de Oliveira Reis, Nayrton Kalys Cruz dos Anjos, Sebastião Célio Horta Coelho Filho, Thiago Sande Miguel, Filipe Souza Lima e Cirne
Docente orientador	Lilian Batista

O IMPACTO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL PARA A SOCIEDADE

Iara Barbosa Oliveira¹; Michele Cappato Melo¹; Priscila Maria Vasconcelos Santos¹; Anne Jeferson Corrêa da Silva Reis²

¹ Discente do Curso de Administração do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA)

² Docente do Curso de Administração do centro de Ensino Superior de Valença (CESVA)

Resumo

O empreendedor social busca a melhoria da sociedade fechando lacunas deixadas pelo poder público. O empreendedor social cria valores sociais por meio da inovação e da força de recursos financeiros, sempre com o propósito do desenvolvimento social, econômico e comunitário.

Palavras-chave: Empreendedorismo social, empreendedor social, negócios sociais, inovação social.

Introdução

Empreender significa fazer diferente, ser apaixonado pelo que faz. É encontrar oportunidades que podem mudar a vida das pessoas e levar benefícios não observados anteriormente. O empreendedor social busca a melhoria da sociedade fechando lacunas deixadas pelo poder público. O objetivo deste estudo está em explorar os conceitos de empreendedorismo social com suas características, funções e percepções no meio da sociedade na qual o empreendedor está inserido e em identificar similaridades e diferenças entre os termos, empreendedorismo social, negócio social e inovação social.

Metodologia

O empreendedor social cria valores sociais por meio da inovação e da força de recursos financeiros, sempre com o propósito do desenvolvimento social, econômico e comunitário. O termo empreendedorismo social é um tema que se encontra em evolução em diversos países do mundo, incluindo o Brasil. Emerge no cenário brasileiro a partir da década de 90, com a criação de várias entidades sem fins lucrativos e voltados para o bem estar social, uma vez que nessa época, o país passava por grandes problemas políticos, tais como a redemocratização do país e a busca pela estabilidade financeira. Os negócios sociais integram a lógica dos diferentes setores econômicos e oferecem produtos e serviços de qualidade à população excluída do mercado tradicional, ajudando a combater a pobreza e diminuir a desigualdade. Inclusão social, geração de renda e qualidade de vida são os objetivos principais dos negócios sociais, que também são economicamente rentáveis.

Fundamenta-se neste objetivo, a metodologia de pesquisa exploratória, por meio de consulta a livros, periódicos e sites.

Conclusão

O resultado da pesquisa está voltado para identificar a importância do empreendedor social para uma comunidade, bem como o impacto gerado em transformar realidades, visto que o negócio social não tem como iniciativa principal o ganho pessoal e sim beneficiar um grupo de pessoas. Além de resolver problemas sociais, o empreendedor social também tem que estar atento ao planejamento do negócio. Trata-se de uma empresa em todos os seus sentidos que necessita recuperar todo o investimento e, ao mesmo tempo, alcançar seus objetivos sociais. Desenvolver o plano de negócios é ferramenta indispensável para sustentação de qualquer empreendimento e o empreendedor social deve utilizá-lo para que gere impacto social, financeiro e econômico para a sociedade.

Referências

- 1 - DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo Transformando Ideia em Negócios**. 5ª Edição. Atlas 2014.
- 2 - ASHOKA, INC. Empreendedores Sociais; MACKISEY e Cia. INC. **Empreendimentos sustentáveis**. São Paulo, Petrópolis. 2001.
- 3 - FÉLIX, Sérgio; SIRGHI, Victoria; **Manual de Empreendedorismo Social uma abordagem sistêmica**. 4. ed. AIRO, 2012.
- 4 - DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo - como ser empreendedor, inovar se diferenciar na sua empresa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

O IMPACTO DE NOVOS EMPREENDEDORES EM MEIO A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

Josélia Narcizo¹, Diego R. Ferreira¹, Janaina C. Silva¹, Anne Jefferson C. Silva²

¹ Discente da Faculdade de Administração de Valença, CESVA/FAA

² Docente da faculdade de Administração de Valença, CESVA/FAA

Introdução

Empreendedorismo, empreender, resolver um problema ou situação complicada. É um termo muito usado no âmbito empresarial e, muitas vezes, está relacionado com a criação de empresas ou produtos novos. O presente trabalho tratará de um amplo painel sobre o tema empreendedorismo, compreendendo desde a origem da palavra até sua importância estratégica para o desenvolvimento econômico do Brasil neste momento de novo governo, trata-se de uma pesquisa exploratória através de livros, sites e artigos.

Relato de caso

O empreendedorismo, ainda que presente em toda a história econômica contemporânea é hoje um fenômeno global, dada as profundas mudanças nas relações internacionais entre países e empresas, no modo de produção, nos mercados de trabalho e na formação profissional. O Brasil é apontado como um dos países mais empreendedores do mundo, mas há muito a melhorar no que se relaciona às condições de consolidação das múltiplas de iniciativas de novas empresas. O empreendedor corporativo é um perfil cada vez mais procurado pelas empresas. Pela capacidade de iniciativa, inovação e dinamismo, ele sabe detectar oportunidades e possibilidades de inserção de ideias e sabe como quebrar paradigmas e barreiras que se acarretam neste processo de inovação.

Ser um empreendedor é ser um sonhador, alguém que busca algo que fuja do convencional, que altere conceitos, corre riscos, e tem ousadia para sair da zona de conforto.

Resultados e Discussão

Um dos principais objetivos é a busca da eficiência. Investir na disseminação organizada do empreendedorismo será fator fundamental de progresso econômico e social e também fonte de geração de novos empregos. Os empreendedores bem preparados são capazes de criar algo inovador em meio a crise econômica, afinal para enfrentar a crise é necessário que haja empregos para que a economia se movimente. A crise para muitos empreendedores gera momentos de oportunidades.

Conclusões

Como resultado deste trabalho compreende-se que para ser um bom empreendedor é preciso estar preparado para as mudanças que acontece a todo vapor. Conclui-se que para empreender é preciso aprender conceitos teóricos, entender a prática e se inspirar em histórias de sucesso. Mas o empreendedor em alguns casos já nasce com o espírito empreendedor em si, mas para ser bem sucedido é necessário o desenvolvimento através de estudos e a prática, assim, fazendo com que o empreendedor seja o comandante da situação em que ele se encontra, tendo plena consciência do caminho a seguir até a inovação. Um empreendedor de sucesso tem consciência que a crise é só uma questão de tempo que terá que ser vencido com garra e muito trabalho.

Referências

www.empreendedorweb.com.br
G1.globo.com
www.robertodiasduarte.com.br
BESSANT, John – Imperial College; TIDD, Joe – University of Sussex – **Inovação e Empreendedorismo** – Artmed Editora S.A.

O QUE A GESTÃO FINANCEIRA TEM A DIZER AO MARKETING?

Janaina C. Silva¹, Bruno S. Vieira¹, Aline D. Souza¹, Josélia Narcizo¹, Beatriz A.S. Barbosa¹, Danielle C. Prota¹, Douglas F. Souza¹, Juliana A. Marçal¹, Renan L. Cunha¹, Francisco C. Martins²

¹Discente da Faculdade de Administração de Valença, CESVA/FAA

²Docente da Faculdade de Administração de Valença, CESVA/FAA

Introdução

A integração das áreas da administração tem sido um desafio constante para os administradores, contudo, sabe-se que todas as áreas da administração estão interligadas. O presente trabalho tem como objetivo mostrar como a Gestão Financeira pode contribuir no desenvolvimento do planejamento de Marketing, da mesma forma, nós citaremos as contribuições que o Marketing traz para a área financeira da empresa.

Relato de Caso

Para demonstrar tal colaboração foi elaborado um planejamento estratégico de Marketing em um restaurante, situado na estrada que liga Valença a Barra do Piraí, chamado Santa Terezinha. O processo para elaboração do plano passou por todas as etapas do planejamento de Marketing, que não é muito diferente da etapa de elaboração de um planejamento Financeiro, ou seja, traça-se os objetivos, cria-se o planejamento estratégico, implementa-se e controla o planejamento feito. Para se ter um orçamento de custo e remuneração confiável e transparente é necessário que se entenda o processo de orçamento de uma empresa. Os custos devem refletir a empresa. São reflexos de atitudes, comportamentos, estruturas e principalmente, modo de operar. Quanto mais estruturada for uma empresa, melhores serão os resultados encontrados. *“Quanto menos as informações estiverem disponíveis, ou se a qualidade dessas informações não for das melhores, os resultados encontrados por certo serão deficientes.”* MEGLIORINI (2002, p. 12).

O orçamento de Marketing surge através do que a empresa espera vender em determinado período e dos recursos que necessita investir para obter esses resultados.

Resultados e Discussão

O Restaurante Santa Terezinha se encontra na Estrada Valença – Barra do Piraí, é um ambiente extremamente agradável, familiar e com uma saborosa comida. Possui local próprio o que caracteriza um ponto positivo pois não há gastos com aluguel, no entanto, se encontra um pouco afastado do centro da cidade dificultando um pouco o acesso, o que não caracteriza um ponto fraco propriamente dito já que sua clientela habitual são caminhoneiros que passam pela estrada diariamente. Tem como objetivo tornar-se o melhor no ramo alimentício da região, oferecendo serviços de qualidade, proporcionando um ambiente cada vez mais agradável, respeitando a diversidade de seus clientes. No que tange a gestão financeira pretende aumentar em 20% o faturamento, para conseguir tal percentual foi inserido durante as refeições um novo produto trazendo assim um resultado expressivo no faturamento (figura 1). A empresa concentra seus esforços no ramo alimentício, pois considera este um ramo precário, no local onde está situada, visto que não existe nenhum outro restaurante próximo. Devido a isso, deseja conquistar outros clientes, como por exemplo, universitários que cursam Veterinária em IES próxima a sua localização.

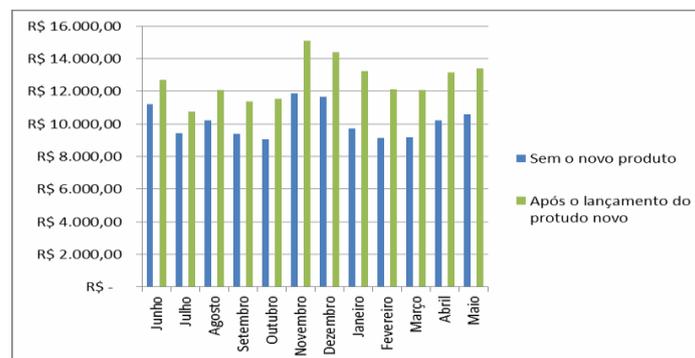


Figura 1- Demonstrativo do faturamento da empresa após a inserção de um novo produto.



Figura 2- Vista de frente do Restaurante Santa Terezinha.

Conclusões

A Gestão Financeira pode tornar o processo de orçamento de custos e remunerações transparentes através de planilhas contendo valores que demonstrem a estabilidade do projeto tornando-o indicado. Depois de feito o orçamento o gestor avaliará o projeto feito e aprovará ou não de acordo com a importância de tal projeto para a organização. Desta forma, os resultados obtidos demonstram que quando as diversas áreas da administração se unem em prol de um objetivo comum os resultados serão de excelência.

Referências

- LAS CASAS, Alexandre Luzzi – **Plano de Marketing para micro e pequena empresa**, 6ª ed. – 2011, Editora Atlas.
- <http://blog.sagestart.com.br/como-integrar-a-gestao-financeira-com-a-estrategia-de-marketing/>
- http://brasil.smetoolkit.org/brasil/pt_br/content/pt_br/6794/Tr%C3%AAs-pontos-fundamentais-para-um-bom-plano-de-marketing
- <http://hcinvestimentos.com/2012/03/08/risco-x-retorno/>
- <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/47577/matematica-financeira-sua-importancia-para-as-empresas#ixzz4BERZOHhp>

A IMPORTÂNCIA DO NETWORKING PARA PROFISSIONAIS EM RECURSOS HUMANOS

Amanda Garcia Maia¹; Anne Jeferson Corrêa da Silva Reis²

¹. Discente do Curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos (CTGRH), do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA)

². Docente do Curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos (CTGRH), do centro de Ensino Superior de Valença (CESVA)

Resumo

Networking trata-se da lista de contatos com os quais os profissionais se relacionam. É um conjunto de técnicas e atitudes cuja aplicação requer um comportamento natural de solidariedade e de ajuda recíproca de todos aqueles que tomam consciência de que estamos em permanente interdependência nas redes de relacionamento – grupo, sociedade ou humanidade. É necessário nos dias atuais ter e manter bons relacionamentos a fim de evitar conflitos, adquirir novas informações e criar oportunidades futuras. O uso da ferramenta de networking possibilitará o registro da “marca” dos profissionais, contribuindo para sua entrada, permanência, consolidação e ascensão no competitivo mercado de trabalho.

Palavras-chave: Networking; Recursos Humanos; Rede de Contatos.

Introdução

A palavra *networking* é de origem inglesa, origina-se da união das palavras *net*, que significa rede e *Working*, que significa trabalhando. Trata-se da lista de contatos com os quais os profissionais se relacionam. Este processo sistemático, o networking, é feito para manter ou formar relações a fim de atingir específicos objetivos. É um conjunto de técnicas e atitudes cuja aplicação requer um comportamento natural de solidariedade e de ajuda recíproca de todos aqueles que tomam consciência de que estamos em permanente interdependência nas redes de relacionamento grupo, sociedade ou humanidade.

Objetivo

O principal objetivo do networking é fazer melhorias na convivência do cotidiano, pois hoje no mercado de trabalho ter bons relacionamentos pode gerar novas oportunidades de trabalho surgido através do contato pessoal. Este trabalho trata-se da importância de ter uma rede de relacionamentos, como manter e desenvolver essas redes e construir alianças. Também em verificar se os alunos do Curso Tecnológico de Recursos Humanos de uma faculdade privada sabem e fazem o networking.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos para esse estudo serão a pesquisa bibliográfica, qualitativa e a exploração de estudo em campo. Como resultado, espera-se conhecer o quanto os futuros profissionais de recursos humanos fazem de networking, pois ter uma boa conduta no local de trabalho, ser respeitoso, ter responsabilidade, ser pró-ativo, educado entre outros fatores também contribui para alcance do sucesso profissional.

Conclusão

O networking é uma ferramenta essencial para os que já estão no mercado de trabalho, quanto para os que estão buscando uma oportunidade. Networking ou rede de relacionamentos existe para que as pessoas se relacionem através de contatos. É necessário nos dias atuais ter e manter bons relacionamentos a fim de evitar conflitos, adquirir novas informações e criar oportunidades futuras. O uso da ferramenta de networking possibilitará o registro da “marca” dos profissionais, contribuindo para sua entrada, permanência, consolidação e ascensão no competitivo mercado de trabalho.

Referências

1. MELLO, Fábio Bandeira; 20 Dicas de como fazer um Networking Vencedor, **Revista Administradores**, agosto de 2011.
2. KOTLER, Philip; **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 1998.
3. DARLING, Diane; **Networking: Desenvolva sua carreira criando bons relacionamentos**, v.8, São Paulo: Sextante, 2013.

FORA DA CURVA: A CULTURA DA EMPRESA E O OUTSIDER (DESVIANTE) ATRAVÉS DA ANÁLISE DE BECKER.

Isadora Abreu C. Lagoeiro¹; Rabib Floriano Antonio²

¹Discente do Curso de Recursos Humanos, RH, CESVA/FAA

²Docente do Curso de Recurso Humanos, RH, CESVA/FAA

Objetivo deste artigo é discutir uma nova perspectiva do comportamento empresarial dentro do tema da cultura: o comportamento do outsider (desviante) e sua relação dinâmica na aceitação da cultura da empresa. A cultura organizacional surge do princípio de propagar uma ideia de forma congênere, onde se busca positivar a imagem da empresa, a conduta aplicada à cultura leva ao sentido de que todos são iguais perante a lei que rege a cultura ali subsistente, mas na prática procura fundamentar em uniformidade com a missão empresarial. Porém, muitas pessoas têm uma visão muito peculiar e própria sobre os sistemas em que estão inserindo, dentro da cultura das empresas, não conseguindo conviver dentro dos moldes estabelecidos, mas, com capacidade de enxergar novas possibilidades de atuação. A pesquisa se justifica pela possibilidade de rediscutir o papel que o outsider – desviante - exerce dentro da cultura organizacional e seus modos de atuação no meio socioempresarial.

Um indivíduo que não segue de forma metódica a cultura imposta por sua empresa, desvia do padrão, sua conduta pode ser aceitável em algumas

atividades, mas desviantes em outras, um bom líder é reconhecido por alcançar com eficiência o objetivo de motivar sua equipe a alcançar os resultados propostos, mas pode ter o hábito de se atrasar em todas as reuniões, logo, o mesmo tem condutas aceitáveis em certas ocasiões, e desviantes em outras, fica explícita a repreensão social que o desviante sofre dos que seguem à risca a cultura e entendem o atraso como algo repulsivo, enquanto a desviante enxerga o atraso como uma peculiaridade e conseqüentemente, enxerga o comportamento de quem o julga como desviante, a subjetividade do outsider está intimamente ligado com seus conceitos pessoais de certo ou errado em relação a diversas situações.

É através da análise teórica dos conceitos de padrão, norma e cultura de comportamento empresarial que faremos um contraponto com a cultura desviante (OUTSIDER) para tentar entender com mais complexidade o comportamento dos indivíduos dentro da empresa. Esse olhar multicomportamental se relaciona com as mudanças de perspectivas da própria cultura social da pós-modernidade e na sociedade em liquidez.

A sensação experimentada por um outsider é única, provém da repressão daqueles que o julgam, desencadeando uma série de sensações como o desvalimento perante a sociedade em que vive. No mundo organizacional essa sensação é representada pela opressão que o indivíduo outsider recebe dos que os julgam perante a cultura organizacional ali existente. O indivíduo experimenta a repressão, que poderá mudar o seu comportamento, na maioria dos casos, não muda, pois, um outsider encontra fundamentos firmes manter-se fiel a realidade que acredita, sendo assim, evidente que o conceito de certo ou errado está estritamente ligado à realidade que cada um toma para si como verdade. Logo o outsider entende o incomodo gerado por seus comportamentos, sendo assim, confronta sua realidade com a realidade da maioria que convive, logo, ocorre à mudança, seja explícita e verdadeira ou apenas uma tentativa de omitir a sua realidade em prol da boa convivência, interiormente o indivíduo não muda, muda exteriormente para se adequar aos padrões ali regidos, o que leva essa mudança é a necessidade de se enquadrar e de manter um perfil socialmente aceitável, quando essa mudança se torna difícil para o outsider o mesmo sofre as conseqüências dos que o vê como errado e fora dos padrões, como bullying, desvalimento...

A presente pesquisa, ainda em desenvolvimento, aponta para a importância da compreensão do comportamento do outsider dentro de um sistema de cultura organizacional da empresa, contribuindo assim para minimizar os impactos negativos que socialmente o outsider está submetido e alertar para a possibilidade de entender o comportamento desviantes como um elemento dentro de sistemas sociais complexos aprimorando a forma com que o ser humano lida com “o outro” e pode dele extrair o benefício geral.

Bibliografia

- BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. São Paulo, Zahar, 2013.
BECKER, Howard S. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.
SANTOS, Érika Mendes. **A importância da cultura para as organizações**
<<http://www.univem.edu.br/anaiscpc2012/pdf/Artigos%20-%20A%20importancia%20da%20cultura%20para%20as%20organizacoes.pdf>> acessado em 13-07-2016.

O USO DAS REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Ester de Oliveira do Carmo¹; Petruska de Mello Fonseca¹; Anne Jeferson Corrêa da Silva Reis²

¹ Discente do Curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos (CTGRH), do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA)

² Docente do Curso Tecnólogo de Gestão de Recursos Humanos (CTGRH), do centro de Ensino Superior de Valença (CESVA)

Resumo

Para que a empresa consiga, buscar, atrair e selecionar um indivíduo que se enquadre nas exigências da empresa, as organizações precisam fazer uso de meios de comunicação para permitir que isso ocorra. Em meio à atualidade onde todos estão conectados, as empresas estão cada vez mais utilizando como fonte de recrutamento e seleção as redes sociais virtuais. As redes sociais têm o poder de disseminação de informações e também é o local onde os usuários têm a chance de mostrar suas características psicológicas, valores, interesses, preconceitos, ambições entre outras particularidades da sua personalidade.

Palavras-chave: Recrutamento; Seleção; Redes Sociais Virtuais.

Introdução

Recrutar e selecionar pessoas são processos que visam atrair candidatos potencialmente qualificados e selecionar os que melhor atendem aos requisitos do cargo. É o processo de identificação de talentos, onde se exige cada vez mais qualidade e eficiência por parte dos colaboradores, independente do porte da empresa. Este estudo tem como objetivo analisar a percepção dos usuários em relação ao seu comportamento nas redes sociais virtuais e esclarecer o que os recrutadores buscam nos perfis sociais dos candidatos.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa onde são recolhidas, avaliadas e analisadas as informações relevantes sobre o assunto estudado. O instrumento para recolhimento de informações da pesquisa de campo é o questionário.

Resultados

O resultado do artigo está em analisar o grau de conhecimento que os usuários universitários possuem sobre o uso dos seus perfis de rede sociais virtuais para o processo de recrutamento e seleção e quais atitudes manteriam ou mudariam com tais informações, além de demonstrar as vantagens e desvantagens do uso dessa fonte de recrutamento e seleção para as organizações.

Conclusão

Contudo, essa técnica de recrutamento e seleção não pode ser utilizada de forma isolada e nem substitui os métodos tradicionais de recrutamento. O perfil de comportamento do usuário das redes sociais virtuais pode contribuir de

maneira efetiva para a divulgação positiva de sua imagem profissional e pessoal em um processo de recrutamento e seleção.

Referências

- 1 - CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999
- 2 - ALMERI, T.M.; MARTINS, K.R.; PAULA, D.S.P. O uso das redes sociais virtuais nos processos de recrutamento e seleção. Disponível em: <http://publicacoes.fatea.br/index.php/eccom/article/viewFile/635/453>.
- 3 - ARAÚJO, G.H.D. A Influência das Redes Sociais Nos Processos de Recrutamento das Empresas. Disponível em: <http://ueadsl.textolivre.pro.br/2012.2/papers/upload/89.pdf>.
- 4 - GOMES, T.C.; SCHERER, L.A; LÖBLER, M.L. Uso das redes sociais virtuais no processo de recrutamento e seleção de pessoal: uma análise na perspectiva de profissionais de Recursos Humanos. Disponível em: http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2012/artigos/E2012_T00264_PCN12758.pdf

CIDADANIA E VERDADE PENAL: UM OLHAR EMPÍRICO

Fábio Garcia Pereira Junior¹; Gabriel Borges da Silva²

¹ Discente da Faculdade de Direito de Valença (FDV), do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA).

² Mestre pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Docente da Faculdade de Direito de Valença (FDV), do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA).

O presente trabalho, integrante da IV Semana de Iniciação Científica – SEMIC, da Faculdade de Direito de Valença, buscará demonstrar, através do trabalho de campo (empírico), os desafios, formas e eventuais impedimentos na produção da verdade a partir da Justiça Criminal, sob uma ótica cidadã. Ou seja, como a cidadania é exercida nas relações entre os agentes que cometem atos ilícitos na produção da “verdade penal”.

Dessa forma, o campo de atuação da pesquisa será a Defensoria Pública, em geral pela condição econômica do público alvo deste órgão, mas também perante o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, a fim de analisar se há diferença na produção da verdade em relação a advocacia pública e a advocacia privada.

Para a construção dos dados utilizarei o critério sugerido pelos antropólogos contemporâneos, que segundo Kant de Lima, há que conhecer-se com os olhos do outro¹, ou seja, é preciso que a produção da verdade seja analisada não só pela percepção de quem a produz ou atua como operador do direito, mas também pela ótica de quem é o sujeito dessa verdade ora produzida. Assim, tanto os operadores do direito quanto os atores que tem suas trajetórias de vida relacionada com órgãos de promoção da justiça criminal. A partir da presente proposta de pesquisa pretendo, ainda, refletir a respeito da eficácia das normas jurídicas em relação ao contexto social as quais são inseridas. Para essa análise, irei observar, nos contextos acima citados, como as normas jurídicas são aplicadas e quais sentidos as mesmas ganham em sua relação prática.

Nesse sentido, temos como exemplo o “jeitinho brasileiro”, decorrente da forma com que a população enfrenta as normas jurídicas que lhes são impostas. Ou seja, a partir uma tensão entre normas jurídicas e acesso aos direitos no espaço público, encontram soluções alternativas para solução de seus conflitos². Pois bem, quando se trata da produção da “verdade penal”, via justiça criminal, parece que a atuação do sistema penal, que deveria ser igualitária, com base na

¹LIMA, Roberto Kant. Ensaios de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. 34p.

²SILVA, Gabriel Borges da. Entre precariedades e os “direitos” que delas advêm: uma etnografia do Mercado Popular da Uruguaiana. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

constituição, ganha contorno diferenciado em relação a contextos locais/sociais em que as partes do processo estão inseridas.

Com isso, pretendo discutir as normas jurídicas em relação ao contexto social em que se reproduzem, para refletir uma aparente tensão entre ambos.

Referências Bibliográficas

- 1- LIMA, Roberto Kant. **Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. 34p.
- 2- SILVA, Gabriel Borges da. **Entre precariedades e os “direitos” que delas advêm: uma etnografia do Mercado Popular da Uruguaiana**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

DA POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE

Michele Andreza Da Silva Pereira¹; Glória Cotrim²

¹ Discente do Curso de Direito na Faculdade de Direito de Valença - RJ

² Docente do Curso de Direito na Faculdade de Direito de Valença - RJ

Resumo: As mudanças vividas pelo Direito de Família deram origem a uma nova formação de família e com ela o abandono afetivo, em especial nas relações entre pais e filhos. Como a família, pode ser considerada como um reflexo da sociedade na qual está inserida, certamente, sofreu os influxos desses movimentos. Assim o presente trabalho tem como enfoque a discussão da possibilidade de responsabilização por abandono afetivo e violação ao princípio da afetividade ação de indenização por danos morais decorrente de abandono afetivo nas relações paterno-filiais. A importância da presença dos genitores para o desenvolvimento psíquico da criança e do adolescente e na formação da personalidade como indivíduo, bem como as consequências de sua ausência. É certo que não se pode obrigar ninguém a dar afeto, porém as consequências desse abandono afetivo sim são passíveis de compensação.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil - Dano Moral - Abandono Afetivo – Família.

Introdução

Será possível indenizar o filho que foi abandonado por um de seus genitores e em decorrência disso se sentiu lesado, causando-lhe aflições, angústias e sofrimento?

A responsabilidade Civil está descrita no Código Civil de 2002 no Art. 927 “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187 C.C/2002), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.” Observa-se que violada uma obrigação, surge o dever de indenizar mediante o cometimento de um ato ilícito. Os pressupostos da responsabilidade civil dividem-se em: conduta, dano, nexo causal e a culpa.

A conduta do agente é o que, alicerçada na culpa e no dano causado, geram o dever de reparação do dano. O dano pode ser conceituado como uma

lesão de dano moral ou patrimonial. O nexa causal é de suma importância, sendo que é o liame entre a conduta do agente e o dano, ou seja, é o vínculo entre a causa e efeito. Já a culpa, o agente não deseja o resultado, mas acaba por atingi-lo ao agir sem o dever de cuidado.

Princípios Constitucionais Aplicados Ao Direito De Família

Diante do exposto constata-se que o ato ilícito seria a não prestação de afeto, que é punível. É manifesto que quando se menciona amor e afeto, não há como mensurar ou quantificar esses sentimentos.

No Entanto, abandono moral e material pode ser mensurado em níveis de quantificação indenizatória, pois o maior abismo para um filho é sem dúvida, encarar a rejeição.

Conforme bem aponta Ricardo Lucas Calderon, em sua dissertação de mestrado defendida na UFPR, “A afetividade é um dos princípios do direito de família brasileiro, implícito na Constituição, explícito e implícito no Código Civil e nas diversas outras regras do ordenamento”.

Está estampado na Constituição Federal de 1988, mais precisamente em seus artigos 226 §4º, 227, *caput*, § 5º c/c § 6º. Também o direito fundamental inerente ao princípio da dignidade da pessoa humana, fundamentado no artigo 1º, III da Carta Magna. Apesar de a Constituição Federal nunca mencionar expressamente a palavra afeto, este não é somente um laço, depende de convivência e não da consanguinidade. É algo que emana do ser humano.

Deveres Decorrentes Do Poder Familiar

O abandono afetivo constitui um descumprimento do dever legal de cuidado, criação, educação e companhia, presentes implicitamente no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Dispõe ainda o artigo 229 da Constituição Federal que “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. O abandono afetivo muitas vezes se origina a partir da separação dos pais quando novas famílias são criadas, gerando como consequência o distanciamento dos filhos.

A ausência de afeto ou o abandono afetivo foram que foi identificado como uma das maiores causas de doenças com relação ao desenvolvimento psíquico do ser humano. O afeto é uma necessidade humana, a falta de convívio pode gerar danos a ponto de comprometer a saúde psíquica.

Conclusão

A convivência familiar é fundamental para a formação dos filhos e é garantido aos filhos e esta disposta no artigo 227 da Constituição Federal. O genitor que negligencia os deveres decorrentes do poder familiar incorre ao ato ilícito conforme o disposto no Código Civil, e por consequência, surge o dever de indenizar os prejuízos causados à personalidade da criança, em virtude do dano e a violação aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana. O

princípio da afetividade decorre do princípio da dignidade da pessoa humana e do princípio da solidariedade familiar. Tais princípios visam à efetivação dos direitos e garantias fundamentais, disposto na Carta Magna, tanto é que o afeto está presente em várias decisões dos tribunais brasileiros embora com muitas divergências quanto à possibilidade de indenização.

"O leite alimenta o corpo; o afeto alimenta a alma." (Içami Tiba)
"Amar é faculdade, cuidar é dever" (Ministra Nancy Andrighi)

Bibliografia

- BICCA, Charles. **Abandono Afetivo, o dever de cuidado e a responsabilidade civil por abandono dos filhos**. Ano 2015. Brasília, DF. Editora OWL.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Vade Mecum. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- _____. Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. **Código Civil**. Vade Mecum. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- _____. Superior Tribunal de Justiça. Resp 1.159.242/SP. Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma. Brasília, DF. Julgado em 24.04.2012. Publicado em DJe 10.05.2012. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=1159242&b=ACOR Acesso em: 20 de Agosto de 2016.
- CALDERON, Ricardo Lucas. **O percurso construtivo do princípio da afetividade no Direito de Família Brasileiro contemporâneo: contexto e efeitos**. Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/26808/dissertacao%20FINAL%2018-11-2011%20pdf.pdf?sequence=1>. Acesso em 23 de Agosto de 2016.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- TIBA, Içami. **Quem Ama, Cuida! Formando Cidadãos Éticos**. ed. Atual. São Paulo: Integrare. 2007

DIAGNÓSTICO DA COOPERAÇÃO JUDICIAL AO PROCESSO ARBITRAL BRASILEIRO

Kylzanara Rodrigues Pereira Balthazar¹; Edmundo Gouvêa Freitas²

1. Discente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA
2. Docente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

Resumo

A presente pesquisa tem com enfoque o processo arbitral brasileiro e suas peculiaridades, seus benefícios e eficiência na resolução de conflitos, com o objetivo de demonstrar todas as vantagens e desvantagens da Arbitragem como meio de resolução de conflitos e demonstrar a aplicabilidade através dela.

Palavras-chave: composição de litígios, cooperação judicial, processo arbitral, acesso à justiça.

Introdução

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença - CESVA / FAA, tendo como objeto o diagnóstico atualizado da cooperação judicial ao processo arbitral brasileiro, abordando temas de grande importância e relevância para o âmbito jurídico e acadêmico como, v.g., o funcionamento das câmaras arbitrais concomitante à utilização do processo arbitral e a divisão de tarefas entre o Juiz togado e o Árbitro como instrumento de efetividade processual e acesso à justiça, além de

demonstrar peculiaridades procedimentais e as inúmeras vantagens que a arbitragem pode oferecer para solução de conflitos.

Buscando assim maior conhecimento e esclarecimento a respeito do tema, cumpre examinar que para o eficiente funcionamento do sistema judiciário brasileiro não se pode perder de vista fatores obstativos como altos índices das taxas de congestionamento, influenciando negativamente a duração razoável do processo.

Conceito e Aplicação

A arbitragem, neste contexto, contribui com a redução da litigiosidade no âmbito da jurisdição estatal, tornando a resolução de conflitos mais ágil e efetiva para as partes.

Arbitragem é um procedimento extrajudicial de solução de conflitos, concernentes a direitos patrimoniais disponíveis, em que as partes, de comum acordo, elegem um terceiro que irá solucionar a eventual controvérsia. No Brasil, a lei que regulamenta a Arbitragem é a Lei nº 9.307/96 com as atualizações da Lei n. 13.129\15 que amplia o âmbito de aplicação da Arbitragem.

A arbitragem possui diversas vantagens em seu procedimento, algumas delas são: a confidencialidade, a agilidade e rapidez na solução dos conflitos, o caráter voluntário, a imparcialidade do Árbitro além da habilitação técnica do julgador adequada a cada caso, dentre outras vantagens, trazendo inúmeros benefícios para quem escolhe a arbitragem como meio de solução de conflitos.

Um dos instrumentos empregados para adotar a arbitragem é a convenção arbitral – gênero – que se desdobra em duas espécies como a cláusula compromissória que pode ser introduzida nos contratos que fazem referência aos direitos disponíveis, além do compromisso arbitral, que oposto à cláusula compromissória, que é elaborada antes do conflito ou divergência, é feito posteriormente ao início do conflito.

Considerações Finais

Outro ponto a ressaltar diz respeito às organizações e instituições de arbitragem no Brasil, tendo como exemplo dos principais órgãos o CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, CBAr - Comitê Brasileiro de Arbitragem e o CONIMA – Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem.

Na linha de pesquisa em tela, foram utilizados autores da lavra de: Fredie Didier Júnior, Cândido Rangel Dinamarco, Cleyson de Moraes Mello, Luís Carlos de Araújo, Fernando Gama de Miranda Netto, Delton Ricardo Soares Meirelles e Edmundo Gouvêa Freitas, dentre outros grandes autores, que se têm como escopo de seu estudo o Direito Processual Civil, com destaque no processo arbitral brasileiro.

Referências

- 1- DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Arbitragem do Novo Código de Processo Civil** . in: Revista TST. Brasília: Lex, vol. 79;
- 2- DINAMARCO, Cândido Rangel. **Arbitragem na Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2013;
- 3- FREITAS, Edmundo Gouvêa; et al. **Curso do Novo Processo Civil**. MELLO, Cleyson de Moraes; ARAÚJO, Luís Carlos de (Coord.). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015;
- 4- MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. **Arbitragem e Convenção Arbitral. Belo Horizonte: Mandamentos**, 2006;
- 5- MEIRELLES, Delton Ricardo Soares; **Mediação judicial no projeto do novo Código de**

- Processo Civil.** in: **Revista de Arbitragem e Mediação.** São Paulo;
- 6- MUNIZ, Joaquim de Paiva. **Curso Básico de Direito Arbitral.** 3 ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2015;
- 7- ROCHA, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais: teoria e prática.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014;
- 8- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** Vol. II. 50 ed. Rio de Janeiro: Gen, 2016.

DIAGNÓSTICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO NO SISTEMA JUDICIÁRIO

Kylzanara Rodrigues Pereira Balthazar¹; Edmundo Gouvêa Freitas²

1. Discente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA
2. Docente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

Resumo

A presente pesquisa se faz necessária por se tratar de um assunto relativamente novo no judiciário brasileiro além das muitas dúvidas e indagações feitas pelos usuários do sistema, vale destacar seus benefícios e apontar algumas correções pertinentes para maior aproveitamento do sistema.

Palavras-chave: processo judicial eletrônico, efetividade processual, tecnologia da informação, acesso à justiça.

Introdução

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença - CESVA / FAA, tendo como objeto a análise da implementação do sistema de processos eletrônicos nos Tribunais de Justiça brasileiros.

Cumprido destacar que diversos fatores obstativos relacionados à tecnologia da informação corroboram-se fenômeno recorrente no Poder Judiciário brasileiro. Tendo em vista os inúmeros avanços tecnológicos dos últimos anos fez-se necessário adaptar o judiciário a essa nova realidade, implementando, assim, o sistema de processos eletrônicos.

Com o principal objetivo de aperfeiçoar o “tempo do processo”, bem como garantir a efetividade do acesso à justiça, este estudo perquiri a identificação de pontos de estrangulamento ao regular funcionamento das distintas plataformas do PJe.

Como já é sabido por muitos o judiciário brasileiro enfrenta uma crise de congestionamento de processos em seus tribunais, impossibilitando a prática do princípio da celeridade processual. Com isso, pode-se dizer que a ideia inicial é salutar, porém a grande maioria dos usuários do novo sistema (eletrônico) tem relevado severas críticas, pois na maioria dos tribunais o sistema implementado apresenta recorrentes entraves operacionais, tornando a sua utilização complexa, burocrática e pouco didática aos usuários.

Conceito e Aplicabilidade

O sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe) é um software implementado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da experiência e com a cooperação de vários tribunais brasileiros.

O objetivo principal buscado pelo CNJ é produzir e manter um sistema de processo judicial eletrônico apto a possibilitar a prática de atos processuais pelos servidores, magistrados e outros integrantes da relação processual.

Não apenas o CNJ mas os tribunais que utilizam o PJe em sua estrutura, disponibilizam cartilhas e tutoriais a fim de facilitar a utilização deste. Não obstante, as ditas medidas facilitarem significativamente o acesso e domínio técnico do usuário, infelizmente ainda não confirmam-se satisfatórias às reais necessidades, colocando muitas vezes em descredito iniciativas de evolução e aperfeiçoamento sistemático.

Através deste estudo, sugere-se uma mudança geral por parte do judiciário brasileiro em relação às novas tecnologias implementadas, principalmente o PJe, pois o bom funcionamento deste além de facilitar os trâmites legais, normalmente, materializados em papel, não gozam da celeridade até atingir seu destino final.

Como de nota, trata-se de uma medida sustentável e segura, pela economia de papel utilizado nos processos e a criptografia utilizada pela tecnologia da informação para manter a segurança dos dados, tornando ainda mais fácil o acesso dos interessados no processo em questão.

Regulamentação

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a primeira versão do PJe foi lançada em dezembro de 2010 “com possibilidade de tramitação de processos judiciais de qualquer natureza, mas focado no processo civil, contemplando replicação de dados e distribuição objetiva dos processos judiciais”.

Outra peculiaridade a respeito do processo judicial eletrônico é que a lei que o instituiu (Lei n. 11.419/2006) dispôs sobre a informatização do processo judicial e alterou a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil de 1973 – atualmente revogado pela Lei n. 13.105/2015). Mister se faz relevar que apesar da sua data de elaboração constar do ano de 2006 a implementação ocorreu apenas em 2011, dada a complexidade de tal mudança, bem como a perceptível política de utilização após o ano de 2015 com a publicação do novo Código de Processo Civil Brasileiro.

Objetivos e Considerações Finais

O presente estudo deve adotar os seguintes objetivos: a) Analisar a implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos tribunais; b) Analisar a funcionalidade e navegabilidade do sistema; c) Demonstrar os benefícios decorrentes de sua implantação; d) Detectar problemas e apontar soluções eficazes, que contribuam com o bom funcionamento do sistema. Com isso, o resultado esperado inicialmente é de contribuição não somente ao meio acadêmico, mas sobretudo ao jurisdicional a respeito da utilização de tal ferramenta apontando possíveis falhas e soluções viáveis para a sua utilização de forma mais produtiva e satisfatória.

Referências

- 1- **Lei 11.419/2006** - Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências; Resolução TJ/OE 16/2009. ;
- 2- **Relação das Normas do Processo Eletrônico** – Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/servicos/processo-eletronico/relacao-normas-proc-eletronico> > Acesso em 25 de agosto de 2016;
- 3- **Site PJe** – Disponível em: <<http://www.pje.jus.br/navegador/> > - Acesso em 25 de agosto de 2016 ;
- 4- **Processo Eletrônico** – Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/processo-eletronico/apresentacao> > Acesso em 26 de agosto de 2016.

DIREITO DE IMAGEM À CERCA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Ana Livia Silva Bastos¹; Cleyson de Moraes Mello²

¹ Discente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

² Docente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

No projeto apresentado, procurou-se discutir o Direito de Imagem à cerca dos Direitos da Personalidade a respeito do morto ou do ausente.

O Direito de Imagem é considerado um direito irrenunciável, inalienável e intransmissível, porém é disponível. Ou seja, ele pode ser comercializado, licenciado e negociado onde o indivíduo pode autorizar a sua exposição.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento das populações, essa questão do Direito à Imagem se tornou mais abrangente. A primeira Constituição, a de 1824, protegia somente à intimidade. Ela previa a inviolabilidade do domicílio com a ideia de que assim, a imagem estava também protegida. A Constituição de 1946 protegia a imagem da mesma forma, todavia reforça a inviolabilidade dos direitos a respeito da vida do indivíduo.

Atualmente, o Direito à Imagem é considerado um direito personalíssimo bem como o direito à privacidade e à intimidade. Por isso, está previsto na Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, X, como: "São invioláveis à intimidade, a privacidade e a honra das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da sua violação" e além desta, podemos encontrá-lo previsto também no Código Civil de 2002, na súmula número 714 do STF e nas súmulas número 227 e 403 e do STJ.

Em caso de falecimento, sabe-se que a personalidade se encerra com o mesmo, contudo nem por isso o falecido perde os seus direitos. No caso da violação da privacidade do morto, quem responde legalmente é o cônjuge, ou seus ascendentes, ou descendentes.

Pode-se concluir que de acordo com o artigo 14º do Código Civil, há sim o direito de expor a imagem do falecido desde que ele tenha deixado algum documento comprovando a sua vontade. No caso de ausência deste documento, algum parente deve consentir a mostra do mesmo. E se insistem em expor os corpos sem documento de autorização, os ascendentes ou descendentes podem entrar com um processo de Danos Morais em face ao responsável pela exposição.

NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL

Daniela Fernandes Leite Araújo¹; Flavia Sanna Leal de Meirelles²

¹ Discente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

² Docente da Faculdade de Valença, FDV, CESVA/FAA

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença - CESVA / FAA, tendo como objetivo analisar a violência contra a mulher nos dias atuais. Há muito a se fazer para que mulheres sejam livres e para que se conquiste a igualdade de tratamento entre os indivíduos, a que se refere o texto constitucional. A violência contra a mulher é um problema presente em nossa sociedade há tempos. Historicamente, o homem ocupa um papel de poder sobre a mulher, fazendo com que ela se subordine aos seus desejos, tornando-a objeto de prazer. Dados apontam que, no Brasil, a cada 4 minutos uma brasileira é agredida; uma mulher é estuprada a cada 11 minutos; treze mulheres são assassinadas por dia, sendo que uma a cada três dessas mortes podem ser categorizadas como feminicídio. Nos dias atuais esses números trazem a certeza que a lei, sozinha, não vai combater tal desigualdade. Mulheres sofrem quadros de violência psicológica, física, moral, sexual pelo simples fato de serem mulheres – e isso é fruto de um cenário patriarcal construído ao longo de séculos em todo o mundo. Junto a isso, o advento da Internet e a popularização das redes sociais têm funcionado como novos instrumentos de violência em face das mulheres, por meio da exposição e ridicularização virtual de tais vítimas. Aos muitos medos que estão presentes na vida da mulher – medo de enfrentar o agressor, medo de lutar pela sua vida, medo lutar pela sua liberdade e pelas suas próprias vontades – soma-se mais um: o medo de ter a sua intimidade exposta na Internet, aos olhos de incontáveis pessoas que irão julgá-la, desmoralizá-la e excluir desta mulher o direito a uma vida digna. A violência contra a mulher afeta sua autoestima, levando-a a criar uma imagem negativa de si, o que dificulta sua relação com tudo que a cerca. Mulheres violentadas possuem um risco muito maior de desenvolverem problemas psicológicos relacionados à depressão; tentativas de suicídio; síndromes de dor crônica; distúrbios psicossomáticos e tantas outras complicações, que afetam o seu desenvolvimento social, profissional e pessoal. Quando se trata da violência digital (isto é, aquela praticada no ambiente virtual), tais resultados são potencializados, pelo fato de que a Internet eterniza o conteúdo que nela se encontra, bem como permite seu compartilhamento com todas as localidades do mundo. A batalha é longa e deve ser direcionada não apenas no sentido de punir os agressores, mas também para propor uma conscientização em toda a sociedade de que a mulher é, assim como qualquer homem, sujeito de direitos, independentemente de qualquer juízo de valor que se faça sobre sua vida. Mudanças devem ser feitas e o meio de resgatar essas mulheres que se escondem em meio a tanto sofrimentos e acham que não podem ser livres é mostrando que além das normas penais essas mulheres devem mudar sua postura, sua mentalidade e lutar por seu espaço, por sua inclusão e pela igualdade entre os sexos.

Palavras-chave: mulher; violência; objeto de prazer; igualdade; violência digital

NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL

Kylzanara Rodrigues Pereira Balthazar¹; Flávia Sanna Leal de Meirelles²

1. Discente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

2. Docente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

Resumo

A pesquisa do grupo de iniciação científica da Faculdade de Direito de Valença, que visa a análise da violência digital contra a mulher sob a ótica do Direito Penal, com isso demonstrar como tal comportamento social tem crescido em larga escala no Brasil e no mundo, e causados diversos prejuízos psicológicos e sociais às mulheres que são vítimas de tal conduta.

Palavras-chave: violência, internet, mulher, direito penal, tecnologia.

Introdução

A presente pesquisa se inclui na composição do Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença - CESVA/FAA, tendo como objeto a análise do teor dos direitos das mulheres que vem sendo violados por meio de uma poderosa ferramenta, a internet, o que vem acontecendo em decorrência do grande avanço da tecnologia com as redes sociais e aplicativos de smartphones.

Com o passar do tempo a internet se tornou um espaço de convívio social, desde lazer até questões relacionadas à vida profissional. Pode-se dizer que não há mais uma divisão entre o mundo real e o virtual, mas infelizmente mesmo nos dias atuais existem pessoas que não fazem tal distinção, e acabam utilizando a internet com o intuito de ofender, humilhar e expor outras pessoas.

Entre estas, há um número expressivo de mulheres que sofrem todos os dias com a violência na internet, seja por relacionamentos mal resolvidos ou quaisquer outras razões.

Uma das questões que mais choca ao citar este tema é a frieza e indiferença com a qual ele é tratado: por fazer parte da esfera virtual, as pessoas não esperam consequências reais de seus atos, porém, em consequência de muito estudo, grupos de proteção à mulher e outras iniciativas, tenta-se mudar essa realidade.

No Brasil, entre as inúmeras possibilidades de violência contra as mulheres, duas maneiras vêm sendo evidenciadas pela mídia e pelo progressivo número de ocorrências, são elas: o cyberbullying, que utiliza o espaço virtual para atingir pessoas, em sua grande maioria realizado em redes sociais e com discriminação de vários tipos; e a chamada pornografia de vingança, que atinge um expressivo número de mulheres por meio do compartilhamento de mídias de cunho íntimo sem a autorização da mulher, com a intenção de causar-lhe constrangimento e humilhação.

Por se tratar de um tema relativamente novo no âmbito jurídico, ainda há contestações nos Tribunais do Brasil em relação ao tema o que pode ser prejudicial para as vítimas de crimes desse tipo, pois infelizmente ainda há uma falta de conhecimento dos operadores do direito.

Consequências Jurídicas

A legislação vigente consente que tais condutas sejam enquadradas conforme o prisma da responsabilidade civil (danos morais) e criminal, que além dos crimes contra a honra (difamação, calúnia e injúria), se as vítimas, em alguma hipótese, sofrerem violência psicológica e danos morais, serão protegidas pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), e as menores de idade, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O Marco Civil da Internet da mesma forma, deu ao tema de acordo com a Lei nº 12.965/2014, os provedores de internet que não removerem do ar o material após notificação extrajudicial poderão responder pelos danos causados à vítima – o que pode tornar a retirada bem mais ágil. Outra lei de grande relevância a respeito do tema é a Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/2012), rapidamente aprovada após fotos íntimas da atriz que dá nome a lei terem sido copiadas de seu computador e publicadas na internet, incluiu no Código Penal várias das infrações cometidas no meio digital e prevê a reclusão de 8 meses a 3 anos e 4 meses para quem divulgar conteúdo roubado de dispositivo informático. No entanto, ela não prevê de modo específico a conduta da pornografia de vingança quando não houver o roubo das imagens, mas sim a veiculação sem consentimento.

A presente pesquisa analisará como as doutrinas brasileiras se posicionam sobre o tópico, propondo a reflexão sobre o Direito Penal, com ênfase na violência contra mulher no âmbito virtual.

Referências

- 1- Anderson Schreiber; **Direitos da Personalidade Ed. Atlas;**
- 2- Luziane de Figueiredo Simão Leal, **Crimes Contra os Direitos da Personalidade na Internet, Ed. Juruá ;**
- 3- Aline Gostinski e Fernanda Martins, **Direitos Feministas- Por um Direito Menos Machista, Ed. Empório do Direito;**
- 4- Erica Lourenco de Lima Ferreira – **Internet Macrocriminalidade e Jurisdicao Internacional;**
- 5- Mario Furnelato Neto, Jose Eduardo Lourenco dos Santos e Eron Verissimo Gimenes – **Crimes na Internet e Inquérito Policial Eletrônico, Ed. Edipro ;**
- 6- Pornografia de Vingança – **Contexto histórico-social e abordagem no direito brasileiro;**
- 7- Victor Gabriel Rodriguez – **Tutela Penal da Intimidade – Perspectivas da Atuação Penal na Sociedade da Informação;**

NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO NA VIOLÊNCIA DIGITAL

Cláudia Cristina Pereira Andrade Delfino¹; Flávia Sanna Leal de Meirelles²

1. Discente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

2. Docente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

Resumo

A exposição íntima da mulher no meio cibernético é causada, principalmente, pelo fim de relacionamentos. O trabalho tem como objetivo relatar o caso de vítimas da chamada pornografia de vingança, e mostrar como o Direito Penal deve prever o tratamento dessas transgressões. Isso, com base na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: violência digital, mulher, Direito Penal.

Introdução

A internet tem avançado significativamente desde seu invento na guerra fria. Posteriormente, ela se tornou instrumento de uso popular com a grande utilidade que lhe foi atribuída, como informações instantâneas, pesquisas, e toda a interação mundial que ela permite por meio das redes sociais. No entanto, algumas pessoas a utilizam para fins violadores e até mesmo criminosos. A mulher, além de ser alvo de violências físicas e psicológicas pela sociedade machista que a cerca, também se tornou vítima da violência digital.

Relato de Caso

O caso Rose Leonel foi um dos que mais repercutiram no Brasil. Após o fim da relação, seu ex-companheiro alegou que destruiria sua vida, e de fato foi o que aconteceu. Ela teve suas fotos nuas enviadas por ele para mais de 15 mil destinatários entre colegas de trabalho, familiares e conhecidos da cidade.

Posteriormente suas fotos viralizaram por todo o mundo, inclusive, sites pornográficos, causando um dano ainda maior a sua integridade. Além disso, Rose perdeu o emprego, foi ridicularizada e acabou entrando em depressão. (1)

Discussão e Conclusão

Mulheres que têm ou tiveram sua intimidade exposta na internet são, em grande numero, vítimas de seus ex-companheiros. Estes agem dessa forma, pois não se conformam com o término do relacionamento. A ideia de publicar a intimidade da ex é o que, atualmente, pode ser entendido por eles como uma defesa de suas honras, pois intencionam em reafirmar uma suposta superioridade ao sexo feminino. Além disso, ao invés de ela ser acolhida como vítima pela comunidade em que vive, acaba sendo julgada, questionada sobre os motivos de ela ter mandado uma foto nua para o namorado ou ter se deixado filmar em um momento íntimo. Mais uma vez, a lógica é invertida e ela é culpada pelo crime que sofreu. Dificilmente ver-se-á um homem sofrer com esse tipo de exposição. E quando há, ele não é ridicularizado como a mulher, pois a relação simbólica que existe na sociedade machista faz com que p o homem seja estimulado pela sua virilidade. A pornografia de vingança evidencia que os crimes cibernéticos são, em sua maioria, direcionado às mulheres, ou seja, é cometido por questões de gênero.

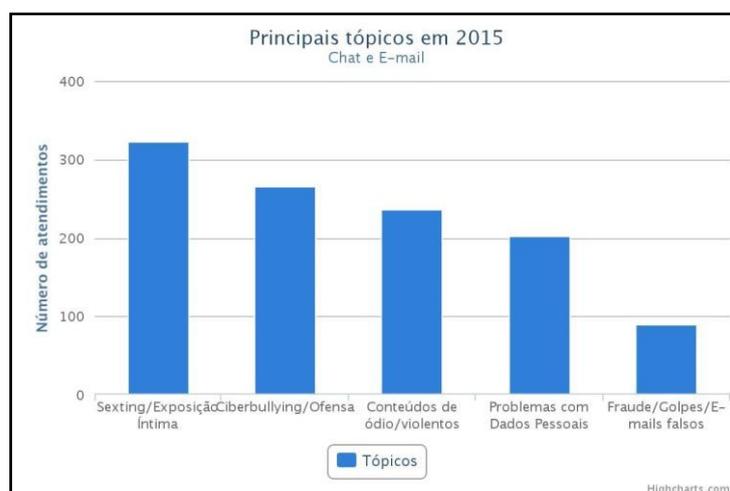


Figura: Denúncias sobre Sexting/Exposição íntima

Em 2015, organização não governamental (ONG) Safernet, recebeu mais de 300 denúncias de Exposição íntima/Pornografia de vingança (2).

No Brasil ainda não há leis que tratam especificamente sobre tais crimes virtuais como a pornografia de vingança, sendo esse tipo de transgressão classificado dentro dos crimes contra a honra. É preciso ressaltar que o ato de degradar a imagem da mulher no âmbito virtual causa mais danos a ela do que ao próprio criminoso, pois a ele caberá o cumprimento de eventual pena, enquanto ela será mal vista pela sociedade pelo fato ser mulher, ter tido sua intimidade exposta, e ainda vir a sofrer com outros tipos de violência decorrentes de sua exposição no meio virtual. Esse, então, é um dos novos desafios do Direito Penal, adequar suas normas perante os crimes virtuais contra a mulher.

Referências

- 1- De Macedo Buzzi, Vitória "Pornografia de vingança". Empório do Direito. Vol1, Pag 44-45, 2015.
- 2- <<http://indicadores.safernet.org.br/gelpline/helplineviz/helpchart-page.html>>

NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL

Adão José Brum de Souza¹; Flavia Sanna Leal de Meirelles²

¹Discente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

²Docente da Faculdade de Valença, FDV, CESVA/FAA

A presente pesquisa de insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, tendo como objetivo a análise temática acerca da violência contra a mulher nos dias atuais. Pela história de nossa sociedade, percebe-se que o homem detém um lugar privilegiado na sociedade quando comparado à mulher, pois a sociedade ainda tem como base estrutural a força, e como resultado a violência tanto física quanto psicológica. Todos os dias as mulheres tentam lutar contra a naturalização da violência que as atinge, lutando por espaços de voz, reconhecimento, aceitação e mudança no machismo já estabelecido. Historicamente, a mulher sempre esteve em condição inferior a do homem, situação que nunca foi contestada por ter sido construída culturalmente ao longo dos séculos. Por sua vez, o homem sempre teve seu papel na sociedade: pai, bom filho, mau filho; mas essas posições sempre lhe foram atribuídas pelos mesmos, enquanto que a mulher sempre foi categorizada pela opinião dos homens, tendo o papel de meramente auxiliá-los em seus feitos. Esse sistema machista oprime e impõe regras que, quando não são cumpridas, quem se opõe é aniquilado. O ser humano é um produto do meio em que vive, sendo assim, é natural que as pessoas tomem atitudes machistas, mesmo que não percebam. Isso se torna possível pelas doutrinas que lhe são passadas desde seu nascimento e quando crescem reproduzem esse comportamento de forma automática e que pareça ser normal. Só refletem sobre essa atitude quando são levadas a fazer uma reflexão do assunto e são confrontadas por outra visão sobre o tema. As mulheres acabam, inconscientemente, ajudando a reforçar as posições que elas não acreditam e nem mesmo defendem e que muitas vezes pode até mesmo agredi-las, direta ou indiretamente. O próprio julgamento que a mulher faz sobre si mesma a vitimiza, evidenciando os estereótipos machistas. Como a sociedade criou as

mulheres para aceitarem a culpa, é natural que o homem não seja responsabilizado. Sendo assim, tornou-se muito natural ver as mulheres sendo culpadas por estupros, por usarem roupas curtas ou decotadas e serem culpadas por estarem em lugares inapropriados. No Brasil, dados apontam que os atendimentos a mulheres vítimas de violência sexual, física ou psicológica em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) somam, por ano, 147.691 registros – 405 por dia, ou um a cada quatro minutos, treze mulheres são assassinadas por dia, sendo uma a cada três dessas mortes categorizada como feminicídio. Os dados integram o Mapa da Violência – Homicídio de Mulheres, um dos mais respeitados anuários de violência do País. As estatísticas foram reunidas com base no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, que registra os atendimentos na rede do SUS. O registro mais recente do Sinan contém dados de 2014 – o estudo foi concluído no fim de 2015. A análise destes tristes dados permite constatar que o número é absurdo e que tais vítimas só são vítimas por serem mulheres. Não há como se negar que é preciso buscar o equilíbrio social. Precisa-se de uma mudança de postura, de mentalidade e posicionamento, e, neste sentido, o feminismo ganha cada vez mais espaço na sociedade. No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito até que ele atinja a todas as mulheres que são humilhadas, principalmente as que não se deram conta do seu papel na sociedade, mostrar que existem leis para os agressores e puni-los. As mulheres precisam acreditar na mudança e fazer parte deste movimento, se impondo perante a sociedade. Somente com uma intensa conscientização de homens e mulheres sobre o tema será possível buscar a igualdade dos gêneros.

Referência

1. **NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL.** Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-de-genero-na-internet>> Acesso em 28 de agosto.2016.

O ESTADO DE ISRAEL E A LEGISLAÇÃO DO REFUGIADO

Paulo Alexandre Dos Santos Guerreiro¹, André Panno Beirão²

¹Discente da Faculdade de Direito de Valença, CESVA/FAA

² Docente da Faculdade de Direito de Valença, CESVA/FAA

Criação do Estado de Israel

O direito internacional tem sua origem no Tratado de Tordesilhas, e foi aflorado com as relações comerciais. O mundo passou a ser regido não só pelas internas dos Estados Nacionais, pois o homem em suas relações, não se limita ao espaço físico de um Estado. E, nestas relações, surgem os conflitos. Como resolver estes conflitos faz com que se crie mecanismo para pacificar os litígios.

Em se tratando de ser humanos, os problemas são criados de forma inovadora. Há problemas que excedem as barreiras do Estado, envolvendo nacionais, que se vem obrigado a deixar a contragosto seu país, são os refugiados.

O direito do refugiado nasce com a carta da ONU, quando no ano de 1951, após o fim da segunda guerra mundial, o mundo achou que precisava criar normas para que o problema exercido, sobretudo sobre os judeus, não mais

ocorresse. A partir daí começam as conversações, que, talvez por uma questão de compensação pelo holocausto, resolvem “devolver” aos judeus o controle das terras perdidas no ano 70, com a Diáspora. O movimento sionista deu população semita a “Terra Prometida”, criando o Estado de Israel.

O Estado é formado por seus elementos tradicionais, território, povo e soberania. E é justamente o elemento povo que se quer focar, pois esta gente estava refugiada em diversos países do mundo e é exatamente neste ponto que se deve focar a discussão, pois um povo tem sua cultura, costumes, jeito próprio de viver. Quando se é refugiado, a legislação criou uma série de direitos, mas também uma série de deveres, com isso é mister a análise, que consiste em analisar se nos moldes legais da atualidade, seria possível criar um Estado como foi criado o Estado de Israel.

Situação jurídica

A lei 9.474 de 1997 definiu padrões para o refugiado no Brasil, assim a condição não mais seria de desamparo e sem lei, o Estatuto do Refugiado, a ACNUR definiu as normas em documento que pode ser encontrado no site da entidade, neste documento define relações da vida civil do refugiado no Brasil, preservando-lhe a identidade cultural e não deixando brechas para discriminação de qualquer natureza.

Nestes termos os semitas teriam garantidos seus direitos em todas as esferas, e o Estado de Israel precisaria de um território para exercer sua soberania.

Bibliografia

http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

GOMES, Aura Rejane. **A Questão Palestina e a Fundação de Israel**, Dissertação de Mestrado, USP, 2001

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público** – 5 ed. atual. Ampl.- São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011

O PJE À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Paulo Alexandre Dos Santos Guerreiro¹, Edmundo Gouvea Freitas²

¹Discente da Faculdade de Direito de Valença, CESVA/FAA

² Docente da Faculdade de Direito de Valença, CESVA/FAA

Há uma estória antiga que diz que um prefeito de uma pequena cidade fez uma praça para que o povo pudesse assistir televisão, era um aparelho caro que a maioria da população não podia adquirir, então teve essa brilhante ideia, no dia da inauguração, com a praça cheia, numa bela tarde de domingo, lá estava ele com todos os presentes. Em seu discurso de inauguração todos aplaudiam e suas últimas palavras naquela tarde foram: “Agora só falta a energia elétrica.”. Não resta a menor dúvida de que a internet configura o maior meio de publicidade e controle.

Por sua vez, o novo Código de Processo Civil, é sem sombra de dúvidas, um grande avanço procedimental, mas parece em alguns aspectos aquele prefeito mencionado no mote em epígrafe. Vale dizer que se evidencia no país que apenas 50% da população tem efetivo acesso à internet, e destes, a grande maioria acessa pelo celular, ou seja, internet de dados, com limitação de bits e profundas limitações ao acesso das distintas plataformas do PJe. Mister se faz destacar que o sistema do PJe, adota uma plataforma para cada unidade da

federação, com suas próprias particularidades não havendo unicidade procedimental, com exceção dos TRTs – Tribunais Regionais do Trabalho.

Desta forma, há uma confusão, no sentido de falta de uniformidade neste sentido, sendo apontadas inúmeras teratologias procedimentais no âmbito do processo judicial eletrônico. A diversidade de linguagens e tutoriais inúteis à efetiva solução das questões é uma das marcas desta atual fase de implantação do PJe. A publicidade está, apenas formalmente, garantida, já que extremamente limitada e inadequada ao cumprimento dos princípios constitucionais fundamentais. Não se pode perder de vista a política de enxugamento da máquina pública feita à custa de crescentes e reiteradas dificuldades para os operadores do direito. Logicamente que o atual CPC é muito recente para ser execrado antes de um lapso temporal adequado à responsável análise crítica, mas deixa espaços para críticas, pois, a partir do dia 18 de março de 2016, a comunidade jurídica, capacitada ou não, teve que se submeter às suas inovações e novas diretrizes. Por outro lado, como exemplo prático correlato, tem-se a crise empresarial afetando a principal prestadora de telefonia fixa, móvel e internet, esta titular de pedido de recuperação judicial. Ora, esta é a maior prestadora de serviços de acesso à internet banda larga para o interior do Rio de Janeiro, que é hoje, a segunda maior economia do país. Com isso pode-se inferir que se está diante de um grave problema metajurídico no que tange ao acesso à internet e seu reflexo na tramitação de processos judiciais eletrônicos. Não seria demais um exercício mental, no sentido de supor que se no estado do Rio de Janeiro está assim, imagine no “Sertão do Cariri”.

O PJe de forma geral facilitou a vida de todos, mas principalmente dos grandes advogados, pois viajam muito e poderão enviar e acompanhar seus processos de onde estiverem. Para os TJs o ganho também é inegável, principalmente se analisarmos do ponto de vista do Governo que busca a contenção de despesas, pois nesta esteira cabe ao advogado a inserção de várias etapas que antes era feita pelo serventuário, assim diminui gradativamente a necessidade de um grande quantitativo de trabalhadores. E os que buscam a tutela jurisdicional do Estado também, pois podem ver como “anda” seu processo.

A isonomia processual, em tese foi mantida, bem como o juiz natural e sua obrigação na inafastabilidade da jurisdição. Quanto ao contraditório este foi facilitado, com a dilatação do prazo para o réu e a citação eletrônica, pois de certa forma tende a diminuir os casos de revelia por falta de citação ou citação por edital. A motivação decisões judiciais e duração razoável do processo tende a ser melhor, pois além de mais pessoas terem acesso para fiscalizar, facilitou também a vida do juiz que pode trabalhar em casa e/ou onde estiver. Logicamente que esta não é a panaceia do sistema jurídico, pois é inequívoca amplitude da divergência regional pátria, seja no nível educacional, cultural e de infraestrutura.

Bibliografia

- ABRÃO, Carlos Henrique. **Processo Eletrônico e Processo Digital**. 3 ed. São Paulo: Atlas
- ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo**
- FIGUEIREDO, Simone Diogo Carvalho (coordenação). **Novo Código de Processo Civil anotado e comparado para concursos** – São Paulo: Saraiva, 2015
- BORBA, Mozart. **Diálogos sobre o Novo CPC** /. Recife, PE: ed. Armador, 2016
- DIDIER JR, Fredie. **Curso de direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 17. Ed.- Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015. V. 1.

O REFUGIADO SOB A PERSPECTIVA DA SEGURANÇA INTERNACIONAL

Solana Rovena Marques de Souza¹; André Panno Beirão²

¹Discente na Faculdade de Direito de Valença (FDV) do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA).

²Doutor em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), docente na FDV/CESVA

Resumo

Este artigo tem como objetivo central destacar a complexa situação global de refugiados e os desafios que dela advém no que concerne à segurança internacional. Na busca pela concretização deste direito, Estados e refugiados se deparam com os problemas relacionados à ameaça terrorista e seus efeitos que, na práxis, ensejam o deslocamento de milhares de pessoas e aumentam as restrições impostas pelos países. A questão dos refugiados do ponto de vista da segurança conjuntamente aos desdobramentos políticos, econômicos e sociais, em escala nacional e internacional, é a base a partir da qual se desenvolve a reflexão deste tema.

Palavras-chave: Refugiados; Segurança Internacional; Terrorismo; Direito Humanitário Internacional.

Introdução

A dicotomia entre refugiados que buscam segurança e Estados que tentam garantir a segurança, surge com a possibilidade dos próprios refugiados serem a solução para o segundo problema sem, no entanto, semear medo e atitudes preconceituosas.

Segundo o relatório divulgado pela ONU e pela Anistia Internacional, o mundo registra hoje o maior número de refugiados desde o fim da Segunda Guerra Mundial: 65 milhões de pessoas (2).

O mesmo mundo globalizado que eliminou fronteiras, agora constrói cercas e muros para conter e proteger-se de possíveis terroristas, deixando milhares de pessoas que precisam de proteção no limbo jurídico, vulneráveis à criminalidade. O refugiado visto como uma ameaça tem seus direitos humanos relativizados e, dessa forma, encontra os mesmos problemas dos quais pretendia escapar (3). A retomada do controle das fronteiras traz a sensação ilusória de segurança e tem sido utilizado como estratégia política.

Neste diapasão, é possível inferir que a ingerência humanitária está intrinsicamente ligada à segurança na efetivação dos direitos humanos e com coerência aos princípios da solidariedade e da cooperação internacional (3).

Considerando tal fato, é importante analisar brevemente este tema no contexto do Brasil, país onde vivem atualmente cerca de 9.000 refugiados e que tem se destacado no cenário internacional sediando eventos importantes como a Olimpíada de 2016, primeira a ter uma delegação de refugiados entre os competidores.

O Brasil possui um amplo escopo de ações humanitárias incluindo missões de paz dentro de uma macroestratégia de cooperação (4). Contudo, para assumir o papel de país de refúgio o país ainda enfrenta os mesmos dilemas internacionais no que tange à segurança.

Conclusão

Conclui-se que somente com o investimento em políticas públicas será possível a inclusão social e econômica do refugiado, de modo a evitar consequências como o aumento da criminalidade.

A crise migratória e o terrorismo são grandes desafios humanitários e de segurança transnacionais emergenciais, que requerem soluções coordenadas em longo prazo, para que se possa alcançar uma sociedade mais equilibrada, com menos ódio e incertezas.

Referências

- 1- Alto Comissariado da ONU para Refugiados. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado**: de acordo com a convenção de 1951 e o protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_critérios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado.pdf>. Acesso em 05 set. 2016.
- 2- Alto Comissariado da ONU para Refugiados. **Relatório do ACNUR revela 60 milhões de deslocados no mundo por causa de guerras e conflitos**. Disponível em <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/relatorio-doacnur->
- 3- ARAUJO, N. de. **O direito internacional dos refugiados**: uma perspectiva brasileira. Nádya de Araújo e Guilherme Assis de Almeida (Coord.). Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- 4- BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. 1 ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.
- 5- BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 05 set. 2016.
- 6- MOREIRA R. R. R. J.B. Regime internacional para refugiados: mudanças e desafios. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 17-30, out. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000300003 >. Acesso em: 05 set. 2016.
- 7- SANTOS, P. M. R.; NAJM, A. F. H.; SANTOS, M. F.; RADIEDDINE, M. C.; SILVA, M. C. da.; PRIETO, R. N. **Deslocamentos Forçados e os Novos Refugiados**: o Papel do Direito Internacional na Proteção às Vítimas de Conflitos Armados. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/deslocamentos_forcados.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: PROBLEMAS OPERACIONAIS DECORRENTES DO SOFTWARE JAVA

Adão José Brum de Souza¹; Edmundo Gouvêa Freitas²

¹Discente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

²Docente da Faculdade de Valença, FDV, CESVA/FAA

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é um sistema desenvolvido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a automação do judiciário. O objetivo principal desta plataforma é permitir a prática de atos processuais, assim como o acompanhamento desse processo judicial online. Os arquivos foram digitalizados em arquivos para serem visualizados por meio eletrônico. A ideia do CNJ é convergir os esforços dos tribunais brasileiros para adotar uma solução única e gratuita para os próprios tribunais. Esta plataforma é para uso exclusivo de advogados, magistrados, servidores ou partes que precisarem atuar nos novos processos judiciais, o acesso desta exige a utilização de um certificado

digital. Excepcionalmente, em razão da burocracia e carência didática, permite às partes a visualização de documentos e dados processuais através de serial informado no mandado citatório. O *software* do PJe requer importantes requisitos de segurança e necessita de uma forma mais transparente possível para se comunicar, sendo de alta relevância a elaboração e a aquisição de softwares avançados, a fim de resolver conflitos operacionais obstativos do adequado funcionamento do Poder Judiciário no âmbito digital. A vantagem deste novo instrumento está em poder enviar, por exemplo, petições iniciais e intermediárias por meio da internet, para o foro que se deseja, dispensando o deslocamento até o fórum. Também contribui para o meio ambiente de modo que vá se eliminar uma boa quantidade de papel, adequando, dentre outros pontos, à responsabilidade ambiental. Alguns usuários externos estão enfrentando problemas ao acessar o PJe-JT de 1º e 2º grau, isto deve-se ao fato de que quando o software Java atualiza em versões superiores, o usuário não consegue acessar a plataforma enquanto não atualizar o software. O problema é decorrente e gera diversos impactos aos usuários externos, portanto muitos usuários ficam prejudicados até que o problema seja sanado pelos técnicos do sistema PJe. Os técnicos de DTI detectaram que a atualização do Java impede o carregamento do “*applet*” de assinatura e login no Firefox, impedindo o acesso à tramitação processual desejada. Como exemplo prático tem-se que somente o navegador mozilla firefox está homologado para utilização no ambiente digital em comento e, em pesquisa de campo, verifica-se que o regular funcionamento se apresenta com versões desatualizadas como a 36, a despeito da versão atual (48). Objetivando minimizar tal impacto negativo o CNJ – Conselho Nacional de Justiça disponibilizou recentemente um navegador próprio e mais adequado às particularidades do PJe. Com isso, chega-se à conclusão, *prima facie*, de que a ferramenta atual que foi pensada para agilizar o andamento de processos judiciais requer maior atenção para criatividade e elaboração de sistema viável e produtivo, a fim de sanar problemas recorrentes do software Java ou mesmo inovar a estratégia inaugural partindo para outras tecnologias (abertas à criação de softwares próprios) com a esperada segurança como já verificada na base de dados da Receita Federal do Brasil. software Java.

Palavras-chave: tecnologia da informação, processo judicial eletrônico, direito e novas tecnologias, acesso à justiça.

Referências

1. OAB- Disponível em <<http://oabce.org.br/2015/11/comissao-alerta-para-problemas-no-pje-com-atualizacoes-do-java-e-mozilla-firefox/>> Acesso em 26 de Agosto.2016.
2. PJE -https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Informa%C3%A7%C3%B5es_Gerais
Acesso em 26 de agosto.2016

**PROJETO DE INICIATIVA POPULAR DE REFORMA POLÍTICA
DEMOCRÁTICA E ELEIÇÕES LIMPAS. POR UM SISTEMA POLÍTICO
IDENTIFICADO COM AS REIVINDICAÇÕES DO POVO**

Adão José Brum de Souza¹; Alexandre Motta Tinoco²

¹ Discente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

² Docente da Faculdade de Valença, FDV, CESVA/FAA

O projeto de iniciativa popular pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas apresenta uma proposta de representação política mais identificada com a maior parte da sociedade, as manifestações de 2013 trouxeram á tona a crise política que vivemos. Em 2014^a reforma política foi colocada em pauta política, a inconstitucionalidade do financiamento de campanhas eleitorais por empresas foi o tema da discussão. Os quatro pontos principais desta proposta são: a) Proibição do financiamento de campanha por empresas e adoção do Financiamento Democrático de Campanha; b) Eleições proporcionais em dois turnos; c) Sub-representação das mulheres; d) Fortalecimento dos mecanismos da democracia direta com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes; Esta coalizão é composta atualmente por 101 entidades, esta organização defende o direito um conjunto de reformas em nosso país, mas considera que antes tem que haver uma reforma política no Brasil. O maior problema estrutural que temos é o financiamento de campanhas políticas por empresas privadas, essa contribuição pode chegar a 95% da campanha. Foi constatado pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assistência Parlamentar) que dos 594 parlamentares eleitos em 2010, 273 são empresários. O que determinou que a maioria dos parlamentares representasse seus financiadores e não seus eleitores. Visando resgatar a democracia do país a OAB entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o financiamento de campanhas eleitorais por empresas. O chamado Financiamento Democrático de Campanha vem para tentar dar fim ao financiamento ilegal existente. Este novo modelo de financiamento será feito a partir do Fundo democrático de Campanha e de financiamento de pessoas físicas, cada pessoa poderá doar no máximo, R\$700,00, corrigido pelos índices oficiais e não poderá ultrapassar 40% dos recursos públicos destinados ao candidato. O atual sistema eleitoral é o proporcional de lista aberta, todavia esse sistema de lista aberta acarreta sérios problemas ao sistema político brasileiro, nesse sistema os partidos elegem um número de parlamentares, proporcional ao número de votos que conseguem no processo eleitoral. Este sistema possibilita uma guerra entre candidatos do mesmo partido, ocasionando uma fragilidade partidária, outra deficiência desta lista aberta é a grande quantidade de candidatos o que gera um custo muito alto nas eleições. Para enfrentar esta lista aberta o projeto Coalizão apresentou um Sistema Proporcional em lista pré-ordenada de candidatos. A Sub-representação política das mulheres é outra questão estrutural a ser combatida. As mulheres representam 51,3% do eleitorado, mas entre os deputados estas representam apenas 8,96% do total de deputados. O projeto coalizão pretende destinar 50% das vagas de candidatos para mulheres. Para assegurar o exercício da democracia o projeto coalizão formulou novos instrumentos de democracia direta prevista na Constituição: plebiscito, referendo e projetos de iniciativa popular. Podemos chegar a conclusão de que uma nova reforma política pode assegurar o avanço do país e unificar os setores da sociedade,

considerando isso a Coalizão considerou dar entrada ao seu Projeto de Lei, n.6316/2013.

Palavras-chave: política, reforma, democracia.

Referência Bibliográfica.

Reforma Política Democrática. Disponível hein:

http://www.reformapoliticademocratica.org.br/wpcontent/uploads/2014/08/cartilha_coalizao_segunda_edicao.pdf.> Acesso em 27 de agosto.2016.

QUESTÕES PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: DESMISTIFICANDO QUESTÕES RELEVANTES

Daniela Fernandes leite Araújo¹; Edmundo Gouvêa Freitas²

¹Discente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

²Docente da Faculdade de Valença, FDV, CESVA/FAA

Resumo

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença - CESVA / FAA, tendo como objetivo analisar a implantação do Pje e, conseqüentemente, quais aspectos benéficos vai trazer aos advogados e as partes. O processo judicial eletrônico surgiu através de iniciativa do CNJ – Conselho Nacional de Justiça e a Emenda Constitucional 45 que fomentou políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário buscando a garantia de direitos fundamentais constitucionais como a razoável duração do processo; no caso em comento, através da viabilização do processo judicial eletrônico em conjunto a novas tecnologias aplicáveis à jurisdição estatal. Com a edição da Lei n. 11.419/2006, muitos parâmetros foram traçados, trazendo princípios gerais e, através dessa lei, os tribunais começaram a desenvolver seus próprios sistemas. Desta forma, a diversidade de plataformas do PJe vêm ocasionando grandes dificuldades aos usuários. Objetivando sanar os principais problemas operacionais relatados, o CNJ implementou o desenvolvimento do PJe buscando a futura utilização de plataforma unificada. O exemplo disso verifica-se a cooperação entre os tribunais, *v.g.* utilização do software “Creta”, que pertencia ao Estado de Pernambuco. Através da aludida tecnologia da informação, começou-se a trabalhar uma forma mais uniforme, ou seja, em um mesmo sistema, implantando-se o que hoje se chama Pje – não obstante relevantes divergências operacionais regionais ainda vigentes. A princípio, tal sistema vem contribuindo para futura diminuição de gastos aos advogados, às partes e ao próprio Estado – maior interessado na pacificação social. De outro ponto de vista, há clara necessidade de aperfeiçoamento e modernização das profissões jurídicas, além de já enumerados nuances processuais em decorrência de falhas técnicas do sistema. Vale dizer que o acesso do interessado depende da rede mundial de computadores – *internet*– associada à contratação de certificação digital e, por isso, a eficiência do instituto não requer apenas a intervenção do Direito, mas, sobretudo da contribuição da ciência da computação e tecnologia da informação. Alguns fatores obstativos ao acesso à justiça decorrentes do uso da tecnologia já são perceptíveis como: recorrentes que das de energia, instabilidade do sistema, limitações técnicas de advogados, limitações no tamanho e formato dos arquivos a serem anexados, além da amplitude de qualidade e abrangência de sinal da internet de banda larga no

Brasil. Segundo o CNJ, esse sistema vai trazer muitos benefícios aos advogados, pois seus trabalhos vão ficar mais unificados, não precisando mais sair de seus escritórios para regular e adequar o exercício da profissão como: obtenção de cópias de autos do processo no fórum; envio e protocolo de petições em seus próprios escritórios ou espaços públicos. O advogado e demais operadores terão acesso às peças integrais, seja por meio de um certificado digital, seja através de acesso mais burocrático informando um número serial disponibilizado para acessibilidade de cada documento integrante do processo, mas nada que vede as partes à publicidade processual constitucionalmente garantida. O instituto em análise, dentre outros objetivos, serve para facilitar a vida dos advogados, na medida em que minora os custos da advocacia, corroborando despidendo se deslocar de seus escritórios para outras comarcas e eventuais gastos como hospedagem, combustível, passagens sempre suportadas pelos próprios jurisdicionados. De outra face, há que analisar com parcimônia as assertivas sobre os novos custos da advocacia e possíveis vantagens, sendo capital não deixar de mencionar o significativo aumento de trabalho aos advogados que vêm exercendo funções e responsabilidades antes objeto do expediente de serventúrios da justiça sem discussão acerca do equacionamento da cobrança via honorário por tempo disposto na tabela de honorários da OAB. Por fim, a pertinência temática da pesquisa em tela confirma-se através das inúmeras complexidades a serem solucionadas, inclusive, para além da hipótese deste trabalho.

Palavras-chave: jurisdição constitucional, acesso à justiça, honorários advocatícios, tecnologia da informação.

REFUGIADO, FUGITIVO OU ASILADO

Paulo Alexandre Dos Santos Guerreiro¹, André Panno Beirão²

¹Discente da Faculdade de Direito de Valença, CESVA/FAA

² Docente da Faculdade de Direito de Valença, CESVA/FAA

Sendo o Brasil signatário dos principais tratados internacionais de direitos humanos e faz parte da Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e do seu Protocolo de 1967. Nestes termos o país promulgou, em julho de 1997, a sua lei de refúgio (nº 9.474/97), contemplando os principais instrumentos regionais e internacionais sobre o tema. Assim a lei adota a definição ampliada de refugiado estabelecida na Declaração de Cartagena de 1984, que considera a “violação generalizada de direitos humanos” como uma das causas de reconhecimento da condição de refugiado.

Contudo presenciamos recentemente um episódio que nos suscita uma questão, quando o “terrorista” Cesare Battisti, que teve sua extradição solicitada pela Itália e negada pelo governo brasileiro. Embora se tenha definido o que se fazer nestas questões, é interessante que se tenha definido claramente a diferença entre refugiado, asilado e fugitivo. E como sempre no Brasil, deve-se deixar claro que direito não é privilegio, que a lei, embora alguns defendam que é criada para defender as minorias, o que se conquista não são privilégios para beneficiar transgressores. Não se trata o episódio acima mencionado de um caso isolado, recentemente um terrorista ministrava aulas na UFRJ, tendo acesso a tecnologias nucleares para confecção de artefatos de execução em massa. Todos os dias milhares de pessoas passam pelas fronteiras brasileiras, entrando

e saindo de forma deliberada, legal e ilegalmente, com coisas lícitas e ilícitas, daí vem à questão, como saber quem são estas pessoas? E identificadas, como julgar quem é refugiado, quem é asilado e quem é fugitivo.

Definições

Refugiado

O refúgio é concedido ao imigrante por fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Enquanto tramita um processo de refúgio, pedidos de expulsão ou extradição ficam em suspensos. Sua situação é definida na lei, 9474/97

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Fugitivo, foragido

Foragido ou fugitivo é alguém que está fugindo de uma perseguição ou escondido de determinada situação em um local ou terra diferente da sua, como um emigrado ou expatriado.

Um foragido da polícia, que o conceito mais usual, é um indivíduo que está sob acusação de um crime e está sendo perseguido por forças policiais, e ajudar um foragido é crime previsto no Art. 348 do CP.

Asilado

O conceito jurídico de asilo na América Latina é originário do Tratado de Direito Penal Internacional de Montevideu, de 1889

O asilo pode ser de dois tipos: diplomático – quando o requerente está em país estrangeiro e pede asilo à embaixada brasileira - ou territorial – quando o requerente está em território nacional. Se concedido, o requerente estará ao abrigo do Estado brasileiro, com as garantias devidas. O asilo diplomático, assim, é instituto característico da América Latina. No caso do asilo, as garantias são dadas apenas após a concessão. Antes disso, a pessoa que estiver em território nacional estará em situação de ilegalidade.

Bibliografias

- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público** – 5 ed. atual. Ampl.- São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2011;
- SANTOS, Washington dos. **Dicionário Jurídico Brasileiro** – Belo Horizonte: ed. Del Rey, 2001;
- http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf;
- <https://www.significados.com.br/foragido/>;
- <http://www.justica.gov.br/noticias/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo>;
- <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>;

SISTEMA POLÍTICO E DEMOCRACIA NO BRASIL

Kylzanara Rodrigues Pereira Balthazar¹; Alexandre Tinoco²

1. Discente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

2. Docente da Faculdade de Direito de Valença, FDV, CESVA/FAA

Resumo

O presente trabalho tem como objeto o sistema político e a democracia no Brasil, com o intuito de relatar os principais problemas e apontar visões de natureza jurídica de soluções viáveis sob a ótica do direito constitucional.

Palavras-chave: sistema político, democracia, reforma política.

Introdução

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença - CESVA / FAA, tendo como objeto a análise do sistema político brasileiro e suas peculiaridades, com ênfase em uma análise dialógica entre o regime democrático instituído pela Constituição Republicana de 1988 e modelos adotados por outros países democráticos. Desde a promulgação da Carta Constitucional de 1988, a sociedade brasileira experimentou conquistas de variadas ordens, no entanto, é nítido que o sistema político nacional enfrenta uma crise de identidade, apresentado um flagrante descolamento das demandas sociais, sendo incapaz de responder aos anseios do regime democrático, a exemplo do combate à corrupção eleitoral e da administração pública, ao fenômeno da violência urbana e da crise econômica. Quando, diante de crises, um sistema político deixa de oferecer perspectivas à sociedade, o grau de tensão entre representantes e representados tende a ser elevado, o que, em grande medida, explica as intensas manifestações de 2013, a demonstrar a necessidade premente de uma reforma em nosso sistema político, que seja capaz de satisfazer os anseios da sociedade brasileira.

Dados Estatísticos

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 85% dos entrevistados se manifestaram a favor da reforma política, 78% se manifestaram contra o financiamento de campanha eleitoral por empresas, 90% apoiaram uma punição mais rigorosa ao “caixa dois” de campanha, 56% defenderam que a eleição seja feita em torno de propostas e listas de candidatos e 92% opinaram a favor de um projeto de lei de reforma política democrática de iniciativa popular. Tais dados demonstram a imensa insatisfação dos entrevistados com o sistema político em funcionamento no Brasil, o que motivou entidades representativas da sociedade civil a se unirem e formarem a Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, que tem o objetivo de ampliar a participação da população no poder, argumentando que o povo deve ter mais participação e representatividade no regime democrático brasileiro.

Discussão e Conclusão

A pesquisa tem por objeto o cotejamento do sistema representativo brasileiro com o de outros países democráticos, de modo a desvendar elementos que devem constituir uma ampla e eficaz reforma política no Brasil. Nesta linha

de pesquisa, foram escolhidos alguns autores, como Bruce Ackerman, Luís Roberto Barroso e Cláudio Pereira de Souza Neto, que têm-se como objeto de estudo o Direito Constitucional, com ênfase no sistema político brasileiro. O presente estudo adotou os seguintes objetivos: a) Analisar o sistema político e regime democrático brasileiro, em face de modelos estrangeiros; b) Verificar como a reforma política poderia aprofundar a participação da sociedade brasileira no processo decisório do Estado; c) Detectar possíveis soluções relacionadas a este tema; d) Reunir documentos e publicações referentes ao tema abordado. A metodologia escolhida compreende, fundamentalmente, o estudo bibliográfico de autores do campo do Direito e da política, além de outros documentos. Após os estudos empreendidos até o momento, foi possível concluir que a reforma política no Brasil se faz necessária por diversos aspectos, mas apenas ela não será o suficiente para sanar os problemas que mais afligem a sociedade brasileira, pois, para que haja uma real melhoria da qualidade da representação, a sociedade estar comprometida com a política.

Referências

- 1- Luiz Roberto Barroso - **A Reforma Política: Uma Proposta De Sistema De Governo, Eleitoral E Partidário Para O Brasil**;
- 2- Bruce Ackerman - **The New Separation Of Powers – Harvard Law Review**;
- 3- **A OAB e a reforma política democrática** / organizadores: Aldo Arantes, Cezar Britto, Cláudio Pereira de Souza Neto e Marcello Lavenère. – Brasília : OAB, Conselho Federal, 2014;
- 4- Projeto De Iniciativa Popular De Reforma Política Democrática E Eleições Limpas – **Cartilha de Coalizão - OAB Conselho Federal** – Disponível em:
< <http://goo.gl/2sEQYh> > Acesso em : 23 de agosto de 2016 .

CETICISMO POLÍTICO- O PENSAMENTO AGÔNICO PELA DEMOCRACIA¹

Lucas Pinheiro Garcia¹; Daniel Nunes Pereira²

¹ Versão do resumo de trabalho apresentado no IAPSS WORLD CONGRESS 2016, ocorrido em Berlim, de autoria de Lucas Pinheiro Garcia sob orientação de Daniel Nunes Pereira.

² Discente- FDV/ CESVA- FAA

³ Docente- FDV/ CESVA- FAA

O ora apresentado trabalho tem por objetivo a exaltação da filosofia política, em outros termos, almeja-se determinada contribuição para que a tão cara separação entre tal *ethos* reflexivo e outro de cunho mais empirista demonstre-se pernicioso, em contrariedade ao percebido na ciência política como um todo. Tal distinção é “obscura, obscurantista e não faz justiça a essas duas áreas de trabalho, que são fundamentais a constituição da disciplina. Uma dá sentido à outra. Uma não pode existir sem a outra” (LESSA, Renato. **A política como ela é...: Carl Schmitt e o realismo político como agonia e aposta. In: Agonia, aposta e ceticismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 81p.)

Ademais, ressalta-se o quão relevante é o revisitar dos ditos “clássicos” da reflexão política, mais especificamente, em virtude do presente trabalho, o legado da escola cética. Doutrina esta que nos ensina a não recair sob dogmas impostos, ou seja, a não aderência a um sistema proposições não evidentes. Porquanto, admite-se a relevância de objeções no sentido de redundar tal

postura, quando assumida em sua plenitude, numa estagnação; o que elimina-se com a aderência do “possível” que nos é exposto pelo pensamento Kantiano.

Portanto, empenhar-se-á no seguinte uma reflexão amparada pela crítica Schmittiana a contingente e pragmática junção principiológica entre Liberalismo e democracia, junção esta que para o referido autor é fadada, como na crítica marxista ao capitalismo, desde o seu início ao fracasso:

“A questão consiste porém em saber se a partir do conceito puro e consequente do liberalismo individualista pode ser tirada uma idéia especificamente política. A isto se deve responder pela negativa. Pois a negação do político que esta contida em todo e qualquer individualismo consequente conduz sem dúvida a uma práxis política da desconfiança frente a todos os poderes políticos e formas de estados imagináveis, porém jamais conduz a uma própria e positiva teoria do estado e da política” (SCHMITT, Carl. **O conceito do Político**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992. 97p.)

Ressalva-se que tal crítica não tem como objetivo a democracia em si, numa acepção destrutivista que é sempre um horizonte no pensamento do referido autor devido ao seu *modus operandi* de levar devidamente a serio seu adversário, assim sendo, haverá de ser uma contribuição positiva no sentido de elevar a reflexão acerca da democracia por si mesma para além da zona apolitizada apregoada pelo liberalismo. Conquanto, as contribuições não devem ser desconhecidas de tal movimento, no que concerne as liberdades individuais, o que de fato não se observará no presente.

Desta forma, consiste a adoção da crítica Schmittiana a pedra de toque para uma correção do caráter apolítico perpetrado e, não obstante, a potencialização do espírito e pensamento democrático; para tanto, adotar-se-á a referida crítica não num sentido dogmático, o qual deveria ser seguido indiscriminadamente, mas sim como fio condutor para o qual pretende-se ultrapassar, talvez não de forma peremptória, mas que venha a indicar um caminho a se seguir, revelando mais um degrau para o constante “dever ser” que consiste o caminho da filosofia política e, não obstante, da ciência política em *lato sensu*.

Referências

- ARENDDT, Hannah (1998). O que é política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil;
- ARRUDA, José Maria (2011). “PARADOXOS DA DEMOCRACIA NO LIBERALISMO: Crítica à concepção liberal de Estado de Direito a partir de Carl Schmitt” em “*Problemata- international journal of philosophy*, vol.2, nº1” Accessible at: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/10371>;
- BOBBIO, Norberto. 2009. O futuro da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra;
- Dahl. Robert A. Sobre a democracia. 2001. Brasília : Editora Universidade de Brasília.
- EMPÍRICO, Sexto (1997). Hipóteses Pirrônicas, Livro I, Tradução de Danilo Marcondes, Revista O que nos faz pensar, Página 117, nº 12;
- HABERMAS, Jürgen (1994). Faktizität und Geltung. Frankfurt am Main: Suhrkamp;
- Kant, Immanuel (1980). Crítica da razão pura. São Paulo: Abril Cultural;
- KANT, Immanuel (1980). Crítica da razão pura. São Paulo: Abril Cultural;
- KELSEN, Hans (1957) What is justice? Justice, law and politics in the mirror of science. Berkeley. MIT Press;
- LESSA, Renato (2008) “Uma história da dúvida: uma resenha de A História do Ceticismo, de Richard Popkin”. Rio de Janeiro: Edição Online - Laboratório de Estudos Hum(e)anos. <http://estudoshumeanos.com/wp-content/uploads/2011/03/uma-historia-da-duvida.pdf>. Accessed on 15/03/2016.

LESSA, Renato (2003). A política como ela é...: Carl Schmitt e o realismo político como agonia e aposta. In: *Agonia, aposta e ceticismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG;
LIPJHART, Arend (2003). *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira;
MOUFFE, Chantal (1992): "Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt" em "*revue Française de Science Politique*, vol. 42, nº1.";
MOUFFE, Chantal (2015). Sobre o político. São paulo: WMF Martins fontes;
SCHMITT, Carl (1992). O conceito do Político. Petrópolis: Ed. Vozes; Schmitt, Carl (1996). A crise da democracia parlamentar. São Paulo: Scritta;
SCHMITT, Carl (1996). A crise da democracia parlamentar. São Paulo: Scritta;

ANÁLISE DAS CONSTITUIÇÕES DE 1934 E 1937

Matheus Neves Bastos Costa e Silva¹, Rabib Floriano Antonio²

¹ Discente do Curso de Direito do CESVA.

² Docente do Curso de Direito do CESVA.

Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil em 1930 com um golpe que destituiu o presidente anterior Washington Luiz. A partir daí, Vargas assume provisoriamente o país por 4 anos (1930-1934). Após pressões populares, como a Revolução Constitucionalista de 1932, em 1934 Getúlio promulga a terceira Constituição do Brasil. Essa Carta procurou ter um caráter mais democrático, mas os desdobramentos políticos que vinham ocorrendo fizeram com que o mandato de Getúlio Vargas tomasse um outro rumo.

Entre 1934 e 1937 houve um acentuado crescimento de grupos esquerdistas e isso não satisfazia as classes economicamente superiores. Vargas tentou durante seu mandato controlar a crise econômica que assolava o Brasil, e uma medida encontrada por ele para reverter essa situação foi comprar as sacas excedentes de café e queimá-las. Com isso, os industriais viam em Getúlio um aliado em favor deles.

Em 1937, Getúlio Vargas deu outro golpe de Estado instaurando uma ditadura que, segundo ele, era uma forma de lutar em favor da liberdade. Esse governo foi nominado de Estado Novo e permaneceu ativo e no comando até 1945.

A Constituição de 1934 teve um caráter bem democrático e procurou trazer mais o povo para o cenário político e dar mais abertura para que a massa escolhesse seus governantes. A partir desse princípio, a Carta assegurava voto secreto, a partir de 18 anos e sufrágio feminino, extinguindo assim o voto censitário e restrito aos homens.

Ainda no âmbito social, foi criado a partir dessa Constituição a Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral, além de fazer a Consolidação das Leis Trabalhistas, garantindo salário mínimo, férias anuais, folgas semanais, etc. A Constituição de 1934, promulgada em 16 de julho, teve inspiração na Constituição alemã de Weimar.

Essa Carta teve um caráter autoritário e caráter semifascista e ficou conhecida como Polaca, uma vez que foi inspirada na constituição polonesa. A outorga da Constituição de 1937 foi concomitante ao início do fascismo na Europa, principalmente na Alemanha e Itália.

Getúlio Vargas fez com que o poder de governo se concentrasse nas mãos do Executivo fazendo com que o Judiciário ficasse subordinado a nele.

Além disso, ele nomeava os interventores estatais e delegou pelos poderes à Polícia Especial.

As duas Constituições possuem caráter diferente: a de 1934 é democrática e a de 1937 é autoritária. Isso mostra que em um tempo histórico muito curto as motivações políticas e sociais mudaram drasticamente e que o cenário internacional foi bastante influente para direcionar o destino constitucional que o Brasil teria.

É preciso se ater as conseqüências, sofridas pelas diversas camadas da sociedade e como elas reagiram a isso e quais foram os reflexos desses governos nos anos seguintes aos seus fins.

Referências

- RESENDE, Marília Ruiz e. A Constituição de 1937: A Polaca. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/a-constituicao-de-1937-a-polaca/>>
- PETRIN, Natália. A Constituição de 1934. Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/constituicao-de-1934/>>
- SILVA, Fernanda Xavier da. As Constituições da Era Vargas: uma abordagem à luz do pensamento autoritário dos anos 30. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/15680/14206>>

AS DIFICULDADES E COMPLEXIDADES DAS EXPERIÊNCIAS DE LIBERDADE NO PÓS ABOLIÇÃO: CASO CORINA, VASSOURAS: 1893 - 1974

Gilmara Barbosa de Oliveira¹; Rabib Floriano Antonio²

¹. Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

². Docente do Centro de Ensino Superior de Valença.

Introdução

A pesquisa tem como objetivo analisar a complexidade de um caso jurídico ocorrido na cidade de Vassouras, através de um estudo do caso. Ilustrar as dificuldades para reconhecimento jurídico após as experiências de liberdade, enfrentadas pelos ex-escravos no período da pós-abolição. Dentro de um contexto histórico os Barões do café deveriam ter enfraquecido, mas foram convertidos em Coronéis e assim nasce uma nova classe, tão poderosa quanto antes.

Relato de Caso

Inicia-se no dia quatro de setembro de 1893, na cidade de Vassouras, uma longa trajetória que perdurou por oitenta e um anos de tramitações nos tribunais judiciais, o referido processo de remoção de tutela, onde a ex-escrava do Barão de Avellar, com o nome de Felicidade, na qualidade de mãe da menor Corina, de 12 anos, requer a tutela de sua filha.

O objeto de estudo não busca entender todos os processos jurídicos da mesma natureza entre as sociedades da época. Porém, busca entender o mecanismo de poder e manipulação da aristocracia Vassourense, que tinha na ocasião uma representatividade econômica e política significativa no país. No Acervo do Centro de Documentação Histórica (CDH), da Universidade Severino Sombra, o processo (Nº. 104664412009 do Tribunal de Relação do Estado do Rio de Janeiro) retrata o caso de uma criança na qualidade de ingênua, e da luta de sua mãe para recuperar a sua tutela.

O sistema escravista buscava justificativas para impor a subordinação e os maus tratos que acometiam a população escrava infantil, através da Lei do Ventre livre, que atribuíam aos Senhores o direito da tutela.

Resultados e Discussão

Felicidade, uma ex-escrava do senhor Laurindo de Avellar e Almeida, mais conhecido pela imponência do seu título de nobreza Barão de Avellar, é um dos muitos casos que nos remetem a realidade das marcas do escravismo na história do Brasil que, com pouco mais de cinco séculos, teve a maior parte de sua trajetória marcada pelo sistema escravagista.

Todo este quadro deixou marcas profundas na sociedade brasileira e foi ainda mais gravado pelas teorias racistas. A análise do caso Corina nos favoreceu o entendimento do controle social exercido sobre a classe pobre e negra através da manipulação e influência judicial, disfarçada de proteção infantil (tutela),

Conclusões

O processo perdurou durante 81 anos e a no dia 07 de setembro de 1974 é encerrado o caso Corina, onde as figuras da apelante e do réu já não mais desfrutavam da vida e a menor estaria com 93 anos de idade. Percebe-se que faltava a Corina e a este povo formado por homens e mulheres de cor, a principal condição básica de sobrevivência, o conhecimento através da Educação, para que não continuassem a ser submissos ao poder. Tais notícias tiveram muitas repercussões, foram destaques e divulgadas pela imprensa da Capital da União, que retratavam os abusos e exploração de ingênuos, acobertada sob a capa da proteção dos seus tutores.

A ineficácia da Justiça contribuiu para uma escravidão promovida pela Lei do Ventre Livre, que se tornou um braço extensivo da escravidão, disfarçada sobre a capa da proteção paga com o trabalho, da exploração infantil.

Referências

- ALANIZ, Anna Gisele Garcia (1997), *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição, 1871-1895*. Campinas CMU/UNICAMP.
- ALMEIDA, Fernanda Moutinho de. (2003) *E depois do 13 de maio? Conflitos e expectativas dos últimos libertos de Juiz de Fora (1888- 1900)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF.
- BARROS, José D'Assunção. "O olhar micro historiográfico no Brasil". *Revista do IHGB*, a-165, nº424, jul. /set. 2016.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*, São Paulo: José Olímpio, 1987.
- GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [original: 1975] Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRINBERG, Keila (2001). *Alforria, direito e direitos no Brasil e nos Estados Unidos*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 28.
- MATTOS, Hebe Maria. (1998) *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SIQUEIRA, José Jorge. *O Vagabundo, o Bêbado, o Desordeiro e a República no Vale do Café Fluminense, fins do Séc. XIX e Início do Séc. XX R. Mestre. Hist., Vassouras, v.10, nº 2, p. 151-170, 2008 p 2*

DIREITO DA PERSONALIDADE

Saulo M. Barros Arlindo¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica e Pesquisa da Faculdade de Direito de Valença – CESVA / FAA, que tem como linhas de pesquisa o Direito da Personalidade. O direito de imagem é um direito personalíssimo, ou seja, é um direito inerente à pessoa, faz parte da lista de direitos que constituem o mínimo necessário para garantia de todos os demais direitos do indivíduo. A Constituição do Império, de 1824, normatizava apenas a inviolabilidade do domicílio, protegendo, conseqüentemente a intimidade. Ao proteger o domicílio, a imagem também é protegida de forma reflexa, como característica da intimidade, sendo, assim, uma proteção da imagem do indivíduo desde que dentro do domicílio. Ao longo do tempo as Constituições tiveram boas mudanças. A Constituição de 1946, a imagem continua a ser protegida através da intimidade e reforçada com a inclusão da inviolabilidade dos direitos concernentes à vida. Mas a proteção ainda vem de forma implícita e não expressa. O direito à própria imagem é inalienável e intransmissível, uma vez que não há como dissociá-lo de seu titular. Entretanto, não é indisponível e é esta a grande característica do direito à imagem: a possibilidade de dispor ou não da própria imagem para que outros a utilizem para diversos fins. Assim, a pessoa explorar a sua própria imagem. No Brasil, o direito à imagem é contemplado de maneira expressa no novo Código Civil, em seu capítulo II dos direitos da personalidade, artigo 20: Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, o seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, o seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. Portanto, o direito à imagem é resguardado de forma clara, feitas as ressalvas ao uso informativo e que não atinjam a honra ou a respeitabilidade do indivíduo. Palavras-chave: Direito de Imagem, Indivíduo Sociedade e Proteção

NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL

Erick Ricardo dos Santos Gonçalves¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença - CESVA / FAA, tendo como objeto a análise do teor do direito, em crime de violências contra as mulheres, é um fato que configura em relação os homens tendo em vista que a sociedade ainda permanece estruturalmente na força, e conseqüentemente na violência, tanto física quando simbólica. Isto não é somente no Brasil, mas em diversos outros lugares do mundo. Porque naturalmente as mulheres sofrem violência em busca de espaço de voz e reconhecimento. Na origem do sistema machista, historicamente tratando-se de um processo de construção social, na política, cultura, e ideológica de uma identidade feminina e masculina, o homem detinha o poder, a força, era autoridade superior sobre as mulheres, elas em obediência ao poder homem. A concepção machista sobre o papel da mulher na sociedade, referentemente a desqualificação, pela capacidade da mulher tem, embora algumas delas tivessem capacidade que um o homem, criando diversas divisões de trabalho, a onde a mulher fica restrita em família o dever da casa e na sociedade de grande aparência, isso gera um resultado, a onde a mulher fica dependente do homem. Ao passar do tempo, as mulheres foram ganhando força na sociedade, como trabalhista, e o homem perdendo credibilidade, isso causou um impacto. O Fato de elas usarem umas roupas curtas ou decotes, por estar devidamente em locais desacompanhados em horários e locais inadequados, provoca uma reação no homem, em querer se vingar ou até mesmo estupra-las. Mostra está relação, como natural do homem, a não ser responsabilizado pelos atos cometidos, ora no pensamento deles convertem-se as mulheres como culpadas, mais não, ao contrário. Observa-se que o extinto crime de atentando violento ao Pudor, caracterizado pela prática de relação anal, oral ou qualquer outro contato íntimo, diverso da relação vaginal, do homem contra a mulher, com uso de força, ameaça ou até mesmo intimidação. Este crime foi inserido no tipo penal do estupro (artigo 213 do Código Penal), o qual é considerado pela lei brasileira, como crime hediondo, a tal consagrada em Lei nº 8.072/90. A segurança pública é fundamental e principal desafio aos Estados do nosso país, mas a relevância está na sociedade, precisa de um equilíbrio para manter o convívio bem sadio com os cidadãos, a buscar pela igualdade e o equilíbrio social. Na tecnologia digital, os direitos do cidadão têm como o amparo as mesmas normas penais que regulamentam as condutas praticadas fora do ambiente virtual. Verifica-se, contudo, que as mulheres são as maiores vítimas de crimes praticados pela internet, ou seja, o inimigo secreto, pelas mesmas razões de ordem machistas que as tornam vítimas das agressões fora da esfera virtual. Uma das práticas ilícitas mais comuns em âmbito digital é a exposição virtual das mulheres, de forma a que sua intimidade seja violada aos olhos de todo o mundo, o que, com frequência, é feito por um antigo companheiro para se vingar, de um fim relacionamento. Importante ressaltar a urgência em tratar do tema, uma vez que tais exposições podem vir a prejudicar a mulher em sua integridade física, moral e psicológica da vítima. A presente pesquisa tem como objetivo

fundamental propor a reflexão acerca de tais temas de fundamental importância, tendo como premissa o fato de que o Direito Penal somente surtirá algum efeito no combate a essas formas de violência se houver a conscientização de todos acerca da gravidade do problema.

Palavras-chave: machismo, web, crimes virtuais.

O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E O REGIME DEMOCRÁTICO

Erick Ricardo Dos Santos Gonçalves¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença - CESVA / FAA, tendo como objeto a análise o funcionamento do sistema partidário brasileiro, com ênfase na temática da fidelidade partidária, assim como sua capacidade de interação positiva com o regime democrático. Para tratar da questão da democracia brasileira, será utilizada como base teórica a obra de Marilza de Melo Foucher, que tem ênfase na formação política partidária, revelando que o atual sistema partidário brasileiro não é compatível com a nova república democrática brasileira, o que tem origem na transição do regime militar instituído em 1964 e a democracia política, com a fundação da nova República, em 1985. O atual sistema partidário brasileiro é, de fato, dotado de extrema fragilidade e de baixa credibilidade, sendo que a infidelidade partidária se manifesta em dois fenômenos; a) Nas votações em Plenário, quando o parlamentar não segue as diretrizes traçadas pelo partido; b) No caso de parlamentar eleito por determinada legenda que, durante o mandato, migra uma, duas, inúmeras vezes para outro partido. Nenhuma das duas práticas é presentemente vedada pela legislação brasileira. A Constituição Federal consagra em seu texto no artigo 17 o estatuto dos partidos, e não contempla a hipótese de perda de mandato no artigo 55 ou de cassação de direitos políticos no artigo 15 para os casos de infidelidade partidária. Nos exatos termos definidos pelo artigo 1º, da Lei 9.096/95, “O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal”. O partido político, portanto, oferece sua legenda ao aspirante a cargo eletivo, que depois de filiado e de haver cumprido diversas exigências legais registra sua candidatura, concorre ao cargo pretendido, podendo ser eleito. Portanto este é o raciocínio lógico da nossa Constituição da República Federativa do Brasil e de toda a legislação eleitoral. Nesse contexto, resta demonstrada a fundamental importância de uma Reforma Política no Brasil, que oferece ao sistema partidário maior capacidade de interação positiva com o sistema representativo, no entanto, para que isso seja possível, deverão ser instituídas regras mais rígidas quanto à criação e ao funcionamento dos partidos e mecanismos mais eficazes de garantia dos mandatos, em casos de infidelidade por qualquer dos seus mandatários.

Palavras-chave: Política, democracia, infidelidade.

NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL

Natanael Mariano Dos Santos¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença – CESVA/ FAA, tendo como foco principal mostrar os desafios contemporâneos do Direito Penal em relação à violência digital contra as mulheres. As mídias televisivas, impressas ou digitais certamente são um grande avanço para a nossa sociedade, devido ao enorme conteúdo de informação que recebemos quase instantaneamente do mundo todo. Entretanto, o que deveria ser algo positivo a todos, também é um meio para gerar e disseminar ataques que se reproduzem de forma alheia. Em razão disso, uma das grandes vítimas da sociedade nessa era de informação, são as mulheres, que são constantemente atacadas simplesmente por serem pessoas do sexo feminino. Junto com o intenso processo de globalização, as mulheres acabaram conquistando espaços importantes em nossa civilização, ferindo o histórico e cultural sentimento de superioridade da figura masculina sobre a feminina, o que aflorou ainda mais o machismo e sua propagação no meio. Esse machismo é historicamente remoto em nossa sociedade refletindo de forma abusiva e assustadora em pleno século XXI. Uns dos desafios do mundo moderno é esclarecer que não existe superioridade entre homens e mulheres - inclusive a Constituição de 1988 em seu artigo 5º assegura que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. Junto a isso, o Direito Penal também tem desafios a serem enfrentados, visto que ao longo da história os Códigos Penais foram grandes influenciadores da exclusão da mulher. Tais desafios são bem complexos, pois irão envolver situações em que a nossa sociedade ainda não é capaz de entender. Um dos desafios é esclarecer para todos que violência não é somente física, mas também psicológica e verbal. Neste sentido, essas duas últimas citadas são diariamente expostas nos meios midiáticos, que dando ao público a real noção de que estas situações de agressão estão mais presentes no cotidiano das mulheres do que se possa imaginar. Sobre isso, é importante ressaltar que há outro desafio importante a ser cumprido, que é a forma como a mídia propaga certos tipos de informação nos casos de violência contra a mulher. A mídia tem responsabilidade vinculada ao Direito Penal, na medida em que, ao noticiar os fatos, deve fazê-los da forma mais imparcial que for possível, isento de juízos de valor que possam contaminar o espectador. O Direito Penal tem um importante papel nesse meio, qual seja o de apontar quando os veículos midiáticos realizarem alguma atividade criminosa – essencialmente, crimes contra a honra – em face de qualquer cidadão. Em tempos de popularização das redes sociais, os veículos de propagação da informação precisam, mais do que nunca, tomar cuidado com a forma por meio da qual a notícia é transmitida. Um exemplo de um caso que chamou bastante atenção dos brasileiros foi o evento ocorrido com a jovem que foi violentada por mais de trinta homens no Rio de Janeiro, em 2016. Trata-se de um caso que a mídia transformou em um verdadeiro teatro circense, causando uma confusão nos seus leitores e contribuindo para a criação, principalmente nas redes sociais, de um espaço fértil para os discursos de ódio.

Palavras-chave: mulher, mídia, sensacionalismo, difamação.

CIDADANIA E JUSTIÇA CRIMINAL: UM OLHAR EMPÍRICO

Natália Pinho Rosa¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença

O presente trabalho, que visa à composição da Semana de Iniciação Científica – SEMIC da Faculdade de Direito de Valença, tem por objetivo refletir a respeito da aparente tensão entre as normas que estão positivadas no nosso sistema jurídico e os contextos sociais de incidência de tais normas. O nosso ordenamento jurídico é marcado por ser um sistema extremamente punitivo. Inúmeros são os crimes taxados nos Códigos e leis e suas penas são muitas vezes de detenção ou reclusão. Isso se torna mais complexo quando olhamos para a realidade do sistema penal brasileiro, por exemplo, que por sua vez, é diferente do campo teórico. Atuando de forma seletiva, por vezes arbitrária e construindo estereótipos em relação a parcelas da população, caracterizadas pela desigualdade. Que por sua vez tem impacto na realização da cidadania nesses contextos.

Então, podemos observar também que a justificativa punitiva com foco na resolução de conflitos, parece criar outros ainda mais tênues. Ainda mais quando se refere a realidade da justiça criminal em âmbito processual e carcerário. Pois quantos são aqueles que adquirem doenças em presídios, devido a condições insalubres dos mesmos, ou ainda após o cumprimento de suas penas enfrentam preconceitos no mercado de trabalho?

Nesse sentido, pretendo verificar como essa forma punitiva do Estado reflete na sociedade; a partir da percepção das pessoas envolvidas com a justiça criminal e demais atores sociais a respeito de suas visões em relação à atuação do Sistema Penal na região de Valença de adjacências.

Dessa forma, pretendo promover trabalho de campo para observar a estrutura das Delegacias de Polícia. Já que este órgão é aquele responsável pela maior parte da instrução do processo criminal, construída a partir de uma denúncia e/ou um flagrante. Com o intuito de observar a produção da verdade penal, que está inserida em contexto de inquisitorialidade do rito processual penal.

Para isso, por fim, pretendo promover uma pesquisa de campo na cidade de Valença-RJ, durante o período de aproximadamente um ano, evoluindo-se a minha pesquisa a partir da estrutura de formação processual até seu ponto máximo, qual seja, a sentença final, seja ela condenatória ou não. Para tal fim, em termos de campos de atuação, buscarei a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, a fim de verificar como funciona o que foi exposto no presente resumo, isto é, a atuação do Sistema Penal brasileiro, a produção da verdade no âmbito penal e a percepção das pessoas para uma análise que será apresentada futuramente.

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES PESSOAIS

Waylla Gabriela Esteves Garcia¹, Gloria Maria Alves Moreira Cotrim²

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

² Docente do Centro de Ensino Superior de Valença.

O afeto é transmitido através da reciprocidade de sentimentos de carinho e amor que se tem por uma pessoa ou até mesmo por um animal. A demonstração de afeto é vista diariamente entre pais e filhos, casais, familiares e amigos. É importante saber que o primeiro contato com o afeto se dá no nascimento da criança, quando a genitora tem em suas mãos algo que é considerado um pedaço de si, neste momento as lágrimas de felicidade se tornam um sentimento de afeto, bem como a sensação de segurança que o bebê transmite quando está nos braços da mãe, e o mesmo sentimento é transparecido por toda família. Compreender a importância da família na vida de uma criança é fundamental, pois podemos dizer que a criança é o espelho de sua família. O conceito família ao longo da história vem se modificando e essas mudanças provocam profundas alterações na sociedade atual, onde o afeto passa a ter como base principal a família, pois a ela é a primeira sociedade pela qual a criança tem acesso. É de extrema importância que a família esteja presente na vida da criança, principalmente nos primeiros anos de vida, que é o momento em que a criança está construindo sua identidade e seu lado emocional, para que assim se torne um adulto que saiba lidar com situações inesperadas. A família tem como função transmitir a criança costumes e valores que serão levados da infância para a vida, por esse motivo é importante que os laços afetivos sejam sempre muito bem trabalhados para que não haja conflitos na hora de transmitir conhecimento à criança. Acredita-se que uma criança que nasce em um lar onde laços afetivos são fortalecidos diariamente, tende a se tornar um adulto mais seguro de si, e mais capacitado para lidar com problemas do cotidiano. Portanto, um dos problemas enfrentados pela sociedade hoje é lidar com os laços afetivos, o que mais se tem visto é separação de casais com filhos pequenos e que não conseguem entrar em acordos para reger a vida destas crianças. É sabido que o divórcio é um momento muito difícil na vida não só do casal mais de todos ao redor principalmente dos filhos, pois na maioria das vezes um dos cônjuges não concorda e assim procuram meios para dificultar. Uma das formas mais utilizadas para dificultar a separação é a criança. É possível ver pais que simplesmente abandonam a criança, pelo fato de ter sido rejeitada pela esposa, ou até mesmo por achar que o pagamento da pensão alimentícia paga a ausência, bem como de mulheres que focalizam a criança como o motivo da separação ou dificultam a presença do pai na vida da criança, com a finalidade de mais tarde culpá-lo pela ausência. O que de fato esquecem é que no meio da dor da separação está presente uma criança ainda formando um lado emocional. A mudança de comportamento repentino é uma das características de uma separação mal resolvida pelos pais, a criança tende a ficar mais agressiva, ou mais quieta, costuma ser sempre uma criança insegura com medo de não acabar sozinha como os pais. Por isso que o casal tenha laços de matrimônio rompidos, devem sempre passar confiança e segurança para a criança, mostrando que o que está sendo rompido é o casamento entre marido e mulher e não o afeto entre a criança, pois assim na hora mais difícil a criança vai saber que mesmo com a separação dos pais, eles serão sempre seu porto seguro.

NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL

Rawane De Oliveira Silva¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

A presente pesquisa se insere no contexto Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença – CESVA/FAA, tendo como objeto a análise do teor dos direitos ofendidos através da internet com relação à honra da mulher: Violência Digital. Sabe-se que o uso dos computadores atualmente está bastante presente na sociedade. De modo que, assim como qualquer outro assunto, não tem somente benefícios; pois apesar de defenderem a liberdade e o uso da internet facilitar a comunicação rápida e ser beneficente em diversos outros quesitos, tamanha liberdade e proporção ao desfrutar de tal meio fazem surgir efeitos negativos. O uso do computador para práticas de delitos informáticos ocorre em diversos países, pois todos fazem uso da informatização, o que facilita a prática de crimes em qualquer lugar, sem distinção social ou econômica, estando qualquer informação inserida na internet, presente em todos os lugares. Deste modo, as novas tecnologias têm utilidade tanto positiva quanto negativamente (para a concretização de determinados delitos). É perceptível que apesar dos grandes avanços na história do país e apesar da determinação constitucional segundo a qual todos são considerados iguais, atualmente, a mulher continua sendo vulnerável em comparação ao homem, em se tratando da probabilidade de sofrer toda forma de violência. São inúmeros os fatores que contribuem para que isso ocorra, dentre eles, a histórica subordinação da mulher perante seu empregador, perante seu atual companheiro e, na maioria das vezes, perante aquele que já foi seu companheiro. Ainda que existam leis específicas que protejam os direitos da mulher, a criminalização e violência contra a mesma não para. Dentre os possíveis delitos digitais que ofendem a integridade e a moral de uma mulher, pode-se considerar a pornografia por vingança como um dos mais comuns e frequentes atualmente: trata-se da conduta de espalhar fotos, vídeos, áudios, montagens, ou qualquer outro material de cunho íntimo e pessoal, de forma a ofender sua honra, privacidade e, sobretudo, a sua dignidade humana. Apesar de violar diversas garantias fundamentais os crimes praticados pela internet, cabe citar que o direito comumente ofendido é o da intimidade, no qual se faz necessário a intervenção do Direito Penal para solucionar tais problemas, ocorrendo assim, uma considerável expansão do Direito Penal. De certo modo, considera-se que ele interferirá negativamente nas questões de privação da liberdade e restrição de direitos, mas por outro, entende-se que se faz necessário, pois tal Direito deve não só exercer função preventiva, independentemente de inserir penas mais brandas, se faz necessário para que se cumpra sua função de Garantia diante das relações humanas que foram alteradas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Internet, violência, mulher, direito, intimidade, honra, personalidade, machismo.

REDUÇÃO DA MAIOR IDADE PENAL

Letícia Andrade Lourenço¹; Gabriel Borges²

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

² Docente do Centro de Ensino Superior de Valença.

A discussão sobre a redução da maioridade penal baseia-se em divergentes percepções sobre a criminalidade atual. Porém, com essa proposta de pesquisa pretendo iniciar o debate a partir da complexa formação do sistema penal brasileiro e nos seus efeitos perante a sociedade. Parece-me evidente que o discurso midiático tem a capacidade de somente dar ênfase à discussão acerca da criminalidade por atos cometidos por menores de 18 anos. Igualmente, me parece que tais podem representar interesses ou justificativas particulares por aqueles que representam o Estado. Dependendo da percepção e do interesse do discurso é possível cair em contradições que facilitam à ideia de se reduzir a idade penal. Por exemplo, o voto. Indivíduos a partir de 16 anos já exercem seu direito eleitoral e por que não se responsabilizar por ato considerado ilícitos? Primeiramente, para debater sobre essa pergunta, devemos lembrar que a Constituição Federal Brasileira (1988) é considerada uma constituição direcionada para os direitos dos cidadãos, diferentemente do Código Penal (1940) criado por um poder opressor e ditatorial. Nesse trabalho, pretende-se, ainda, levar em consideração as características seletivas do nosso sistema penal e as consequências que essa seletividade pode trazer, dando ênfase em questões presentes por trás desses índices de atos cometidos por menores. Com base na ideia de que existe uma sociedade desigual e um poder punitivo tão desigual quanto às relações sociais, almeja-se uma argumentação mais concisa. Por fim, o presente trabalho pretende discutir a redução da maioridade penal para além das leis que compõem o Direito Penal. De modo desvelar questões sociais mascaradas pelo discurso reducionista usada pelo Estado para justificar sua dominação.

A IMPLANTAÇÃO DE MICROCHIP EM SERES HUMANOS

Aline Nerys Borges¹, Cleyson Mello², Antônio Celso A. Pereira²

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

² Docente do Centro de Ensino Superior de Valença.

Em um microchip pode conter uma série de informações no espaço de 1,3 milímetros por 1 milímetro. O que já é usado em animais domésticos em caso de perda para a localização, em pesquisa científica por biólogos, em bens, vem adentrando na vida humana, a empresa Applied Digital Solutions e uma boate em Barcelona, já utilizaram em seres humanos. A Boate Baja Beach Club fica em Barcelona, oferece aos clientes Vip a oportunidade de injetar o chip, funciona como um cartão que vai debitando de sua conta o que for consumido. Quando a pessoa não quiser mais possuir o chip, é só retirá-lo num procedimento simples, mas boate não se responsabiliza pela retirada, a pessoa que precisará procurar um local adequado para o procedimento. Usar um microchip em humanos retrata um controle sobre informações pessoais, lugares frequentados, delineando suas preferências. Outra característica é ligada a segurança, como exemplo, os pais

poderem usar para a proteção de seus filhos, estando o mundo tão caótico, nesse âmbito seria de muita valia em inúmeras circunstâncias. Em atletas a aplicação ajudaria a monitorar o treino, a dieta e o uso de medicamentos, como um cuidado para evitar uma desclassificação, há relatos de que no interior de São Paulo, uma equipe de futebol usa este dispositivo. Algo tão minúsculo está gerando certos debates em torno de que a pessoa passaria a ser um objeto controlado, ou posterior a tantos benefícios, não seria mais um interesse econômico? No código civil brasileiro encontramos o artigo 13 com a seguinte redação: “Art. 13. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes”. Há muito a ser analisado sobre a proporção e critérios para guiar a legitimidade ou não desse dispositivo, quanto à integridade física ou os direitos da personalidade.

Palavras-chave: microchip, integridade física, direitos da personalidade, dispositivo.

ABANDONO AFETIVO X SURGIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE

Raquell Rimulo Gonçalves Antunes¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

A família é a base da formação da personalidade de todo e qualquer ser humano. É a partir desse organismo natural que o indivíduo desenvolve seu caráter, aprimorando seu crescimento pessoal de forma positiva, sendo certo de que sua dignidade humana está sendo respeitada. No século XXI, o conceito de família mudou conforme o desenvolvimento da sociedade. A família “tradicional” deixou de ser única e o mundo abriu espaço para a multiparentalidade. Na atualidade, é possível vermos famílias formadas por diversos pais, mães, avós, avôs, entre outros. Contudo, tal situação somente é possível através do afeto. É possível que no ambiente familiar se desenvolva afeto por pessoas diversas e que não possuem ligação consanguínea. Assim como é possível que ocorra o conhecido abandono afetivo de um pai, um filho, uma mãe, ou seja, qualquer que seja o parentesco, o indivíduo está sujeito a sofrer abandono. Quantas crianças são abandonadas por seus pais, às vezes após o nascimento, ou até mesmo durante sua formação intelectual? A verdadeira resposta é que são muitas. Principalmente nas camadas menos favorecidas da população brasileira, observa-se a desestruturação na formação das famílias. A Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 traz em seu texto que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à vida, à saúde, ao lazer, à cultura, à educação, à segurança, entre outros direitos que são garantidores da dignidade humana. (Art. 227, CRFB/88). No entanto, na prática, as relações familiares são um tanto complexas, tendo o legislador que acompanhar as mudanças constantes de pensamentos na sociedade e no âmbito familiar, na tentativa de conciliar o Direito com as diversas situações e mediar os conflitos da melhor maneira possível. A partir de uma análise a fundo as relações familiares, serão encontrados motivos únicos e simples, mas que foram capazes de causar grandes conflitos, e que de certa forma, atingem diretamente a vida de uma pessoa, entretanto, de formas diversificadas. Cabe ressaltar que alguns casais ao se divorciarem descontam todo o rancor e sentimento ruim que lhe gerou a separação nos filhos, que de

certa forma são frutos da união, que um dia acreditou-se ser eterna. Muitos pais ou mães veem o valor da pensão alimentícia, não como uma obrigação, mas sim como uma ajuda suficiente vai suprir qualquer bom relacionamento que poderia ter com seus descendentes e que entre as partes deverá existir sempre o amor devido ao laço consanguíneo. Contudo, poucos aceitam que ao não ter o contato diário, carinho, atenção, ou tudo que está englobado no conceito de afeto, o filho ou até mesmo o pai é obrigado a ter a mesma consideração amorosa, o que não ocorre na prática. Muitas crianças depositam sua afeição naqueles que lhe dão os cuidados necessários e o amor que merecem, assim como muitos idosos que são abandonados em asilos, veem alguns de seus cuidadores como sua família. Portanto, a partir dos danos psicológicos causados aos indivíduos pelo abandono afetivo, seria cabível classificar tal ato como ato ilícito, uma vez que é dever da família garantir a formação de caráter e a dignidade da criança e do adolescente, e do idoso, conforme redigiu o legislador em nossa Constituição Federal de 1988 em seus artigos 227 e 230. Sendo assim, aquele que praticasse o ato de abandono afetivo seria responsabilizado civilmente, indenizando, mesmo que de forma simbólica, o dano causado àquele que sofreu o trauma. Palavras-chave: afeto, abandono, ato ilícito, reparação.

QUANDO INICIA A PERSONALIDADE JURÍDICA

Lucas Lopes da Silva¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

A personalidade jurídica é a aptidão de adquirir direitos e contrair deveres. O início da personalidade é marcado pelo nascimento com vida, conforme dicção do art. 2º do CC. Clinicamente o nascimento é aferível pelo exame de docimasia hidrostática de Galeno. Existem várias Teorias doutrinárias sobre quando inicia a personalidade jurídica à luz do Código Civil, veremos algumas delas para melhor entender o assunto. • Teoria Natalista - a personalidade jurídica se inicia a partir do nascimento da criança com vida, ou seja, quando o nascituro respira essa teoria é adota pelo código civil brasileiro. (CC art. 2º, 1a parte); • Teoria Conceptionista - a personalidade jurídica tem início com a concepção; ou seja, com a própria gravidez (momento em que o óvulo fecundado pelo espermatozoide se junta à parede do útero). (CC art. 2º, 2a parte) A pesar de estar em nosso código civil, essa teoria não é adotada no Brasil; • Teoria da nidação - defende que o início da vida começa com a implantação do embrião no útero, ocorrendo à partir do 4º (quarto) dia da fecundação, iniciando a personalidade jurídica; • Teoria encefálica – essa teoria diz que o início da vida começa com o início da atividade cerebral; alega que se a vida acaba quando o cérebro para, seria lícito supor que ela só começa quando o cérebro se forma. No Brasil a doutrina se manifesta de forma divergente, pois, se por um lado a lei estabelece que a personalidade civil tem início com o nascimento com vida, o mesmo dispositivo a seguir assegura ao nascituro direitos desde sua concepção. Há nascimento quando a criança, deixando o útero materno, respira. Portanto, se o recém-nascido respirou, nasceu com vida. E é nesse momento que a personalidade civil terá início em sua plenitude, com todos os efeitos subsequentes. Assim sendo, o início da capacidade jurídica começa com a

respiração, sendo irrelevante se posteriormente o nascituro venha a óbito, a entrada de ar nos pulmões é o suficiente para aquisição da personalidade.
Palavras-chave: Personalidade, teoria.

ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO E A SUPRESSÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS (DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA)

Roberta Crystine de Almeida Lasnor¹; Cleyson de Moraes Mello²

¹. Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

². Docente do Centro de Ensino Superior de Valença.

A presente linha de pesquisa trata da análise do direito da dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais, abordando o assédio nas relações laborais. Assim, será analisada a Carta Magna e a legislação trabalhista. A Constituição de 1988 elegeu a pessoa como o valor máximo através do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, elencado no artigo 1º, inciso III, bem como, veda qualquer forma de discriminação que diferencie homens e mulheres em suas relações, seja por raça, cor, religião, é o que preconiza o artigo 5º e seus incisos e o artigo 7º, inciso XXX. Ocorre que, embora sejam obrigatórias as previsões constitucionais, há grande discriminação entre pessoas de diversos setores da sociedade em suas relações, perdurando esta, nas relações sociais e laborais. A discriminação em razão do sexo no trabalho é de grande ocorrência, principalmente em relação às mulheres. Para iniciar o estudo, far-se-á abordagem no conceito e elementos característicos do assédio sexual e moral, para tanto, necessário se faz definir liberdade sexual. A noção jurídica de liberdade sexual está ligada com a disposição do próprio corpo, ou seja, escolher seu parceiro ou parceira, decidir como e quando se expressar sexualmente, além de respeitar os diferentes tipos de expressões. Frisa-se que a liberdade sexual dá as pessoas poder sobre si e responsabilidades sobre suas atitudes. Logo, assédio configura-se como a ação abusiva, que atente por repetições, contra a dignidade ou integridade física. A dignidade da pessoa humana pressupõe a igualdade entre os seres humanos, sendo essencialmente um atributo da pessoa humana pelo simples fato de alguém "ser humano", se tornando automaticamente merecedor de respeito e proteção. Correlato ao direito a vida, a integridade remete para o bem estar ou saúde física (psíquica) de um indivíduo; é o direito tutelado que mantém a incolumidade corpórea e intelectual, repelindo-se lesões ao corpo humano. Este direito em sua plenitude compreende o corpo humano como um todo. O direito a integridade, abrange a integridade física e moral, e está ligado à integridade psíquica; ressalta-se que a integridade mental é a base para uma vida saudável, sendo assim, pode-se dizer que o direito a esta integridade é de suma relevância, servindo como base para o surgimento dos demais. O assédio pode se configurar como sexual e moral, por assédio sexual, entende-se que é a coerção sexual praticada geralmente por alguém hierarquicamente superior ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, conforme preconiza o artigo 216 A do Código Penal; já o assédio moral configura-se como a situação imposta pelo superior hierárquico que vise ridicularizar o trabalhador, expondo-o a constrangimentos, com a finalidade de subtrair sua autoestima e prestígio profissional. A ação pode ser praticada por meio de palavras, gestos, manifestações por escrito ou situações diversas. Tem-se como sujeito ativo o agressor (empregador ou um colega que

possua cargo superior ao da vítima) e do outro lado temos o sujeito passivo, a vítima (empregado, que dependendo da situação possa ser superior hierárquico), além dos espectadores. É importante ressaltar, que a prática de qualquer dessas ações caracteriza inadimplemento contratual, violando a relação trabalhista. Assim, conclui-se que ao analisarmos uma situação de assédio no ambiente de trabalho, identificamos uma violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e de bens inerentes à personalidade (integridade física (psíquica), moral).

Palavras-chave: Assédio, dignidade da pessoa humana, bens da personalidade.

**TEMA GLOBAL: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA / RECORTE:
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITO AO TRABALHO NO
FAMOSO CASO DO FRANCES DO ARREMESSO DE ANÕES**

Renan Santos Piveti¹; Cleyson de Moraes Mello²

¹. Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

². Docente do Centro de Ensino Superior de Valença.

Com a recente e crescente consagração do princípio da Dignidade da Pessoa Humana, advindo das mudanças de paradigma social nos Estados de todo o mundo nos séculos XX, XXI, o mundo aspira uma nova ordem valorativa/moral que reflete mudanças no ordenamento jurídico. Há uma relativização de valores, antes intocáveis, nas relações intersubjetivas ou objetivas (relações jurídicas obrigacionais) que alteram tudo aquilo que antes fora sacro no Estado Liberal e considerados os atributos patrimoniais definidores da cidadania. A despatrimonialização das relações cria um ambiente completamente novo no espectro social, pois, combina elementos antes de natureza individual e agora pública nas relações subjetivas, assim como, elementos de relações públicas nas relações interprivadas. As relações de trabalho especializadas da idade moderna criaram um fator de integralidade muito considerável no ocidente. Na construção desse novo paradigma civil-constitucional, nada melhor do que as relações de trabalho civis para demonstrar essas mudanças. O reconhecimento promovido pela Carta Magna de 1988 da República Brasileira, as jurisprudências por todo o mundo, e o reconhecimento desse princípio nas principais instituições de Direitos Humanos como a ONU (Organizações das Nações Unidas), demonstram que não há como relutar contra esse fenômeno. Sendo assim, o jurista, assim como o operador do Direito tem em mãos um objeto de árduo trabalho. O reconhecimento deste princípio no ordenamento jurídico Brasileiro implica diversos conflitos nas mais variadas áreas do Direito, e no Direito das relações de trabalho não seria diferente. A presente pesquisa tem como objeto evidenciar as iminentes situações conflitórias que esse princípio gerou, gera e gerará no campo do trabalho das relações civilísticas com enfoque no famoso caso francês do “arremesso de anões” - A proibição da prática na cidade francesa Morsang-sur-Orge em 1992, utilizando a ferramenta do direito comparado (dentro das limitações do trabalho) para evidenciar o imbróglio que esse princípio introduz na ordem jurídica considerando toda estrutura do sistema capitalista e as suas naturais deficiências, assim como a estrutura laboral brasileira e internacional. Salientar-se-á situações onde determinada atividade laboral promovidas pela autonomia individual implique, em tese, o ferimento desse princípio, considerando tanto em

uma relação de dependência econômica (relação laboral verticalizada), quanto em uma relação em que os critérios da autonomia da vontade estejam sólidos (relação laboral horizontalizada).

As questões de reflexão levantadas por esse trabalho estarão relacionadas com as condutas das relações entre indivíduos que ferem a moralidade pública nas relações de trabalho, assim como as condutas individuais que ganharam legitimidade no ordenamento jurídico que antes feriam a moralidade pública, considerando a recente vigência desse princípio no direito positivo no Brasil. A discussão deste princípio constitucional é fundamental para entender a pós-modernidade e onde o homem se localiza nesse processo, afinal “ninguém nesse mundo deve ser tratado como meio para realização dos projetos alheios. As pessoas devem ser tratadas como fins em si mesmos”¹.

1 – Sustentação Oral Professor Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (05/05/2011) - Julgamento Conjunto ADI 4277 e ADPF 132 - “União Estável Homoafetiva.”

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E A ACESSIBILIDADE DOS INDIVÍDUOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Erick Ricardo Dos Santos Gonçalves¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

A presente pesquisa se insere no contexto do Grupo de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Valença - CESVA / FAA, tendo como objeto a análise do teor do direito no processo judicial eletrônico. Com a finalidade precípua de sanar apontadas deficiências na acessibilidade e utilização do sistema eletrônico, bem como equacionar entraves à inclusão digital, os operadores de direito, em sua grande maioria, mostram-se favoráveis à adoção do processo judicial integralmente informatizado. Não se pode perder de vista criativas soluções objetivando a adequada utilização, sobretudo referente à melhor didática das informações e clareza ao usuário, contribuindo para melhoria da tramitação do processo judicial e viabilidade do PJe. Como exemplo prático, o desembargador do TRT 9º Região, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, relatou-se que “o PJe apresenta problemas e no que diz respeito às pessoas com deficiência ele é absolutamente hostil”. Entende-se por acessibilidade digital a possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização dos sistemas informatizados. A questão ora levantada por próprio membro integrante do Poder Judiciário pátrio deveria estar na pauta de soluções urgentes pelo CNJ, justificado pelo fato de que afronta princípios constitucionais fundamentais como a isonomia e tratamento diferenciado aos portadores de deficiência de modo a garantir a igualdade. Trata-se, em verdade, de urgência de política pública de inclusão digital das pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, garantindo-lhes o direito de acesso através de programas (softwares) adequados. Note-se que o peticionamento eletrônico hodiernamente disponibilizado no sistema PJe, não permite a adequada acessibilidade aos portadores de deficiência, demonstrando que a atual legislação processual brasileira não revela-se democrática e congruente ao princípio constitucional fundamental do acesso à justiça. Ora, a inclusão digital imperiosa ao processo eletrônico tem como escopo democratizar o acesso às novas tecnologias com o objetivo de permitir a garantia do contraditório pleno, ampla defesa e devido

processo constitucional. Apesar de a prática forense clássica consubstanciar as petições físicas e documentos em papel, a digitalização e transmissão eletrônica de dados processuais mostra-se evolução das técnicas aplicáveis à tutela jurisdicional objetivando a pacificação social democrática, efetiva e, em prazo razoável. Por fim, destaca-se que assaz necessária a implementação de adequada política pública de inclusão digital isonômica e sinalagmática, permitindo, oportunamente, qualquer pessoa operar o sistema tecnológico. Em última análise, os operadores do direito vêm se adaptando as cotidianas modificações nos sistemas aplicadas ao seu aperfeiçoamento e, estas, são o principal escopo da presente pesquisa científica.

Palavras-chave: princípios constitucionais, inclusão digital, acesso à justiça, isonomia.

ESCRavidÃO, CONSTITUIÇÃO DE 1824, VERSUS NAZISMO. REFLEXÕES SOCIAIS

Maria Clara Benjamim¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

A escravidão é uma das maiores marcas na história que o Brasil Imperial deixou. Sendo o país, colônia de exploração com as atividades voltadas para a agricultura e extrativismo, era necessário quem executasse essas atividades. Após a tentativa mal sucedida da exploração dos nativos e com a proibição do trabalho escravo indígena pelo Marques de Pombal, os colonizadores viram no negro africano um substituto para a execução do trabalho escravo da Colônia. O sistema escravista dura aproximadamente três séculos. Com a Declaração da Independência do Brasil por Dom Pedro I, houve a necessidade de elaborar uma constituição própria, já que antes desta a justiça se fazia com base nas Ordenações Filipinas. Então em 1824 é outorgada a primeira Constituição do Brasil. Com cunho liberal, versava muito sobre direitos individuais. Ao mesmo tempo que dizia sobre cidadania, restringia a definição de cidadão. Podemos observar com clareza essa restrição, nos artigos que dão o direito ao voto apenas aos homens que comprovassem determinada renda, excluindo assim os escravos e libertos. E quando fazem distinção implícitas do homem liberto para o homem que já nasce livre. Enquanto no Brasil a economia era voltada para atividades que envolviam o trabalho escravo. O movimento abolicionista ganhava mais força e adeptos no mundo, forçando assim o Brasil a tomar medidas voltadas aqueles que eram até então, ignorados pelos governantes. Aos poucos foram cedendo as leis com viés abolicionista, concretizando o processo em 1888 com a Lei Aurea, que dava fim ao sistema escravista. Apesar da abolição, não foram estudadas medidas para integrarem o negro, que de escravo passou para a condição de homem livre, na sociedade. Fazendo com que essa classe fosse vítima não só do descaso público como a reprovação social, que nos assombra até os dias de hoje. Assim como no Brasil, o vilão era a escravidão na Alemanha era o Nazismo. Ao contrário da Constituição de 1824 que não reconhecia o escravo como cidadão, nas Legislações da Alemanha Nazista os judeus eram citados, e o discurso de ódio e de perseguição estavam expressos em formas de lei. Não só os judeus eram perseguidos, liberais e comunistas também eram tomados com forte repressão no estado de caos

instaurado por Adolf Hitler. Além da perseguição, os judeus tiveram sua dignidade arrancada bruscamente e substituída por campos de concentração, onde eram submetidos ao trabalho escravo, a exterminação e ao tratamento desumano. Após tomada de Berlim pelos soviéticos, a Alemanha é derrotada e Hitler se suicida, dando fim ao período que ficou conhecido como Holocausto. Mesmo com o Julgamento dos envolvidos ao Partido Nazista no Julgamento de Nuremberg, e com outras medidas que buscaram retratar o sofrimento e a morte de milhares de pessoas. Pesquisas atuais apontam que um em cada cinco alemães, permanecem com o pensamento Anti-Semita.

A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO TRABALHO

Thamirys Mayara Ferreira Ventura¹; Michele Andreza Da Silva Pereira¹;
Kylzanara Rodrigues Pereira Balthazar¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

Assédio Moral Eletrônico: análise trabalhista face à sistemática corruptiva ambiental laboral brasileira e o Teletrabalho.

O presente artigo vislumbra aspectos inerentes à principiologia fundamental e normativa do Direito Trabalhista Brasileiro, concomitante à responsabilidade civil abarcada no Direito Civil pátrio, que empenham esforços simultâneos por uma análise justa, da problemática que envolve a proteção ao Trabalhador e a ponderação jurisprudencial, quanto à aplicabilidade normativa, no caso de Assédio Moral Eletrônico nas relações de Teletrabalho. O cenário atual em relação ao Teletrabalho tem exigido um acompanhamento minucioso por parte dos legisladores, aos anseios normativos e as situações fáticas apresentadas ao judiciário. Imperioso ressaltar que, o Teletrabalho vem se destacando conforme a evolução tecnológica, econômica e social, inclusive, na relação entre empregado e empregador, ante a adaptação mais benéfica à ambas as partes, acordadas entre si, quando da Pacta sunt servanda. O Teletrabalho apesar de especificidades bem próprias, também tem como imprescindíveis os elementos essenciais do contrato de trabalho, enunciados pelo Código Civil Brasileiro, quais sejam: A capacidade das partes, a licitude do objeto, a forma prescrita em lei, ou simplesmente não vedada, e a manifestação válida de vontade das partes em celebrar o contrato. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) define no artigo 1º da Convenção 177, de 1996, um conceito de Teletrabalho: “Trabalho realizado por uma pessoa, na sua residência ou em outro local que não seja o local de trabalho do empregador, remunerado, resultando num produto ou serviço especificado pelo empregador, independente de quem provê o equipamento, materiais ou outros insumos, a não ser que esta pessoa tenha o grau de autonomia e independência econômica para ser considerado trabalhador independente segundo as leis nacionais”. A grande discussão acerca desse tema esbarra nos requisitos cumulativos necessários à caracterização do vínculo de emprego abarcado pela Consolidação das Leis do Trabalho em seu art. 3º considera-se empregado toda e qualquer pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Inclusive, essa dificuldade na caracterização do vínculo empregatício reflete também na caracterização do Assédio Moral Eletrônico, justamente por que, é imprescindível a observância de fatores, como

por exemplo, a Tele Jornada, Tele Subordinação e etc. Embora tenha sido, não só desafiador, mas também muito contributivo no processo evolucionista laboral, o Teletrabalho tem sido muito debatido, no que tange, à inescusável preservação do Meio Ambiente de Trabalho sadio. Uma vez que este é primordial para execução de um trabalho desenvolvido através de ferramentas que, por sua própria natureza, já são passíveis de um controle fiscalizatório muito contundente e intimista. O enfrentamento jurisprudencial, hoje se dá, diante de um conflito entre os princípios basilares da nossa Carta Magna, bem como, das nossas normas trabalhistas, face à aplicação razoável e proporcional das sanções inerentes à Responsabilidade Civil do Empregador, uma vez violado qualquer direito do empregado. Portanto, diante da singularidade do tema, há que ressoar na amplitude e plenitude do tempo um amoldamento doutrinário, normativo, jurisprudencial e fático em relação ao comportamento humano, quando se tratar da atenção necessária despendida à relação que emana desse instituto.

NOVOS DESAFIOS DO DIREITO PENAL: A MULHER COMO FOCO DA VIOLÊNCIA DIGITAL

Lucas de Souza Calazans¹; Flavia Sanna Leal de Meirelles¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

² Docente do Centro de Ensino Superior de Valença.

Resumo

A pesquisa foca na violência contra a mulher, com foco no âmbito digital. Com o grande avanço da tecnologia, foi permitida à humanidade acesso imediata à praticamente qualquer coisa. Além disso, é permitido também comunicação instantânea com outras pessoas, e um dos problemas da violência digital se encontra nisso. Hoje, como forma de relacionamento, os jovens trocam imagens íntimas, expondo sua intimidade de uma forma total para seu parceiro. Uma vez enviadas, essas imagens permanecem salvas no ambiente virtual, o que pode ser um problema a partir do momento que o relacionamento entre as respectivas partes não dura para sempre. A fim de se vingar do término do relacionamento, ou até mesmo para se sentir superior aos outros, pessoas expõe tais fotos de suas eventuais ex-parceiras, ou ex-amigas, como uma forma de vingança pelo término, ou como já dita, como uma forma de se sentir superior mesmo depois do rompimento. O que não é pensado pelas pessoas que divulgam tais fotos, é a difamação, vergonha, moral e psicológico abalados de quem tem sua intimidade exposta sem seu consentimento. Tal crime é pouco apenado, se levado em consideração a quantidade em que é cometido. Isso muito se deve a uma cultura segundo a qual as pessoas atribuem a culpa não a quem divulgou as fotos, mas sim às vítimas. A violência contra a mulher no âmbito digital não é cometida somente por estas práticas – comumente chamadas de pornografia de vingança –, mas também por meio de insultos em redes sociais. Alguns casos conhecidos são o da atriz Thais Araújo e da jornalista Maju, do Jornal Nacional. Os casos citados são de fato conhecidos, mas a realidade é que muitos desses casos de insultos, assim como de pornografia de vingança, e tantas outras formas de violência contra a mulher no meio digital acontecem diariamente. Contudo há o medo de sofrerem ainda mais exposição além da que já sofreram, e/ou ainda, o medo de ficarem conhecidas por correrem atrás de seus direitos,

o medo do julgamento alheio ao qual estão sujeitas as mulheres em uma sociedade de práticas machistas, isso tudo contribui para que as vítimas muitas vezes silenciem sobre tais delitos. A presente pesquisa busca identificar quais são os principais crimes cometidos, além dos descritos acima. Quem de fato os pratica, e o que essa violência diante da exposição no meio digital pode gerar socialmente e psicologicamente em suas vítimas.

O LIVRO PARADIDÁTICO COMO FERRAMENTA DE EMPODERAMENTO FEMININO

Priscilla Modesto Simões Lara¹

¹ Discente do Centro de Ensino Superior de Valença.

Resumo

Por muito tempo, o espaço escolar foi visto como um local de transmissão de saberes, mecanizando a educação, o que resultou em dada medida na formação de indivíduos despreparados para o convívio social em um país pluriétnico e multicultural como o Brasil. Tais despreparos são alicerces para a sustentação da dominação que utiliza princípios biológicos para se estabelecer. Nesse esquema, vale ressaltar que o exercício da dominação é orientado para um fim, ou seja, a manutenção do status quo. Quando a escola não reconhece a dominação como principal reguladora da sociedade, e que as ações pedagógicas tradicionais são pautadas por esse princípio, ela se coloca como uma reprodutora que não assume o compromisso de transformação social. O educador precisa entender que todos nós nos apropriamos de saberes historicamente construídos e que traduzimos esses saberes em nosso cotidiano, portanto, o espaço escolar precisa assumir-se como uma oportunidade onde diferenças e diversidades sejam vistas e incluídas no processo pedagógico de forma rica e respeitosa. Dentro dessa perspectiva os autores Bourdieu e Passeron defendem a “Teoria da Reprodução” onde a ideia é que a escola ignora as diferenças sócios-culturais, realizando práticas pedagógicas que produzem (perpetuam) violências simbólicas, impondo um poder arbitrário reproduzindo a estrutura das relações de poder. Inicialmente a teorização crítica das ações pedagógicas concentrou-se na análise da dinâmica de classe no processo de reprodução cultural. No caso brasileiro, o país está cultural e socialmente assentado na opressão, construído por um regime escravagista que mesmo abolido deixou estigmas em um amplo segmento da sociedade, demonstrando que a abolição da escravatura e o reconhecimento dos direitos iguais previstos na Constituição de 1988 não asseguraram uma inserção satisfatória aos afrodescendentes. Soma-se ao problema o tema do gênero, pois se há uma subalternidade dos afrodescendentes, ela se complexifica quando se refere a mulher, que será tomada como tema central do trabalho, na perspectiva de uma subalternidade dentro do regime de dominação, ou seja, “uma dominação da dominação”. Assim, o trabalho circunscrever-se-á ao feminismo afrodescendente onde, como permitir o subalterno falar? A proposta é pensar a existência do ‘feminismo dentro do feminismo’, partindo da aposta que os anseios feministas experimentam divergências significativas, ou seja, enquanto um segmento luta para ter reconhecido alguns direitos, outro ainda luta para ter reconhecido direitos mais básicos, por exemplo, a dignidade inerente a pessoa humana. Uma forma de dar tratamento a questão é pensar a rotação do eixo do espaço escolar como um reprodutor de modelos de dominação (sexista e racista) para um espaço escolar de empoderamento, para isso torna-se necessário a

concepção de que a escolha do currículo é acima de tudo política, para tanto, dada a dificuldade de atendimento a essa diversidade cultural, partiremos para a aposta na análise do livro paradidático. A escolha do livro paradidático pode, se bem realizada, ser uma eficaz ferramenta de empoderamento para aquelas (es) jovens que não se reconhecem ou não se veem representados nos livros didáticos, a própria Lei 10.639/2003 pressupõe essa atitude e, para fortalecer essa luta, é preciso reconhecer as fragilidades dos processos pedagógicos e a comunidade escolar precisa aprimorar sua reflexão, compreendendo a necessidade de fazer uma leitura crítica do material didático e paradidático.

GESTÃO PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO CONTINUADA E QUALIDADE DE ENSINO

Aldjane Prata; Ketlen Clemente Costa; Maísa Fraga Rogério

Resumo

O presente projeto tem como principal finalidade investigar os problemas enfrentados pelos professores de 6º ao 9º ano, da Rede Pública de ensino, problemas esses que envolvem o processo de ensino aprendizagem. Desde a década de 1980 e 1990 quando a sociedade se mostrou insatisfeita e preocupada com a qualidade da educação. A partir daí começaram a surgir os cursos de formação continuada para professores, que tem como finalidade facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva. O professor da Rede Pública Municipal e Estadual de Paty do Alferes e de cidades vizinhas utiliza um aporte teórico no cotidiano escolar no ato de ensinar e dentro do processo ensino aprendizagem?

Em vista que no processo de ensino aprendizagem o papel central é do professor, pois nele está depositada a responsabilidade pela mudança de atitude dos alunos, e a capacidade de fazê-los refletir sobre seus próprios atos. Formação continuada não se trata de um processo curto e de fácil execução. Trata-se de simpósios, reuniões, cursos de curta duração e ações que tem como objetivo a reflexão da prática docente. Precisa ser um processo constante, paralelo ao processo de ensino aprendizagem, pois “como professor preciso me mover com clareza na minha prática”. Utilizaremos um questionário que será aplicado a professores que atuam de 6º ao 9º ano, na rede pública de ensino, nos municípios de Paty do Alferes e Valença.

Questionário

Qual a sua formação?

- Ensino Médio
- Pós Graduação
- Mestrado

Quantos anos atua na Área da educação?

- 0 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- 10 a 15 anos
- 15 a 20 anos
- 20 ou mais

Qual a área que atua?

- Educação Infantil
- Séries Iniciais, ensino fundamental
- Ensino Médio

Você conhece formação continuada?

- Sim
- Não

Qual a importância você atribui a formação continuada?

- Muito Importante
- Pouco Importante
- Sem Necessidade

Você participa de algum grupo, algum curso de formação continuada?

- Sim
- Não

O pedagogo (Orientador Pedagógico) da sua escola promove formação continuada?

- Sim
- Não

Qual a importância da formação continuada na escola?

- Muito Importante
- Pouco Importante
- Sem Necessidade

Nas reuniões de formação continuada há troca de experiências entre os docentes?

- Sim
- Não

A formação continuada lhe ajuda a resolver os problemas em sala de aula?

- Sim
- Não

Você estuda constantemente sobre a sua área de formação, sobre a faixa etária de seus alunos, os estudos necessários para trabalhar com ele?

- Sim
- Não

Você nota resultados positivos, ao participar de cursos de formação continuada?

- Sim
- Não

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA A EDUCAÇÃO

Berenice dos Reis Carvalho¹; Iêda Conceição dos Santos Silva¹; Denice Nazaré Ribeiro da Silva¹; Mônica de Carvalho Teixeira^{2,3}

¹ Discente da Faculdade de Pedagogia de Valença, do Centro de Ensino Superior de Valença

² Docente da Faculdade de Pedagogia de Valença, do Centro de Ensino Superior de Valença

Resumo

Brincar é característica, não só de crianças pequenas, mas de toda uma população que utiliza o brincar como “válvula de escape” para inúmeras questões. Claro que a criança é a que mais se beneficia com o brincar, pois a atividade guia da infância é a relação que esta estabelece com as brincadeiras, portanto, a brincadeira leva a criança a conhecer seu próprio corpo, estabelecer relações e semelhanças entre seu corpo e dos outros, observar e identificar a natureza, desenvolver a psicomotricidade, o raciocínio lógico, um desenvolvimento completo e com qualidade.

Palavras-chave: Educação, Brincadeira, Interação e Infância.

Introdução

Ambientes incentivadores podem influenciar através das práticas educativas a exploração de diversos objetos e, o encorajamento do adulto nas atividades possibilita a criança a superar desafios e a usar sua criatividade e imaginação. É neste mundo de faz de conta que a criança começa a conhecer suas emoções, seus sentimentos, habilidades e conhecimentos, aprende a ter confiança, imaginar, imitar, pensar com coerência, é brincando que elas criam e recriam, experimentam e se organizam, criam regras para si e os demais; interage consigo, com os outros e com o mundo.

A brincadeira é uma linguagem simbólica que só quem brinca consegue entender sua ação, o poder que possui sobre quem brinca. Para brincar é preciso apropriar-se de elementos, de artefatos culturais e sociais para a atribuição de novos significados. A brincadeira ocorre por meio de articulação entre imaginação e imitação da realidade, sendo uma atividade principal da criança, é um meio mágico onde o lúdico tem o papel primordial, e quem coordena e desenvolve todo processo é a própria criança. Por intermédio do brincar eles desenvolvem várias habilidades que contribuirão para o engrandecimento não só de sua vida escolar, mas principalmente de sua vida pessoal, como: a colaboração (trabalho em equipe), conteúdo (matemática, ciência), comunicação (oral e escrita), criatividade e confiança.

Neste brincar com qualidade a criança desenvolve muitas habilidades tanto em sala de aula quanto fora, para o decorrer de toda sua vida. Já dizia Piaget “brincar é o trabalho da infância”, o brincar está associado aos meios e não aos fins, ou seja, o processo de brincar é mais importante do que criar um objetivo. No artigo 31 da convenção de direitos da criança da ONU (Organização das Nações Unidas) diz: “Toda criança tem direito ao descanso e ao lazer, e a participação de atividades de jogos, recreação, apropriadas à sua idade, e a participar livremente da vida cultural e das artes”.

Relato de Caso

Fomos convidadas a participar da FLIVA criando e orientando várias atividades lúdicas, como: pular corda, amarelinha, jogo do preguinho, bilboquê e outros. No dia marcado para estarmos lá, tivemos uma grata surpresa que foi a participação dos adultos nas brincadeiras elaboradas e, quando falamos de adultos, estamos falando de nós mesmos, acadêmicos do curso de Pedagogia, pois quando chegamos no local e montamos os brinquedos, notamos que as crianças não se aproximavam, olhavam e não participavam, então, começamos a brincar e a nos divertir e aos poucos as crianças e outros adultos foram se aproximando e participando conosco da promoção do ato de brincar. No momento em que acontece a ação, não paramos para refletir, mas após o fato, percebemos que nós, adultos, além de nos apropriarmos das brincadeiras e brinquedos, nos divertimos e é nesta diversão que reside o desenvolvimento das habilidades citadas acima.

As crianças puderam interagir, participar, conhecer, saborear e aprender diversas formas de brincar e trabalhar e, nós adultos pudemos aprender com estes pequenos. Podemos vivenciar de perto como a criança domina e se faz presente neste universo da brincadeira é ela quem comanda e se entrega, vivencia de forma clara e dominante um mundo que é só dela, onde nós somos apenas meros convidados a participar como coadjuvantes.

Discussão e Conclusão

A brincadeira não pode ser compreendida como simples ação inata da criança, uma criança só brincar se alguém ensiná-la a brincar, aí reside a grande responsabilidade do profissional da educação, oferecendo uma ação pedagógica de qualidade que inclua momentos como o brincar, que também não pode ser encarado como um momento ocioso na vida da criança, pois acreditamos e vimos que é através do ato de brincar que as crianças se 'soltam', são criativas, produzem conhecimento e cultura, ficam atentas em relação ao outro e agindo com alteridade em relação à este outro.

Em um mundo midiático e tecnológico como o nosso, em que muitas crianças brincam sozinhas e em suas casas, criar meios para que as crianças brinquem ao ar livre é um dever para nós, profissionais da educação, que acreditamos na potencialização da brincadeira, como fundamental para o exercício do respeito ao outro.

Referências

- BRASIL. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Ministério da Educação e Desporto, Secretária de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998
- MEYER, Ivanise Corrêa Rezende. **Brincar e viver. Projetos em Educação Infantil**. Rio de Janeiro, Walk Editora, 2044.
- TREMBLAY, Boivin M, Peters. **Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância** [on-line]. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development e strategic Knowledge Cluster on Early Child Development; 2013.

COMPORTAMENTO HUMANO NO AMBIENTE ESCOLAR: O BULLYING

Simone Silva¹, Letícia Dias da Silva¹, Mônica de C. Teixeira²

¹ Discente da Faculdade de Pedagogia de Valença, do Centro de Ensino Superior de Valença

² Docente da Faculdade de Pedagogia de Valença, do Centro de Ensino Superior de Valença

Resumo

A sociedade vive hoje grandes e graves casos de intolerância, seja ela política, religiosa, de gênero, de orientação sexual e outras, sendo estes fatos evidenciados diariamente em inúmeros meios midiáticos. A escola, parte integrante desta sociedade não fica imune das situações de intolerância, uma vez que é impossível separar a educação do mundo, que acaba por ter em seu interior essas situações.

Palavras-chave: Bullying, intervenção, educação.

Introdução

A intolerância se transvestem de inúmeras formas, desde palavras ofensivas à ações violentas vivenciadas e praticadas por estudantes e outros integrantes do ambiente, essas ações são conhecidas hoje como Bullying (quando há sua prolongação em ambiente escolar), e assim surge o objetivo do trabalho aqui relatado: apresentar a experiência de acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia, enquanto participantes de um curso de extensão entre as faculdades de Direito e Pedagogia para construir uma palestra sobre "Bullying" a ser ministrada em um colégio da rede privada da cidade, para estudantes do ensino fundamental e do ensino médio.

Relato de Caso

Durante a dinâmica desenvolvida na palestra, os alunos relataram situações de Bullying que sofreram, nos relatos ficou evidenciado que estes fatos ocorreram em outros ambientes escolares. A forma como a temática foi abordada, os deixou seguros e livres para relatarem as experiências sofridas.

Os acadêmicos dos cursos de Direito e Pedagogia se encontraram por várias vezes para discutir o assunto e pensar uma maneira eficaz de desenvolver a ação. Os acadêmicos do curso de Direito elaboraram a parte jurídica e as acadêmicas do curso de Pedagogia organizaram a parte educativa competente ao tema, abordando a prevenção e as consequências do Bullying para a vida em sociedade. Esta foi uma ação ímpar para as acadêmicas do curso, uma vez que a experiência na ação lhes trouxe um olhar para reflexão que a vida em sociedade pode se apresentar no interior da escola, provocando situações melindrosas, a qual necessita uma fala de conscientização a fim de evitar e/ou interceder caso o Bullying aconteça.

Para a realização da palestra, o público alvo foi dividido em dois momentos: de primeiro foram os alunos do ensino fundamental, seguido dos alunos do ensino médio, esta divisão foi feita de forma proposital, por julgarmos que o pensamento de um grupo difere do pensamento do outro grupo. Durante a realização das mesmas foi exposta as falas dos acadêmicos, vídeos e uma história elaborada por um integrante do grupo, o que provocou várias reações,

inclusive não previstas em uma ação com o outro, tudo se torna imprevisível. Ao final da ação ficou explícito o êxito da experiência na vida de todos ali envolvidos.

Discussão e Conclusão

Considerando que para a elaboração e execução de tal atividade houve o envolvimento de pessoas comprometidas. A ação teve grandes impactos na vida não só dos ouvintes como dos acadêmicos do curso de Direito e do Curso de Pedagogia, os quais se empenharam na pesquisa e na elaboração de um discurso adequado ao público ouvinte. Acreditamos que tal atividade não deva se limitar apenas a uma ou duas exposições. A ideia de conscientização deve ser propagada continuamente, através de ações idealizadas e executadas por acadêmicos da instituição.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

EXPERIENCIANDO SABERES

Jaqueline Ferreira Moreira¹; Cristiane Amélia da Silva¹; Letícia Dias da Silva¹; Simone Silva¹; Adriana Aparecida Soares¹; Bruna Patrício da Silva Medeiros¹; Mônica de Carvalho Teixeira²

¹ Discente da Faculdade de Pedagogia de Valença, do Centro de Ensino Superior de Valença

² Docente da Faculdade de Pedagogia de Valença, do Centro de Ensino Superior de Valença

Resumo

O presente trabalho traz considerações sobre relato de experiência realizado por acadêmicas do curso de licenciatura em Pedagogia no cotidiano de duas escolas da Educação Básica da rede pública municipal de Valença. A prática realizada foi consequência da inquietação advinda das acadêmicas, para terem uma vivência no âmbito escolar a fim de praticarem a teoria emanada dos livros e conhecimentos das salas de aula da graduação. A inquietação provocou questionamentos dentre os participantes da equipe que foi a campo nas escolas, questionamentos estes que resultaram em inúmeras reuniões a fim de se organizar o 'modus operandi' que se levaria para dentro das escolas.

Palavras-chave: Pedagogia, Educação infantil, Prática, Teoria.

Introdução

Esta ação aconteceu devido ao fato de que algumas acadêmicas envolvidas no projeto não atuam profissionalmente dentro da educação infantil e, a Diretriz Curricular Nacional que estabelece as orientações obrigatórias para o curso de Licenciatura em Pedagogia normatiza em seu art. 4º que "O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais

sejam previstos conhecimentos pedagógicos.” Assim, os egressos do curso poderão atuar como professores da pequena infância e, esta ação promove justamente a possibilidade de através de uma vivência, poderem se aprofundar mais sobre esta etapa de ensino.

Relato de caso

Tivemos duas escolas escolhidas pelo grupo para a realização da proposta de ação. Uma creche em um bairro valenciano e uma escola de educação infantil em um dos distritos da cidade. Foram realizadas visitas às escolas a fim de obterem conhecimento sobre a rotina escolar, da metodologia do processo ensino-aprendizagem aplicado pelas professoras, do processo de gestão do conhecimento pedagógico e administrativo. Nestas visitas o grupo ficava atento às relações humanas – adultos/adultos; adultos/crianças; crianças/crianças - que eram estabelecidas naquele cotidiano para traçarem ações que somassem à prática já desempenhada pelos profissionais das escolas. Para o grupo acadêmico ter a oportunidade de vivenciar uma prática pedagógica em um espaço em que não possuem inserção profissional, possibilita aguçar o olhar para o que pode vir a ser seu futuro profissional e ao mesmo tempo promover a integração entre teoria e prática de um curso que equivocadamente tem sofrido com o estigma de que “a teoria na prática é outra”, portanto a ideia alavancada pelas acadêmicas de vivenciarem este universo ainda fora de seu campo de atuação insiste em trazer para dentro da academia, as discussões arroladas no seio do cotidiano escolar, conhecendo melhor os embates, os conflitos, as decepções, os acertos, os casos de sucesso e as possibilidades das relações humanas que são estabelecidas. Houve um sentimento generalizado pela equipe acadêmica de que há muito para ser apreendido no tocante a lidar com o público de creche, pois algo que parecia fácil, como por exemplo: o estar e lidar com as crianças pequenas mostrou-se diferente, as ações previamente pensadas, precisaram sofrer alterações na hora em que estavam acontecendo. Isto sinalizou para a equipe de que as ações para as crianças pequenas precisam ser bem pensadas, analisadas e estudadas. Não podemos permitir que o improvisado esteja presente em uma prática pedagógica. Esta foi a principal dificuldade encontrada pela equipe acadêmica e, esta dificuldade sinaliza algo que acreditamos: quanto menor a criança, melhor preparado tem de ser o profissional que lida com ela.

Discussão e Conclusão

Enquanto equipe de ação, fica claro a questão de que necessitamos ter um olhar mais acurado para com a ação com as crianças pequenas, falar de educação infantil e, ao mesmo tempo entender as peculiaridades dos trabalhos que se desenvolvem na creche e na pré-escola é uma demanda que se apresenta atual.

Agir com crianças da pré-escola, nitidamente é um trabalho mais fácil, a ação com crianças da creche, requer uma postura diferenciada do profissional, além de um conhecimento pedagógico voltado exclusivamente à esta faixa etária. Pensar ações pedagógicas e ao mesmo tempo fazer com que as crianças gostem de ir e estar na escola/creche demanda um profissional inteirado nas questões que envolvem este nível de ensino. Estamos em um mundo midiático, globalizado e letrado e as crianças fazem parte desta sociedade.

Referências

- CRAIDY, Carmem e KAERCHER, Gládis E. (org.) **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- FRITZEN, Silvino José. **Dinâmicas de Recreação e Jogos**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.) **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Cortez, 2002.
- VIGOTSKI, LEV S. **Imaginação e Criação na Infância**. São Paulo: Ática, 2009.

**ADENOCARCINOMA DE GLÂNDULA SALIVAR EM CÃO:
RELATO DE CASO**

Manuela de Oliveira Carvalho Silva¹, Bruna Boaretto Durço¹, Raphaela Figueira Cezar¹, Ana Paula Aragão²

1. Discente- FMVV/ CESVA-FAA

2. Docente -FMVV/ CESVA-FAA,
manuelanit@hotmail.com

Resumo

Dentre as afecções que acometem a cavidade oral, as neoplasias de glândula salivar representam cerca de 0,17% podendo acometer as glândulas maiores e menores. Foi atendida, no Serviço Gratuito de Atendimento Veterinário da Prefeitura de Araruama, uma Pinscher, fêmea, de aproximadamente 12 anos de idade, apresentando uma massa na região cervical e outra na cavidade oral. Após a retirada cirúrgica e exame histopatológico foi diagnosticada adenocarcinoma de glândula salivar. A retirada cirúrgica foi o procedimento de escolha sendo importante uma margem cirúrgica segura na qual não foi mantida. Palavras-chave: Neoplasia; Glândula Salivar; Canino; Histopatologia.

Introdução

As neoplasias que acometem a cavidade oral são aproximadamente 5% de todas as neofomações diagnosticadas em cães e gatos, dentre essas, os tumores de glândulas salivares representam cerca de 0,17% dessas neoplasias (1, 2). De acordo com o INCA, nos humanos, as glândulas parótidas e submandibulares são mais frequentemente acometidas por essa afecção, porém, existem poucos relatos em cães, felinos, equinos, bovinos e ovinos (3).

As glândulas parótidas estão localizadas próximo à orelha externa entre o ramo da mandíbula e o processo mastoideo, e as glândulas submandibulares localizam se ao longo do corpo da mandíbula. Quando acometidas estas podem aumentar de tamanho e causar um desconforto ao animal (4).

Dentre as neoplasias salivares, o adenocarcinoma pode apresentar-se bem diferenciado ou com pleomorfismo acentuado. As células neoplásicas podem formar estruturas acinares e secreções abundantes que, quando retidas no citoplasma, podem deslocar o núcleo da célula para periferia (5). Outra apresentação é o adenocarcinoma de baixo grau de diferenciação, sendo um tumor maligno quase exclusivo das glândulas salivares menores (6) e, neste caso, é necessária a realização de exames complementares como a imunohistoquímica, utilizando-se os anticorpos anti-PanCK, anti- α -SMA, anti-vimentina e anti-p63. Essa técnica já é utilizada para o diagnóstico dessas neoplasias em humanos, para descobrir o grau de diferenciação celular (4).

Os tratamentos mais utilizados em cães e gatos se assemelham aos utilizados em humanos, que é a cirurgia para retirada do tumor e um tratamento adjuvante, como radioterapia, quimioterapia ou crioterapia (1, 4, 7). Para que se

tenha um prognóstico favorável, faz-se necessário a ressecção cirúrgica com uma margem de segurança, o que pode englobar tecido ósseo, dentes, lábios e globo ocular (1).

Relato de Caso

Foi atendida no dia 12 de agosto de 2015 no Serviço Gratuito de Atendimento Veterinário da Prefeitura de Araruama, Rio de Janeiro, um canino fêmea, da raça Pinscher, com aproximadamente 12 anos de idade. No exame físico, foram observadas duas massas palpáveis, uma na região cervical abaixo da mandíbula esquerda com consistência firme e com base aderida (Figura 1) e a outra, em cavidade oral na maxila superior esquerda. Após o exame, a veterinária procedeu com a retirada cirúrgica das massas e as mesmas foram enviadas para o exame histopatológico.

Após a fixação em formalina a 10%, foi observado macroscopicamente: uma massa medindo aproximadamente 7x6x4cm, encapsulada, com aspecto lobulado, firme aos cortes com superfície de corte brancacenta (Figura 2) e outra massa com formato irregular medindo 4x1,5cm, firme aos cortes, com superfície de corte ora brancacenta ora enegrecida. Após a clivagem, o material foi processado pelas técnicas de rotina e as lâminas foram coradas pela Hematoxilina e Eosina (H.E.).

Ao exame de microscópico foi observada, nas duas massas tumorais, intensa proliferação de células de origem epitelial, moderadamente diferenciadas, levemente pleomórficas, com núcleos evidentes, em arranjo ora túbulo-papilar ora sólido formado. Observaram-se ainda frequentes figuras de mitose e estroma composto por finos feixes de tecido fibrovascular (Figuras 3 e 4). A margem cirúrgica da massa oral não foi mantida.



Fig. 1 -Canino apresentando massa tumoral de aproximadamente 7 cm em região cervical



Fig. 2 –Massa cervical após fixação em formal a 10%. Medindo 7x6x4cm, firme aos cortes com superfície de corte brancacenta.

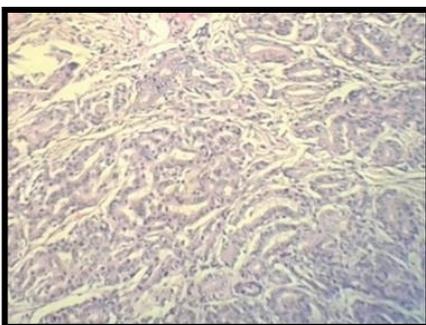


Fig. 3 - Massa cervical apresentando intensa proliferação de células de origem epiteliais organizadas e arranjo túbulo-papilar. Obj. 4x, H.E.

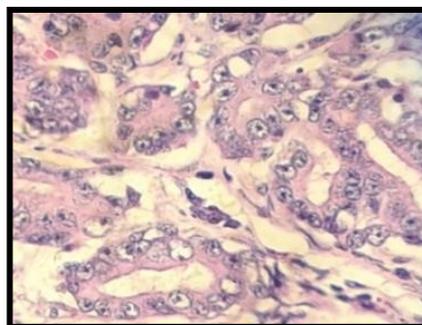


Fig. 4 - Massa oral apresentando intensa proliferação de células de origem epitelial, moderadamente diferenciadas, levemente pleomórficas. Obj.40x, H.E.

Discussão

O diagnóstico de adenocarcinoma de glândula salivar submandibular e glândula salivar menor da cavidade oral foram estipulados através do exame físico e a análise histopatológica do material coletado. Como citado por Santos et al. (3), as neoplasias de glândulas salivares são relatadas como casos raros, porém, quando ocorre, acomete glândulas maiores como as deste relato (2,5,8) ou podem acometer glândulas menores presentes na cavidade oral como um adenocarcinoma de baixo grau de diferenciação (6). No presente relato, tanto a massa neoplásica em glândula submandibular, quanto a de cavidade oral, apresentavam-se histologicamente semelhantes.

O adenocarcinoma de glândula salivar pode ter diferente morfologia e comportamento (4, 9) e, neste caso apresentou uma proliferação mais intensa com uma diferenciação e pleomorfismo moderados, diferentemente do comum que seria um pleomorfismo acentuado (5) não tendo deslocamento periférico de núcleo como citado em outros relatos (6).

O método de cirurgia feito neste estudo para retirada total da glândula é o mais utilizado como tratamento (5). A análise histopatológica demonstrou que a margem cirúrgica não foi mantida sendo necessária uma nova cirurgia mantendo uma margem cirúrgica segura.

Conclusões

Conclui-se que as glândulas salivares tanto maiores quanto menores podem ser acometidas por neoplasias como o adenocarcinoma levando ao desconforto do animal. O exame histopatológico da glândula é de extrema importância para o diagnóstico definitivo, uma vez que, outras afecções inflamatórias ou císticas podem acometer o parênquima glandular.

A cirurgia para retirada do tumor é uma das melhores opções, mantendo uma margem cirúrgica segura e não sendo descartado o uso de outros métodos adjuvantes, como a quimioterapia.

Referências

- 1- DIAS, F. G. G.; DIAS, L. G. G.; PEREIRA, L. F.; CABRINI, T. M.; ROCHA, J. F.; Neoplasias orais nos animais de companhia – Revisão de literatura. **Revista eletrônica de medicina veterinária**. Ano XI, nº 20, 2013. Acessado em 03 de outubro de 2016. http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/ncCoalIH79a8X7H_2013-6-21-16-12-48.pdf
- 2- MACCONELL, E. J.; SANZ, M. G.; KAFKA, U. C. M.; DUNCAN, N. M. Parotid salivary gland carcinoma in a geriatric horse. **Equine Veterinary Education Ltd**. Pág 610 – 615. 2014.
- 3- SANTOS, A. J. **Patologias especiais dos animais domésticos: Mamíferos e aves**. Instituto interamericano de ciências agrícolas, OEA. Rio de Janeiro, 1975.
- 4- OGAWA, A. I.; TAKEMOTO, L. E.; NAVARRO, P. L.; HESBIKI, R. E. Neoplasias de glândulas salivares. **Arquivo Internacional Otorrinolaringol**. pag 409-418. São Paulo, 2008.
- 5- RASKYN, R. E.; MEYER, D. J.; **Citologia clínica de cães e gato**. 2ª edição. ELSEVIER. Rio de Janeiro, 2012.
- 6- MORAES, M. L. S. A.; SARMENTO, D. J. S.; SILVEIRA, E. J. D.; OLIVEIRA, I. C. P.; COSTA, A. L. L. Adenocarcinoma polimorfo de baixo grau. **Rev. Odontol UNESP**, Araraquara. Pág 311-315. 2010.
- 7- DUARTE DA SILVA, B. R. F. **Neoplasias oculares em cães e gatos: Estudo retrospectivo 2001-2012**. DISSERTAÇÃO (Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2013.
- 8- MONTEIRO, L. S.; BENTO, M. J.; ANTUNES, L.; LOPES, C. Fatores de prognóstico em neoplasias malignas de glândulas salivares. **Revista portuguesa de estomatologia, medicina dentária e cirurgia maxilofacial**. ELSEVIER. Pág 199 – 205. 2012.
- 9 - PIMENTA, V. S. C. **Oncologia de grandes animais: Relatos de Caso**. TESE (pós graduação). Goiana, 2012.

OVARIOSALPINGOHISTERECTOMIA COMO TRATAMENTO PARA CISTO OVARIANO EM HAMSTER: RELATO DE CASO

Camila de Carvalho Godinho¹, Gabriela Carolina Ribeiro¹, Maryanne Victória Ferreira¹, Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista², Flavio da Silva Nunes²

1. Discente, FMVV/CESVA-FAA.

2. Docente, FMVV/CESVA-FAA

E-mail: camila_003@yahoo.com.br

Resumo

O cisto ovariano é uma alteração inicialmente silenciosa que pode causar subfertilidade ou infertilidade. O objetivo desse trabalho é relatar um caso de cisto ovariano em hamster cujo tratamento foi realizado através de ovariosalpingohisterectomia. O animal apresentava apatia, tenesmo, sangramento e aumento da região abdominal. Através da ultrassonografia foi possível observar no ovário uma imagem sugestiva de neoplasia. Foi realizada a ovariosalpingohisterectomia e posterior encaminhamento do material para exame histopatológico, o qual revelou o diagnóstico de cisto ovariano. Pela literatura consultada, este é o primeiro trabalho brasileiro que relata um caso de cisto ovariano em hamster bem como o tratamento cirúrgico para tal. A partir do resultado, pode-se concluir que a ovariosalpingohisterectomia apresentou-se como uma medida efetiva para a cura do animal, fazendo com que o mesmo voltasse a apresentar bom estado geral de saúde.

Palavras-chave: ovário; roedor; reprodução.

Introdução

Os hamsters são roedores que pertencem à subfamília Cricetinae, que engloba cerca de 18 espécies (1). Estão entre as espécies de animais consideradas como resistentes à variadas doenças, mas podem ser portadores de diversos vírus e bactérias (3).

Algumas das patologias mais comuns em hamster são: dermatoses, dermatofitoses, piodermites, abscessos, doenças das glândulas anexas e hipotireoidismo (2).

O cisto ovariano é uma alteração inicialmente silenciosa que pode causar subfertilidade ou infertilidade, podendo variar em tamanho, localização e forma. As estruturas císticas originam-se a partir do acúmulo de secreção no plexo ovariano, resultando em dilatação cística do mesmo, podendo vir a comprimir o córtex do ovário afetado. O cisto folicular também conhecido como doença ovariana cística (DOC) é o mais comum e acontece pela permanência de estrutura folicular anovulatória por mais de 10 dias, na ausência de corpo lúteo, estabelecendo uma alteração da atividade ovariana. Esse cisto causa comportamento sexual anormal (4).

O objetivo desse trabalho foi relatar um caso de cisto ovariano em um hamster, cujo tratamento foi realizado através de ovariosalpingohisterectomia.

Relato de caso

Um hamster de dois anos, com peso de aproximadamente 110g, raça sírio, do sexo feminino, foi atendido em uma clínica de atendimento especializado na cidade do Rio de Janeiro, apresentando apatia, tenesmo e sangramento vulvar. Durante exame clínico pode-se constatar aumento da região abdominal, sendo indicado exame ultrassonográfico. Através desse exame, pode-se observar uma estrutura ovalar com o centro hiperecogênico, sugestiva de neoplasia no ovário. Optou-se, então, pela intervenção cirúrgica que revelou a presença de um cisto ovariano com núcleo denso, medindo cerca de 0,2cm x 0,5cm. Foi realizada a ovariosalpingohisterectomia e posterior encaminhamento do material para exame histopatológico, que confirmou o diagnóstico de cisto ovariano. Prescreveu-se Simeticona (1 gota, VO, 8/8h, por 3 dias), Ibuprofeno (1 gota, VO, 6/6h, por 5 dias) e Enrofloxacina (2 gotas/dia, durante sete dias para o pós-operatório). O animal voltou à consulta em 15 dias para retirada dos pontos e segundo a proprietária, o mesmo não apresentava mais os sinais clínicos relatados na primeira consulta.

Discussão

Não foram encontrados casos de cistos ovarianos em hamsters na literatura consultada. No entanto, optou-se pela cirurgia pois o cisto poderia continuar crescendo e em caso de rompimento poderia comprometer ainda mais a vida do animal. Um caso semelhante foi relatado com uma cadela de 9 anos, que apresentou os mesmos sinais clínicos, tais como corrimento, apatia, hipertermia, taquicardia e taquipnéia. O tratamento recomendado foi a ovariohisterectomia e a cirurgia foi realizada com sucesso (5).

Outro caso foi de um hamster sírio de dez meses, mais nesse caso não eram cistos ovarianos e sim infecção, o paciente tinha um elevado número de linfócitos e bactérias. No primeiro atendimento o animal apresentava odor anormal a três dias, e falta de apetite, foi tratado com analgésicos e anti-inflamatório. Voltou uma segunda vez após quatro meses apresentando odor muito intenso, diminuição de peso, hiporexia e decaimento. Foi tratado com trimetoprim-sulfametoxazol que tem função analgésica, anti-inflamatória, desintoxicante, e regulador ovárico. Após 5 meses, o animal apresentou sinais clínicos mais graves como anorexia, apatia e polidipsia, foi dado o mesmo medicamento com fórmula homotoxicológica para a regulação de mucosas e antianorexigênicos. Foi então sugerida a ovariohisterectomia pois o paciente apresentava repetidas infecções, aos 22 meses de idade, foi feito o procedimento tendo recuperação completa (6).

Foram feitos estudos com ratas sobre ovários policísticos, foram colocadas em caixas de madeira sob iluminação artificial contínua de lâmpadas Philips, modelo luz do dia de 40 w por 60 dias. Foi notado que todos os animais mantidos na luz tinham presença de cistos, alguns inteiros e outros em degeneração, grande quantidade de células intersticiais e ausência de corpos lúteos. Referente as células intersticiais, são mais presentes em portadores de cisto, sendo a maior área ovariana ocupada por estas células, ocorre aumento de volume nuclear, mostrando maior atividade de síntese (7).

Conclusão

Poucos proprietários de hamsters procuram atendimento médico veterinário para seus animais, pois muitas vezes não sabem identificar os sinais clínicos apresentados pelos animais que sejam compatíveis com alguma enfermidade. Pela literatura consultada, este é o primeiro trabalho brasileiro que relata um caso de cisto ovariano em hamster bem como o tratamento cirúrgico para tal. A partir do resultado, pode-se concluir que a ovariossalpingohisterectomia apresentou-se como uma medida efetiva para a cura do animal, fazendo com que o mesmo voltasse a apresentar bom estado geral de saúde.

O diagnóstico precoce fez com que fosse evitada a progressão do cisto à uma situação potencialmente fatal.

Referências

- (1) SOARES, F. L.; RODRIGUES, I. B.; TADEI, W. P. Estudo para avaliar o bem estar de hamsters utilizados nos experimentos com vetores de doenças. **II Congresso de Iniciação Científica PIBIC/CNPq**. PAIC/FAPEAM Manaus, 2013.
- (2) TEIXEIRA, L.; PIRES, P. G. S. Hamster skin diseases: literature review - Doenças de pele em hamster: revisão de literatura. **MedVet Dermatol - Revista de Educação Continuada em Dermatologia e Alergologia Veterinária**, v. 3, n. 8, p. 26-33, 2014.
- (3) ANDRADE, A.; PINTO, S. C.; OLIVEIRA, R. S. **Animais de Laboratório: criação e experimentação [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 388p.
- (4) AGUIRRA, L.R.V.M. Cisto ovariano em cadelas e gatas. Disponível em: http://www.portaleducacao.com.br/veterinaria/artigos/16259/cistos-ovarianos-em-cadelas-e-gatas?fb_comment_id=350819441669199_2996971 > Acessado em: 02 set 2016.
- (5) SOARES, J. A. G.; SUZUKI, L. M. Cisto ovarianos em uma cadela. **Centro de Ciências Agrárias**. v. 13, n. 1, p. 76-77, 1992.
- (6) BEDIA, M.; ÁLVAREZ, B. Infección uterina em mesocricetus auratus (hámster sírio). **Comunicaciones y Casos clínicos 41 Congreso Nacional de Avepa**
- (7) LOMBARDI, L. A.; SIMÕES, R. S.; MAGANHIN, C. C.; SILVA, C. F.; MACIEL, G. A. R.; BARACAT, E. C.; JUNIOR, J. M. S. Morfologia das células intersticiais de ovários policísticos de ratas: um estudo experimental. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria**. v. 34, n. 7, p. 323-328, 2012.

MANEJO ALIMENTAR DE EQUINOS DE TRACÇÃO NO MUNICÍPIO DE VALENÇA, RIO DE JANEIRO

Daniel Sacchi de Souza¹, Ana Carolina de Almeida Simões¹, Leonardo Campos Salgado¹, Lucas Eduardo Ribeiro¹, Mateus Ferraz de Oliveira¹, Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista², Marcelo de Oliveira Henriques²

¹ Discente FMVV/CESVA-FAA

² Docente, FMVV/CESVA-FAA
danielsacchi15@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo avaliar o tipo de alimentação fornecida a todos os cavalos de tração participantes do Programa Carroceiro Cidadão da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença (FMVV), no município de Valença, Rio de Janeiro. Estão sendo realizados questionários com os

carroceiros, para verificar o tipo e a quantidade de alimento e água, oferecidos aos animais. Os cavalos avaliados tiveram o controle nutricional diferente do descrito como ideal na literatura.

Palavras-chave: Carroceiro, nutrição, questionário, equinos

Introdução

O equino é um herbívoro monogástrico capaz de suprir grande parte da sua demanda nutricional pela ingestão de gramíneas. Apresenta a região do intestino grosso bastante desenvolvida, sendo esta a sua câmara de fermentação (1).

Segundo Furtado et.al. (2), os fenos feitos de gramíneas são produzidos mais facilmente e apresentam custos menores, entretanto, apresentam deficiências nutricionais, portanto deve-se utilizar suplementos nutricionais.

O consumo de alimentos pelos animais adultos, em geral, situa-se entre 1,5 a 2,5% do seu peso vivo, em matéria seca, porcentagem esta que está diretamente relacionada ao teor de fibras na dieta, ainda levando em conta a variação individual (3).

O fracionamento da ingestão de água é prática recomendável após um trabalho intenso, principalmente em períodos mais quentes, a fim de se evitar as “cólicas de água” (3).

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo avaliar o tipo de alimentação fornecida a todos os cavalos de tração participantes do Programa Carroceiro Cidadão da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença (FMVV), no município de Valença, Rio de Janeiro.

Materiais e métodos

O trabalho está sendo realizado nas dependências da FMVV, do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA-FAA), unidade destinada ao Programa Carroceiro Cidadão.

O Programa Carroceiro Cidadão é um projeto solidário realizado pela CESVA-FAA, tendo como principal objetivo atender os cavalos de tração de toda a cidade buscando-se saúde e o bem-estar dos mesmos e melhorando a qualidade de trabalho dos carroceiros.

A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se em um questionário que é, respondido pelos carroceiros, a respeito da alimentação dos animais. O objetivo é entrevistar todos os carroceiros inscritos no programa.

Resultados parciais

Com o questionário realizado aos carroceiros foi possível se obter, até o momento, informações importantes sobre o manejo alimentar dos animais.

Os três carroceiros entrevistados revelaram que seus cavalos trabalham realizando transporte e frete por 10 horas diárias. O primeiro animal é macho, 18 anos, SRD, com peso de 305Kg e 1,45m de altura. O segundo animal é uma fêmea, idade indefinida, SRD, com peso de 325Kg, 1,47m de altura. Já o terceiro animal é uma fêmea, 10 anos, SRD, com peso de 360Kg, 1,47m de altura.

Tabela 1- Dados obtidos a partir do questionário realizado com os carroceiros no Programa Carroceiro Cidadão.

Id. Animal	Tipo e quantidade de alimento oferecido ao animal diariamente	Disponibilidade de alimento ao animal	Disponibilidade de água ao animal
1	Capim picado (15 Kg), grãos de milho (2 Kg) e ração Equus X13 (6 Kg)	Manhã: Ração Equus X13 (2 Kg) Tarde: Ração Equus X13 (2 Kg) Noite: Ração Equus X13 (2 Kg) + Capim picado (15 Kg) + grãos de milho (2 Kg)	Água disponível durante o dia todo.
2	Capim picado (15 Kg), ração Equus X13 (4 Kg)	Tarde: Ração Equus X13 (4 Kg) + Capim picado (15 Kg)	Água disponível à tarde e enquanto está no ponto dos carroceiros.
3	Capim picado (15 Kg), e ração Equus X13 (4 Kg)	Tarde: Ração Equus X13 (4 Kg) + Capim picado (15 Kg)	Água disponível pela manhã e à noite.

Discussão

Em relação à alimentação pode ser observado que o primeiro animal avaliado se alimenta de 15 Kg de capim *Pennisetum purpureum* picado, 2Kg grãos de milho e 6Kg de ração Equus X13 diários. Segundo Andriguetto (3) o consumo de alimentos pelos animais adultos, geralmente, situa-se entre 1,5 a 2,5% do seu peso vivo, em matéria seca. Porém Lewis (4) já citou um aumento do gasto energético de 10 a 20 vezes por equinos durante trabalho intenso.

Já o segundo animal avaliado possui menos oferta de alimentos que o primeiro e, principalmente, menos disponibilidade de água. Segundo dados coletados no questionário o animal trabalha 10 horas diárias e recebe água somente no período da noite. Conforme dito por Ribeiro (5), o consumo de água é tão importante quanto o de alimento sólido, variando o consumo do animal de acordo com a perda, evitando o consumo somente momentos antes e após exercícios físicos.

No terceiro animal avaliado é identificado um consumo de alimento e água parecido com o segundo animal, porém foi relatado pelo proprietário que às vezes é oferecido farelo de grãos ao animal. Esta prática é discutida por Lewis (6) que afirma que, embora, o farelo seja altamente palatável, ele fornece apenas $\frac{1}{4}$ da energia digerível dos grãos.

De acordo com Pimentel (7) para suprir as necessidades diárias de minerais de um equino é necessário o uso de sal mineral próprio para o animal, principalmente para os que realizam tarefas físicas intensas. No questionário foi verificado que nenhum animal avaliado faz uso de sal mineralizado para equinos.

Considerações

O questionário sobre o manejo alimentar dos equinos está sendo importante para a avaliação da saúde nutricional dos animais e para que se possa aconselhar os proprietários a equilibrar a alimentação dos cavalos, para que estes tenham melhor qualidade de vida e maior rendimento no trabalho. O trabalho visa atender as NRC 2007 (8), que trata dos requerimentos nutricionais dos equinos de acordo com a atividade e o peso específico.

A expectativa do grupo de pesquisa é avaliar todos os animais, inscritos

no Programa Carroceiro Cidadão, para se obter um resultado geral dos cavalos de tração, e dessa forma tornar possível a realização de medidas mais amplas e efetivas para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

Referências

1. BRANDI, R. A.; FURTADO, C.E. Importância nutricional e metabólica da fibra na dieta de equinos. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v.38, p.246-258,2009.
2. FURTADO, C. E.; BARBOZA, E. D.; BRANDI, R. A.; RIBEIRO, L. B.; OLIVEIRA, A. A.M.A. Uso de levedura em equinos alimentados com dietas compostas de fenos de diferentes qualidades nutricionais. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v.39, n.10, p.2194-2199, 2010.
3. ANDRIGUETTO, J. M.; PERLY, L.; MINARDI, I.; FLEMMING, J. S.; GEMAEL, A.; SOUZA, G. A.; FILHO, A. B. **Nutrição Animal**. São Paulo: Nobel, v. 2, Ed. 3, 425 p, 1983.
4. LEWIS, L.D. **Alimentação e Cuidados do Cavallo**. 1 ed. São Paulo, Roca 1985. 248 p.
5. RIBEIRO, L.B, et al. Avaliação do consumo de nutrientes e água por equinos alimentados com dietas contendo diferentes subprodutos agroindustriais. **Uruguiana**. v.16, n,1, p.120- 133, 2009.
6. LEWIS, L.D. **Nutrição clínica equina: alimentação e cuidados**. São Paulo: Roca, p. 710,2000.
7. PIMENTEL, M. M.; CÂMARA, F. V.; PINHEIRO, M.; DANTAS, R. A.; FREITAS, Y. B. N.; DIAS, R. V. C.; SOUZA, M.V. Manejo nutricional de equinos utilizados em provas de vaquejada no Rio Grande do Norte, Brasil. **Acta Veterinária Brasília**, v.7, n.1 p.61-65, 2013.
8. COMMITTEE ON NUTRIENT REQUIREMENTS OF HORSES. Nutrient Requirements of Horses: Sixth Revised Edition, **The National Academy of Sciences**, p. 341, 2007. Disponível em: http://pt.slideshare.net/rohallaahkamyab/nutrient-requirements-of-horses-sixth-revised-edition-2007?from_action=save. Acesso em:14/10/2016

CARCINOMA DE CÉLULAS ESCAMOSAS VULVAR EM VACA: RELATO DE CASO

Elizabete Fernandes Lopes de Paula¹, Joaquim Esquerdo Ferreira²

¹.Discente: FMVV/CESVA-FAA

².Docente: FMVV/CESVA-FAA
elizabetefernandeslp@gmail.com

Resumo

O carcinoma de células escamosas (CCE) é um tumor maligno dos queratinócitos. O seu desenvolvimento está associado a muitos fatores, incluindo a exposição prolongada à luz ultravioleta, falta de pigmentos na epiderme, perda de pêlos ou cobertura de pêlos muito esparsa nos locais acometidos. O presente trabalho teve como objetivo relatar um caso de carcinoma de células escamosas vulvar (CCEv) em uma vaca no Hospital Veterinário Escola da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, Valença/RJ. É relatado o tratamento clínico-cirúrgico de uma vaca de aptidão leiteira, o animal apresentava massa tumoral consistente na região da vulva com aumento de volume e distorção dos lábios vulvares, edema e ulcerações. Foi confirmado diagnóstico pelo exame histopatológico sendo carcinoma de células escamosas. O tratamento foi realizado pela extirpação dos lábios vulvares e dos tecidos adjacentes associado à administração de Flunixin Meglumine, antibiótico a base de Penicilina, dipirona sódica e curativo local no pós-operatório, sendo a sutura retirada 15 dias após o procedimento cirúrgico, com o animal apresentando boa cicatrização.

Palavras-chave: Neoplasia, falta de pigmentação, vulva, raios ultravioletas.

Introdução

Carcinoma de células escamosas (CCE) é uma neoplasia maligna de um tipo de célula epitelial, as células escamosas, que representam a parte principal da epiderme que compõe a pele. É uma doença que tem como principal fator predisponente a exposição crônica dos animais aos raios ultravioletas (1).

No aparelho reprodutor de fêmeas bovinas o CCE acomete principalmente a vulva sendo conhecido como Carcinoma de Células Escamosas Vulvar (CCEv) ocorrendo com frequência em animais de aptidão leiteira. Em geral, esse tipo de neoplasia causa grandes perdas econômicas em decorrência do emagrecimento progressivo do animal, além disso, gera redução na vida reprodutiva dos animais e isso muitas vezes, determina o seu descarte precocemente (2).

O diagnóstico pode ser realizado de forma presuntiva através dos achados clínicos e epidemiológicos, no entanto, o resultado para confirmação de CCE só é obtido através de análise histopatológica, que confirma o tipo exato da neoplasia, o grau de diferenciação celular e invasão local (3).

O tratamento mais eficiente consiste na exérese cirúrgica. A eficácia do procedimento cirúrgico depende do grau de evolução da neoplasia, visto que as recidivas podem ocorrer após 6 meses da cirurgia (4).

O presente trabalho teve como objetivo relatar o tratamento cirúrgico de um Carcinoma de Células Escamosas Vulvar, realizado em uma vaca atendida no Hospital Veterinário Escola (HVE) da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença (FMVV), localizado no município de Valença, estado do Rio de Janeiro.

Relato de caso

Uma fêmea bovina da raça Girolando (grau de sangue 7/8) com aproximadamente dez anos de idade, pesando 400 kg, foi atendida no HVE com histórico de massa tumoral na vulva há aproximadamente dois anos, além de corrimento e miíases recorrentes.

No exame clínico pode-se observar sangramento e presença de larvas em massa protuberante na região vulvar. O animal apresentava-se em bom escore de condição corporal. Após a realização do exame clínico, no qual o animal apresentava frequência cardíaca 45 bpm e respiratória 35 m/mim dentro dos padrões de normalidade, estado de alerta e apetite presente associados aos sinais clínicos encontrados, e predisposição do animal (pela baixa pigmentação vulvar), chegou-se ao diagnóstico presuntivo de carcinoma das células escamosas. Devido ao grau avançado em que a lesão estava foi tomada a decisão de fazer a retirada da neoplasia cirurgicamente.

O animal foi contido em um brete próprio para a realização do procedimento cirúrgico, na região perineal da fêmea bovina foi realizada anestesia epidural com cloridrato de lidocaína à 2% entre a última vértebra sacral e primeira coccigena, após esse procedimento foi feita tricotomia e limpeza da região com água e sabão, com a finalidade de remover mecanicamente o excesso de sujidades e de possíveis agentes contaminantes. A vulva e proximidades foram lavadas, secas e em seguida foi feita anestesia ao redor da massa no local de incisão com 30 ml de lidocaína 2%. Fez-se a remoção completa da massa tumoral garantindo a inexistência de qualquer tecido neoplásico e junto foi retirada uma parte de tecido vivo como margem de segurança. Após hemostasia procedeu-se com sutura reduzindo todo o espaço

morto no subcutâneo e posteriormente sutura de pele com fio não absorvível sintético (nylon) em padrão simples contínuo.

Terminado o procedimento, administrou-se antiinflamatório não-esteroidal (AINE) Flunexina Meglumina (17,6ml) e antibiótico a base de Penicilina, Agrosil (40ml), dipirona sódica (20ml), spray cicatrizante e repelente no local. Foi indicado o tratamento com AINE's por cinco dias, antibiótico por sete dias, analgésico por três dias e limpeza e curativo da ferida diariamente com spray cicatrizante e repelente local. O material coletado foi fixado em formol e remetido ao Laboratório de Patologia da FMVV, para avaliação macroscópica e histopatológica, confirmando-se o diagnóstico de Carcinoma de Células Escamosas, onde se observou proliferação de células epiteliais atípicas com núcleos arredondados a ovóides, levemente cromáticos, vesiculares, com nucléolos evidentes e volumoso citoplasma eosinofílico, com moderado índice mitótico e formação de inúmeras pérolas de queratina. Observaram-se ainda intenso infiltrado inflamatório misto e áreas de tecido de granulação.

Após quinze dias da realização da cirurgia o animal foi avaliado, foram retirados os pontos e o mesmo recebeu alta. Ao longo de dez meses o animal não apresentou recidiva do tumor no local afetado, comprovando a eficiência do procedimento realizado.

Discussão

A idade, sexo e raça do animal estão de acordo com os casos relatados na literatura, onde o desenvolvimento da neoplasia aumenta com o avançar da idade do animal acometido RAMOS et al. (5)

A vaca relatada no presente trabalho apresentava dez anos de idade era ainda utilizada no sistema de produção leiteira, o que de acordo com Carvalho et al. (6) pode favorecer a ocorrência da enfermidade, pois rebanhos leiteiros são constituídos principalmente por fêmeas que são mantidas na propriedade até o fim de suas vidas produtivas, independente do sistema de criação.

O diagnóstico da neoplasia foi realizado associando-se a localização das lesões, áreas despigmentadas, e aos sinais clínicos apresentados. A massa tumoral apresentou características de carcinoma de células escamosas e o diagnóstico definitivo foi realizado através da histopatologia que se fez importante nesse trabalho porque foi possível diferenciá-lo dos variados tumores vulvares que acometem bovinos. O tratamento cirúrgico foi efetivo quanto à manutenção da produção e possibilitando o retorno do animal ao rebanho.

Conclusão

A extirpação do CCE foi fundamental para a sobrevivência da vaca e para minimizar perdas reprodutivas, uma vez que não ocorreu recidivas da neoplasia após seis meses como é relatado comumente na literatura. Os fatores predisponentes associados às práticas de manejo são de grande importância nesse relato pois expõe os animais às radiações com a indisponibilidade de áreas cobertas, árvores nas pastagens, galpões e sombrites que foram os fatores que levaram à formação de CCE.

Referências

- 1-KELLER, D; RONNAU, M; GUSMÃO, M. A; BERSANI, M; TORRES, A. M; Casuística de Carcinoma Epidermóide Cutâneo em bovinos do Campus Palotina da UFPR. **Acta Scientiae Veterinarie**. v. 36 n. 2 p. 155 - 159, 2008.
- 2 -RIZZO, H; CARVALHO, J. S; HORA, J. H. C; FREBONIO, A. M. B; Tratamento clínico-cirúrgico de carcinoma de células escamosas vulvar em bovinos do Estado de Sergipe. **Scientia Plena**,v.11, n.4, 2015.
- 3 - ROSOLEM, C . M; ROMERO, C. D; PACHECO, D.A; SCHWEIGERT, A; ROZZA, B. D; Carcinoma de células escamosas em assoalho vaginal de um bovino nelore associado à metástase em pulmão. Relato de Caso. **Revista Científica eletrônica de Medicina Veterinária**. v .11 n. 18 p. 1679-7353, 2012.
- 4- ROSA, F.B; KOMMERS, G. D; LUCENA, R. B; GALIZA, G. J. N; TOCHETTO, C; SILVA, T. M; SILVEIRA, I. P;Aspectos epidemiológicos, clinicopatológicos e imuno histoquímicos de carcinomas de células escamosas vulvares em 33 vacas **Pesquisa Veterinária Brasileira** v.32 n.11 p1127-1132, 2012.
- 5- RAMOS, A. T.; SOUZA, A. B.; NORTE, D. M.; FERREIRA, L. M.; FERNANDES, C. G. Tumores em animais de produção: aspectos comparativos. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.38, n.1, p.148-154, 2008.
- 6- CARVALHO, K. L. F ; DANTAS, A. F. M ; CORREA, F. R ; ANDRADE R. L. F; NETO, P. I .N; NETO, E. G. M; SIMÕES S. V. D; AZEEDO, S. S. Estudo retrospectivo das neoplasias em ruminantes e equídeos no semiárido do Nordeste Brasileiro. **Pesquisa Veterinária Brasil**, v.32, n.11, p 1127-1132, 2014.

PITIOSE CUTÂNEA EM EQUINO: RELATO DE CASO

Wanessa Pires da Silva¹, Renata Vitória Campos Costa², Marcelo de Oliveira Henriques²

¹Discente FMVV/CESVA-FAA

²Docente FMVV/CESVA-FAA

wanessa_piressd@yahoo.com.br

Resumo

A pitiose cutânea é uma doença causada pelo fungo *Pythium insidiosum* e tem como os principais sinais clínicos presença de massa ulcerada principalmente nas extremidades dos membros, com prurido intenso, claudicação e podendo levar a automutilação. O presente trabalho tem como objetivo relatar o caso de um equino macho, SRD com 9 anos de idade que deu entrada em 23 de Março de 2016 no Hospital Veterinário Escola da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença/RJ, apresentando a lesão cutânea extensa no membro posterior esquerdo, a cerca de um mês, segundo relato do proprietário. O animal foi submetido a exames clínicos e laboratoriais como hemograma, histopatologias e radiografias do local e tratado através de processo cirúrgico, e imunoterapia com PITIUM-VAC. O animal veio a óbito dois dias após a cirurgia. Está sendo aguardado o resultado de exame histopatológico da articulação do membro afetado.

Palavras-chave: *Pythium insidiosum*, cavalo, cirurgia, diagnóstico, pitium-vac.

Introdução

A Pitiose é uma enfermidade cosmopolita, sendo o fungo mais prevalente em regiões tropicais, subtropicais e temperadas. Não há predisposição por idade, raça ou sexo e o agente causador é da família *Pythiaceae*, gênero *Pythium* e espécie *P. insidiosum* (1).

Nos equinos, a pitiose se caracteriza pela formação de granulomas ulcerados, com trajetos fistulosos, infiltração de eosinófilos, com a presença de

massas necróticas amareladas e friáveis denominadas “kunkers” que se desprendem facilmente do tecido fibrovascular circunjacente (2).

As formas mais encontradas nos equinos são as cutâneas e as subcutâneas, frequentemente com massas de formas irregulares e aspecto arenoso. O tamanho varia de acordo com o local e o tempo de infecção, sendo uma característica da doença o prurido intenso, com risco de automutilação (3).

Alguns animais apresentam claudicação, por serem as lesões cutâneas nos equinos são encontradas principalmente em extremidades distais dos membros, podendo acometer ainda a porção ventral da parede abdominal e não tão freqüente, porém com possível incidência na face (1).

O diagnóstico correto é muito importante, pois em alguns casos pode ser confundida com habronemose cutânea ou outras dermatoses em equinos, sendo assim o tratamento não é eficaz e pode levar a outras complicações, podendo o animal ir à óbito (4). O exame citológico direto do exsudato da lesão ou esfregaço tecidual é capaz de detectar 63% dos casos, porém este método de diagnóstico é inespecífico (5).

Nos últimos anos, técnicas como imunodifusão, ELISA, imunohistoquímica e PCR tem auxiliado para o diagnóstico da pitiose (1). O exame histopatológico não é conclusivo para determinar o agente causal, sendo necessário para que seja dado o diagnóstico, realizar o isolamento e o cultivo com granulações contidas nas lesões (6).

Vários tratamentos são utilizados para pitiose como: antifúngicos, cirurgia e de imunoterapia (1). O tratamento da pitiose é de extrema importância, pois as lesões progredem rapidamente.

O presente trabalho tem como finalidade relatar um caso de pitiose cutânea em equino atendido no Hospital Veterinário Escola da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença.

Relato de caso

No dia 23 de março de 2016, deu entrada no Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença/RJ um equino, macho, sem raça definida, com 9 anos, e segundo relato do proprietário o animal apresentava uma ferida no membro posterior esquerdo, que em aproximadamente 30 dias havia evoluído para uma grande massa, com secreção serossanguinolenta e purulenta. O animal era mantido em baia e piquete em área alagada. Alimentação consistia em ração e pasto.

No dia da entrada do animal foi realizado exame físico completo e hemograma. Apresentando o quadro de anemia normocítica normocrômica, leucocitose neutrofílica, linfocitose e monocitose. Dia 28 de março de 2016 foi realizado um procedimento para coleta de material para realização do exame histopatológico. Após resultado do exame histopatológico com confirmação de pitiose no dia 15 de Abril de 2016 o animal recebeu uma dose da vacina Pitum-Vac. No dia 18 de Abril de 2016 foi realizado o procedimento cirúrgico para retirada do tecido da lesão, onde o animal foi anestesiado com xilazina 2% 1 mg/kg, anestesia local com lidocaína 7 mg/kg. Não ocorrendo complicações durante e após a cirurgia. Como tratamento pós cirúrgico foi recomendado o uso de antibióticos, associação de penicilina (22.000 UI/kg) e estreptomicina (10 mg/kg), intramuscular, durante sete dias e antiinflamatório, flunixin meglumine (1,1 mg/kg).

Dia 20 de Abril de 2016, o animal veio a óbito de causa desconhecida, sem apresentar nenhuma alteração clínica, sendo realizada a necropsia e coleta de material para exames complementares, incluindo o membro acometido, que foi encaminhado para os exames radiográficos e histopatológico para avaliação do comprometimento da articulação metacarpo-falangeana pelo quadro infeccioso. No exame radiográfico, não foi encontrado nenhuma alteração ou comprometimento articular, já o exame histopatológico ainda não se obteve resultado.

Discussão

A maioria dos animais acometidos apresentam assim como no caso relatado a presença de uma grande massa ulcerada, com prurido intenso, na extremidade dos membros (1). O animal atendido apresentava lesão na extremidade do membro posterior esquerdo.

No exame clínico, verificou-se prurido intenso, com sinais de automutilação, pela presença de sangue no focinho e em outros locais da pata acometida (7). Durante a coleta de material para exame histopatológico são encontradas hifas nos centros dos granulomas (1). Observou-se essa característica no animal acompanhado.

O quadro de anemia normocítica normocrômica pode ter relação com a diminuição do apetite, assim como incomodo causado pela lesão e perda de grande quantidade de secreção serossanguinolenta pela extensa ferida. A leucocitose neutrofilica, com linfocitose e monocitose é justificada e esperada pela grande ferida, com infecção fúngica e também bacteriana de forma secundária (7).

O tratamento com associação de anfotericina B, intraconazol, DMSO e cirurgia são os mais indicados para o sucesso do tratamento (7), o animal foi submetido ao processo cirúrgico e injeção de uma dose de PITIUM-VAC, porém o animal foi a óbito dois dias após a cirurgia, sendo que se apresentava clinicamente estável.

O exame radiográfico do membro afetado não apresenta alterações que podem ser relacionadas com a pitiose, porém existem relatos onde ocorreu o comprometimento articular pela pitiose (8), já o exame histopatológico ainda não se obteve resultado.

Conclusão

O presente trabalho demonstra a importância do diagnóstico correto e precoce da pitiose cutânea, tendo importância direta no sucesso do tratamento. A região Sul do estado do Rio de Janeiro pode ser considerada uma região de ocorrência da pitiose cutânea equina. O conhecimento da doença é importante, para que possa auxiliar no diagnóstico diferencial de doenças com difícil cicatrização dos equinos em nossa região.

Referências

- 1- SANTURIO J.M., ALVES S.H., PEREIRA D.J.B., ARGENTA J.S. Pitiose: uma micose emergente. **Acta Scientiae Veterinariae**. v. 34, n.1, p. 1-14, 2006.
- 2- MENDOZA, L.; AJELLO, L.; MCGINNIS, M.R. Infections caused by the oomycetous pathogen *Pythium insidiosum*. **J Mycol Med**. v.6, p.151-164, 1996.
- 3- BOTTON, S. A. et al. Identification of *Pythium insidiosum* by Nested PCR in cutaneous lesions of Brazilian horses and rabbits. **Current Microbiology**. v. 62, p. 1225-1229, 2011.

- 4- MACIEL, I. C. F.; SILVEIRA, J. T.; MAIA, C. A.; SOUSA, R. M.; OLIVEIRA, N. J. F.; DUARTE, R. D. Pitiose fatal em equinos tratado inicialmente para habronemose cutânea. **Acta Scientiae Veterinariae**. v.36, n.3, p.293-297, 2008.
- 5- KAUFMAN, L. Penicilliosis marneffei and pythiosis: **Emerging tropical diseases mycopathology**, v.143, p.3-7, 1998.
- 6- LEAL A.B.M., LEAL A.T., SANTURIO J.M., KOMMERS G.D., CATTO J.B. Pitiose equina no Pantanal brasileiro: aspectos-clínico patológicos de casos típicos e atípicos. **Pesq. Vet. Bras.** v. 21, n.4, p. 151-156, 2001
- 7- DÓRIA, R.G.S. **Tratamento de pitiose em membro de equino por meio de perfusão regional intravenosa com anfotericina B**. Trabalho de conclusão de curso. 2009. 133 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista. 2009.
- 8- PEREIRA, P. D., VECCHIO, P. C. D., CONGO, R. P., SANTOS, D. D., MONTE, R. L. Pitiose Equina na Região da Campanha do Rio Grande do Sul: Relato de Caso. **Rev. Cient. Elet. de Med. Vet.** v. 17, 2011.

Achado de microfilária de *Dirofilaria immitis* em corrimento nasal sanguinolento de cão com resultado sorológico negativo para dirofilariose em imunoenensaio enzimático comercial: Relato de caso

Fransergio de Souza Correia¹; Polyana Kathleen Silva Leal¹; Aline Vieira Pinheiro dos Santos^{2,3}; Marcela Corrêa de Albuquerque³; Fabrício Nascimento Gaudêncio^{3,4}

¹ Discente na Faculdade de Medicina Veterinária de Valença (FMMV), do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA).

² Mestre em Ciências pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

³ Médico(a) veterinário(a) na Clínica Veterinária Queimados.

⁴ Doutor em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, docente na FMVV/CESVA

Resumo

A dirofilariose é uma antropozoonose emergente causada pelo nematoide da espécie *Dirofilaria immitis*. O presente trabalho teve como objetivo relatar um caso de dirofilariose canina em um cão recentemente adotado da rua pela tutora e atendido na Clínica Veterinária Queimados, localizada no Município de Queimados, RJ. O animal apresentava estertores nas vias aéreas superiores e epistaxe. Foram realizados hemograma completo, exame bioquímico de triagem hepática e renal e o imunoenensaio enzimático comercial 4DX[®] (Laboratório IDEXX[®]) para a detecção de anticorpos para *Ehrlichia* sp, *Anaplasma* sp e *Borrelia burgdorferi* e antígeno de *D. immitis*, além de avaliação citológica do corrimento nasal. Embora o imunoenensaio tenha sido positivo para erliquiose, mas negativo para a dirofilariose, surpreendentemente observou-se microfilárias no exame citológico do corrimento nasal. O hemograma não apresentou eosinofilia (achado esperado para esta infecção) embora tenham sido observadas microfilárias no esfregaço de sangue periférico e no exame da gota espessa. Foi iniciada a utilização de fármacos apropriados para o tratamento e o animal segue em acompanhamento. Com o presente trabalho, concluiu-se que a utilização de apenas um exame complementar isoladamente pode não fechar o diagnóstico definitivo em alguns casos e que o uso de mais de uma ferramenta diagnóstica é fundamental para o sucesso no diagnóstico e na conduta clínica.

Palavras-chave: microfilárias; *imprint* nasal; citologia.

Introdução

A dirofilariose é uma enfermidade de caráter crônico, popularmente conhecida como “doença do verme do coração”. É classificada como uma antroponose emergente, causada principalmente pelo nematoide da espécie *Dirofilaria immitis*. Este parasito é transmitido por mosquitos dos gêneros *Aedes* sp., *Culex* sp. e *Anopheles* sp. O Brasil é um país cujas condições climáticas são favoráveis a reprodução dos vetores, principalmente na região costeira do país, e por consequência, a disseminação e transmissão da enfermidade vem ganhando uma ampla distribuição geográfica. Estudos realizados no Estado do Rio de Janeiro têm indicado que os principais vetores presentes no estado são *Aedes scapularis* e *A. taeniorhynchus* (1,2). A prevalência no Estado varia de acordo com a região chegando em alguns municípios a taxas expressivas de 31% de cães infectados por *D. immitis* (2,3). Primariamente, a dirofilariose se caracteriza como uma doença pulmonar vascular e os sinais clínicos no cão são aqueles relacionados à disfunção cardiovascular, como tosse e exaustão ao exercício, que pode evoluir para a insuficiência cardíaca congestiva (4). O diagnóstico da doença frequentemente necessita de exames complementares pelos sinais inespecíficos que a enfermidade apresenta. O imunoenensaio enzimático ELISA é usado comercialmente para fins de diagnóstico clínico-laboratorial. Popularmente conhecidos como testes rápidos, eles apresentam alta sensibilidade quando realizados com base em antígenos do nematoide, baixo custo e rapidez para a obtenção de resultados. Contudo, embora sejam altamente sensíveis e específicos, estes testes infelizmente possuem algumas limitações. Os testes antigênicos disponíveis podem ser negativos nos casos em que os cães apresentem cargas parasitárias muito baixas ou parasitos em um estágio de pré-patência. O estágio do desenvolvimento ontogênico do parasito influencia no teste. Vermes machos adultos também não apresentam antígenos detectáveis por estes testes (5).

Relato de Caso

No presente estudo, foi relatado o caso de um cão de nome “Espirro”, adulto, SRD, macho não-castrado, atendido na Clínica Veterinária Queimados, município de Queimados, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. O animal havia sido adotado da rua recentemente pelo tutor, que o levou ao médico veterinário pois observava que o mesmo apresentava estertores nas vias aéreas superiores e espirrava frequentemente. Posteriormente, os espirros se tornaram mais frequentes, e passaram a apresentar corrimento nasal sanguinolento. Foram solicitados então alguns exames complementares como hemograma completo, perfil bioquímico sérico de triagem para avaliação de lesão hepática (atividade de ALT sérica) e função renal (concentração sérica de creatinina) e o teste de imunoenensaio enzimático cromatográfico comercial 4DX® (teste sensível para a detecção de anticorpos para *Ehrlichia* sp, *Anaplasma* sp e *Borrelia burgdoferi* e antígeno de *Dirofilaria immitis*). Foi realizada também uma avaliação citológica do corrimento nasal, como tentativa de elucidação da possível causa do sangramento.

Como resultado dos exames laboratoriais realizados, observou-se que, o imunoenensaio foi positivo para *Ehrlichia* sp (figura 1) e negativo para *D. immitis*. Entretanto, na avaliação do corrimento nasal, observou-se microfilárias na citologia (figura 2).

Após a pesquisa de microfilárias em esfregaço de sangue periférico (figura 3) e o exame da gota espessa, ambos os exames foram positivos para a presença de microfilárias, confirmando o diagnóstico de dirofilariose.



Figura 1. Resultado do imunoenensaio enzimático comercial. Interpretação do resultado: controle positivo (marca azul no campo de leitura) acima à esquerda. Resultado positivo para *Ehrlichia* sp. marca azul no campo de leitura abaixo à esquerda.



Figura 2. Microfilária de *Dirofilaria immitis* encontrada em exame citológico de corrimento nasal sanguinolento (coloração Panótico, aumento de 400x).



Figura 3. Observação de microfilária em esfregaço de sangue periférico. (Coloração Panótico, aumento de 400x).

O hemograma também revelou anemia normocítica normocrômica moderada (20% de hematócrito, valor de referência: 37 a 55%). Não foi observada eosinofilia na leucometria específica (o que seria previsto para esta infecção), tampouco trombocitopenia, apesar de diagnosticada a erliquiose através do 4DX[®].

No exame bioquímico sérico, observou-se aumento leve da atividade da enzima hepática de extravasamento ALT no sangue (resultado: 125,7 U/L, valor de referência: 10,0 a 88,0 U/L), denotando haver uma discreta lesão hepática.

Foi instituído o seguinte protocolo terapêutico para o tratamento deste animal Doxiciclina 10mg/kg bid 28 dias, Hemolitan Pet[®] (VetNil[®]) 0,6ml bid 28

dias, Silimarina 20mg/kg sid 30 dias, Omeprazol 2mg/kg sid 28 dias, Prednisolona 0,5mg/kg sid 5 dias, Endogard® (Virbac®) para animais até 10kg, $\frac{3}{4}$ de comprimido a cada 30 dias.

Discussão e Conclusão

O médico veterinário ao se deparar com um caso suspeito de dirofilariose (principalmente em se tratando de áreas endêmicas) deve solicitar exames complementares que confirmem o diagnóstico.

Embora os testes rápidos disponíveis no mercado sejam métodos práticos e altamente sensíveis, eventualmente podem apresentar resultados falsos negativos devido à algumas restrições para a detecção dos parasitos (5). Logo, a utilização de ferramentas diagnósticas em conjunto, mediante a suspeita da infecção é importante.

Todavia, a realização do teste foi imprescindível para o diagnóstico da erliquiose, uma vez que o animal não tenha apresentado trombocitopenia, um achado esperado, porém nem sempre presente em casos de erliquiose. Assim, foi feita a escolha do tratamento com o antibiótico de eleição doxíciclina na dose de 10mg/kg bid. Iniciado o tratamento, o animal apresentou melhora clínica quanto ao sangramento nasal.

A doxíciclina também pode ser utilizada no tratamento da dirofilariose canina. Como muitos nemátodos filarídeos, *D. immitis* abriga a bactéria endossimbionte *Wolbachia* sp., que tem se mostrado essencial para o desenvolvimento do verme, sua fecundidade e sobrevivência no hospedeiro. Tratamentos associados de doxíciclina e ivermectina resultaram em rápido decréscimo significativo de microfilárias circulantes e maior atividade adulticida quando comparado aos tratamentos com esses mesmos fármacos isoladamente (6). Dessa forma, o emprego inicial da doxíciclina visando o tratamento para a erliquiose, já contribuiu para o tratamento da dirofilariose.

Considerando a fisiopatogenia da dirofilariose, o achado de discreta lesão hepática com aumento na atividade plasmática da transaminase ALT foi atribuído a um possível surgimento de insuficiência cardíaca levando a um quadro inicial de congestão de hepatócitos, possível achado na dirofilariose (1), o que pode ter acarretado leves a moderadas lesões hepáticas com aumento nas enzimas de extravasamento em função do débito cardíaco alterado.

A pesquisa e identificação morfológica da microfilária no esfregaço de sangue periférico contribuiu para o diagnóstico da dirofilariose, descartando o achado do corrimento nasal como possível outro nematoide, como *Dipetalonema* sp ou algum nematoide de vida livre através da avaliação morfológica. No entanto, também é importante destacar que, embora a pesquisa por microfilárias seja útil na detecção dos nematoides, é necessário que o animal esteja infectado com um grande número de larvas para a sua detecção. Menos de 20 a 50 microfilárias mL⁻¹ de sangue não são detectadas e nas infecções mais brandas elas estarão ausentes (1).

Desse modo, concluímos que é recomendado sempre solicitar mais de um exame complementar para o diagnóstico de dirofilariose. O ecocardiograma, a realização da técnica parasitológica de Knott, o exame da gota espessa e os testes sorológicos juntos são importantes exames complementares nesse contexto.

Referências

- 1- SILVA, R.C.; LANGONI, H. Dirofilariose. Zoonose emergente negligenciada. **Ciência Rural**, 2008.
- 2- FERNANDES, C.G.N.; RODRIGUES, S.R.; MOURA, S.T.; OLIVEIRA, R.M.F. Aspectos epidemiológicos da dirofilariose canina no perímetro urbano de Cuiaba, Mato Grosso: emprego do "Immunoblot" e do teste de Knott modificado. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 37, n. 6, p. 467-474, 2000.
- 3- COSTA, R.C.; COUTO, L.D.; SERRÃO, M.L.; LABARTHE, N. An update survey of the prevalence of Canine Dirofilariasis in a focus area of the city of Rio de Janeiro, Brazil. **Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária**, v. 13, n. 1, p. 23-28, 2004.
- 4- CIRIO, S.M. **Epidemiologia e clínica de cães portadores de dirofilariose em espaços urbanos de município do litoral do Paraná e aspectos da histologia de *Culex quinquefasciatus* (Say, 1823) (Diptera, Culicidae)**. 2005. 118f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2005.
- 5- GOODWIN, J-K. The serologic diagnosis of heartworm infection in dogs and cats. **Clinical Techniques in Small Animal Practice**, v.13, n.2, p.83-87, 1998.
- 6 - BAZZOCCHI, C.; MORTARINO, M.; GRANDI, G.; KRAMER, L.H.; GENCHI, C.; BANDI, C.; GENCHI, M.; SACCHI, L.; McCALL, J.W. Combined ivermectin and doxycycline treatment has microfilaricidal and adulticidal activity against *Dirofilaria immitis* in experimentally infected dogs. **International Journal for Parasitology**, v. 38, n. 12, p. 1401-10, 2008.

MONITORAMENTO DOS PARÂMETROS HEMATOLÓGICOS DO PACIENTE SUBMETIDO À QUIMIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE HEMANGIOSSARCOMA DÉRMICO: RELATO DE CASO

Polyana Kathleen Silva Leal¹, Fransergio de Souza Correia¹, Marcela Corrêa de Albuquerque², Anselmo da Silva Ramos^{2,3}, Fabrício Nascimento Gaudêncio^{2,3,4}

¹Discente na Faculdade de Medicina Veterinária de Valença (FMMV), do Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA).

²Médico (a) veterinário(a) da Clínica Veterinária Queimados, RJ.

³Doutor em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

⁴Docente na FMV/CESVA.

Resumo

O hemangiossarcoma (HSA) é um tumor maligno originário de células endoteliais. O tratamento pode ser realizado através de um protocolo de associação entre doxorubicina, ciclofosfamida e vincristina, com ciclos em intervalos de 22 dias. Entretanto, estes antineoplásicos podem apresentar alguns efeitos colaterais, dos quais vale destacar alterações hematológicas, gastrointestinais e cardiomiopatia irreversível. Para acompanhamento e prevenção de tais efeitos, é importante o constante monitoramento da função cardíaca através do ecocardiograma e o uso de medicamentos imunoestimulantes, como o filgrastim. No presente estudo, é relatado o protocolo realizado no caso da cadela Leona, SRD, adulta, castrada, atendida na Clínica Veterinária Queimados, município de Queimados, RJ. A cadela foi diagnosticada com HSA dérmico através de exame histopatológico e tratada com doxorubicina, ciclofosfamida e vincristina. O imunoestimulante filgrastim foi utilizado mediante acompanhamento semanal do animal através de hemograma completo. Sempre que a vincristina provocava a neutropenia, o protocolo quimioterápico era temporariamente suspenso e era administrado o filgrastim, que acarretava uma neutrofilia de rebote muitas vezes bem acentuada. O caso foi acompanhado ao longo de quatro meses, com realização de exames hematológicos e bioquímicos consecutivos à quimioterapia antineoplásica.

Contudo, não foi possível realizar uma avaliação da função cardíaca do paciente para monitoramento da cardiotoxicidade do quimioterápico doxorubicina. Após três ciclos de quimioterapia, a cadela faleceu assim que o quarto ciclo havia sido iniciado. Através do estudo deste caso, destacamos a importância do acompanhamento hematológico dos animais submetidos à terapia antineoplásica, comprovamos os efeitos imunoestimulantes do filgrastim e alertamos quanto ao uso da ferramenta do ecocardiograma no acompanhamento da cardiotoxicidade provocada pela quimioterapia antineoplásica.

Palavras-chave: hemangiossarcoma; hematologia; imunoestimulante.

Introdução

O hemangiossarcoma (HSA) é um tumor maligno das células endoteliais. Esta neoplasia pode ter origem em qualquer órgão, dentre os mais comuns: baço, fígado, coração e pele. O prognóstico do paciente é totalmente dependente da localização do tumor, uma vez que, os HSAs localizados na pele e que não atinjam o tecido subcutâneo possuem melhor prognóstico. O HSA dérmico pode acometer uma gama de espécies, podendo acometer animais de qualquer idade, entretanto com maior incidência cães, principalmente adultos, de 8 a 13 anos de idade. A sintomatologia do HSA cutâneo cursa com tumefação de graus variáveis na pele podendo ser facilmente observado pelo tutor do animal. O diagnóstico é dado através da análise histopatológica, com a observação de proliferação de células endoteliais moderadamente pleomórficas, que variam de fusiformes a poliédricas, apresentando características de mitoses em demasia, ficando dispostas em feixes e pseudocanais repletos de hemácias (1,2).

O antineoplásico doxorubicina é um dos principais medicamentos utilizados pelos médicos veterinários para o tratamento dos sarcomas e carcinomas. Contudo, seu uso pode levar a uma gama de efeitos colaterais dos quais vale destacar as alterações hematológicas, gastrointestinais e cardiovasculares, podendo induzir a um quadro clínico de cardiomiopatia irreversível (3). A vincristina é frequentemente associada a doxorubicina como protocolo antineoplásico. Esta, por sua vez, apresenta potencial significativo de reduzir a produção leucocitária. Portanto, os efeitos colaterais do protocolo quimioterápico devem ser avaliados frequentemente pelo perfil hematológico do paciente e estimuladores da leucopoiese frequentemente são utilizados nesses casos para a correção da mielossupressão (4). O protocolo VAC se baseia na associação de doxorubicina, vincristina e ciclofosfamida, tendo um tempo total de tratamento de 22 dias, segundo quadro 1(5). O filgrastim é um fármaco da classe dos imunoestimulantes e atua diretamente corrigindo a neutropenia causada pela citotoxicidade dos fármacos utilizados durante as seções. Nos animais em quimioterapia citotóxica (doxorubicina), observa-se um aumento transitório nas contagens de neutrófilos, normalmente 1 a 2 dias após o início do tratamento com filgrastim (6).

Quadro 1. Protocolo de tratamento para hemangiossarcoma com doxorubicina, vincristina e ciclofosfamida. Obtido de Ferraz (2008).

Dia	Doxorubicina	Ciclofosfamida	Vincristina
1º	X	X	-
8º	-	-	X
15º	-	-	X
22º	Repetir todo ciclo acima, num total de 4 a 6 vezes.		

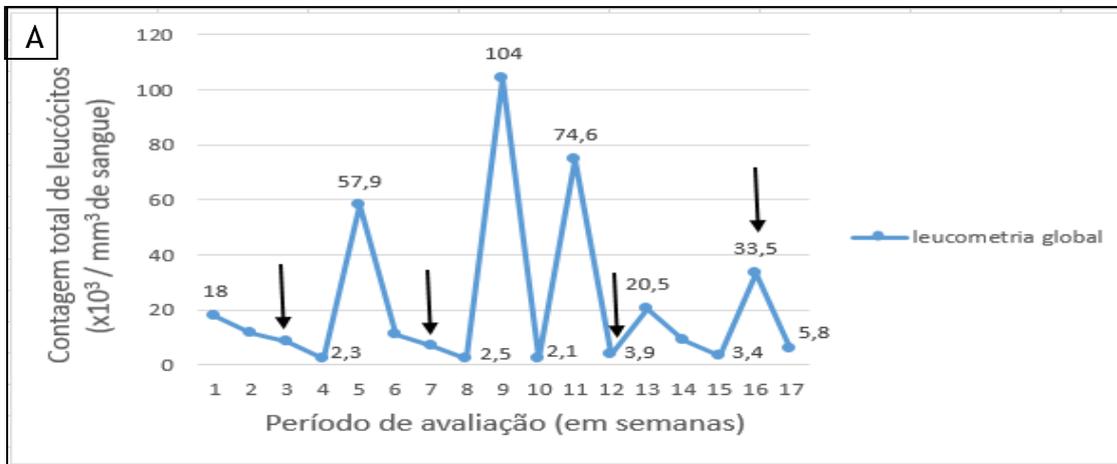
Relato de Caso

No presente estudo, foi relatado o caso da cadela, Leona, SRD, adulta, castrada, atendida na Clínica Veterinária particular, no Município de Queimados, RJ, apresentando sangramento em uma das tetas e um nódulo cutâneo próximo com aspecto hemorrágico. Após avaliação da médica veterinária, foi indicada cirurgia para remoção do nódulo e realização de exame histopatológico. Foram solicitados também exame de hemograma completo e perfil bioquímico para averiguar lesão hepática e função renal como exames pré-cirúrgicos. Os resultados dos exames laboratoriais foram permissíveis à realização da cirurgia.

O exame histopatológico do fragmento confirmou a suspeita de natureza neoplásica para o tumor observado tendo como diagnóstico o hemangiosarcoma dérmico.

Após o diagnóstico de HSA, foi dado início o protocolo quimioterápico antineoplásico segundo Feraz (2008).

Ao ser iniciado o protocolo antineoplásico, semanalmente eram realizados exames hematológicos e bioquímicos. À medida que se observava decréscimo da série branca (principalmente os neutrófilos, que representam o maior percentual dentre os leucócitos), o protocolo quimioterápico era interrompido e o imunestimulante filgrastim era administrado para evitar um agravamento da imunodepressão. Na figura 1 são mostradas as contagens de leucócitos globais e específicas de acordo com os ciclos da quimioterapia. Os momentos de pico nos gráficos das leucometrias globais (A), neutrófilos bastonetes (B), neutrófilos segmentados (C) e linfócitos (D) representam os exames realizados após o uso do filgrastim.



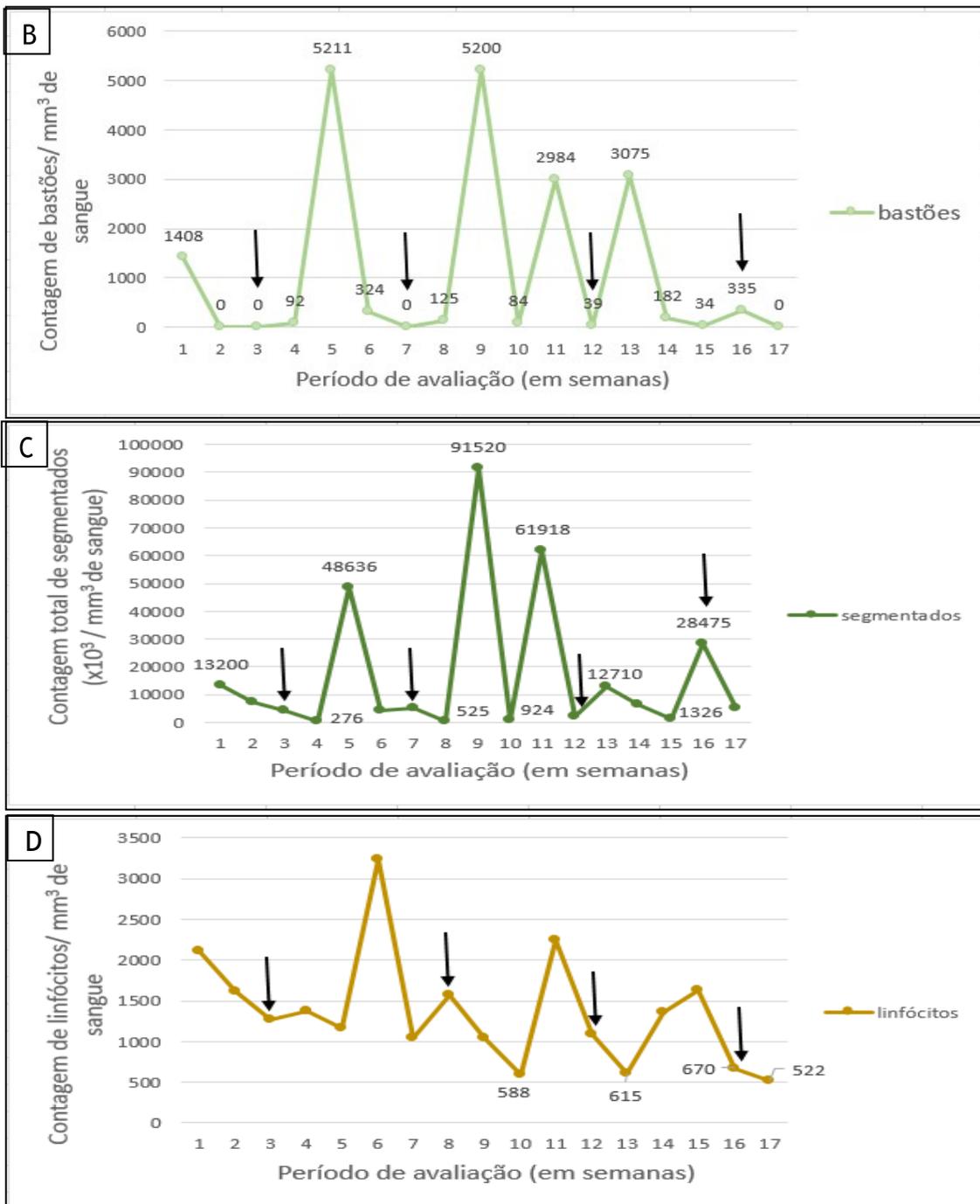


Figura 1. Perfil leucocitário da cadela Leona em resposta à exposição alternada de doxorubicina, ciclofosfamida, vincristina e filgrastim para o tratamento de hemangiossarcoma dérmico. (A) Leucometria global (mm³ de sangue); (B) Contagem de neutrófilos bastonetes (mm³ de sangue); (C) Contagem de neutrófilos segmentados (mm³ de sangue); (D) Contagem de linfócitos (mm³ de sangue). As setas indicam os inícios dos ciclos com doxorubicina e ciclofosfamida. Em destaque os valores encontrados fora dos limites de referência.

Não houve variação que excedesse os limites de referência para a série vermelha, contagem de monócitos, eosinófilos e tampouco a plaquetometria e os parâmetros bioquímicos de lesão hepática (atividade enzimática de ALT) e função renal (concentração de creatinina).

A cadela passou bem pelos três primeiros ciclos da quimioterapia. Porém, ao ser iniciado o quarto ciclo, ela faleceu inesperadamente alguns dias após a administração da doxorubicina e ciclofosfamida.

Discussão e Conclusão

A utilização de protocolos antineoplásicos que incluem doxorrubicina e a vincristina podem ter como efeito adverso a mielossupressão levando conseqüentemente a um quadro de leucopenia (3,4). Tal quadro clínico leva o médico veterinário a buscar soluções para impedir a imunodepressão. O uso de imunoestimulante filgrastim teve importante contribuição para a normalização da leucometria, impedindo decréscimos ainda mais significativos da série branca hematológica, o que ajudou a prevenir a ocorrência de infecções oportunistas. Durante todo o tratamento, a cadela Leona se apresentou ativa, com bom escore corporal e, segundo a tutora, se alimentando e bebendo água regularmente. Contudo, apesar da solicitação da médica veterinária que acompanhou o caso, a tutora não tinha disponibilidade para realizar o ecocardiograma. Uma vez que a doxorrubicina apresenta efeito colateral de cardiotoxicidade, esse monitoramento seria fundamental para acompanhamento da função cardíaca.

Assim, com este trabalho, concluímos que o filgrastim atua como um importante imunoestimulante para impedir a persistência da imunossupressão provocada pelos antineoplásicos. E com isso, previne o aparecimento de infecções oportunistas. Contudo, nos casos em que se faz necessário o uso de um quimioterápico que apresenta efeito colateral de cardiotoxicidade, é fundamental o acompanhamento da função cardíaca através de exames mais sensíveis como o ecocardiograma.

Referências

- 1 - SOUZA, T. M. et al. Hiperplasia fibroepitelial mamária em Felinos: cinco casos. **Ciência Rural**, v.32, n.5, p. 891-894, 2002.
- 2 - McGAVIN, M.D.; ZACHARY, J.F. **Pathologic Basis of Veterinary Disease**. 4.ed. Missouri: Elsevier, 2009. 1476 p.
- 3 - MEUTEN, D.J. **Tumors in Domestic Animals**. 4. ed. Iowa: Wiley-Blackwell, 2002. 800p.
- 4 - FARO, A.M.; DALECK, C.R.; SANTANA, Á.E.; NARDI, A.B.; MOTTA, F.R.; EURIDES, D. Avaliação hematológica em cães submetidos ao tratamento quimioterápico com sulfato de vincristina, prednisona e ciclofosfamida. Estudo experimental. **Ars veterinária**, v.24, n.1, p.001-008, 2008.
- 5 - FERRAZ, J.R.S.; ROZA, M.R.; JÚNIOR, J.C.; COSTA, A.C. Hemangiossarcoma canino: revisão de literatura. **Jornal Brasileiro de Ciência Animal**, v.1; n.1; p. 35-48, 2008.
- 6 - MOULTON, J.E. **Tumors in Domestic Animals**. 3.ed. London: University of California, 1990. 672p.

DEGENERAÇÃO TESTICULAR EM EQUINO: RELATO DE CASO

Patrícia Fernanda Curitiba de Paula Pereira¹, Agenor Curitiba de Paula Manso²,
Marcelo de Oliveira Henriques³

¹: Discente FMVV/CESVA-FAA

²: Médico veterinário autônomo

³: Docente FMVV/CESVA-FAA

pat_fcpp@hotmail.com

Resumo

A degeneração testicular é uma patologia comum em equinos, que se caracteriza por uma deterioração do testículo e consequente perda de sua função. Suas causas são variáveis, se apresentando desde patologias vasculares, traumas, deficiências vitamínicas, migração errática de alguns parasitas, entre outras. Pode se apresentar uni ou bilateral, podendo causar hipertrofia do testículo contralateral. O objetivo deste trabalho é relatar o caso de um equino macho, com idade estimada em 15 anos de idade, atendido na região metropolitana de Porto Alegre com degeneração testicular. O diagnóstico sugestivo foi feito através de anamnese, exame físico e concluído através de exames complementares como ultrassonografia, exame andrológico, análise de sêmen e dosagens hormonais. Após estes resultados, o diagnóstico foi determinado e o tratamento feito através de orquiectomia do testículo degenerado. Após quatro meses, o animal já havia voltado à sua função reprodutiva.

Palavras-chave: Patologia testicular; azoospermia; reprodução; ganhão; testículos.

Introdução

Degeneração testicular (DT) é caracterizada como uma deterioração da estrutura testicular com consequente perda ou diminuição da função. É uma causa comum de infertilidade adquirida, causando perda econômica, na taxa de melhoramento genético e retirada destes ganhões da reprodução (1). A enfermidade pode apresentar-se de forma aguda ou secundária a uma agressão ao testículo (2).

Há um desequilíbrio hormonal no animal com DT, porém não estão bem esclarecidas as condições endócrinas. Animais com essa disfunção apresentam anomalias quanto ao sêmen como baixa motilidade, morfologia anormal, além de alteração na consistência testicular (3).

Na maioria dos casos, a falta de informações quanto ao histórico do animal dificulta a suspeita de degeneração testicular. No entanto, exames clínicos e laboratoriais podem ser utilizados como ferramentas diagnósticas, avaliando-se a consistência e dimensões testiculares, assim como alterações morfológicas em espermatozoides bem como sua produção. O objetivo deste trabalho é relatar o caso de um equino macho, com idade estimada em 15 anos de idade, atendido na região metropolitana de Porto Alegre com degeneração testicular.

Relato de caso

Um equino, macho, sem raça definida, com aproximadamente 15 anos de idade, estimada através de cronologia dentária, foi atendido em fevereiro 2016,

por um médico veterinário na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. No histórico, o proprietário queixava-se de baixa eficiência reprodutiva, já havendo feito tratamento com hormônios Gonadotrofina Coriônica Humana (HCG) e histerilina anteriormente, sem sucesso, e informando também, que o animal possuía hipotireoidismo, tratado diariamente, com reposição de levotiroxina. O médico veterinário realizou exame físico, ultrassonográfico e andrológico e constatou através da palpação dos testículos, que o esquerdo era menor, indolor e mais flácido comparado ao direito, sendo este mais fibroelástico. No exame ultrassonográfico, o testículo direito possuía as dimensões dentro da normalidade, enquanto o testículo esquerdo demonstrava dimensões até 34% menores que o direito. Através da coleta de sêmen, o garanhão mostrou libido e comportamento copulatório normais e no exame morfológico, evidenciou um quadro degenerativo do ejaculado, que apresentou volume de 30 mL, cor límpida, vigor 2, motilidade 65%, concentração total 812 milhões, sendo 527 milhões de espermatozoides viáveis, mas com alto percentual de patologias espermáticas. Após seis horas de refrigeração, em caixa específica para transporte de sêmen, não foi encontrado nenhum espermatozoide vivo na análise microscópica. Com os parâmetros observados e comparados, diagnosticou-se uma degeneração testicular unilateral idiopática. Foram pedidos ainda exames complementares, como bioquímicos (fosfatase alcalina no plasma seminal), avaliação do pH seminal e hormonais como dosagem de testosterona e estrógenos totais e estes estavam dentro da normalidade. O testículo alterado, ao exame semiológico e ultrassonográfico, se mostrou com reduzidas dimensões e com extrema flacidez. Esses dados aliados a uma diminuição da ecogenicidade do parênquima testicular, à morfologia espermática encontrada, e ao quadro bioquímico do plasma seminal, validam o diagnóstico supra-citado. Neste contexto, o tratamento indicado pelo médico veterinário foi uma orquiectomia unilateral do testículo afetado, realizada em maio de 2016. Após um período de repouso, foram realizadas coletas de sêmen visando avaliação da qualidade espermática oriunda do testículo preservado, pelo exame microscópico do ejaculado, observou-se a ausência de células espermáticas (azoospermia) em duas colheitas consecutivas após 104 e 105 dias da cirurgia e no dia 120, apresentou 920 milhões de espermatozoides sendo 763 milhões viáveis.

Discussão e Conclusão

Na degeneração testicular unilateral, normalmente secundária a trauma, infecção local ou neoplasia, há baixa produção de espermatozoides além de degeneração naqueles produzidos (4). A causa primária geralmente é desconhecida (5), como no caso relatado onde não foi descoberta a possível causa da degeneração do testículo esquerdo.

A anamnese do animal deve ser cuidadosamente realizada, pois através das informações obtidas, será traçado uma linha de raciocínio para se chegar ao diagnóstico e diagnóstico diferencial para hipoplasia testicular (2). Esta diferença entre as doenças só pode ser feita se houver um acompanhamento deste animal, pois a DT é uma condição adquirida, enquanto a hipoplasia testicular é congênita. A medição testicular, avaliação laboratorial do sêmen, número de prenhez e de éguas cobertas são importantes para que se chegue a este diagnóstico. Deve-se ter em mente que animais com hipoplasia testicular podem vir a desenvolver DT (4). No presente relato, através da anamnese detalhada,

exame físico onde se constatou testículo esquerdo menor, indolor e mais flácido a palpação comparada ao direito, sem histórico completo para se chegar à causa. Na dimensão testicular, através de ultrassonografia, a desproporção entre os testículos foi confirmada. Através do exame microscópico do ejaculado foi observado um alto percentual de patologias espermáticas.

O tratamento indicado pelo médico veterinário foi uma orquiectomia unilateral do testículo afetado, seguido de um repouso de aproximadamente 100 dias, quando então se coletou sêmen, visando avaliação da qualidade espermática oriunda do testículo preservado. Pelo exame microscópico do ejaculado, observou-se a ausência de células espermáticas em duas coletas consecutivas após 104 e 105 dias da cirurgia podendo observar azoospermia assim como descrito por Gehlen et al. (6), onde foi realizada a castração do testículo direito devido a uma hérnia inguinal após a cirurgia foram feitas várias coletas de sêmen, durante os três meses seguintes e todas apresentaram azoospermia e também a presença de processos atróficos. No presente estudo, após quinze dias das primeiras coletas, o animal apresentou 920 milhões de espermatozóides, sendo 763 milhões destes, viáveis.

Conclui-se, portanto que a degeneração testicular é uma patologia de grande importância para a reprodução, tendo em vista as perdas econômicas, nas taxas reprodutivas e de genética masculina valiosa além de ser um assunto pouco descrito na literatura que precisa ser abordado e melhor estudado.

Referências

- 1- CAMP, S.D.V. Common Causes of Infertility in the Bull. **Veterinary Clinics of North America: Food Animal Practice**. V.13, n.2, p.203-231, 1997.
- 2- FRÓIS, A.R.C. **Degeneração Testicular em Machos Equinos**. 2015. Monografia (Graduação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.
- 3- ROSER, F.J. Endocrine Regulation of Reproductive Function in Fertile, Subfertile and Infertile Stallions. **Reproduction in Domestic Animals**. v. 30, p. 245-250, 1995.
- 4- TURNER, R.M.O. Pathogenesis, Diagnosis, and Management of Testicular Degeneration in Stallions. **Clinical Techniques in Equine Practice**. v. 7, p.278-284, 2007.
- 5- FOSTER, R, A. Sistema Reprodutivo do Macho. In: MCGAVIN, M. D. ZANCHARY, J.F. **Bases da Patologia em Veterinária**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Cap. 19, p.1317-1348, 2009.
- 6- GEHLEN, H. et al. Azoospermia due to testicular degeneration in a breeding stallion. **Journal of Equine Veterinary Science**. v. 21, p. 138-139, 2001.

COCCIDIOSE EM GATO: RELATO DE CASO

Gabriela Prado Ferreira¹, Beatriz Corrêa de Oliveira Cyrne¹, Larissa Nuñez y Nuñez Reis¹ e Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista²

¹ Discente FMVV/CESVA-FAA

² Docente FMVV/CESVA-FAA

Resumo

A cistosisporose é causada por *Cystoisospora* spp. que acomete principalmente animais jovens. A maioria dos hospedeiros não manifesta sinais clínicos, mas em casos de imunodepressão tornam-se mais susceptíveis à coccidiose clínica. O trabalho tem o objetivo de relatar um caso de coccidiose em um gato que apresentava fezes pastosas e com sangue. O exame parasitológico revelou intenso parasitismo por *Cystoisospora* spp. O animal foi tratado com

fármaco a base de trimetoprim e sulfametoxazol. O animal começou a apresentar fezes consistentes e sem sangue, porém em exame ultrassonográfico apresentou alterações hepáticas. O tratamento foi eficaz, no entanto, o animal continua sendo avaliado.

Palavras-chave: *Cystoisospora felis*, *C. rivolta*, felino, infecção.

Introdução

A cistoisporose, também conhecida como isosporose, é causada por um protozoário coccidio do gênero *Cystoisospora* (1), o mais comum nos gatos domésticos (2). A infecção em felinos ocorre por *C. felis* e *C. rivolta* por ingestão de oocistos esporulados procedentes de fezes de outros animais infectados ou através da ingestão de tecidos de hospedeiros intermediários infectados com estes coccídios (3).

Durante a passagem pelo trato digestivo, os coccídios liberam os esporozoítos para o lúmen intestinal. Estes penetram nos enterócitos e iniciam a etapa de desenvolvimento endógeno. Nessa fase, o parasito se multiplica dentro das células, com formação de esquizontes e merozoítos. Em seguida formando gametas masculinos e femininos. Assim, forma-se o oocisto (4). A patogenicidade das espécies, em geral, é baixa, mas dependendo da condição imunológica do hospedeiro pode causar destruição do epitélio intestinal, produzindo ulcerações que podem agravar o quadro de parasitismo (1).

Os sinais clínicos em gatos, quando ocorrem, são diarreia que pode conter muco e sangue, vômito, desidratação, podendo ocorrer a morte de alguns animais em casos mais graves. O diagnóstico é baseado na história clínica, nos sinais clínicos e no exame coproparasitológico (4). Também pode ser realizado a partir de lesões macro e microscópicas e na presença de formas endógenas do parasito em esfregaços e cortes histológicos da mucosa intestinal (5).

As sulfonamidas constituem o tratamento de eleição para a coccidiose em pequenos animais, utilizadas principalmente por experiência clínica, no entanto, poucas pesquisas sustentam sua eficácia. Drogas a base de sulfa são, principalmente, eficazes contra os estágios esquizontes dos coccídios, entretanto um tratamento prolongado pode ser necessário para que a droga bloqueie, de maneira eficaz, o ciclo de vida. Diaminopirimidinas, como o trimetoprim, agem em conjunto com as sulfonamidas potencializando o efeito sobre os coccídios. A associação é amplamente utilizada em medicina veterinária, sendo recomendada a dose de até 30mg/kg 1 ou 2 vezes ao dia, por 14 a 21 dias e pode ser indicada em infecções graves por coccídios (6). O objetivo desse trabalho é relatar um caso de coccidiose em gato que apresentava fezes pastosas e com sangue.

Relato de Caso

Um gato com 8 meses de idade foi atendido na Policlínica Veterinária Escola da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença (FMVV). O animal apresentava baixo peso, fezes pastosas com sangue e hálito fétido há quatro meses. Foi realizada coleta de sangue para hemograma e análise bioquímica, que revelaram resultados que estavam dentro da normalidade. Fezes foram coletadas e examinadas, no Laboratório de Doenças Parasitárias da FMVV, pelas técnicas de formalina-éter, Faust e centrífugo-flutuação simples. Os exames revelaram resultado negativo. Foram coletadas fezes do animal durante três dias consecutivos para novos exames utilizando as mesmas técnicas. A amostra do

terceiro dia de coleta revelou incontáveis oocistos de *Cystoisospora* spp., identificados pela morfologia dos oocistos e sinais clínicos compatíveis.

Após resultado foi instituído um tratamento com a associação de sulfametoxazol e trimetopim, 15mg/kg SC. No quinto dia de tratamento, foi realizado novo exame coproparasitológico que revelou ainda incontáveis oocistos. Seguindo-se a literatura consultada, optou-se por realizar o tratamento por até 21 dias. No 12º dia após o tratamento, o animal já apresentava fezes consistentes e sem sangue, sendo então realizado novo exame fecal onde se verificou alterações morfológicas significativas nos oocistos eliminados, demonstrando que os mesmos estavam sofrendo pela ação do fármaco utilizado. Porém, como o animal havia começado a apresentar vômitos frequentes já na primeira semana de tratamento, optou-se por manter o tratamento por apenas 15 dias ao invés de 21. O animal foi testado para FIV e FeLV sendo negativo em ambos.

Com a continuidade dos vômitos foi solicitado exame ultrassonográfico, realizado uma semana após o término do tratamento, o qual revelou congestão hepática, hipertrofia de ductos biliares e espessamento da parede da vesícula biliar. A proprietária relatou que no dia do exame o animal não apresentava vômito há 3 dias e que o mesmo havia aumentado o peso. Foram repetidos os exames fecais pelas mesmas técnicas, os quais foram negativos em diferentes dias de coleta. O animal está sob acompanhamento, fazendo uso de probiótico, e será submetido a novos exames a fim de se verificar se houve melhora total do quadro apresentado.

Discussão e Conclusão

O sangramento apresentado pelo animal provavelmente estava ocorrendo por conta do intensoparasitismo que o mesmo apresentava, pois com o tratamento o animal apresentou a remissão do quadro. A droga escolhida possui componentes ativos que, agindo sinergicamente, impedem que o ciclo do parasita se complete, o que poderia explicar a negatividade em exames realizados após o tratamento. A dose utilizada de 15mg/kg é indicada por Crespihlo et al. (7) que realizou uma revisão com base em diversos trabalhos e indicam para neonatos Trimetoprim-Sulfametoxazolna dose 30mg/kg/SID ou 15mg/kg/BID.

Com relação as alterações hepáticas, algumas hipóteses foram levantadas: o animal também poderia estar apresentando parasitismo pelo trematodeo *Platynosomum* spp. ou a sulfa-trimetoprim poderia estar causando as lesões, mas de acordo com Boothe e Hoskins (8) as sulfonamidas associadas ao trimetoprim são relativamente seguras e eficazes para o uso inclusive em neonatos.

Tem sido relatada a presença de cistos extra-intestinais em fígado de alguns pacientes humanos com AIDS, que possivelmente estão relacionados ao quadro de imunossupressão (3), entretanto, em medicina veterinária, os casos extra-intestinais relatados se referem aqueles encontrados em hospedeiros intermediários.

O animal foi testado para FIV e FeLV pensando-se em algum fato que pudesse estar causando uma imunodepressão no animal e consequentemente a intensa eliminação de oocistos, mas o resultado foi negativo. Contudo, o tratamento foi eficaz, o animal apresentou melhora clínica mas continua sendo avaliado, na tentativa de se verificar se existe algum outro fator que esteja sendo

responsável pela alteração hepática identificada.

Referências

- 1- VASCONCELOS, M. G. C.; TALON, D. D. B.; SILVA-JUNIOR, C. A.; NEVES, M. F.; SACCO, S. R. Isosporose nos animais domésticos. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, n. 10, 2008.
- 2- MITREA, I. L.; IONIÑA, M.; ENACHESCU, V. Isosporosis in cats and dogs: etio-epidemiological and clinical features. **Buletin USAMV-CN**, v. 63, p. 343-347, 2006.
- 3- FRENKEL, J.K.; DUBEY, J.P. Rodents as vectors for feline coccidia, *Isospora felis* and *Isospora rivolta*. **The Journal of Infectious Diseases**, v. 125, p. 69-72, 1972.
- 4- FORTES, E. **Parasitologia Veterinária**. 4 ed. São Paulo: Ícone, p.67-69, 2004.
- 5- PAIVA, D.P. Isosporose suína. **Periódico informativo elaborado pela EMBRAPA – CNPSA**, v. 5, n. 18, 1996.
- 6- BOWMAN, D. D. *Georgis - Parasitologia Veterinária*. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 256-257.
- 7- CRESPILO, A. M.; MARTINS, M. I. M.; SOUZA, F. F.; LOPES, M. D.; PAPA, F.O. Abordagem terapêutica do paciente neonato canino e felino: 2. Aspectos relacionados a terapia intensiva, antiparasitários e antibióticos. **Revista Brasileira de Reprodução Animal**, v.31, n.4, p. 425-432, 2007.
- 8- BOOTHE, D. M.; HOSKINS, J. D. Terapia com drogas e com componentes sanguíneos. In: HOSKINS, J. D. **Pediatria veterinária: cães e gatos do nascimento aos seis meses**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interlivros, 1997. p.33-48.

AVALIAÇÃO DA ANTIBIOTICOTERAPIA POR VIA INTRAUTERINA EM VACAS COM INFECÇÕES UTERINAS

Guilherme Alexandre Moreira Cotrim¹ e Joaquim Esquerdo Ferreira²

1. Discente do curso de medicina veterinária FMVV/CESVA-FAA.
2. Professor DSc. FMVV/CESVA-FAA.
guilhermecotrim@hotmail.com.br

Resumo

Entre as doenças reprodutivas as infecções uterinas têm destaque causando uma baixa eficiência reprodutiva em vacas com aptidão leiteira. Dentre os principais problemas econômicos gerados por esta afecção se destacam o aumento no intervalo entre partos, gastos com o tratamento e descarte do leite além do possível descarte involuntário dos animais. O trabalho teve como objetivo avaliar a eficiência da antibioticoterapia pela via intrauterina. Foram visitadas propriedades das zonas rurais dos municípios de Valença – RJ, Rio das Flores – RJ e Santa Barbara do Monte Verde – MG, e foram avaliadas vacas no pós-parto, que uma vez diagnosticadas com infecção uterina através da palpação retal e da vaginoscopia, foram divididas em dois grupos aleatoriamente, um grupo controle e um grupo tratado com infusão uterina de gentamicina. Não houve diferença estatística entre os grupos pelo teste do qui quadrado com nível de significância de 5%. Constatou-se então que essa doença atinge um grande número de animais do rebanho leiteiro e que o tratamento com a antibioticoterapia pela via intrauterina não apresentou resultados satisfatórios nas condições em que o estudo foi realizado.

Palavras-chave: Endometrite; metrite; infusão uterina; reprodução; bovino.

Introdução

As infecções uterinas são a principal causa de uma baixa eficiência reprodutiva em vacas com aptidão leiteira e são provocadas geralmente por agentes microbianos no momento do pós-parto (1). Sendo que as bactérias com maior prevalência nas infecções uterinas são *Escherichia coli* e *Arcanobacterium pyogenes* (2), a *Arcanobacterium pyogenes* é considerada ainda como uma das bactérias de maior relevância nessas infecções, pois está relacionada com a permanência da infecção e faz sinergismo com bactérias gram negativas (3). As infecções uterinas aumentam o intervalo entre partos, o que significa menos bezerros e leite produzidos por ano, queda na produção de leite, aumento do número de serviços por concepção (4), o que gera um maior número de doses de sêmen gastas por concepção (5). Além de gastos com o tratamento, descarte do leite dos animais em tratamento e quadros secundários de infertilidade ou sub-fertilidade que levam ao descarte involuntário dos animais (6). Objetivou-se avaliar a eficiência da antibioticoterapia com gentamicina por via intrauterina em fêmeas bovinas com infecções uterinas.

Material e Métodos

Foram examinadas 72 vacas mestiças (Holandês – Zebu), de 11 propriedades e do Hospital Veterinário Escola da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença. Após as vacas diagnosticadas com infecção uterina, através da palpação retal e da vaginoscopia, estas foram divididas aleatoriamente em dois grupos de 10 animais cada, grupo experimental 1, que não recebeu nenhum tipo de tratamento e grupo experimental 2 onde foi realizada a infusão uterina com gentamicina. A infusão foi realizada através da passagem de uma pipeta pela cérvix até o corpo do útero onde foi administrada uma solução previamente elaborada contendo gentamicina e soro fisiológico. Então as vacas foram avaliadas sete dias após o diagnóstico e tratamento consecutivamente e novamente num período de até 60 dias, também através da palpação retal e da vaginoscopia. Nessas avaliações objetivou-se ver a secreção vaginal assim como suas características, como quantidade, odor e presença de pus ou sangue. As vacas com secreção translúcida eram consideradas sem infecção e caso os animais avaliados inicialmente ainda apresentassem infecção, estes eram reavaliados e classificados novamente segundo o modelo proposto por Williams et al. (7), através da quantidade de pus e de suas características.

Resultados e Discussão

O grupo experimental 1 com 10 animais, na primeira avaliação, aos 7 dias após o diagnóstico, apresentou 5 animais (50%) com infecção uterina, já no grupo experimental 2, com um total de 10 animais, onde foi realizado o tratamento com antibióticos pela via intra uterina, 6 animais (60%) apresentavam infecção aos 7 dias após o tratamento. Na segunda avaliação feita em até 60 dias após o diagnóstico e tratamento consecutivamente, apenas 1 animal (10%) apresentava infecção no grupo experimental 1, enquanto no grupo experimental 2, 3 animais (30%) apresentavam infecção. Apesar da diferença numérica encontrada não houve diferença estatística pelo teste do qui quadrado com nível de significância de 5%.

A porcentagem de vacas diagnosticadas com infecções uterinas (27,7%) foi maior do que descrito por Domingos (8) e Ferreira et al. (9), que encontram 17,9% e 11,3% de vacas com infecções uterinas em seus respectivos estudos.

A porcentagem de animais com os diferentes graus de infecção se assemelha com o encontrado por Ferreira et al. (9), que encontrou (5,5%) de primeiro grau, (4,8%) do segundo grau e (1,1%) do terceiro grau ou purulenta, entretanto este usou a classificação proposta por Dawson (1960) apud Ferreira et al. (9), que classifica até o terceiro grau, como sendo purulenta.

Com relação à eficiência do tratamento com gentamicina pela via intrauterina, os resultados se comparam pelos encontrados por Santos et al. (10), onde este obteve 76% de recuperação nos animais tratados pela via intrauterina com oxitetraciclina e no presente trabalho 70% dos animais tratados pela via intrauterina com gentamicina apresentaram uma melhora, apesar de ser um antibiótico com um poder de ação mais limitado aos microorganismos gram-negativos (11), e como a *Arcanobacterium pyogenes* é uma gran positiva, com maior prevalência nas infecções uterinas (2) e ainda está relacionada com a permanência da infecção (3) a falha no tratamento de alguma vacas pode ser justificada devido a isso.

Conclusão

Pode-se constatar com o presente trabalho que as infecções uterinas acometem grande parte do rebanho leiteiro, sendo assim um agravo importante que pode influenciar negativamente o desempenho da atividade. A antibioticoterapia por via intrauterina, nas condições em que o estudo foi realizado, não apresentou resultados satisfatórios.

Referências

- 1- ROCHA, A. A.; GAMBARINE, M. L.; ANDRADE, M. A.; FILHO, B. D. O.; GOMES, F. A. Microbiota cérvico-vaginal durante o final de gestação e puerpério em vacas girolando. **Ciência Animal Brasileira**. v. 5, n. 4, p. 215-220, out./dez. 2004.
- 2- SHELDON, I. M.; CRONIN, J.; GOETZE, L.; DONOFRIO, G.; SCHUBERTH, H. Defining postpartum uterine disease and the mechanisms of infection and immunity in the female reproductive tract in cattle. **Biology of Reproduction**. v. 81, p. 1025-1032, 2009.
- 3- SANTOS, E.; GAIVÃO, M.; LEITÃO, S.; JOST, B. H.; CARNEIRO, C.; VILELA, C. L.; LOPES DA COSTA, L.; MATEUS, L. Genomic characterization of *Arcanobacterium pyogenes* isolates recovered from the uterus of dairy cows with normal puerperium or clinical metritis. **Veterinary Microbiology**. v. 132, p. 111-118, 2008.
- 4- ANDRADE, J. R. A.; SILVA, N.; SILVEIRA, W.; TEIXEIRA, M. C. C. Estudo epidemiológico de problemas reprodutivos em rebanhos bovinos na bacia leiteira de Goiânia. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**. v. 57, n. 6, p.720-725, 2005.
- 5- LEITE, T. E.; MORAIS, J. C. F.; PIMENTEL, C. A. Eficiência produtiva e reprodutiva em vacas leiteiras. **Ciência Rural**. v. 31, n. 3, p. 467-472, 2001.
- 6- SHELDON, I. M.; WILLIAMS, E. J.; MILLER, A. N. A.; NASH, D. M.; HERATH, S. Uterine diseases in cattle after parturition. **The Veterinary Journal**. v. 176, p. 115-121, 2008.
- 7- WILLIAMS, E.; FISCHER, D.; PFEIFFER, D.; ENGLAND, G.; NOAKES, D.; DOBSON, H.; SHELDON, I. M. Clinical evaluation of postpartum vaginal mucus reflects uterine bacterial infection and the immune response in cattle. **Theriogenology**. v. 63, p.102-117, 2005.
- 8- DOMINGOS, J. A. J. **Contribuição para o estudo das endometrites em vacas de leite e o seu diagnóstico por vaginoscopia**. 2009. 58f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.
- 9- FERREIRA, A. M.; SÁ, W. F.; VIANA, J. H. M.; FERNANDES, C. A. C.; FREITAS, C. Corpo lúteo persistente associado a infecções uterinas em rebanhos leiteiros da Zona da Mata-MG. **Revista Brasileira Ciência Veterinária**. v. 7, n. 1, p. 25-28, Jan./abr. 2000.

- 10- SANTOS, A. D. F.; COSTA, E. P.; GUIMARÃES, J. D.; ROVAY, H.; TORRES, C. A. A.; CALDAS, E. L. C. Tratamento de endometrite bovina pós-puerperal pelas vias intramuscular e intrauterina. **Ciência Animal Brasileira**. v.10, n.2, p.602-609, abr./jun. 2009.
- 11- RODRIGUES, C. F. M.; PARRA, B. C.; PINTO, E. A. T.; LOT, R. F. E. Diagnóstico e tratamento de endometrite em bovinos. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**. Ano VII, n. 12, 2009. Disponível em: <http://www.faeef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/VGuiosiZdOWOirA_2013-5-29-10-28-58.pdf>. Acesso em: 31 agost. 2016.

OCORRÊNCIA DE ENTEROPARASITAS EM AGRIÕES COMERCIALIZADOS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA-RJ

Bruna Boaretto Durço¹; Manuela Oliveira Carvalho Silva¹; Raphaela Figueira Cezar¹; Filipe Souza de Lima e Cirne²; Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista³

1 Discente FMVV- CESVA/FAA

2 Discente FMV – CESVA/FAA

3 Docente CESVA/FAA - FMV/ FMVV

brunaboaretto@outlook.com

Resumo

As hortaliças, especialmente as consumidas cruas, têm especial importância para a saúde pública, pois são amplamente consumidas pela população. Foram analisadas até o momento 20 amostras de agrião provenientes de um supermercado do município de Valença – RJ. Utilizou-se o método de sedimentação espontânea, onde foram encontradas 138 formas parasitárias, incluindo parasitas de importância em medicina veterinária e saúde pública. Os resultados encontrados até o momento revelam baixa qualidade higiênico-sanitária das amostras de agrião comercializadas no município de Valença, uma vez que foram detectados enteroparasitas em todas as amostras avaliadas.

Palavras-chave: Parasitas; hortaliças; saúde

Introdução

As hortaliças, especialmente as consumidas cruas, têm especial importância para a saúde pública, pois são amplamente consumidas pela população (1). Alguns fatores, como o uso de águas residuais não tratadas e a falta de higiene durante o cultivo, armazenamento, transporte e distribuição para o consumidor, facilitam a contaminação desses alimentos por enteroparasitas (2). Outro fator a ser considerado é a adubação com dejetos humanos ou animais, prática comum no Brasil (3).

A infecção de seres humanos por enteroparasitas, veiculados por hortaliças ocorre por via oral, quando o consumidor ingere o alimento cru contaminado por fezes humanas ou animais. A amebíase por *Entamoeba histolytica*, a giardíase por *Giardia intestinalis* e a fasciolíase por *Fasciola hepatica* são algumas enfermidades comuns entre homens e animais cujas formas infectantes podem ser encontradas nesses alimentos (3, 4, 5).

O agrião é uma das hortaliças que mais apresenta contaminação por formas parasitárias, o que pode estar associado à sua estrutura anatômica, representada por folhas múltiplas e separadas, com grande área de contato, permitindo maior adesão de determinados enteroparasitas (6).

A produção do agrião convencional é a geopônica, ou seja, as hortaliças ficam em contato direto com o solo úmido e os nutrientes são gerados a partir da

decomposição de matéria orgânica (7). Este fato favorece o desenvolvimento de formas imaturas de helmintos e protozoários que sobrevivem de melhor maneira em locais aquáticos (8).

O diagnóstico das formas parasitárias nesses alimentos pode ser realizado através de exames laboratoriais, utilizando a própria hortaliça como unidade experimental, como centrífugo-flutuação simples, sedimentação, flutuação espontânea ou mesmo por método direto (1). Para que se possa evitar a infecção por parasitas através desses alimentos, a conscientização dos consumidores, produtores e manipuladores é essencial (8). Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo avaliar a ocorrência de enteroparasitas em agriões comercializados em supermercados do município de Valença – RJ, fornecendo dados de interesse para a saúde pública e a vigilância sanitária sobre o estado higiênico desses produtos.

Material e Métodos

O estudo está sendo realizado a partir de amostras de agrião compradas em supermercados do município de Valença e analisadas no Laboratório de Parasitologia da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença. Até o momento, vinte (20) amostras foram avaliadas, considerando-se como unidade amostral o maço, constituído de folhas agrupadas e seguras por um laço.

Cada unidade amostral foi lavada com 200 mL de água destilada, utilizando-se como auxílio uma escova de hastes macias que era passada de maneira delicada sobre as folhas. O líquido proveniente de cada lavagem foi coado através de uma peneira de malha fina e gaze para um cálice de sedimentação, onde permaneceu em repouso por 24 horas. O sedimento foi recolhido por pipeta plástica (tipo Pasteur), colocado sobre uma gota de solução de lugol em lâmina e protegido por uma lamínula. Após este procedimento, as lâminas foram analisadas em microscópio óptico (Objetivas de 10X e 40X) quantificando-se e qualificando-se as estruturas parasitárias encontradas. Os gêneros foram identificados e confirmados de acordo com as características morfológicas de seus ovos e em comparação com atlas.

Resultados parciais

Foram encontradas até o momento 138 formas parasitárias nas 20 amostras avaliadas, incluindo ovos do tipo Strongyloidea, ovos de *Ascaris* spp., cistos de *E. histolytica*, *E. coli* e *Iodamoeba butschilli*, conforme pode ser observado na tabela abaixo. Alguns ovos, não identificados, foram fotografados para posterior mensuração e identificação. Além das formas parasitárias, foram encontrados ácaros de vida livre.

Tabela 1. Formas parasitárias e ácaros de vida livre detectados em amostras de agrião comercializadas em supermercado do município de Valença.

Formas detectadas	Número
Ovos Strongyloidea	22
<i>Ascaris</i> spp.	6
Ovos não identificados	72
<i>Entamoeba coli</i>	18
<i>Entamoeba histolytica</i>	2
<i>Iodamoeba butschilli</i>	2
Ácaros de vida livre	16

Discussão

O encontro de ovos do tipo Strongyloidea comprova a ocorrência de contaminação das hortaliças por fezes de animais domésticos. *Ascaris* spp. não foi classificado quanto a espécie devido a similaridade entre os ovos de *A. lumbricoides* e *A. suum*. Entre os amebídeos encontrados, destaca-se *E. histolytica*, protozoário intestinal do homem e de animais domésticos, altamente patogênica.

Os resultados obtidos até o momento são semelhantes aos encontrados por Gregório et al. (1), que identificou ovos de *Ascaris* spp. e outros helmintos, bem como *E. coli* e outros protozoários em estudo com diferentes hortaliças, incluindo o agrião. A escolha pelo agrião foi baseada em estudos publicados (7, 8) que demonstram maior índice de contaminação dessa hortaliça quando comparada a outras, o que se deve a anatomia do vegetal, ao tempo em que permanece em solo úmido e em parte pela forma como este é adubado. O estudo desenvolvido por Soares e Cantos (6) aponta o processo chamado “chuva de adubo”, utilizado em cultivo de agrião, que é a utilização de estrume de gado dissolvido na água de irrigação. O presente estudo detectou até o momento enteroparasitas que apresentam grande importância em saúde pública como *Ascaris* spp. e *E. histolytica*, indicando contaminação fecal de origem humana e/ou animal.

Conclusão

Os resultados encontrados até o momento revelam baixa qualidade higiênica- sanitária das amostras de agrião comercializadas no município de Valença. O estudo demonstra a importância de medidas profiláticas como a conscientização dos manipuladores, o cercamento para evitar a entrada de animais, uso de água de boa qualidade para irrigação e a higienização por parte dos consumidores.

Referências

1. GREGÓRIO, D. S.; MORAES, G. F. A.; NASSIF, J. M.; ALVES, M. R. M.; CARMO, N. E.; JARROUGUE, M. G.; BOUÇAS, I. R.; SANTOS, A. C. C.; BOUÇAS, T. R. J. Estudos da comparação de parasitas em hortaliças da região leste de São Paulo. *Science in Health*, p. 96 – 103, 2012.
2. FALAVIGNA, L. M.; FREITAS, C. B. R.; MELO, G. C.; NISHI, L.; ARAUJO, S. M. Qualidade de hortaliças comercializadas no noroeste do Paraná, Brasil. *Parasitologia latino-americana*, p. 144 – 149. 2005.
3. OLIVEIRA, C. A. F.; GERMANO, P. M. L. Estudo da ocorrência de enteroparasitas em hortaliças comercializadas na Região Metropolitana de São Paulo - SP, Brasil. *Rev. Saúde Públ*, v. 26, p. 283-9, 1992.
4. OLIVEIRA, D. C. S.; BRITO, J. K.; MAIA, M. C. Avaliação parasitológica em amostra de alface (*Lactuca sativa*) comercializadas em supermercados de Ipatinga – Minas Gerais. *Revista Digital de nutrição*. v. 6, n. 11, p. 933 – 944. 2012.
5. ESTEVE, F. A. M.; FIGUEIRÓA, E. O. Detecção de endoparasitas em hortaliças comercializadas em feiras livres do município de caruaru – PE. *Revista Baiana de Saúde Pública*. v. 33, n. 2, p. 38 – 47, 2009.
6. SOARES, B.; CANTOS, G.A. Detecção de estruturas parasitárias em hortaliças comercializadas na cidade de Florianópolis, SC, Brasil. *Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences*, v.42, n.3, p.455-460, 2006.
7. DIDIMO, C.; FALBO, I. B.; COLUSSO, M. A.; MUTRAN, T. J. Estudo da contaminação por parasitas em agrião geonônico e hidropônico da região leste de São Paulo. *Science in Health*. Pág. 119 – 126. 2014.

8. OLIVEIRA, A. A. B.; PEREZ, L. F. Contaminação de enteroparasitas em folha de alface (*Lactuca sativa*) e agrião (*Nasturtium officinalis*) em duas hortas comerciais de foz do Iguaçu, estado do Paraná, Brasil. Revista Eletrônica Novo Enfoque. v. 18, n 18, p. 109 –124, 2014.

ALTERAÇÕES ANATOMO-FISIOLÓGICAS DEVIDO AO DESEQUILÍBRIO NUTRICIONAL EM CÁGADO: RELATO DE CASO

João Gabriel de Souza Almeida¹, Bruna Roberta Milagres Araújo¹, Melissa Carla Silva Soares¹, Vitor Rezende Ferreira¹, Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista², Flávio da Silva Nunes².

1. Discente FMVV/CESVA-FAA.
2. Docente FMVV/CESVA-FAA.
joao_gabriel-97@hotmail.com

Resumo

A maioria dos estudos sobre a nutrição dos quelônios estão ainda em fase inicial, e procuram determinar as exigências nutricionais desses animais em cativeiro, nas diversas fases de criação. A hiperqueratose é uma alteração comumente encontrada em répteis que apresentam uma dieta nutricional inadequada. A principal causa da hiperqueratose é hiperproteïnemia que pode ser evitada quando se conhece a biologia e nutrição desses animais. O objetivo deste trabalho é relatar o caso de um cágado atendido pela Policlínica Veterinária Escola da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, apresentando alterações anatomo-fisiológicas devido ao desequilíbrio nutricional. Em exame clínico observou-se a alteração de conformação normal da carapaça, crescimento exacerbado das unhas e ranfoteca superior a qual estava com hiperqueratose. O animal também apresentava prolapso peniano com pontos necróticos, pele ressecada e baixa frequência respiratória. O animal veio a óbito ainda durante a consulta. Conclui-se que os animais podem apresentar alguma forma de distúrbio nutricional devido a erros de manejo. Deve-se, portanto, buscar ajuda de profissionais para correções desse manejo, possibilitando que sejam feitas as adequações necessárias para melhor qualidade de vida dos animais e melhor aproveitamento de sua dieta

Palavras-chave: répteis; quelônios; nutrição; hiperproteïnemia; hiperqueratose.

Introdução

Os quelônios mais comumente mantidos em cativeiros são os jabutis e os cágados e sua contenção não representa maiores problemas. Os cágados não costumam atingir grandes proporções assim sendo facilmente manuseados, porém, suas unhas podem arranhar aquele que os está manipulando (1).

Conhecida como tartaruga-de-orelha-vermelha, “red-earedturtle”, *Trachemis scripta elegans* pertence a ordem Testudines e a família Emydidae (2). É um animal que apresentam listras avermelhadas atrás dos olhos, carapaça e pele variando de verde- amarelado a verde escuro com listras em indivíduos mais jovens e verde oliva em mais velhos, sua carapaça é oval e achatada em cima, o plastrão é amarelo com manchas escuras. Os indivíduos adultos dessa espécie medem entre 13 e 29 cm de comprimento da carapaça (3).

Em qualquer sistema de produção zootécnico ou não, a nutrição é muito importante, não sendo diferente na quelonicultura. Não há muitas informações sobre a alimentação desses animais em cativeiro, porém, pesquisas sobre dietas estão sendo desenvolvidas, para esclarecer que cada espécie tem um tipo de alimentação específica com balanço energético diferente. A maioria dos estudos sobre a nutrição destas espécies está ainda em fase inicial, e procuram determinar as exigências nutricionais desses animais em cativeiro, nas diversas fases de criação (4).

O balanceamento errado dos alimentos fornecidos ou a deficiência nutricional podem acarretar em quadros de estresse e a má formação do casco. Readequando a alimentação os animais podem voltar a ter uma boa saúde, porém, seus cascos continuarão com os danos sofridos (5). Filhotes alimentados com dietas pobres em cálcio e com altos teores de proteína têm sido observados apresentando redução no crescimento e deformidades da carapaça (6).

É frequente nos quelônios o prolapso de pênis, e em situações que não há retração, ocorrem traumatismos ou edemas que podem evoluir para quadros de necrose e toxemia. Em níveis iniciais é possível a reposição para dentro da cloaca, já em níveis mais avançados, quando o órgão já apresenta áreas necrosadas, é necessária a cirurgia de amputação (1).

O objetivo deste trabalho é relatar o caso de um cágado atendido pela Policlínica Veterinária Escola da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, apresentando alterações anatomo-fisiológicas devido ao desequilíbrio nutricional.

Relato de caso

Foi atendido na Policlínica Veterinária Escola do curso de Medicina Veterinária do CESVA um cágado macho da espécie *Trachemis scripta elegans*, que vivia em apartamento e segundo a proprietária, apresentava-se muito prostrado e quase sem se movimentar nos últimos dias. Na avaliação clínica, observou-se a alteração de conformação normal a carapaça, crescimento exacerbado das unhas e ranfoteca superior a qual estava com hiperqueratose, prolapso de pênis já necrosado, pele ressecada e baixa frequência respiratória. No decorrer da consulta o cágado não resistiu e veio a óbito. Na anamnese foi esclarecido pela proprietária que o paciente ingeria diariamente uma alta carga de carne vermelha, pois a mesma imaginava que seu animal era carnívoro restrito.

Discussão

De acordo com Santos (7), em seu habitat, o jabuti e o cágado, se alimentam de frutos, brotos, insetos, anelídeos, pequenos vertebrados, entre outros, sendo assim considerados animais onívoros.

Quando em cativeiro, esses animais necessitam de uma dieta de qualidade e bem diversificada, podendo ser mantidos com proteínas obtidas da carne moída, peixes, besouros, larvas e grilos. Os vegetais podem ser dos mais variados, como uvas, abóboras, bananas, mamão, peras, maçãs, couve e o almeirão (8). Por falta de informação a proprietária o tratava como carnívoro restrito, contribuindo para o quadro de hiperqueratose apresentada, comumente causada pelo excesso de proteína na dieta dos quelônios.

Não foram encontrados artigos na literatura consultada que relatassem a ocorrência de hiperqueratose na espécie em questão.

Conclusão

Todos os animais podem apresentar alguma forma de distúrbio nutricional devido a erros de manejo. Deve-se, portanto, buscar ajuda de profissionais para correções desse manejo, possibilitando que sejam feitas as adequações necessárias para melhor qualidade de vida dos animais e melhor aproveitamento de sua dieta. Faz-se necessário a realização de pesquisas, frente à grande variedade das espécies, que contribuam não somente para o aumento da sobrevivência dos animais em cativeiro, quanto para o bem-estar dos mesmos, pois se verifica que o maior problema enfrentado por esses animais é a desinformação do proprietário.

Referências

- 1- FRANCISCO, L. R. **Répteis do Brasil**. São José dos Pinhais: Amaro, 1997, 208 p.
- 2- ERNST, C.H.; BARBOUR, R.W. **Turtle sof the world**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1989.
- 3- ATAÍDE, M. W. **Ovariosalpingectomia vídeo assistida via acesso pré-femoral em tigre-d'água- de- orelha- vermelha (*Trachemys scripta elegans*)**. 2012. Monografia (Pós-Graduação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.
- 4- ARAÚJO, J.C.; PALHA, M.D.C.; ROSA, P.V. **Nutrição na quelonicultura- Revisão**. **Revista Eletrônica Nutritime**. n.6, 2013 Disponível em: <www.nutritime.com.br > Acesso em: 11 out. 2016
- 5- KIRK, R. W. **Atualização terapêutica veterinária**. São Paulo: Manole, 1688 p., 1988.
- 6- MADER, D.R. **Reptile medicine and surgery**. Philadelphia: W. B. Saunders, 514 p., 1996.
- 7- SANTOS, E. **Zoologia brasileira**. Belo Horizonte: Vila Rica, 263 p., 1994.
- 8- MOLINA, F. B. **Manejo e conservação de quelônios no campo e em cativeiro**. In: **ASPECTOS da Biologia e conservação de répteis, aves e mamíferos**. Curso de difusão cultural. São Paulo: Fundação Parque Zoológico de São Paulo, 1999.

ATIVIDADE DA IVERMECTINA E DO MEBENDAZOL SOBRE HELMINTOS DA SUPERFAMÍLIA STRONGYLOIDEA EM ANIMAIS DE TRAÇÃO

Maximiliano de Souza Arantes¹, Amanda Campanate Casa Alta de Castro¹,
Caroline da Matta Reis¹, José Ribeiro Junior¹, Camila de Carvalho Godinho¹,
Anne Santos Amarante¹, Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista² e Marcelo de
Oliveira Henriques²

1. Discente FMVV/CESVA-FAA.
2. Docente FMVV/CESVA-FAA.
maximilliano.aiuru@hotmail.com

Resumo

Dentre as enfermidades que acometem os equinos, as parasitárias estão entre as mais importantes. O objetivo do presente trabalho foi comparar a atividade da Ivermectina e do Mebendazol sobre os helmintos Strongyloidea em animais de tração atendidos pelo Programa Carroceiro Cidadão da FMVV. Foram selecionados 12 cavalos de tração, que apresentaram positividade em exame coproparasitológico. Desses animais, aqueles que compuseram o grupo tratado com Ivermectina, apresentaram negatividade no exame de OPG já no 7º dia após o tratamento, mantendo-se negativos no 14º dia. Já no grupo tratado com

o Mebendazol, nenhum animal apresentou negatividade nos dois dias experimentais após o tratamento.

Palavras-chave: equinos, parasitas, OPG.

Introdução

O cavalo se relaciona com o homem desde os primórdios da domesticação (1), sendo utilizados no transporte, montaria, esportes e tratamentos de doenças.

Dentre as enfermidades que acometem os equinos, as parasitárias estão entre as mais comuns e se pode citar os helmintos da superfamília Strongyloidea e cestoides da família Anoplocephalidae (2). Eles podem causar obstrução, ruptura, diarreia, tosse, anemia, embolia, aneurisma, coceira anal, inquietação, entre outros (3).

Dentre os compostos com o objetivo de reduzir e controlar a população de parasitos nos animais disponíveis existe quatro grupos químicos mais utilizados: os benzimidazóis, imidazotiazóis, pirimidinas e lactonas macrocíclicas (4,5). A Ivermectina é um fármaco que paralisa os músculos do corpo do helminto e possui efeito sobre o músculo faríngeo, impedindo a alimentação pelo mesmo (6). O Mebendazol inibe de forma seletiva e irreversível a absorção de glicose e geram imobilidade, paralisia motora e morte dos nematoides (7). Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho foi comparar a atividade da Ivermectina e Mebendazol sobre helmintos da superfamília Strongyloidea em animais atendidos pelo Programa Carroceiro Cidadão da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença (FMVV/RJ).

Materiais e Métodos

Foram atendidos no Programa Carroceiro Cidadão da FMVV animais pertencentes ao município de Valença que exercem a função de transporte e frete. Para o estudo, foram selecionados 12 cavalos, que apresentaram positividade em exame coproparasitológico no dia -7 (considera-se dia 0 como o dia do tratamento). As contagens de OPG foram realizadas utilizando-se a técnica de Mac Master no laboratório de Doenças Parasitárias da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença (FMVV)

Os animais foram alocados em dois grupos, sendo um tratado com Ivermectina na dose de 0,2mg/kg e o outro tratado com Mebendazol na dose de 10mg/kg, ambos com formulação em pasta. Após o tratamento foram realizadas contagens de OPG nos dias +7 e +14.

Resultados e discussão

Todos os animais selecionados apresentavam parasitismo por helmintos da superfamília Strongyloidea, identificados através da técnica de OPG, caracterizados por ovos elípticos, de casca fina e morulados. Desses animais, aqueles que compuseram o grupo tratado com Ivermectina, apresentaram negatividade no exame de OPG já no dia +7 após o tratamento, mantendo-se negativos no dia +14. Já no grupo tratado com Mebendazol, nenhum animal apresentou negatividade nos dois dias experimentais após o tratamento. Mais da metade dos animais (4/6) apresentaram ainda maior ou igual contagem de OPG quando comparada com o dia -7.

A dose utilizada para tratamento dos animais foi a indicada pelo fabricante. O delineamento experimental planejado apresentava avaliações que

seriam realizadas semanalmente até o dia +28, mas devido ao não comparecimento de alguns ani mais, as avaliações tiveram de ser realizadas apenas nas datas experimentais citadas. Optou-se por não se utilizar um grupo como controle, sem tratamento, devido ao fato desses animais de tração estarem mais susceptíveis a complicações decorrentes do parasitismo.

Drudge et al. (8) observaram que o Mebendazol, na dose única de 8,8 mg/kg, atua sobre a maioria dos helmintos de equídeos, reduzindo, efetivamente, o número de ovos de strongilídeos por grama de fezes até a sexta semana pós-tratamento, fato não observado no presente estudo onde os animais foram tratados por dose mais alta que a utilizada pelos referidos autores. Santiago et al. (9) estudaram o efeito do Mebendazol em apresentação granulada adicionada à ração e verificaram que em 48 horas após administração todos os exames foram negativos.

Com base nos resultados obtidos, no presente estudo, pode-se verificar que a ivermectina apresentou atividade superior a do mebendazol. A ivermectina possui atividade endectocida, sendo indicada a dose de 0,2mg/kg (10) a mesma utilizada neste estudo. Segundo Santiago et al. (9) os parasitas dos equinos são sensíveis às baixas concentrações de ivermectina, o que poderia ser um dos fatores responsáveis pela atividade verificada.

Um estudo de 2015 realizado por Silva et al. (4) sobre helmintos gastrintestinais de equinos relata eficácia 88% e 96% nos dias +7 e +14, respectivamente, para ivermectina; e de 49% e 87% nos mesmos dias para mebendazol, demonstrando resultado superior ao encontrado neste estudo, utilizando o mesmo número de animais por grupo. Nesse estudo de 2015, foram utilizados o mesmo número de animais por grupo e fármacos, a diferença encontrada pode ser atribuída por diversos fatores, entre eles, os fatores genéticos e resposta do hospedeiro aos parasitas. Além disso, alguns animais podem ser predispostos a uma alta infecção como resultado de fatores etários, comportamentais, nutricionais ou ambientais (12), o que representa uma possibilidade devido ao tipo de criação e trabalho dos animais alvo do presente estudo.

Conclusão

É importante manter um monitoramento adequado sobre os animais para se garantir o bom estado de saúde dos mesmos. O exame coproparasitológico é de suma importância para o diagnóstico de enteroparasitas em equinos e permite o tratamento apropriado de acordo com o parasita encontrado. Embora a ivermectina tenha apresentado resultado superior ao mebendazol na redução do OPG de helmintos Strongyloidea, maiores estudos precisam ser realizados a fim de se confirmar os resultados obtidos neste estudo.

Referências

- 1- PICOLLI, C.; MARQUES, S. M. T.; APPEL, G.; SILVEIRA, E.; SIQUEIRA, G. B.; MATTOS, M. J. T. Helmintos intestinais em cavalos de trabalho e de lazer de Porto Alegre/RS. **Science and Animal Health**, v. 3, n. 1, p. 56-64, 2015.
- 2-LICHTENFELS, J. R. **Helminths of Domestic Equids: Illustrated Keys to Genera and Species with Emphasis on North American Forms**. Lawrence, KS: The Helminthological Society of Washington, p. 1-92, 1975
- 3- KOHEK, I. J. Diagnóstico do parasitismo interno In: **Guia do Controle de Parasitas Internos em Animais Domésticos**. São Paulo: Nobel, 1998. p. 29.

- 4- SILVA, I. C.; MARCHIORI FILHO, M.; SOUZA, L. M.; BELO, M. A. A.; SCHUTZER, C. G. C.; JACULI, A.; MANRIQUE, W. G.; SANDOVAL, G. A. Eficácia anti-helmíntica da Ivermectina ou do Mebendazol em equinos. **Revista Brasileira de Medicina Equina**, n. 62, p. 22-24, 2015.
- 5- MARTIN, R. J. Mode so faction of anthelmintic drugs. **Veterinary Journal**. v. 154, p. 11-34, 1997.
- 6- GEARY, T. G. Ivermectin 20 years on: maturation of a wonder drug. **Trends Parasitology**. v. 21, n. 11, p. 530-532, 2005.
- 7- VINAUD, M. C. **Vias do metabolismo energético e respiratório em cisticercos de Taeniassercos in vivo e seu estudo in vitro sob a ação de fármacos anti-helmínticos**. 2007, 107p. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2007.
- 8- PEREIRA, M. C.; CAMPOS, R.; FOZ, R. P. P.; LIMA, S. B.; BRESSAN, M. C. R. V. Estudo comparativo da eficiência de ivermectina, de fenotiazol, de mebendazole e de mebendazole associado ao citrato de piperazina, no controle de ciatostomídeos de equinos da raça mangalarga paulista. **Revista da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 1, p. 53-60, 1989.
- 9- XIMENES, F. H.; BARROS, J. E. M.; GODOY, R. F.; GONTIJO, L. A. **A eficácia de Ivermectina injetável no controle de nematoides gastrointestinais de equinos**. ABRAVEQ.
- 10- DRUDGE, J. H.; LYONS, E. T.; TOLLIVER, S. C. Critical and clinical test evaluations of mebendazole against internal parasites of the horse. **American Journal Veterinary Research**, v. 35, p. 409-12, 1974.
- 11- SANTIAGO, M. A. M.; COSTA, U. C.; BENEVENGA, S.; SILVA, V. P. Ação anti - helmíntica do Mebendazole em equinos. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 8, p. 121-123, 1973.
- 12- LINN, R. C. Fármacos antiparasitários. In: BOWMAN, D. D. **Georgis Parasitologia Veterinária**. 9ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 258-271.
- 13- TIZARD, I. R. Imunidade Adquirida a Parasitas In: TIZARD, I.R. **Imunologia Veterinária – Uma introdução**, 8th ed. Saunders Elsevier, Rio de Janeiro, 2009.

PERFIL PRODUTIVO, MINERAL E ZOOTÉCNICO DE PROPRIEDADES NOS MUNICÍPIOS DE VALENÇA-RJ, SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE-MG E RIO PRETO-MG.

Rômulo de Almeida Souza¹, Jorge Henrique Sacramento Conceição²,
Samara de Paula Lopes³.

¹Discente FMVV/ CESVA-FAA

²Docente FMVV/ CESVA-FAA

³Doutoranda em Medicina Veterinária- UFRRJ

romulosouzabr@hotmail.com

Resumo

No Brasil, a produção de leite tem grande importância, está presente em todo território nacional. Portanto, o objetivo do trabalho foi caracterizar as propriedades leiteiras situadas nos municípios de Valença-RJ, Santa Bárbara do Monte Verde-MG e Rio Preto-MG. Foi realizada uma entrevista baseada em um questionário a 108 produtores de leite. Cerca de 75,54% dos produtores em Valença-RJ tem como fonte de renda principal a venda do leite. Em Rio Preto-MG, 29,41% dos entrevistados fazem uso de silagem no período seco. No município de Valença-RJ 66,93% das vacas estavam em lactação e cerca de 33% secas, enquanto em Santa Bárbara-MG 64,96% eram lactantes e 34,83% correspondiam às secas. Problemas reprodutivos estiveram presentes na maioria das propriedades, tais como retenção de placenta, repetição de cio e aborto. 83,33% das propriedades em no município de Santa Bárbara-MG utilizam a suplementação mineral. Os dados obtidos nos municípios são

importantes para se conhecer as propriedades e identificar os problemas que acometem o desenvolvimento da produção de leite.

Palavras-chave: pecuária leiteira, índices zootécnicos, mineralização.

Introdução

A produção de leite no Brasil progressivamente vem se tornando uma atividade desafiadora. Para manter a produção de leite rentável é necessário tecnificar a produção de leite (1, 2) e contar com mão de obra especializada para tomar atitudes corretas para melhorar a produção do rebanho.

No norte de Minas Gerais a pecuária leiteira apresenta padrão extensivo, cerca de 45%, das propriedades possuem uma média de 36,3 matrizes em produção e uma média diária de produção de 295,20 litros de leite (3).

No noroeste e centro do Estado do Rio de Janeiro somente 23% dos pecuaristas entrevistados realizavam suplementação mineral (4). A suplementação mineral do rebanho também influencia nos gastos e na produção do rebanho. Uma saída para os pecuaristas é a utilização da suplementação mineral seletiva (SMS), esta é baseada na suplementação dos minerais deficientes no rebanho, por meio de avaliação clínico-nutricional, o emprego da SMS reduz os custos e se obtém índices zootécnicos satisfatórios, dessa forma é possível remanejar investimentos para outras áreas e otimizar o desempenho da fazenda (5).

Materiais e métodos

Foram entrevistados 108 pecuaristas produtores de leite, escolhidos aleatoriamente nas diversas regiões rurais dos municípios. A entrevista foi baseada em um questionário, o qual foi elaborado com perguntas objetivas. As perguntas foram relacionadas ao perfil do produtor, aos índices zootécnicos, manejo nutricional e problemas reprodutivos.

Resultados e discussão

Entre os pecuaristas entrevistados nos municípios ocorreu uma variação na idade, foi encontrado pecuaristas com 25 a 71 anos em Valença-RJ, 22 a 74 anos em Santa Bárbara-MG e 31 a 71anos em Rio Preto-MG e com relação ao tempo em que estes desenvolvem a atividade leiteira ocorreu uma variação entre 5-58 anos, 1-52 anos e 10-60 anos Valença-RJ, Santa Bárbara-MG e Rio Preto-MG respectivamente, o que demonstra que os municípios possuem pecuaristas jovens iniciando a produção de leite e pecuaristas que já estão na atividade a muitos anos. Trabalho similar desenvolvido na microrregião de Erechim-RS relatou que 50,5% dos produtores de lá possuem idade superior a 50 anos e apenas 12,6% apresentam idade inferior a 30 anos (6).

Dos produtores entrevistados no município de Valença apenas 22,72% utilizavam silagem para a suplementação do rebanho durante o inverno, já em Rio Preto-MG e Santa Bárbara-MG 29,41% e 43,33% respectivamente. A silagem é uma excelente forma de armazenar e conservar forragem para o período de escassez. Um estudo conduzido no norte de minas verificou que 33 dos 47 entrevistados ensilavam forrageiras se preparando para o período do inverno (3).

Apenas o município de Rio Preto-MG teve predomínio da realização de duas ordenhas diárias por seus produtores, o que não condiz com o estudo

realizado no sudoeste da Bahia, no qual 82% dos entrevistados realizavam apenas uma ordenha diária (7).

A produção diária de leite nos municípios estudados variou entre 15-1800 litros em Valença-RJ, 20-800 litros em Rio Preto-MG e 10-800 litros em Santa Bárbara-MG, portanto ocorre uma disparidade entre a produção obtida. Esta diferença é atribuída ao tamanho da terra, tamanho do rebanho e também ao manejo e mão de obra empregada. A produção diária na maioria das vezes está relacionada a renda mensal do produtor. Ao avaliar propriedades leiteiras de Minas Gerais Gomes (8) relata média de 194 litros/ dia no período chuvoso.

A fonte de renda mensal para cobrir os gastos com a produção e realizar a retirada do pró-labore vem da produção de leite. Nos municípios estudados 79,54%, 73,33% e 76,47% Valença-RJ, Santa Bárbara-MG e Rio Preto-MG respectivamente, já na microrregião de Erechim-RS apenas 14,7% dependem exclusivamente da atividade (6).

Foi verificado nesse estudo um baixo percentual de vacas em lactação (66,93%, 64,96% e 66,35% em Valença-RJ, Santa Bárbara-MG e Rio Preto-MG respectivamente), enquanto Fernandes et al.(9) encontrou resultados parecidos em seu estudo em Itapetinga-BA 67,7% de vacas em lactação e 32,83% secas para médias propriedades.

Problemas reprodutivos associados a repetição de cio (70,45%, 70,0%, 79,41%), retenção de placenta (70,45%, 60,0%, 70,58%) e aborto (38,63%, 30,0%, 55,88%) foram relatados em Valença-RJ, Santa Bárbara-MG e Rio Preto-MG respectivamente, portanto existem problemas reprodutivos e estes precisam ser solucionados para que ocorra melhora nos índices zootécnicos, financeiros dos pecuaristas.

O município de Santa Bárbara do Monte Verde-MG obteve o maior número de pecuaristas que realizam a suplementação mineral continuamente (83,33% das propriedades), seguido por Rio Preto-MG e Valença-RJ (79,41% e 72,72%) respectivamente. Um estudo realizado no Centro e Noroeste do estado do Rio de Janeiro por Sousa et al.(4) constatou que apenas 22,13% dos produtores realizavam a suplementação com sal mineral. Enquanto Azevedo et al. (3) relata que no norte de Minas Gerais apenas 30% dos produtores relatam usar mineralização.

Conclusão

Os municípios estudados precisam de assistência técnica especializada e comprometida para melhorar os índices zootécnicos, planejar a nutrição e a sanidade do rebanho, bem como conscientizar os pecuaristas da sua importância para desenvolvimento da produção.

Referências

- 1- MONTEIRO, A. A. et al. Características da produção leiteira da região do agreste do estado de Pernambuco, Brasil. **Ciências Agrárias**, Londrina, v. 28, n. 4, p. 665-674, 2007.
- 2- RIBEIRO, A. B.; TINOCO, A. F. F.; LIMA, G. F. C.; GUILHERMINO, M. M.; RANGEL, A. H. N. Produção e composição do leite de vacas Gir e Guzerá nas diferentes ordens de parto. **Revista Caatinga**, Mossoró, v. 22, n. 3, p. 46- 51, 2009.
- 3- AZEVEDO, R.A.; FELIX, T.M.; JÚNIOR, O.S.P.; ALMEIDA, A.C.; DUARTE, E.R.; Perfil de propriedades leiteiras ou com produção mista no norte de Minas Gerais. **Revista Caatinga**, Mossoró, v. 24, n. 1, p. 153-159, 2011.
- 4- SOUSA, M.R.P.; RISTOW, A.M.; NOGUEIRA, E.B.; FILHO, R.AT.; CORTEZ, M.A.S.; Caracterização de pequenas unidades produtoras de leite na região Centro e Noroeste do estado do Rio de Janeiro. **Revista brasileira de ciência veterinária**, v. 18, n. 2/3, p. 79-84, 2011.

- 5- LOPES, S.P., **Uso de diferentes misturas minerais para vacas de corte: Estudo de caso.** 2015. 21f. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2015.
- 6- SKONIESKI, F. R.; MEINERZ, G. R.; COSTELLA, F.; GAYESKI, A.; FRATA, M. T.; ZOCHE, F. Aspectos socioeconômicos e tecnológicos da atividade leiteira na microrregião de Erechim, RS. **Arg. Ciênc. Vet. Zool. UNIPAR**, v.18, n.1, p. 27-32, 2015.
- 7- PATÊS, N.M.S.; FIGUEIREDO, M.P.; PIRES, A.J.V.; CARVALHO, G.G.P.; SILVA, F.F.; FRIES, D.D.; BONOMO, P.; ROSA, R.C.C.; Aspectos sanitários e reprodutivos em rebanhos leiteiros no sudoeste da Bahia, **Revista Brasileira de Saúde Animal**, v.13, n.3, p.825-837, 2012.
- 8- GOMES, S. B. Diagnóstico da pecuária leiteira do Estado de Minas Gerais em 2005 : relatório de pesquisa. Belo Horizonte: **FAEMG**, 2006. 156 p.
- 9- FERNANDES, S.A.A.; FALEIRO, A.; FERRÃO, S.P.; VIEIRA, V.; SOUZA, D.R.; NUNES, L.R.; SANTOS, N.B.L.; FERRÃO, I.S.; PEREIRA, M.M.; FREITAS, M.A.; MATARAZZO, S.V.; Perfil tecnológico de sistemas de produção de leite resfriado. **Revista Brasileira de Produção e Saúde Animal**, Salvador, v.13, n.1, p. 01-12, 2012.

DIAGNÓSTICO ANATOMOHISTOPATOLÓGICO DE PLATINOSOMOSE EM FELINO: RELATO DE CASO

Tayane Kelly de Carvalho¹, Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista²,
Ana Paula de Aragão²

¹ Discente – FMVV/CESVA – FAA

² Docente – FMVV/CESVA – FAA

tayane_kc@hotmail.com

Resumo

A platinosomose é uma parasitose de grande relevância na clínica médica felina, causada pelo parasito do gênero *Platynosomum* spp. O ciclo de vida deste parasito não é completamente conhecido pela sua complexidade, o gato é o hospedeiro definitivo que elimina ovos nas fezes. Ao infectar-se ocorrem obstrução e inflamação dos ductos biliares, além do acometimento de outros locais. A sintomatologia é inespecífica dificultando seu diagnóstico. O objetivo do presente trabalho foi relatar um caso de platinosomose diagnosticado *post mortem*, através de estudos anatomohistopatológicos de um felino doméstico adulto, fêmea, castrada, com aproximadamente seis anos de idade, atendida na Policlínica Veterinária Escola da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença (FMVV), Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Gato; icterícia; fígado; *Platynosomum* spp.; necropsia

Introdução

O gênero *Platynosomum* spp. que integra a Classe Trematoda, é cosmopolita, presente em climas como tropical e subtropical, parasitando os ductos biliares e a vesícula biliar de gatos (1). Pode ocorrer acometimento ainda do intestino delgado, ductos pancreáticos, pulmões entre outros tecidos (2). A complexidade do ciclo de vida do parasita dificulta que este seja totalmente conhecido (3).

A semelhança da sintomatologia da platinosomose com as de outras patologias, ou a falta de sinais podem passar despercebidos para a parasitose, dificultando assim o controle e tratamento da mesma (1). A severidade da doença depende do tamanho e da carga parasita no hospedeiro definitivo (4).

O diagnóstico definitivo é feito pelo achado de ovos operculados nas fezes, levando em consideração que não ocorra obstrução completa do ducto biliar (5). É importante não confundir a platinosomose com diagnósticos diferenciais, lipidose hepática, pancreatite aguda, doença hepatobiliar inflamatória por outras causas, e outros parasitismos (6). O praziquantel é a droga usada como tratamento que reduz significativamente os ovos de *Platynosomum* liberados nas fezes dos animais parasitados (7).

O objetivo do trabalho é relatar um caso de platinosomose em gato diagnosticado em exame *post mortem*.

Relato de Caso

O presente trabalho relata um caso de um felino doméstico adulto, sem raça definida, fêmea, castrada, com aproximadamente seis anos de idade, atendida na Policlínica Veterinária Escola da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença (FMVV), Rio de Janeiro. A gata apresentava um comportamento letárgico, sem interesse por alimentos. O exame físico revelou uma ligeira icterícia, suspeitando-se inicialmente de intoxicação. Na ocasião instituiu-se um tratamento pertinente.

Dias depois, o felino que continuava sem se alimentar e icterico, agora apresentava desidratação severa. Com a realização de exames complementares como ultrassonografia observou-se alterações no fígado. Na bioquímica sérica a TGP estava aumentada (371 U/L), ambos os exames direcionaram para hepatopatia.

O animal morreu sem um diagnóstico fechado, sendo indispensável à realização da necropsia em busca do diagnóstico *post mortem*. Através das alterações macroscópicas caquexia, icterícia, líquidos nas cavidades torácicas e abdominais, e microscópicas, presença do parasito dentro do ducto biliar (Figura 1), fibrose e hiperplasia dos ductos, somado ao exame do conteúdo fecal, onde se encontrou ovos (Figura 2) do parasito, confirmou-se o diagnóstico de parasitose por *Platynosomum* spp.

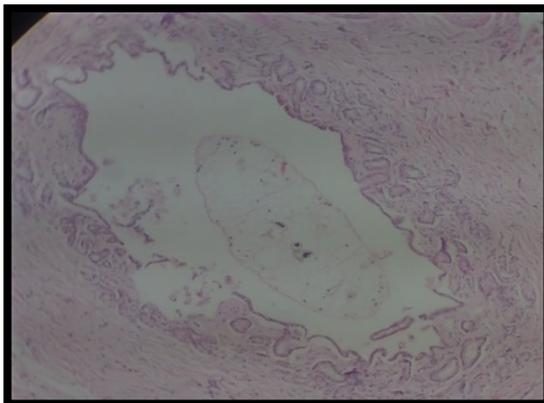


Figura 1: Presença de estruturas anatômicas de trematódeo adulto no interior de ducto biliar, compatíveis ao *Platynosomum* spp. Observa-se ainda fibrose ao redor do ducto e hiperplasia ductal (H.E.400x) (ARAGÃO, 2015).



Figura 2: Ovo de *Platynosomum* spp. encontrado em exame coproparasitológico, e conteúdo intestinal através da técnica de formalina éter (BATISTA, 2015).

Discussão

A platinosomose descrita no relato demonstrou inicialmente sinais inespecíficos como letargia, icterícia e desidratação descritos também nos trabalhos de Sampaio et al. (2006) (8) e Michaelsen et al. (2012) (9). Os resultados ultrassonográficos de Sampaio et al. (2006) (8) foram compatíveis com o do presente relato, observando que o fígado encontrava-se aumentado, hipoecóico e com bordos regulares, sugestivo de hepatopatia.

Sampaio et al. (2006) (8), durante o exame *post mortem* em um felino com a parasitose também encontraram vísceras abdominais com icterícia, hepatomegalia, fibrose e aumento de canalículos biliares, ducto e vesícula biliar. Filho et al. (2015) (1) ao realizarem cortes histológicos no fígado verificaram colangite crônica, hepatócitos com esteatose e hiperplasia ductal, assim como no felino do presente estudo.

O parasito encontrado no interior do ducto biliar continha as características semelhantes do *Platynosomum* spp., possuindo uma forma achatada, semelhante a uma folha segundo Salomão et al. (2005) (10), além de corpo translúcido, com o ovário na parte posterior ao testículo como afirma Bowman (2010) (11), mostrando assim positividade do parasito.

Foi realizado exame coproparasitológico coletando-se conteúdo fecal na necropsia, já que antes o exame não havia sido solicitado. Na visualização dos ovos em microscópio observados que possuíam a mesma descrição dos de *Platynosomum* spp., descritos por Bielsa e Greiner (1985) (12), Castro e Albuquerque (2008) (2), amarronzados e operculados, confirmando assim a platinosomose.

Conclusão

A platinosomose causa vários prejuízos à saúde do animal, mostrando a necessidade de um diagnóstico precoce. Com os sinais clínicos inespecíficos é indispensável à solicitação de exames complementares. O diagnóstico *post mortem*, anatomohistopatológico também é importante, sua realização serve para elucidar dúvidas do médico veterinário e proprietário quanto ao motivo da morte do animal, contribuindo com os próximos atendimentos de felinos com sinais clínicos semelhantes.

Referências

- 1- FILHO, R. P. S. et al. Primeiro relato de infecção natural pelo *Platynosomum* spp. em gato doméstico no município de Fortaleza, Ceará, Brasil. **Arquivos de Ciências Veterinárias e Zoologia da UNIPAR**, v. 18, n. 1, p. 59-63, jan./mar. 2015.
- 2- CASTRO, L. S.; ALBUQUERQUE, G. R. Ocorrência de *Platynosomum illiense* em felinos selvagens mantidos em cativeiro no Estado da Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária**, v. 17, n. 4, p. 239-241, 2008.
- 3- CARREIRA, V. S. et al. Feline cholangitis/cholangiohepatitis complex secondary to *Platynosomum fastosum* infection in a cat. **Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária**, v. 17, suplemento 1, p. 184-187, 2008.
- 4- VIEIRA, A. L. S. et al. *Platynosomum fastosum* infection in two cats in Belo Horizonte, Minas Gerais State – Brazil. **Brazilian Journal of Veterinary Pathology**, v. 2, n. 1, p. 45-48, 2009.
- 5- MARTINS, S. B. U. **Diagnósticos diferenciais de icterícia em pacientes felinos**. 2012. 45f. Trabalho monográfico (Curso de Pós Graduação “Lato Sensu” em Clínica Médica e Cirurgia de Felinos) – Universidade Paulista, Belo Horizonte, 2012.
- 6- SOLDAN, M. H.; MARQUES, S. M. T. Platinosomose: abordagem na clínica felina. **Revista da FZVA**, v. 18, n. 1, 2011.

Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fzva/article/viewArticle/7956>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

- 7- EVANS, J. W.; GREEN, P. E. Preliminary evaluation of four anthelmintics against the cat liver fluke *Platynosomum concinnum*. **Australian Veterinary journal**, v. 54, p. 454, 1978.
 - 8- SAMPAIO, M. A. S. et al. Infecção natural pelo *Platynosomum Loss* 1907, em gato no município de Salvador, Bahia. **Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal**, v. 7, n. 1, p. 01-06, 2006.
 - 9- MICHAELSEN, R. et al. *Platynosomum concinnum* (Trematoda: Dicrocoeliidae) em gato doméstico da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Veterinária em Foco**, v. 10, n. 1, p. 53-60, 2012.
- Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/veterinaria/article/view/1167>>.
Acesso em: 22 mai. 2016.
- 10- SALOMÃO, M. et al. Ultrasonography in hepatobiliary evaluation of domestic cats (*Felis catus*, L., 1758) infected by *Platynosomum Looss*, 1907. **International Journal of Applied Research and Veterinary Medicine**, v. 3, n.3, p. 271-279, 2005.
 - 11- BOWMAN, D. D. **Georgis Parasitologia Veterinária**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 121-122.
 - 12- BIELSA, L. M.; GREINER, E. C. Liver Flukes (*Platynosomum concinnum* in Cats). **Journal of the American Hospital Association**, v. 21, p. 269-274, mar/ abr 1985.

ESTUDO DE HEMORRAGIA PULMONAR INDUZIDA POR ESFORÇO EM CAVALOS DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO NO ANO DE 2015: EXPERIMENTO

Viviane Fontanezi de Souza da Cunha Keller¹, Maria Veronica da Cruz Ferreira², Marcelo de Oliveira Henriques³

¹ Discente FMVV/CESVA-FAA

² Médica Veterinária Residente do Jockey Club

³ Docente FMVV/CESVA-FAA

viviane_fontanezi@hotmail.com

Resumo

A Hemorragia Pulmonar Induzida por Esforço (HPIE) é caracterizada pela presença de sangue nas vias aéreas inferiores, frequentemente notada após a realização de exercícios de forte intensidade. Os sinais clínicos associados com a HPIE são indefinidos, muitas vezes relacionados com queda do desempenho atlético e a presença de epistaxe, que ocorre somente em 0,25 a 13% dos cavalos de corridas acometidos. O presente estudo foi realizado no setor de Veterinária das corridas nas dependências do Jockey Club Brasileiro no Rio de Janeiro-RJ. Os dados levantados são referentes a cavalos da raça Puro Sangue Inglês, de 3 a 7 anos de idade, que participaram de inúmeras corridas durante o ano de 2015. Do total de animais avaliados, 442 foram positivos em exame para HPIE, e 13.974 negativos.

Palavras-chave: treinamento, respiratórias, corrida, epistaxe

Introdução

As enfermidades das vias aéreas nos cavalos são muito comuns, sendo fator limitante no exercício do cavalo atleta (1). A HPIE é caracterizada pela presença de sangue nas vias aéreas inferiores compreendendo o segmento traqueobrônquico, frequentemente notada após a realização de exercícios de forte intensidade. Essa enfermidade acomete principalmente cavalos atletas velocistas, como os da raça Puro Sangue Inglês, em atividades de alto desempenho (>14m/s) ou pela presença de alterações prévias dos pulmões, prevalecendo em mais de 75% desses animais durante as corridas (2). De

acordo com (3) a prevalência da HPIE em cavalos varia conforme a distância, o tipo de corrida, a idade e o sexo, sendo comum em condições de percurso curto e de exercícios de alta intensidade.

O mecanismo fisiopatológico aceito de HPIE por muitos autores é o fracasso estresse dos capilares pulmonares causadas pela pressão transmural excessiva criada por uma pressão alta intracapilar (causada por pressão arterial elevada) e baixa pressão intra-alveolar (gerado por pressões negativas intrapleurais associados com a inspiração) produzido durante o exercício (4). Como consequência da falência por estresse e posterior ruptura dos capilares pulmonares em cavalos atletas de altas velocidades, há uma maior ocorrência de HPIE devido a encontrarem-se sob importante aumento da pressão arterial pulmonar (5).

Os sinais clínicos associados com a HPIE são indefinidos, muitas das vezes relacionados com queda do desempenho atlético e a presença de epistaxe, entretanto a epistaxe ocorre somente em 0,25 a 13% dos cavalos de corridas acometidos (6). O diagnóstico da HPIE pode ser feito pela evidência de sangue na traquéia, visível através de exame endoscópico, que deve ser realizado 30 a 120 minutos após exercício (7). A Classificação da Hemorragia Pulmonar Induzida por Esforço (HPIE) de acordo com graus de severidade de I a V. O objetivo deste estudo é avaliar a prevalência de Hemorragia Pulmonar Induzida por esforço em cavalos do Jockey Club Brasileiro no ano de 2015.

Material e Métodos

O estudo foi realizado no setor de veterinária das corridas (VETCORR) nas dependências do Jockey Club Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Os dados levantados são referentes a cavalos da raça Puro Sangue Inglês, de 3 a 7 anos de idade, que participaram de inúmeras corridas durante o ano de 2015.

Foi realizado um levantamento retrospectivo de todas as ocorrências de HPIE logo após a corrida, através de fichas que foram preenchidas após a realização do exame endoscópico pelo Médico Veterinário que emitiu o laudo da graduação de HPIE que vai de I a V, sendo este considerado epistaxe. Para o estudo foram avaliados os tipos de pista, grama ou areia, sexo dos animais acometidos, distâncias percorridas, graduação da enfermidade dos animais que apresentaram HPIE. Para as Análises estatísticas foi utilizado o programa GraphPad Prism 6, baseando a análise no teste de Qui-quadrado.

Resultados e Discussão

De acordo com os dados coletados 14.416 animais, sendo 8.698 machos e 5.718 fêmeas, participaram de corridas no Jockey Club Brasileiro no ano de 2015 (dados referentes a cavalos que correram uma ou mais vezes ao ano). Desse total, 442 foram positivos em exame para HPIE, e 13.974 negativos.

Tabela1- Número de animais portadores de HPIE, separados de acordo com sexo, tipo de pista, graduação de HPIE e distâncias, segundo dados coletados de fichas individuais, no ano de 2015.

Sexo	Pista	Graduação	Distância
Macho: 259	Grama: 205	I: 224	1000-1400: 281
Fêmea: 184	Areia: 237	II: 80	1500-2000: 148
		III: 43	2100-3000: 13
		IV: 47	
		V: 59	

De acordo com Hinchclif et al. (7) não há nenhuma associação consistente entre sexo e HPIE, e no presente estudo não foi observada associação estatisticamente significativa entre a presença de HPIE e o sexo dos equinos estudados.

Segundo Costa (8) a incidência da HPIE é maior no inverno e menor no verão, mesmo no clima tropical, e neste estudo observou-se que houve diferença significativa em relação às estações do ano com maiores disparidades climáticas (inverno-verão) em relação a HPIE, o que corrobora os dados descritos.

No presente estudo não houve diferença significativa na incidência de HPIE quando correlacionado ao tipo de pista (grama ou areia), segundo Thomassian (2) o tipo e a qualidade da pista (grama e areia leve e pesada) possam ter importante participação do desencadeamento do sangramento alveolar.

Segundo Takahashi (3) a prevalência de HPIE varia conforme a distância, sendo comum em condições de percurso curto e de exercícios de alta intensidade. Scipioni et al. (9) avaliaram a incidência de HPIE em cavalos Puro Sangue Inglês (PSI), e verificaram que em distâncias de 1.000 a 1.200 metros era de 48%; entre 1.400 a 1.800 metros de 47% e em distâncias superiores a 2.000 metros 5%. Diferente do descrito por esses autores, foi verificado que em distâncias maiores houve maior ocorrência de HPIE, sendo significativo estatisticamente.

Conclusão

O estudo demonstra que a Hemorragia Pulmonar Induzida por esforço (HPIE) é prevalente em cavalos que realizam atividade atlética de alta intensidade, como os da raça Puro Sangue Inglês de corrida. De acordo com o estudo, o fator climático teve influência significativa principalmente no inverno, assim como a distância percorrida. O conhecimento sobre essas variáveis pode permitir medidas preventivas para que os animais sejam menos predispostos a esse tipo de enfermidade.

Referências

- 1- DERKENSEN, F.T.; ROBINSON, N. E. Overview of the equine respiratory system. In LEKEUX, P. Equine respiratory diseases. Disponível em: < http://www.ivis.org/special_books/Lekeux/robinson/IVIS.pdf. > Acesso em: 04 junho de 2016.
- 2- THOMASSIAN, A. Afecções do aparelho respiratório. In: THOMASSIAN, A. **Enfermidades dos cavalos**. 4. ed. São Paulo: Varela, p 206-207, 2005.
- 3- TAKAHASHI, T.; HIRAGA, A.; OHMURA, H.; KAI, M.; JONES, J. H. Frequency of and risk factors for epistaxis associated with exercise-induced pulmonary haemorrhage in horse: 251, 606 race starts (1992 - 1997). **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v.128, p.215-218, 2001.
- 4- WEST, J. B.; MATHIEU-COSTELLO, O.; JONES, J. H.; BIRKS, E. K.; LOGEMANN, R. B.; PASCOE, J. R.; TYLER, W. S. Stress failure of pulmonary capillaries in racehorses with exercise-induced pulmonary hemorrhage. **Journal of Applied Physiology**, v. 75, n.3, p. 1097-1109, 1993.
- 5- BIRKS, E. K.; MATHIEU-COSTELLO, O.; FU, Z.; TYLER, W. S.; WEST, J. B. Very high pressures are required to cause stress failure of pulmonary capillaries in Thoroughbred racehorses. **Journal of Applied Physiology**, v. 82, p.1584-1592, 1997.
- 6- ERICKSON, H. H. A review of exercise-induced pulmonary hemorrhage and new concepts for prevention.: **Proceedings of the Annual Convention American Association of Equine Practitioners**, v. 46, p. 193-196,2000.

- 7- HINCHCLIFF, K. W., MORLEY, P. S.; JACKSON, M. A, et al. Risk factors for exercise-induced pulmonary haemorrhage in Thoroughbred racehorses. **Equine Vet**, v.42, p.228-234, 2010.
- 8- COSTA, M. F. **Avaliação da influência do peso do jóquei, distância percorrida, tipo de pista e estação do ano na persistência e na severidade de Hemorragia Pulmonar Induzida por Exercício (HPIE) e sua correlação com a colocação obtida em animais de corrida da raça Puro-Sangue Inglês medicados com Furosemida.** 2004, 121p. Tese (Mestrado em Cirurgia de Grandes Animais) – FMVZ – UNESP – Botucatu.
- 9- SCIPIONI, H. L.; CUTAIN, A. G.; SMETANA, A.; PETRONE, N. J.; ROCCATAGLIATA, C. A. **Estúdio estadístico de la hemorragia pulmonar induzida por el ejercicio de sangre pura de carrera em la Republica Argentina.** In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN MUNDIAL DE VETERINÁRIA EQUINA, 8., CONGRESSO NACIONAL DEL TURF UPAC, 2. Buenos Aires, p.178-182, 2003.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA MORBIMORTALIDADE DO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NO MUNICÍPIO DE VALENÇA (2010–2015)

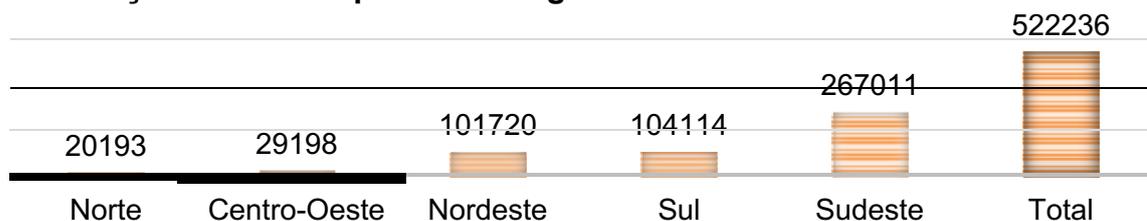
Marcus Vinícius Santos de Laffitte Alves¹; Gleison de Souza Ribeiro¹; Douglas Machado Bordão¹; Ailton Bruno de Moura Gonçalves¹; Marcos Elvécio Batista¹; Patrícia Manhanini Araújo¹; Monique Ferreira e Silva⁷

¹ Discentes da Faculdade de Medicina de Valença, FMV, CESVA/FAA

² Docente Orientadora da Faculdade de Medicina de Valença, FMV, CESVA/FAA

A Síndrome Coronariana Aguda refere-se a uma constelação de sintomas clínicos que são compatíveis com isquemia aguda do miocárdio, englobando, por isso, angina instável e infarto – IAM (BRAUNWALD,2003). No Brasil, segundo dados do Sistema de Informação de Mortalidade (2015), as doenças isquêmicas do aparelho circulatório são as que mais matam (31,3%), seguidos do câncer (16,2%), das doenças respiratórias crônicas (5,8%) e o diabetes mellitus (5,2%). Os dados do DATASUS indicam ainda 1.126.778 de internações por doenças do aparelho circulatório em 2015, sendo 152.742 por doença isquêmica do coração. O custo para o SUS foi de R\$ 1.411.055,00 bilhões e R\$ 375.550,00 milhões, respectivamente, o que representam, aproximadamente, 1,29 % e 0,3% do orçamento daquele ano do Ministério da Saúde (BRASIL, MS). No Brasil, em 2013 o número de óbitos registrados no DATASUS por IAM alcançou 10.479 sendo a principal causa de morte dentre as doenças do aparelho circulatório. A cidade de Valença registrou uma taxa de mortalidade de 17,25% (6 óbitos registrados por IAM) no ano de 2013. No Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2015 foram notificados 48.488 pacientes atendidos em unidades de emergência pré-hospitalar e intra-hospitalar com infarto agudo do miocárdio (BRASIL, MS).

Internações no Brasil por Infarto Agudo do Miocárdio entre 2010-2015

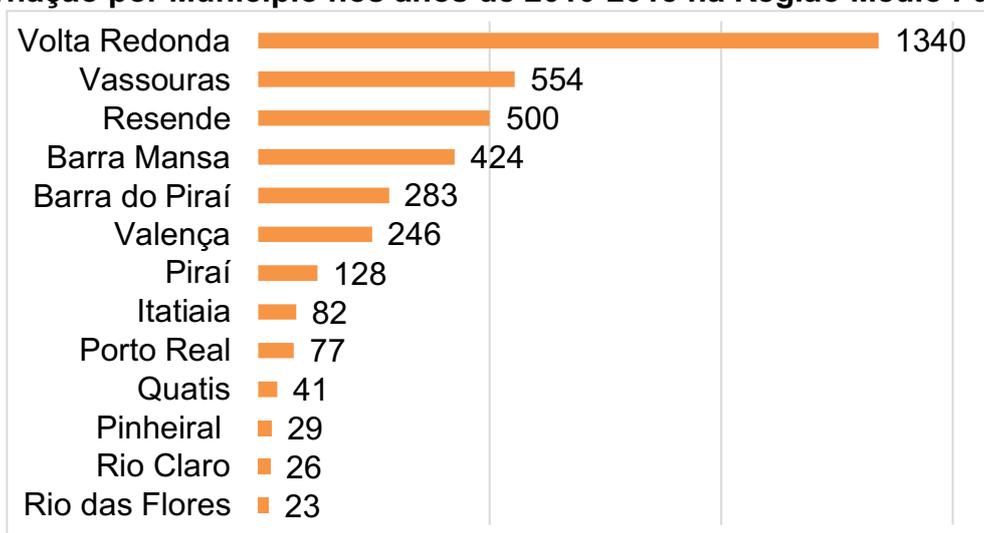


Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Foi realizado um estudo do tipo ecológico, exploratório, nas bases de dados do DATASUS, que teve como critério de inclusão o período de 2010-2015. Este estudo tem como objetivo, conhecer as principais características de distribuição do infarto agudo do miocárdio no município de Valença, comparando tais dados epidemiológicos com outros municípios da região do médio Paraíba. Foi selecionada, dentre a lista de morbidades do CID-10, a patologia Infarto Agudo do Miocárdio e estratificado por região do Médio Paraíba, sexo, raça e idade.

De acordo com o DATASUS, entre os anos de 2010 e 2015 foram registrados aproximadamente 522.000 mil casos de internações hospitalares pela referida doença no Brasil, 51,15% destes na região sudeste. Entre os anos de 2010 e 2015 Valença registrou 246 notificações de internações hospitalares no serviço público pelo diagnóstico de Infarto Agudo do Miocárdio.

Internação por Município nos anos de 2010-2015 na Região Médio Paraíba



Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Analisando a distribuição de internações por sexo na cidade de Valença observamos um predomínio de internações pelo sexo masculino, e, segundo o IBGE (2010), não existem discrepâncias entre a proporção entre homens e mulheres no município. Entre os registros de internações por IAM temos a prevalência da faixa etária entre os 60-69 anos, seguido da faixa etária entre os 50-59 anos. Ao analisarmos a distribuição de internações por raça, percebemos predominância de internações entre os brancos no Médio Paraíba e esses dados não mudaram no município de Valença onde as internações de brancos sobe para 63% seguido de 17% entre negros de um total de 246 internações. Ainda de acordo com dados extraídos do DATASUS, Valença possui uma das piores taxas de mortalidade pelo Infarto Agudo do Miocárdio da região do Médio Paraíba, sendo a quarta cidade.

Taxa mortalidade por Município e Ano processamento Período: 2010-2015

MUNICÍPIO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
RIO CLARO	25	40	16,67	33,33	22,22	11,11	23,81
QUATIS	30,77	8,33	7,14	-	-	37,5	16,98
BARRA DO PIRAÍ	15,91	9,26	19,05	12,9	18,75	15,09	15,12
VALENÇA	9,09	16,98	20,51	17,65	12	13,46	14,71
PIRAÍ	16,67	22,22	11,48	10,42	17,65	9,09	14,64
RESENDE	21,15	12,9	10,99	18,07	16,28	8,42	14,07
PINHEIRAL	27,27	-	20	-	15,38	11,11	12,28

BARRA MANSÁ	12,36	15	11,54	4,92	14,04	10,17	11,56
RIO DAS FLORES	15,38	-	-	-	40	16,67	11,11
VOLTA REDONDA	7,07	9,76	8,76	10,88	9,9	16,99	10,64
PORTO REAL	-	-	6,67	4,76	20	12,5	8,43
ITATIAIA	20	15,79	-	-	4,17	4,35	5,36
TOTAL	12,7	12,41	11,24	11,31	13,48	13,36	12,41

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Somente o estado do Rio de Janeiro investiu entre os anos de 2010 e 2015 R\$350.847.531,94 em cuidados aos pacientes acometidos por esta doença. Entre os municípios registrados no território do Médio Paraíba, Valença encontra-se na quinta posição em gastos em saúde no tratamento do infarto agudo.

A Rede de Urgência do Município Valença, compreende apenas de uma unidade que admite na “Porta de Entrada” uma demanda significativa de pessoas que apresentam como queixa principal a típica “dor no peito”, denominada como “dor torácica”. O estudo demonstrou que a cidade é a sexta no ranking da região do Médio Paraíba de casos de internação por infarto agudo do miocárdio, em números absolutos. Além disso, tem o quarto maior índice de mortalidade da região, em relação ao tamanho de sua população. Diante disso se faz necessário o pensamento em algumas políticas de saúde e estratégias que possam reduzir e prevenir esses casos uma vez que, Valença, possui cerca de 80% de sua população dentro da faixa etária produtiva e de risco para a doença.

Referências

Ministério da Saúde [Internet]. Secretaria Executiva. Datasus [acesso em maio 2016]. Informações de Saúde. Informações epidemiológicas e morbidade. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Acesso em maio 2016] IBGE: Censo Demográfico 2010 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

BRAUNWALD, Eugene, *Tratado de Medicina Cardiovascular*, 6 ed. São Paulo: Roca, 2003.

EXERCÍCIO FÍSICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL E NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Catharina Ferrari Salgado Fernandes¹, Fernanda Fernandes Neves Pimentel Vieira¹, Glayde Sabrina Camargos de Souza¹, Lucas Henrique Faria Rosa¹, Mike Oliveira Peixoto¹, Leandro Raider².

¹ Discentes da Faculdade de Medicina de Valença, FMV, CESVA/FAA

² Docente Orientador da Faculdade de Medicina de Valença, FMV, CESVA/FAA

Resumo

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) apresenta alta prevalência mundial e ainda é uma das maiores causas de morbimortalidade hodiernamente. No entanto, ainda existem muitas dúvidas sobre os tratamentos e as medidas de

prevenção mais adequadas para essa mazela. Objetivo: esse artigo de revisão busca observar os fatores de risco, os benefícios e os malefícios de tratamentos para a HAS sem a utilização de fármacos, por meio de intervenções com treinamento físico. Este estudo é uma revisão sistemática da literatura em que foram selecionados 10 artigos científicos em diferentes bases de dados na internet, entre elas Scielo, Google Acadêmico e PubMed. Foram observados dados qualitativos e quantitativos de todos os artigos e de suas respectivas pesquisas. Os 10 artigos previamente selecionados foram estudados e suas principais discussões utilizadas na elaboração dessa revisão. O presente estudo identificou que a prática de exercícios físicos e outros métodos não farmacológicos que buscam reduzir a incidência de doenças cardíacas, entre elas a hipertensão, atuam de forma positiva e podem resultar em melhora no quadro da doença e na qualidade de vida dos pacientes, devendo-se levar em consideração a importância da realização de exercícios controlados e bem planejados.

Palavras-chave: doenças cardiovasculares, hipertensão arterial, exercício físico, natação, insuficiência cardíaca.

Introdução

De acordo com Ulbrich et al. (2012), pressão considerada normal está em < 130 mmHg, para sistólica e < 85 mmHg, para diastólica, sendo que a hipertensão é caracterizada por valores ≥ 140 mmHg, para sistólica e/ou ≥ 90 mmHg, para diastólica. A população hodierna tem adotado um estilo de vida caracterizado por má alimentação, sedentarismo e estresse exagerado, o que contribui para desenvolvimento da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS).

Hoje em dia, esta doença de etiologia multifatorial, é um dos maiores fatores de risco para desenvolvimento de doenças cardiovasculares, insuficiência cardíaca e doenças cerebrovasculares. Esses agravos além de possuírem alto custo social, são as maiores causas de morbimortalidade do mundo (ULBRICH et al., 2012).

Estima-se que Hipertensão Arterial Sistêmica, doença de alta prevalência mundial, seja recorrente em aproximadamente um bilhão de pessoas. No Brasil, essa prevalência varia de 22% a 44%, considerando ainda, que diversos pacientes desconhecem ter o distúrbio (AZEVEDO; PAZ, 2006).

Segundo Bündchen et al. (2013), as Diretrizes de sociedades científicas brasileiras e internacionais, diante do estilo de vida da população atual, propõem que o tratamento da HAS comece pelas modificações dos hábitos de vida e, apenas quando a estratégia de tratamento não-farmacológico não for suficiente para controlar a pressão arterial (PA), é que deveria ter início o tratamento farmacológico.

Apesar de todas as recomendações, o tratamento baseado no exercício físico ainda é muito negligenciado na prática clínica e isso é extremamente prejudicial, porque é plausível a hipótese de que muitos dos pacientes, quando submetidos à prática regular de exercícios físicos, não necessitariam do tratamento farmacológico (TF). Sendo válido salientar que muitas das vezes o TF traz consigo efeitos secundários que interferem na qualidade de vida, o que diminui a adesão a esse tratamento (BÜNDCHEN et al., 2013).

Tendo em vista o significado do treinamento físico em termos de aplicabilidade, custo-efetividade e sua influência na qualidade de vida, este artigo objetiva apresentar uma revisão sistemática da literatura acerca da real

importância dos exercícios físicos na terapêutica de pacientes afetados pela HAS.

Materiais e Métodos

Essa revisão de literatura foi realizada por estudantes da Faculdade de Medicina de Valença. Foram selecionados 10 artigos científicos relacionados com práticas de exercícios, doenças cardiovasculares, hipertensão arterial, insuficiência cardíaca e tratamentos e prevenções não medicamentosas para essas doenças do coração. As bases de dados utilizadas para a pesquisa dos artigos foram Scielo, Google Acadêmico e PubMed. Foram desconsiderados artigos que realizaram pesquisas com animais ou que possuíssem tratamentos exclusivamente farmacológicos.

Resultados e Discussões

Os 10 artigos previamente selecionados foram estudados e suas principais discussões convergem para um mesmo foco, que é na possibilidade de se usar o treinamento físico como aliado no combate e no tratamento da HAS.

O estudo de Ulbrich et al. (2012), buscou relacionar a hipertensão arterial sistêmica com as medidas antropométricas dos adultos. Os fatores considerados em sua pesquisa foram massa e estatura. Com esses dados calcularam-se os índices de massa corpórea. Além disso, foi medido o perímetro da cintura e foi calculada a relação cintura estatura. Também foi medida a pressão arterial e foram considerados o sexo e a idade na avaliação. Os indivíduos do sexo masculino apresentaram duas vezes mais chances de hipertensão que as mulheres, e, a cada ano de vida, essa chance aumenta em 1,04 vez. Os indivíduos com sobrepeso têm duas vezes mais chance de desenvolver tal doença que os eutróficos. Nos obesos, as chances quadruplicaram.

Outro artigo utilizado, escrito por Bündchen et al. (2013), teve como objetivo avaliar se um grupo submetido a um tratamento exclusivamente realizado com treinamento físico apresentaria mesma eficácia que o tratamento farmacológico (TF). No fim da pesquisa, viu-se que além de possuir mesma eficácia que o TF, o exercício físico ainda tem o poder de melhorar a qualidade de vida dos praticantes.

Nesse contexto, a pesquisa de Zaar, Reis e Sbardelotto (2014) mostrou que um bom programa de exercício físico acompanhado por profissionais da área de saúde pode ser muito significativo para reduzir os níveis de pressão. Foram selecionados indivíduos que se encontravam acima do peso, pois o artigo tenta traçar uma relação entre as medidas antropométricas e os efeitos que a prática de esportes pode trazer para esse grupo da população. Os resultados encontrados com essa pesquisa foram extremamente significativos, visto que conseguiram reduzir a pressão sistólica e diastólica nos pacientes do grupo de estudo, além de proporcionar uma boa redução nas medidas antropométricas desses.

Já Ferreira, Loureiro e Pimentel, relataram um caso clínico de uma idosa de 60 anos de idade que apresentava altos níveis de pressão arterial. Ao procurar auxílio médico, foi indicado para a paciente um programa de exercícios físicos regulares. Após seis meses de tratamento, observou-se a normalização dos níveis pressóricos sem introdução de nenhum medicamento. Desse modo, conclui-se que o exercício físico tem mesma eficácia que a terapia medicamentosa.

Buscando uma alternativa de reduzir a HAS em homens adultos, foi realizado um trabalho em Lauro de Freitas por Pitanga et al. (2014), com prática regular de 180 minutos de exercícios físicos moderados durante a semana, o que contribuiu para reduzir claramente as chances de acometimento pela doença citada.

Com o mesmo intuito, foi efetuada uma amostra com idosas praticantes de um programa supervisionado por profissionais capacitados na área de exercícios físicos e por meio desse estudo, realizado por Oliveira et al. (2013), concluiu-se que as participantes se encontravam num estado de saúde superior ao da média do brasileiro, validando assim a importância em se manter ativo.

Correlacionando o estudo de Pitanga et al. (2014) com o de Oliveira et al. (2013), vê-se que a prática regular de exercícios físicos, independente da faixa etária, permite a redução acentuada de doenças cardiovasculares de um modo geral.

O estudo de alguns dos artigos pesquisados demonstrou que é possível que ocorra uma redução significativa da pressão por meio da prática de natação supervisionada e controlada por profissionais da área de saúde. No trabalho de Silva et al. (2015), os participantes eram submetidos à prática da natação durante 45 minutos, a uma frequência de três vezes por semana. Já segundo o estudo de Esteves et al. (2010), sobre os efeitos da prática de natação também realizada por 45 minutos diários, cinco vezes por semana, foi demonstrada uma redução significativa da pressão arterial. Ou seja, a natação também possui um papel fundamental no controle dos níveis pressóricos, podendo até mesmo reduzi-los.

Fugindo um pouco do tradicional, Guidarini et al. (2013), pesquisou a respeito dos efeitos da dança de salão na pressão arterial de hipertensos medicados. No fim de seu estudo, concluiu que a dança de salão ajuda a reduzir os níveis pressóricos de hipertensos, destacando-se uma vantagem desse método devido a seu caráter lúdico, que traz maior adesão à terapêutica.

Ainda seguindo uma linha mais inusitada, segundo Talebipour, Rodrigues e Moreira (2006), em seu trabalho de revisão que trata dos efeitos que a sauna pode trazer ao organismo quando o assunto é hipertensão arterial, o ato de frequentar esse espaço por certo limite de tempo e durante certos dias na semana se traz bons resultados no controle da pressão arterial. Porém, é necessário controlar o uso da sauna, pois em algumas situações o uso excessivo pode trazer malefícios. Existem alguns casos em que a sauna precisa ser evitada, como após infarto recente do miocárdio, doenças de quadro infeccioso e estenose aórtica.

Esse estudo, como o dos outros diversos autores pesquisados para elaboração desse artigo de revisão, demonstra que não existe apenas uma via para tratamento não farmacológico para doenças cardiovasculares, mas sim diversos meios para efetuar o controle dos níveis de pressão arterial.

Conclusão

Levando-se em consideração os estudos realizados através dos artigos e as pesquisas e levantamentos presentes em cada um dos selecionados, concluiu-se que os diversos tipos de intervenção com exercícios físicos e os outros métodos não farmacológicos citados durante a revisão da literatura são positivos para o tratamento da hipertensão e das diversas doenças cardiovasculares. Sugere-se que para usar qualquer método indicado, os exercícios ou os outros

meios sejam analisados por profissionais da saúde antes da realização do tratamento e que novos estudos sejam realizados para aprimorar ainda mais o conhecimento sobre o exercício físico e seus diversos pontos positivos que podem auxiliar no tratamento e prevenção de doenças.

Referências

- 1- AZEVEDO R.G.; PAZ M. A. C. **A prevalência de hipertensão arterial em idosos atendidos no centro de convivência para idosos em Cuiabá.** Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento. 2006; v. 9, p.101-115.
- 2- BÜNDCHEN D.C.; SCHENKEL I.C.; SANTOS R.Z.; CARVALHO T. **Exercício físico controla pressão arterial e melhora qualidade de vida.** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. 2013; v. 19, n. 2, p.91-95.
- 3- ESTEVES L. M. Z. S.; SIMÕES H. G.; OLIVEIRA S. M. L.; CUNHA V. N. C.; COELHO J. M. O.; NETO W. B.; et al. **Respostas Cardiovasculares Pós-Exercício de Natação.** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. 2010; v.16, n. 6, p. 418-421.
- 4- FERREIRA A. C, LOUREIRO E, PIMENTEL I. **Exercício físico no tratamento da hipertensão: a propósito de um caso.** Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar. 2013; v. 29, p.126-130.
- 5- GUIDARINI F. C. S.; SCHENKEL I. C.; KESSLER V. C.; BENEDETTI T. R. B.; CARVALHO T. **Dança de salão: respostas crônicas na pressão arterial de hipertensos medicados.** Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano. 2013; v. 15, n. 2, p.155-163.
- 6- OLIVEIRA L. M. F. T.; RITTI-DIAS R. M.; AMORIM R. A.; OLIVEIRA S. F. M.; FILHO A.L.; GUIMARÃES F. J. S. P. **Associação entre obesidade geral e abdominal com hipertensão arterial em idosas ativas.** Revista da Educação Física/UEM. 2013; v. 24, n. 4, p.659-668.
- 7- PITANGA F. J. G.; ALMEIDA L. A. B.; FREITAS M. M.; PITANGA C. P. S.; BECK C. C. **Atividade física como discriminador da ausência de hipertensão arterial em homens adultos.** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. 2014; v. 20, n. 6, p.456-460.
- 8- SILVA J. E.; TEIXEIRA A. M. B.; DANTAS E. H. M.; RAMA L. M. P. L. **Comportamento da pressão arterial em homens pré-hipertensos participantes em um programa regular de natação.** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. 2015; v. 21, n. 3, p.178-181.
- 9- TALEBPOUR B.; RODRIGUES L. O. C.; MOREIRA M. C. V. **Efeitos da sauna sobre doenças cardiovasculares e doenças relacionadas com o estilo de vida.** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. 2006; v. 12, n. 4, p.216-220.
- 10- ULBRICH A. Z.; BERTIN R. L.; BOZZA R.; NETO A. S.; LIMA G. Z. S.; CARVALHO T.; et al. **Probabilidade de hipertensão arterial a partir de indicadores antropométricos em adultos.** Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia. 2012; v. 56, n. 6, p.351-357.
- 11- ZAAR A., REIS V. M.; SBARDELOTTO M. L. **Efeitos de um programa de exercícios físicos sobre a pressão arterial e medidas antropométricas.** Revista Brasileira de Medicina do Esporte. 2014; v. 20, n. 1, p.13-16.

AVALIAÇÃO DE MULHERES COM MELASMA ATENDIDAS NO AMBULATÓRIO DE DERMATOLOGIA DO HOSPITAL ESCOLA LUIS GIOSEFFI JANNUZI

Amanda da Cunha Borges¹, Lucas Braga Leite¹, Lívia Pino²

¹ Discentes da Faculdade de Medicina de Valença, FMV, CESVA/FAA

² Docente Orientador da Faculdade de Medicina de Valença, FMV, CESVA/FAA

Resumo

Melasma é uma hiperpigmentação comum, adquirida, caracterizada por máculas acastanhadas, mais ou menos escuras, de contornos irregulares, mas limites nítidos, nas áreas fotoexpostas, especialmente, face, fronte, temporas e, mais raramente, no nariz, pálpebras, mento e membros superiores. Favorece fototipos intermediários e indivíduos de origem oriental ou hispânica que habitam áreas tropicais. É mais comum em mulheres adultas em idade fértil, podendo, porém,

iniciar-se pos-menopausa. Alguns quadros afetam negativamente a vida do indivíduo, abalando sua auto-estima e comprometendo sua vida social e profissional. Existem atualmente diferentes recursos utilizados para seu tratamento, mas ainda é necessário conhecer melhor sua fisiopatogenia para se eleger a que mostre melhores resultados, com o menor número de efeitos adversos possível. Este estudo tem como principal objetivo avaliar o impacto psicossocial do melasma nas pacientes e os hábitos de exposição solar e de fotoproteção das mulheres atendidas no ambulatório de um hospital escola do município de Valença-RJ e a relação destes hábitos com o surgimento e prevalência do melasma. Durante o período de agosto de 2015 à julho de 2016 pacientes do ambulatório de dermatologia serão entrevistadas sobre hábitos de fotoproteção e exposição solar diário. Implementação recente do serviço de dermatologia no hospital com poucas pesquisas relacionadas a temas dermatológicos importantes tal como o melasma com acometimento que varia de 70 a 75% de gestantes, predomínio em indivíduos de origem oriental ou hispanica que habitam áreas tropicais e pode trazer grande desconforto emocional às pacientes acometidas. Foi diagnosticado 20 mulheres com melasma, sendo 12 brancas, 6 pardas, 2 negras. Destas, 14 tem alguma insatisfação quanto à presença do melasma e 6 não apresentam insatisfação. Dentre as 20 pacientes, 9 usam protetor solar, 11 não usam protetor solar. Palavras-chave: melasma; hiperpigmentação; gestação;

DOENÇA DO PARÊNQUIMA PULMONAR CAUSADA PELO CITOMEGALOVÍRUS – RELATO DE CASO

MONTEIRO, I. M.; LIMA, G. F.; CONCEIÇÃO, C. O.; MORAES, L. F. H. C.;
ALENCAR, P. K.; VIEIRA, T. B.; COSTA, D. A.

Resumo

Introdução: O termo doença intersticial pulmonar (DIP), designa um grupo heterogêneo e numeroso de doenças caracterizadas pela deposição de matriz extracelular e/ou pelo desenvolvimento de infiltrados celulares em estruturas distais aos bronquíolos terminais, os espaços aéreos. São agrupadas de acordo com achados radiológicos, funcionais e clínicos. O citomegalovírus (CMV) é um vírus do grupo herpes e suas vias de transmissão são diversas. O diagnóstico diferencial entre as DIPs pode ser dado a partir da interpretação de exames de tomografia computadorizada (TC), na qual pode se avaliar diferentes padrões de doenças intersticiais crônicas. Entre elas, encontramos a pneumonia por CMV. Palavras-chave: pneumonia; citomegalovírus; valença.

Relato do Caso

E.S, negro, 49 anos, Valença RJ, há 15 dias história de tosse seca, sibilância, dispneia, mialgia e artralgia, sem febre associada. História prévia de Asma, Hipertensão Arterial Sistêmica e Doença do Refluxo Gastroesofágico. Sem histórico de tabagismo, etilismo e uso de drogas. Prática de atividade física regular. À consulta, exame físico sem alterações. Realizado Raio-X de tórax, sem alterações. HIV negativo, Hemograma e PCR normais. A hipótese diagnóstica proposta foi uma crise de Asma. Medicado para tal, e, após 15 dias, retornou com piora do quadro. Apresentava: taquipneia, taquicardia e Saturação de Oxigênio em ar ambiente de 88%. Solicitada internação, com hipótese

diagnóstica de Pneumonia Comunitária. Realizado novo Raio-X de tórax, que mostrou opacidade alveolar bilateral. Iniciado Antibioticoterapia de amplo espectro, Oseltamivir, Pulsoterapia com Metilprednisolona®, esquema RIPE (Rifampicina®, Isoniazida®, Pirazinamida® e Etambutol®). Optou-se empiricamente por um esquema completo, devido à impossibilidade de se realizar a biópsia pulmonar pelo município. Realizado TC, na qual foi evidenciado áreas de consolidação com broncogramas aéreos em lobos inferiores com extensão para o segmento lingular inferior. Após 48h de internação, evoluiu com Insuficiência Respiratória Aguda associada a necessidade de ventilação mecânica, como diagnóstico uma doença difusa do parênquima pulmonar. Foi transferido para a cidade de Volta Redonda- RJ, onde foi solicitada biópsia pulmonar, que apresentou quadro histológico compatível com infecção por vírus de inclusão citomegálica. O paciente também apresentou anticorpo IgG reativo para CMV no exame de sangue. O paciente apresentou remissão completa do quadro.

PlataformaBrasil CAAE: 48116615.0.0000.5246

Número do Parecer: 1.222.242

Discussão

Existe uma grande dificuldade de diagnóstico e tratamento das DIPs visto o grande número de causas, sendo muitas delas raras e pouco conhecidas. Além disso, é necessário um conhecimento clínico, radiológico e patológico destas enfermidades. A literatura se mostra limitada e com poucos relatos de casos semelhantes. Febre, tosse seca e dispneia, que evolui para hipóxia são comuns em casos graves por CMV. Como não há achado clínico patognomônico na pneumonia por citomegalovírus, exame BAL (lavado bronco alveolar) ou biópsia transbrônquica são geralmente necessários para o diagnóstico.

Conclusão

Observa-se a necessidade de um maior estudo quanto à correlação dos métodos diagnósticos, manifestações clínicas e fatores de risco envolvendo a infecção e a doença intersticial pulmonar para abranger um diagnóstico precoce e uma terapêutica efetiva.

PREVALÊNCIA DE PEDICULOSE EM CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VALENÇA-RJ

Mateus de Oliveira Reis¹; Nayrton Kalys Cruz dos Anjos ¹; Sebastião Célio Horta Coelho Filho ¹; Thiago Sande Miguel ¹;
Filipe Souza de Lima e Cirne ¹ e Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista²

¹ Discente da Faculdade de Medicina de Valença, FMV, CESVA/FAA

² Docente Orientadora Faculdade de Medicina de Valença, FMV, CESVA/FAA

Resumo

A pediculose é uma enfermidade que vem sendo descrita desde os tempos mais remotos, considerada um sério problema em saúde pública. É considerada a principal ectoparasitose na infância sendo ocasionada pelo piolho da cabeça *Pediculus humanus capitis*, atingindo mais crianças em idade escolar que qualquer outra doença comum nessa fase de vida. Ocorre primordialmente em

comunidades com precários hábitos de higiene e em indivíduos que são mantidos em instituições fechadas, prevalecendo em qualquer idade, independente de classe social, sexo, credo ou raça. Frequentemente causa lesões pruriginosas no couro cabeludo, podendo levar a riscos potenciais de complicações, quais sejam: infecções bacterianas, micoses e até mesmo miíases. Crianças infestadas podem apresentar ainda baixo desempenho escolar por dificuldade de concentração, consequência do prurido contínuo e distúrbios do sono. Em casos mais graves, podem desenvolver anemia devido à hematófagia do piolho. Este trabalho que está sendo realizado desde setembro de 2015 tem por objetivo avaliar a prevalência da pediculose em crianças do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, de escolas públicas do município de Valença-RJ, e avaliar o nível de conhecimento dos professores a respeito da parasitose. Professores respondem a um questionário a respeito dos conhecimentos sobre a pediculose e os alunos são avaliados individualmente, através da inspeção visual de cada cabeça durante três minutos, a fim de se determinar a infestação. Até o momento 225 crianças foram avaliadas, sendo que 80 (35,5%) apresentaram infestação. A ocorrência, até o momento, foi maior em alunos cursando o 3º ano (1º ano: 15%; 2º ano: 21%; 3º ano: 27% e 4º ano: 17%) sendo as meninas as mais acometidas (meninas: 68,7%, n=55). Um relato comum dos alunos que apresentavam pediculose era o preconceito que sofriam por parte dos demais colegas. Oito professores, com mais de sete anos de docência, responderam o questionário aplicado contendo 20 itens de múltipla escolha e apenas um acertou todos os itens; os demais variaram: um professor acertou 19, dois acertaram 18, um acertou 16, dois acertaram 15 e um acertou 14. Esse resultado demonstra que os professores precisam receber maiores informações acerca da pediculose, uma vez que possuem um papel fundamental na orientação dos alunos, bem como dos pais ou responsáveis durante as reuniões colegiais. Muitas crianças parasitadas não recebem atenção básica por parte da família e continuam sendo fontes de infestação para outras crianças. O estudo continua sendo desenvolvido e tem como meta atingir o número de 600 crianças avaliadas, distribuídas em diferentes escolas do município, para que dessa forma seja demonstrada a prevalência da pediculose em escolas públicas do município e a importância da participação dos órgãos responsáveis pela saúde pública na implementação de medidas profiláticas e de controle mais efetivas, numa perspectiva de educação e promoção em saúde.

Palavras-chave: Piolho, saúde, ectoparasito

**PREVALÊNCIA DE IGE TOTAL ELEVADA EM PACIENTES
ENCAMINHADOS AO AMBULATÓRIO DE ALERGOLOGIA DO HOSPITAL
ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI NO PERÍODO JUNHO A DEZEMBRO
DE 2015**

Richard Raphael Borges Tavares Vieira, Paola Stephanie de Sá, Victor Araújo Goulart, Igor Castro Oliveira, Omar Sayar de Castro, Natália Bertges Soares, Daniel Almeida da Costa

Resumo

A prevalência das doenças alérgicas vem aumentando significativamente nos últimos anos pela associação de diversos fatores, tais como: aumento da exposição à alérgenos domiciliares, exposição a agentes poluentes e contato

com novos produtos químicos na dieta e pelo ar. As imunoglobulinas E (IgE) participam na defesa contra helmintos e determinados vírus e diversas disfunções do sistema imunitário podem influenciar o nível sérico de IgE, sendo comum encontrar níveis elevados de IgE em parasitoses e imunodeficiências congênitas ou adquiridas. Diversas técnicas laboratoriais são disponíveis para determinação de IgE sérica, sendo o ELISA o mais utilizado. Assim como outras classes de imunoglobulinas, o nível de IgE no soro varia com a idade e tende a flutuar em consequência de contato com antígenos. Entre indivíduos não-atópicos, a IgE sérica é quase indetectável no neonato e apresenta-se mais elevada no adulto jovem, com tendência ao declínio nos indivíduos de maior idade, apresentando, em estudos recentes, diminuição já a partir da terceira década de vida. Neste estudo objetiva-se realizar a análise de prontuários de pacientes que tenham sido encaminhados ao Ambulatório de Alergologia do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi no segundo semestre de 2015, verificando dessa forma se há correlação significativa dos valores de IgE total com os quadros clínicos destes pacientes, e traçando uma análise epidemiológica dos perfis de atópicos para este período no município de Valença-RJ. A amostra envolveu 161 pacientes encaminhados ao ambulatório de alergologia, no período de 06/2015 a 12/2015 e que apresentaram alguma queixa ou sinal/sintoma de atopia. Considerando o percentual de homens e mulheres nessa amostra, verificou-se que 50,3% dos indivíduos incluídos no estudo eram homens e 49,7% eram mulheres. Em relação à média de idade destes pacientes observou-se o valor de $13,99 \pm 15,77$ anos na amostra total, sendo a idade mínima igual a 1 ano e a máxima 87 anos. Ao analisar a média de idade conforme o sexo, verificou-se que as mulheres apresentaram média de idade de $17,45 \pm 18,22$ anos enquanto os homens apresentaram-se significativamente mais novos ($U=2287,50$, $p=0,013$) com $10,43 \pm 12,16$ anos. A maioria dos pacientes apresentam sintomas que afetam o sistema respiratório como rinite, asma, bronquite, amigdalite e conjuntivite (84,47%), seguidos daqueles que apresentaram somente sintomas dermatológicos, como dermatite, prurido e estrófilo (11,18%). Em relação a forma de alergia em que se associaram sinais respiratórios e dermatológicos, identifica-se tendência de aumento nas frequências percentuais a partir do primeiro ano de vida (3,85%) até os cinco anos (10,53%), a partir dos sete anos (7,41%) a frequência diminui (4,44% entre 8 e 14 anos), até não ser detectada entre aqueles com idade de 15 anos ou mais. e caindo novamente aos quinze anos de idade. Observa-se também que existe diferença significativa entre os níveis de IgE total de crianças com idade entre 0 a 3 anos ($488,56 \pm 717,81$ UI/mL) e os valores encontrados para as crianças com idade de 4 a 5 ($872,85 \pm 1044,99$ UI/mL) e 6 a 7 anos ($459,01 \pm 580,06$ UI/mL). As crianças com idade entre 4 a 5 anos apresentaram níveis significativamente maiores de IgE total na comparação com os achados do grupo com faixa etária entre 15 a mais anos ($442,07 \pm 822,54$ UI/mL). Observou-se aumento significativo nos valores séricos totais da imunoglobulina na comparação entre as crianças com 6 a 7 anos e aquelas do grupo de 8 a 14 anos ($1014,89 \pm 1118,75$ UI/mL). E, finalmente, verifica-se queda significativa na Ige Total sérica ao se comparar os valores da faixa etária de 8 a 14 anos e o encontrado para aqueles com 15 anos ou mais ($442,07 \pm 822,54$ UI/mL).

Palavras-chave: atopia; alergia; imunoglobulina E

VALORES DE ÍNDICE GLICÊMICO EM HOMENS ADULTOS E IDOSOS FREQUENTADORES DO MERCADO MUNICIPAL DE VALENÇA/RJ

Sidna R. R. Marques, Leandro Raider, Vinícius Moreira Paladino, Caroline Guida Babinski, Daniele Amatto Ribeiro, Thais Barbosa Alves.

Resumo

O estilo de vida e hábitos da sociedade moderna, caracterizada por uma reduzida prática de exercícios físicos, e um elevado consumo de dietas não balanceadas tem acarretado em numerosas implicações para a saúde da população. Com a chegada das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) nas últimas décadas, tornou-se necessário cuidar da vida, a fim de diminuir a vulnerabilidade ao adoecer. Vários fatores de risco levam ao aparecimento da doença DM como: hereditariedade, estresse, obesidade, idade maior que 45 anos, hábito alimentar irregular, falta de exercícios físicos, hipertensão arterial, perfis lipídicos alterados e doenças cardiovasculares. Assim é de extrema importância acompanhar os níveis glicêmicos habituais para que, se necessário, elaborar mudanças no estilo de vida visando a educação em saúde com intuito de prevenção das DCNT. A amostra foi composta por 58 homens, com idades compreendidas entre 40 e 85 anos e teve como objetivo analisar o índice glicêmico em homens adultos e idosos frequentadores do mercado popular de Valença/RJ, além de correlacioná-lo com o desenvolvimento de diabetes mellitus. Para caracterização da amostra foi utilizada a estatística descritiva. Os dados foram coletados no Mercado Municipal de Valença/RJ, através de um questionário padronizado pela equipe da Liga Acadêmica de Medicina do Esporte e do Exercício no período de Agosto de 2015 a Junho de 2016. Na amostra, dos 58 indivíduos participantes, 6 possuíam diabetes mellitus e dos 52 restantes 57,69% apresentavam valores glicêmicos dentro do normal e 42,3% apresentou valores acima de 110 mg/dL. Desses 42,3%, 81,8% apresentaram glicemia entre 100-126 mg/dL o que se caracteriza como tolerância a glicose diminuída e 18,18 % apresentaram glicemia acima de 126 mg/dL, sendo considerados diabéticos segundo a tabela da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD). Após análise dos resultados conclui-se que os altos níveis de glicose nesses indivíduos foram bastante significantes, sendo um importantíssimo fator de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas como o diabetes mellitus. Desse modo, enfatiza que há correlação entre o alto índice glicêmico e o desenvolvimento/aparecimento de diabetes mellitus.

Palavras-chave: glicemia, jejum, diabetes mellitus

RELATO DE CASO ATÍPICO DE TORÇÃO TESTICULAR INTRAVAGINAL EM PRÉ-ESCOLAR

Elias Sobreira Sathler, Richard Raphael Borges Tavares Vieira, Daniel Almeida da Costa

Resumo

O escroto agudo é uma emergência médica infrequente que envolve o escroto ou o conteúdo intraescrotal com sinais de uma inflamação local; edema escrotal,

calor, rubor e dor. As principais causas incluem torção do apêndice testicular, epididimite, orquite e torção testicular. A Torção Testicular na forma intravaginal se caracteriza pela rotação livre do testículo e predispõe a sua rotação causando torção do cordão espermático com conseqüente comprometimento vascular do testículo afetado. Esforço físico, aumento do volume testicular, clima frio, trauma e hiperatividade do reflexo cremastérico compõem fatores predisponentes a torção. É importante destacar, como características clínicas, a dor local súbita e intensa, edema e hiperemia progressivos da bolsa escrotal, endurecimento e aumento de volume do testículo acometido, além de uma posição mais elevada e horizontalizada do testículo doente dentro da bolsa escrotal. O mais importante ao conduzir um caso de escroto agudo é excluir o diagnóstico de torção testicular, pois essa condição requer intervenção cirúrgica imediata com intuito de preservar o testículo afetado. No entanto, através apenas do exame clínico, em alguns casos, pode ser extremamente difícil diferenciar a torção testicular de outras causas de escroto agudo. A ultrassonografia com Doppler tem boa sensibilidade e especificidade quando realizada por examinador experiente, apresenta baixo custo e é pouco invasiva, sendo por isso considerado um dos principais exames complementares. A torção intravaginal do testículo é mais comum no período pós-púbere e apresenta maior incidência entre 12 e 18 anos. A incidência de torção testicular entre pacientes que se apresentam com escroto agudo pode variar entre estudos de diferentes departamentos médicos. Em estudos nos departamentos de urologia e cirurgia, por exemplo, essa incidência pode variar de 17% a 72%, enquanto em outros estudos realizados em departamentos de emergência trazem uma incidência variando entre 12% e 16%. É considerado um evento infrequente, com incidência no Brasil, durante o ano de 2010, estimada em 1.4/100.000 homens. O presente trabalho tem como objetivo a descrição de um caso clínico conduzido nas dependências do Hospital Zona da Mata Mineira de Juiz de Fora- MG. Um Pré-escolar de 4 anos foi admitido com quadro de dor abdominal em andar inferior pouco intensa, hiperemia e edema escrotal discretos, tendo o diagnóstico de torção testicular confirmado através de ultrassonografia com Doppler que demonstrou ausência de fluxo testicular, espessamento e torção de cordão espermático esquerdo. Foi realizada exploração cirúrgica da bolsa escrotal e visualizado a torção do cordão espermático com conseqüente comprometimento da gônada afetada. Evoluiu satisfatoriamente, apesar da necessidade de orquiectomia esquerda devido ao tempo decorrido entre o início dos sintomas e a abordagem terapêutica. Palavras-chave: Torção Testicular; Escroto Agudo; Badalo de Sino

HISTÓRICO FAMILIAR COMO FATOR DE RISCO PARA A INCIDÊNCIA DE DIABETES HIPERTENSÃO E CARDIOPATIAS

Caroline Guida Babinski, Leandro Raider, Vinícius Moreira Paladino, Thais Barbosa Alves, Thyago Bacelar Vieira e Nayara Silva Prata.

Resumo

A Diabetes Mellitus (DM), a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e as Cardiopatias (CA), somadas, se tornarão as comorbidades não transmissíveis mais prevalentes do Brasil, sendo população geriátrica o grupo de maior risco para desenvolvê-las. Essas comorbidades, no entanto, são agravadas e ocorrem precocemente quando o indivíduo tem pelo menos um fator de risco, tal como

historia familiar positiva, associada. Com isso, a investigação de ocorrências familiares de HAS, bem como de DM e DC, é um dos parâmetros importante para se estratificar o risco de determinado grupo normotenso desenvolvê-la. O objetivo deste trabalho foi avaliar a incidência de idosos que apresentavam estas comorbidades e verificar se eles continham pelo menos uma HF de parentes de primeiro grau com as mesmas doenças. Foram avaliados 80 indivíduos do Município de Valença/RJ que participaram do projeto "Mexa-se na melhor idade", realizado pelos acadêmicos e por um professor do curso de Medicina. Foram feitas análises de forma generalizada e estratificada segundo a faixa etária, adultos e idosos (≥ 60 anos) e segundo a existência ou não de HF de DM, HAS e CA. Para caracterização da amostra foi utilizada a estatística descritiva. Na análise inferencial para verificar a relação de dependência das variáveis foi utilizado teste do Qui-quadrado, considerando $p \leq 0,05$ para determinação destas diferenças. Na análise dos dados foi utilizado o pacote estatístico SPSS versão 20.0. O valor de $P = 0,007$ ($P \leq 0,05$) permite afirmar que existe associação de cardiopatia e histórico familiar. Em relação à HAS e DM não ocorreram associações. Com o fator genético excluído, deduz-se que a provável causa do surgimento dessas duas doenças se deva a um conjunto de outros fatores predisponentes. Dentre eles estão os hábitos de vida. Em estudo transversal, de base populacional, realizado na zona urbana de Pelotas-RS, analisou-se as possíveis causas do desenvolvimento de HAS em grupo portador da comorbidade. No entanto, o resultado, em parte, foi outro: cerca de 60% dos indivíduos continham HF de HAS, 30% eram tabagistas e cerca de 12% dos entrevistados continham uma dieta com grande quantidade de sal. Além disso, apenas 20% dos indivíduos realizavam atividade física mínima para obter benefício para a saúde e cerca de 65% ingeriam bebidas alcoólicas em quantidade inferior a 30g/dia. Constatou-se que aproximadamente 53% dos participantes tinham algum grau de obesidade e que cerca de 6% referiram DM. Mesmo que o estudo em questão não confirme a associação entre HF a DM e HAS, ele e o realizado em Pelotas-RS convergem quando relacionam outros fatores ao surgimento destas doenças. Com isso, infere-se que o aparecimento delas, não se deve exclusivamente a uma única casuística, mas sim, a um conjunto de fatores que as pré-dispõem. Não obstante, as cardiopatias, que podem ser associadas a HF, também se relaciona com as causas de HAS e DM: o aparecimento de HF em CA necessariamente não exclui a contribuição dos demais fatores para esse quadro. No presente estudo, viu-se que a HF do indivíduo isolada não poderia ser associada como fator de risco para HAS e DM. Com isso, sugere-se que os hábitos de vida podem ser a principal causa do surgimento destas comorbidades nos moradores de Valença/RJ. E relação a cardiopatia acredita-se que a HF, com provável associação dos demais fatores, é um dos determinantes do seu aparecimento.

Palavras-chave: História familiar; Diabetes Mellitus; Hipertensão; Cardiopatias

PREVALÊNCIA DE RISCO CARDIOVASCULAR EM MULHERES DA CIDADE DE VALENÇA/RJ.

Daniele Amatto Ribeiro, Vinícius Moreira Paladino, Caio Veggi Marinho, Nayara Silva Prata, Renato Bayma Gaia e Leandro Raider.

Resumo

Com o passar dos anos surge um novo cenário epidemiológico no Brasil, como consequência da transição demográfica e aumento da expectativa de vida. Diante dessa nova situação epidemiológica, definida pela alta prevalência de obesidade, as doenças cardiovasculares surgem como o principal problema de saúde pública³. Para avaliação de distribuição da gordura corpórea, estudos epidemiológicos utilizam desde a década de 70 a relação RCQ (cintura-quadril). Dentre os pontos de corte estabelecidos para reconhecer valores adequados e inadequados de RQC, o mais empregado tem sido 0,8 para o sexo feminino². Além disso, destaca-se a hipertensão arterial, que é a mais preeminente das doenças cardiovasculares e o principal fator de risco para as complicações mais comuns⁴. Diversos estudos têm registrado que a circunferência abdominal (CA) ou da cintura (CC), ambos como indicadores da distribuição da gordura corporal, estão associadas à ocorrência de doenças, incluindo a hipertensão arterial⁵. Portanto, a alteração na mudança do padrão de vida das mulheres explica em partes a situação de dados preocupantes e hábitos inadequados⁴. Desse modo é fundamental conhecer a extensão dos fatores de risco cardiovascular com o propósito de efetuar um planejamento de saúde capaz de interferir de forma efetiva nessa realidade¹. Os objetivos são verificar a prevalência de doença cardiovascular em mulheres adultas da cidade de Valença- RJ e analisar os principais fatores de risco e suas ocorrências para doenças cardiovasculares. A amostra foi composta por 220 mulheres, com idades compreendidas entre 35 e 87 anos. Os dados foram coletados no Mercado Municipal de Valença/RJ, através de um questionário, no qual continha: dados pessoais, portador ou não de diabetes e/ou hipertensão, alcoolista e/ou tabagista, praticante ou não de atividade física e a frequência semanal, uso de medicação contínua e mensuração de peso, cintura, abdome, quadril, relação cintura-quadril (RCQ), pressão arterial sistólica e diastólica e glicemia, seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde. Para caracterização da amostra foi utilizada a estatística descritiva, através de médias e frequências. Para a análise dos dados foi utilizado o pacote estatístico SPSS versão 20.0. Segundo avaliação 56,4% das mulheres apresentam HAS, 10,5% são tabagistas, 13,2% etilistas, 50,5% não apresentam CA adequada e 83,5% não apresentam RCQ adequadas segundo a OMS. Ainda que seja ampla a análise sobre o risco cardiovascular segundo HASSEMAN, Maria Helena; et al (2008) em um estudo realizado em uma universidade localizada no Estado do Rio de Janeiro, avalia na maior parte das investigações que os valores elevados de CA e de CC associam-se a um risco mais elevado de hipertensão arterial. Além disso, a inspeção recente acerca da gordura visceral sugere que a adiposidade abdominal é um elemento central, influenciando a síndrome metabólica e o risco cardiovascular. Trabalhando sob o aspecto da suposição e baseado nas frequências encontradas, as pessoas após descobrirem que são hipertensas possivelmente adotaram medidas mais saudáveis e a frequência de indivíduos que são hipertensas estão apresentando menores índices nos grupos de que

umentam os fatores de risco para agravamento de doenças cardiovasculares. Palavras-chave: Palavras-chave: obesidade, RQC, doenças cardiovasculares, mulheres.

ENFISEMA SUBCUTANEO MACIÇO ASSOCIADO A LESÃO DE VIA AEREA, APÓS TRAUMA TORÁCICO: RELATO DE CASO

Carla do Carmo Pires, Carlos Augusto Marques Batista

Resumo

A.S.M, 74 anos, sexo masculino, foi trazido pela filha ao Pronto Socorro Adulto (PSA) do Hospital Escola Luíz Gioseffi Jannuzzi (HELGJ), Valença-RJ, em 29/08/2015, com relato de queda de bicicleta motorizada há 2 dias, procurando o PSA na ocasião com queixa algíca em hemitórax direito, sendo liberado com prescrição de Ibuprofeno para casa. Na noite do dia 28/08/2015 foi observado um inchaço em região da face, toracoabdominal e membros superiores, apresentava ainda dispnéia importante. Aproximadamente três horas após o início dos sintomas (madrugada do dia 29), no atendimento em PSA encontrava-se com intensa dispneia, esforço respiratório, dificuldade para falar e importante inchaço que acometia face, tórax, abdome, membros superiores (principalmente MSD com 4+/4+) e região escrotal. Mostrava-se lúcido, orientado no tempo e espaço, ausculta cardíaca sem alterações, eucardio. Já na ausculta respiratória havia presença de creptações difusas e a frequência respiratória era de 29 irmp, saturando 88% em ar ambiente. O paciente era diabético, com histórico de infarto agudo do miocárdio prévio e marcapasso implantado. Devido ao quadro de insuficiência respiratória e inchaço, ainda não caracterizado como enfisema subcutâneo, optou-se por tratar como anafilaxia, sendo realizada adrenalina intramuscular e anti-histaminicos. Foram solicitados e realizados alguns exames, tais como: hemograma completo, Sódio, Potássio, Uréia, Creatinina, TAP, CKtotal, CKMB, troponina, radiografia de tórax e eletrocardiograma, porém sem esclarecimento diagnóstico. Nesse momento foi também solicitado o parecer da clínica cirúrgica, que estabeleceu a hipótese diagnóstica de trauma torácico devido a queda da bicicleta, com lesão de via aérea inferior causando importante enfisema subcutâneo. Devido a ausência de cirurgia torácica e impossibilidade de realizar o exame de broncoscopia, elegeu-se como terapêutica a passagem de um dreno torácico bilateralmente, observando significativa redução do enfisema logo nas primeiras horas após o procedimento. Após estabilização do quadro foi realizado tomografia de tórax, que evidenciou acentuado enfisema subcutâneo em todas as fâscias cervicais e em toda a parede torácica, revelou também pneumotórax bilateral e pneumomediastino. Esse último achado da tomografia corrobora para presença de lesão de via aérea inferior como causa do enfisema subcutâneo. Já o pneumotórax provavelmente foi causado pela presença dos drenos torácicos. O paciente foi admitido na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), onde foi solicitado esofagografia, monitorização dos drenos torácicos direito e esquerdo e cuidados gerais. Depois de cinco dias na UTI evoluiu com melhora significativa do quadro, mantinha discreto enfisema subcutâneo em MMSS, face, tórax e abdome, na ausculta respiratória permanecia o padrão de creptações, estava eupneico e apresentava saturação de 92% em macronebulização, o dreno torácico oscilava do lado direito. Sendo assim, devido a estabilidade do quadro clínico recebeu alta para a enfermaria do

HELGI, onde continuou evoluindo bem. Os drenos torácicos permaneceram fechados por 24 horas antes da sua retirada, nesse período o paciente manteve-se estável, sem dispnéia e sem qualquer intercorrência. Após a retirada dos drenos encontrava-se em bom estado geral, com ausência do enfisema e assintomático. Recebeu alta hospitalar e orientações para acompanhamento ambulatorial. Posteriormente, retornou duas vezes ao ambulatório de cirurgia geral, onde realizou Raio X de tórax que mostrou boa expansibilidade e ausência de alterações, permanecia sem queixas álgicas.

PERFIL DO COORDENADOR MUNICIPAL DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PONTE NOVA-MG

Carla do Carmo Pires, Cássia Pires Fernandes, Leticia de Oliveira Garcia,
Talita Maris Campos Machado

Resumo

O presente estudo apresenta um perfil dos coordenadores municipais das equipes de Saúde da Família de alguns municípios da microrregião de Ponte Nova, Minas Gerais. Conhecer o perfil desses profissionais é importante para compreender suas trajetórias e necessidades e, assim, propor alternativas que potencializem positivamente a Estratégia Saúde da Família (ESF). A abordagem metodológica é quali-quantitativa, sendo os dados coletados por meio de questionários aplicados à dez coordenadores municipais. Todos aceitaram participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Os resultados evidenciam que 50% dos entrevistados são do sexo masculino e outros 50% do sexo feminino, com faixa etária predominante entre 25 a 30 anos de idade, o que demonstra um perfil de profissionais jovens no cargo de coordenação da ESF. A maioria (70%) dos coordenadores possui graduação em enfermagem, os demais (30%) possuem graduação em odontologia, farmácia e ciências contábeis; 90% possuem algum curso de especialização lato sensu: cinco em Saúde da Família, dois em Gestão em Saúde Pública e dois em outras áreas. Quanto ao tipo de vínculo empregatício, 50% são efetivos por concurso público e os outros 50% são contratados. A situação de contratado, gera incerteza e rotatividade de profissionais, o que interfere na continuidade da gestão da ESF. Quanto ao tempo no cargo, 60% dos coordenadores estão na função a menos de três anos, em seguida estão aqueles que trabalham como coordenadores a cinco anos ou mais. Ao avaliar a carga horária semanal dos entrevistados, observou-se que a maioria (80%) trabalha 40 horas por semana e apenas dois coordenadores fazem carga horária de 30 e 20 horas, respectivamente. Os dados apontam que um significativo número de entrevistados (40%) possui outro cargo. No que se refere ao número de equipes SF sob sua coordenação, houve uma diversidade. A ESF mais numerosa pertence a cidade sede da microrregional e é constituída de 13 equipes de SF, em seguida aparece a coordenação da ESF com oito, sete, cinco, quatro, três e duas equipes de SF. Quanto aos aspectos referentes à frequência de reuniões com as equipes, os resultados demonstram que há predominância de reuniões quinzenais (40%), acompanhada de reuniões mensais (30%). A última categoria de análise trata da frequência de reuniões com os gestores municipais de saúde. Foi observado que grande parte dos coordenadores (60%) se reúne com seus

gestores semanalmente, o que reafirma a parceria entre estes profissionais. Compreende-se que a inserção dos coordenadores na esfera da gestão municipal buscou de início atender muito mais uma necessidade dos secretários de saúde frente às suas atribuições e excesso de tarefas a ele determinadas, do que propriamente à necessidade de organização do trabalho da ESF e a conseqüente implementação dos princípios do SUS. Sendo assim, é um campo em ascensão e que precisa de definições quanto às atribuições do cargo, programas de formação continuada, plano de carreira e regulamentação via concurso público.

MARKETING EM ODONTOLOGIA INTERNO E EXTERNO

Ulysses Castro De Moraes

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar aos profissionais na área de Odontologia, como obter um melhor desempenho dentro e fora dos consultórios odontológicos a partir do marketing. Não só na relação paciente /profissional mais como toda a equipe de trabalho. O mercado de trabalho está passando por grandes transformações e o diferencial que está contribuindo para o sucesso do profissional cirurgião-dentista é o domínio do conhecimento, as atualizações técnico científico, as estratégias, o atendimento, treinamento dos funcionários, ou seja, todos que fazem parte do ambiente de trabalho. O marketing que já faz parte dessa nova conscientização do profissional de odontologia está cada vez mais ganhando espaço nessa nova área de trabalho. O grande diferencial do profissional de odontologia é estar atualizado diante das grandes mudanças e evoluções das novas técnicas, e o conhecimento. Aliar o marketing a ética torna-se de grande relevância para o cumprimento do dever como orientação na relação paciente-profissional esses novos conhecimentos e evolução do mercado de trabalho sem dúvida ajudara a melhorar as relações entre paciente/profissional e fica evidente que, além da competência do profissional, o cirurgião-dentista deve cuidar de sua imagem, através do marketing pessoal, aumentando as chances para se tornar um profissional de qualidade e sucesso. Melhorando o resultado financeiro, qualidade de vida e prestígio sociais tanto almejados por qualquer profissional independente da área que ele atue.

ODONTOLOGIA NO ESPORTE

Thalita Fernandes de Souza, Ana Paula M de Oliveira, Jaqueline Avila Costa, Carlos Alberto de Sá, Enio Figueira Junior

Resumo

Ouve um grande aumento nas hospitalizações para cirurgias de traumas da face, devido ao um aumento no número de fraturas faciais em atividades desportivas, por causa do grande número de praticantes dos mais variados tipos de esporte de contato físico, como futebol, basquete e rugby, e também dos chamados “esportes radicais”, que expõem o homem a situações de risco. A fratura nasal tornou-se a terceira em ocorrência nos traumas desportivos, precedida pela fratura da clavícula e do punho. As fraturas nasais durante a prática esportiva tiveram um importante aumento nos últimos anos devido ao aumento de esportes em ambiente fechado. O osso nasal é um dos mais afetados por acidentes desportivos. Esse tipo de fratura nasal ocorre em três ocasiões: choque com outro esportista, contra o solo e contra algum equipamento da quadra ou do campo. A sua causa mais comum é o impacto com outro jogador seguido por

colisão de cotovelo-cabeça e cabeça com cabeça. Acontece normalmente por colisão em que há choque de face com cabeça ou face com parte do corpo. As fraturas da região nasal são resultado de ação e reação, em que os ossos fraturam em virtude da tensão criada no local. São os seguintes os fatores que influenciam a ação: grau de força relacionada com velocidade da cabeça, agente traumático ou ambos; direção da força; duração da força; ponto de aplicação da força; massa e área de secção do agente ofensivo. A reação é influenciada por: resistência inerente e elasticidade dos componentes mesofaciais e habilidade do pescoço em dobrar para ajudar a absorver a energia. O melhor momento para o tratamento de uma fratura nasal é nas primeiras duas ou três horas após a ocorrência da lesão, e a respiração adequada deve ser restabelecida. A reparação da fratura dá-se em três estágios: de inflamação recente, de reparação e de remodelação. Para uma boa reparação, o osso não pode sofrer deslocamentos durante o período de cicatrização. O osso nasal consolida em 6 a 10 semanas. A redução da fratura deve acontecer pela fixação interna rígida. A pessoa pode ficar com gesso sobre o nariz de 7 a 10 dias e deve aguardar de 4 a 7 dias após redução cirúrgica para retorno a treinos e jogos; recomenda-se uso de protetor nasal.

Palavras-chave: Trauma, Fratura, Osso Nasal

AS MARCAS DE MORDIDA HUMANA COMO OBJETO DE PERÍCIA

Mariana Cunningham Braga¹, Enio Figueira Júnior²

¹Acadêmica do 7º período do Curso de Odontologia

²Professor orientador - MSc. / Esp. Odontologia Legal – Consultor/RJ – Associação Brasileira de Ética e Odontologia Legal (ABOL).

Resumo

A integridade física de um cidadão é preceito constitucional (“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade – art. 5º da Constituição Federal). Assim, uma afronta a essa integridade sujeita o agressor ao rigor da lei, após a competente comprovação de ter sido o autor, o causador da lesão. Sob esse aspecto, o procedimento pericial consiste em todo procedimento de investigação científica, solicitado por autoridade policial ou judiciária, de modo a esclarecer eventos ocorridos na esfera penal, e, limitando-se à esfera de atuação do Cirurgião-dentista, temos a Perícia Odontológica. A identificação Odonto-Legal baseia-se numa coletânea de dados que somados, tragam pela coincidência encontrada, a certeza do verdadeiro autor. Trata-se de prova técnica inquestionável. Dentro desse universo pericial, o estudo das marcas de mordida, constitui uma das importantes formas de identificação, tendo sido evidenciada na literatura como prova fundamental de identificação humana, área importante de atuação da odontologia, em se tratando de auxiliar a justiça no seu mister de esclarecer fatos ocorridos, com o reconhecimento e a interpretação das marcas e lesões produzidas pela mordida humana. O perito ao observar uma marca de mordida, analisa primeiramente se esta foi produzida por um ser humano ou um animal, a existência outras lesões, buscando identificar se foram produzidas na vítima ainda viva, ou após sua morte (post-mortem), situações que podem levar a alterações nas lesões iniciais em razão da elasticidade da

pele, e, após essa comprovação inicial de ser mordida humana, segue-se à realização de exames criteriosos na vítima do ataque e no suspeito. Essas marcas de mordida podem ser analisadas em diferentes áreas do corpo. Este trabalho teve o objetivo de revisar a literatura, com vistas a demonstrar papel da especialidade “Odontologia Legal” e, dentro desse universo, o profissional habilitado a identificar tais vestígios. As lesões, denominadas 'marcas de mordidas', têm sido relatadas na literatura como elementos periciais fundamentais para a identificação tanto de agressores como de vítimas. O estudo das marcas de mordida nas ciências forenses é efetuado analisando-se forma, localização, tamanho, e, algumas características específicas dos elementos dentários das lesões, encontradas sobre a pele do corpo humano, bem como em alimentos ou outros objetos. A individualidade da dentição e a singularidade de uma mordida possibilitam a identificação mediante exames comparativos com anotações procedidas em prontuários, tornando possível o processo de identificação. Uma simples mordida pode revelar, presentes nos elementos dentários que a provocaram, características morfológicas ímpares, assim como a ausência dos outros tantos elementos dentários. Essa variabilidade de morfologia traça um verdadeiro perfil dental do agressor, a estimativa de sua idade, e como já relatado, se anterior ou posterior (se ocorrer) ao óbito da vítima. Sendo assim é de vital importância e precisa ser muito pesquisada e difundida sua importância. Ao final de todo esse processo, efetua-se o levantamento de todos os dados da vítima e do suspeito e, após compará-los, apresentar ao tribunal as conclusões. O conhecimento das particularidades das marcas de mordida é de real valor, dado que podem ser usadas para provar o contato entre o agressor e a vítima, representando muitas vezes a única evidência existente. Palavras-chave: marcas – mordida – perícia.

SEDAÇÃO CONSCIENTE INALATÓRIA POR ÓXIDO NITROSO E OXIGÊNIO EM PACIENTES ODONTOFÓBICOS

Marcela Barreto Jannuzzi¹, Marília Ávila da Silva¹,
Andrea Aparecida Alves Cotes²

¹ Discente FOV- CESVA/FAA

² Docente FOV- CESVA/FAA

Resumo

O principal obstáculo para o atendimento odontológico é o medo por parte dos pacientes. Quando as técnicas de abordagem comportamental já não conseguem minimizar esse sentimento, principalmente pacientes que relatam ter passado por algum trauma ou em procedimentos cirúrgicos, um dos métodos que o profissional possui para o controle desse medo é a utilização de sedação consciente por via inalatória utilizando-se o óxido nitroso (anestesia por via inalatória removeria essas palavras), uma técnica abrangente indicada em situações como pacientes asa I e asa II para atendimento eletivo e asa III para atendimento de emergências (malamed30, 2003). Entretanto, o paciente Asa III precisa de hospitalização, devendo-se observar se existe comprometimento no sistema respiratório ou cardíaco, pois pode favorecer a dificuldade de oxigenação e perfusão sanguínea em sistema nervoso central e depressão em sistema respiratório (golnick e mandeville22, 2002). O óxido nitroso foi

descoberto por Joseph Priestley em 1786. Seu mecanismo de ação ainda é pouco conhecido, mas certamente envolve receptores específicos. A analgesia com óxido nitroso e oxigênio é realizada em consultório, onde o paciente permanece acordado e responsivo, o reflexo da orofaringe é preservado, não utiliza intubação ou qualquer pré- medicação, além de que a recuperação é imediata (Hoshiya, 1989; Kanagasundaram et al., 2001; Fanganiello,2004). O uso do óxido nitroso combinado com o oxigênio (n20/o2) formam uma combinação chamada protóxido de nitrogênio, com pequeno efeito depressor sobre o sistema nervoso central. A presença do oxigênio promove uma melhor ventilação pulmonar e difusão alveolar, pois a combinação ao ser inalada vai direto para os pulmões sendo eliminada em seguida pela expiração. Seus efeitos ocorrem em nível do sistema nervoso central, além de atuar em diversos locais do organismo, de formas diferenciadas. Atua sobre o cérebro e medula, promove efeitos analgésicos, cognitivos e psicométricos e age sobre outras funções orgânicas, promove alterações cardiovasculares e respiratórias. A intensidade dessas alterações está diretamente relacionada à quantidade e concentração de gás que se utiliza. Não há indícios de contraindicações absolutas para o uso da sedação consciente por óxido nitroso e oxigênio desde que se utilize a concentração de no mínimo 30 a 40% de oxigênio na mistura de gases. Como contraindicação relativa foram observadas a obstrução das vias aéreas superiores (infecções respiratórias, desvio de septo nasal, aumento das amídalas e/ou adenoides); fissura palatal, respirador bucal, pacientes com problemas comportamentais severos que não cooperam com a instalação da máscara nasal e na respiração dos gases; gravidez (evitar no primeiro trimestre); doenças pulmonares crônicas; pacientes psiquiátricos, paranoicos, esquizofrênicos e psicóticos. A utilização dessa sedação como coadjuvante nos tratamentos dos pacientes odontofóbicos deve ser utilizada pelo cirurgião-dentista com capacitação e a escolha deste método deve ser alicerçada em uma adequada anamnese e exame clínico.

Óxido- nitroso; Analgesia; cirurgião- dentista

RESPONSABILIDADE CIVIL EM RADIOLOGIA

Anna Clara de Almeida Lasnor¹, Charles Ramos Sebastião Barbosa¹, Raissa Raposo de Melo¹, Mayara Jordano Pereira¹, Lais Krejci de Souza Graciosa²

¹ Discente FOV- CESVA/FAA

² Docente FOV- CESVA/FAA

Resumo

Esse trabalho tem por objetivo salientar os cirurgiões-dentistas e radiologistas quanto a responsabilidade civil para com os pacientes, prontuários e laudos, trazer ao conhecimento dos mesmos de como e por quanto tempo as radiografias, prontuários e laudos devem ser arquivados ou guardados para um possível respaldo, testemunho ou algo de cunho legal semelhante, onde esses documentos sejam solicitados pelos donos (pacientes) ou órgãos competentes, como documento probante legítimo. A radiologia é uma especialidade que gera uma obrigação de resultado, com isso as clínicas de radiologia possuem uma responsabilidade civil com seus pacientes, isso engloba obrigações de ordem penal, civil, ética e administrativa, às quais estão sujeitas no exercício de suas atividades. Caso haja dano ao paciente, o cirurgião-dentista responsável será

sujeito às penalidades previstas no Código Civil, sendo obrigado a satisfazer o dano e indenizar segundo a consequência provocada. Quando se fala em responsabilidade em Radiologia, esta não se refere somente às clínicas especializadas, e sim, em relação a sua utilização na Odontologia por qualquer profissional habilitado. A responsabilização poderá ocorrer desde a solicitação do exame até a interpretação extraída dele. Portanto, é importante que o cirurgião-dentista responsável pelos exames e laudos radiográficos, conheça as leis que norteiam o exercício profissional e sua implicação na clínica odontológica e radiológica. Com isso deve ser valorizado, nesse cenário, toda documentação bem arquivada como fonte de material probante num eventual tramite judicial de acordo com o código do processo civil brasileiro, onde dispõe no capítulo VI sobre as provas, do que se pode interferir que o prontuário é um documento probante de defesa do cirurgião-dentista e/ou radiologista. Através de discussões no ramo, opta-se por manter os documentos probantes por determinado período de tempo após o término de tratamento.

Palavras-chave: Odontologia, Radiologia, Responsabilidade Social, Laudos, Prontuários.

A APLICABILIDADE DA ODONTOLOGIA NA ATMOSFERA DESPORTIVA

Caroline Victorino¹, Breno Alvernaz¹, Marlene Maia², Habib Floriano²

¹ Discente – FOV – CESVA/FAA

² Docente – FOV – CESVA/FAA

Resumo

Por devido ser uma área da Odontologia ainda pouco divulgada, muitas pessoas pensam que a Odontologia Desportiva está ligada somente à Educação Física. A Odontologia Desportiva é uma área multidisciplinar, que busca melhorar o rendimento do atleta através da promoção de saúde oral e da prevenção de lesões decorrentes das atividades esportivas. Ela reúne as mais diversas especialidades da odontologia como: periodontia, endodontia, próteses e implantes, ortodontia/ortopedia, cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial. Constatou-se que rendimento do atleta pode ser reduzido se ele tiver algum distúrbio na saúde bucal. É necessário planejar bem o tratamento do mesmo, desde restaurações até ao cuidado minucioso com medicações que podem interferir no exame antidoping. Além disso, a saúde bucal está totalmente relacionada com problemas posturais, respirador bucal e desordens na ATM. Esses problemas quando não tratados podem levar ao risco de lesões nas articulações dos joelhos e também dificuldade para recuperar essas lesões. Além disso a odontologia desportiva trabalha também com a prevenção de traumas nos esportes de maior contato como futebol, lutas, basquete. O trauma esportivo corresponde ao terceiro lugar nos atendimentos de emergência, o que demonstra que precisa de uma atenção maior nessa área. Apesar de não ser matéria curricular nas faculdades e de não existirem cursos de formação específicos, há aulas e palestras como atividades extracurriculares, que visam informar o cirurgião-dentista sobre este novo campo de atuação, com enfoque preventivo e curativo. Embora a Odontologia Desportiva no Brasil seja ainda muito jovem, já foi criada a Associação Brasileira de Odontologia Desportiva (Abrodesp), que além de dentistas, é composta por médicos, fonoaudiólogos, nutricionistas e psicólogos. Além disto, no Conselho Regional de Odontologia de

São Paulo existe uma Comissão de Odontologia Desportiva, e, no Ginásio do Ibirapuera, foi formado o 1º Centro de Odontologia Desportiva do Brasil. A atuação da Odontologia Desportiva no Brasil só tende a crescer a exemplo do que já acontece nos Estados Unidos e Europa. A tendência é que academias, clubes, federações esportivas e escolas passem a divulgar e a solicitar a necessidade de meios de proteção para a prática de esportes de uma maneira geral, quer seja dos seus associados, atletas ou alunos. Além disso, encaminhar o atleta/aluno/associado para um exame odontológico, a exemplo do que ocorre em relação à avaliação física.

A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO CIRURGIÃO BUCOMAXILOFACIAL NA EQUIPE DE ATENDIMENTO AO PACIENTE POLITRAUMATIZADO: REVISÃO DE LITERATURA

Alexandra Carla das Neves Lima¹; Tatiane de Paiva Costa¹; Karina Vieira de Melo Pinto¹; Marcus Vinicius Oliveira Sodré².

¹ Discente – FOV – CESVA/FAA

² Docente – FOV – CESVA/FAA

Um paciente politraumatizado contém inúmeros traumas, sendo de extrema importância o atendimento hospitalar e a assistência a este paciente, envolvendo uma série de etapas multidisciplinares capazes de influenciar diretamente a sobrevivência da vítima, por isso, o início precoce do tratamento torna o processo de cura mais eficaz diminuindo os riscos de mortalidade. Para que isso ocorra torna-se primordial o conhecimento do mecanismo da lesão, que irá fornecer informações sobre a intensidade dos danos e como proceder na abordagem das lesões que acometem a face, identificando aquelas que podem ser potencialmente fatais. Uma abordagem de maneira inadequada e a demora no atendimento podem acarretar um aumento no número de dias de internação hospitalar além de aumentar a complexidade das lesões a serem tratadas e levar a sequelas muitas vezes irreversíveis. A face por sua localização anatômica está sujeita a traumas diversos, que podem ser simples ou complexos; envolvendo as estruturas esqueléticas subjacentes, isto acarreta um distúrbio, tanto de ordem funcional, como comportamental. No cenário atual, por causa de acidentes de trânsito em alta velocidade, os padrões de fraturas faciais são bastante variados, podendo se estender para todos os fragmentos ósseos, e frequentemente associados a lesões dos tecidos moles e perda de estruturas. Portanto, a presença do Cirurgião Bucomaxilofacial na equipe de emergência é de fundamental importância para que as lesões sejam abordadas o mais rápido possível, obtendo-se melhores resultados e devolvendo o paciente ao convívio social de modo mais breve. Além disso, toda equipe responsável pelo atendimento ao trauma hospitalar deve ter amplo domínio sobre a logística que se estende desde a admissão, evolução e alta hospitalar do paciente. O objetivo deste trabalho é abordar a importância do Cirurgião Bucomaxilofacial na equipe de atendimento ao politraumatizado em emergência hospitalar, destacando-se a importância no sucesso do tratamento e prognóstico do paciente, já que o trauma facial é uma realidade nos centros médicos de urgência.

Conclusão

A presença do Cirurgião Bucomaxilofacial na equipe de emergência é de fundamental importância para que as lesões sejam tratadas o mais rápido possível, obtendo-se melhores resultados e devolvendo o paciente ao convívio social de modo mais breve.

Referências

- SILVA, Melo, A.A, Atendimento Emergencial ao Trauma de face em ambiente hospitalar. Revisão de literatura, 2012. 1-44p. Mono grafia – Curso de Pós Graduação em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- AGUIAR, Dick et al. Atendimento Emergencial do paciente portador de traumatismo de face: 2003. 1-7p. Artigo de revisão_ UNIFOR; Ceará.
- Ferimentos Faciais: relato de caso. Revisão Odontológica de Araçatuba, v.31, n,1, p,7377, Janeiro – Junho,2010.

ASPECTOS RELEVANTES DA SÍNDROME DE ANGELMAN NA ODONTOLOGIA: REVISÃO DE LITERATURA

Caroline Victorino¹, Breno Avernaz², Marlene Maia²

¹ Discente – FOV – CESVA FAA

² Docente – FOV – CESVA FAA

Resumo

A Síndrome de Angelman ocorre a cada 15.000 nascimentos e conta com poucos recursos de tratamento no Brasil. Foi reconhecida em 1965 pelo médico inglês Dr. Harry Angelman, como um dano no cromossomo 15 herdado da mãe. Trata-se, portanto, de uma deficiência genética, sendo que em uma pequena parcela dos casos pode acontecer mais de uma vez na mesma família. O Dr. Angelman identificou, na época, três crianças com características comuns, tais como rigidez, dificuldades para andar, ausência de fala, riso excessivo e crises convulsivas. A incidência exata é desconhecida e no Brasil pouco se conhece deste tema, embora recentemente já exista um site na Internet da Associação de Pais de portadores da síndrome de Angelman, a ASA. No Hospital de Clínicas de São Paulo, no ambulatório de genética, existem alguns casos catalogados. Nos Estados Unidos e no Canadá também existe uma Fundação, a Angelman Syndrome Foundation. Nesta fundação americana existem cerca de 1000 indivíduos com a síndrome catalogados. Sabe-se também que ao redor de todo o mundo existem casos diagnosticados da Síndrome de Angelman em diversas raças. Estima-se que ocorra um caso a cada 15 ou 30 mil nascimentos. Normalmente, a Síndrome não é facilmente diagnosticada pelo pediatra clínico em função da sua baixa incidência. Suspeitando de algum transtorno genético, os pacientes costumam ser encaminhados para os setores de neurologia e genética dos grandes hospitais, como Clínicas ou a Escola Paulista de Medicina, em São Paulo. O diagnóstico é então confirmado por testes de DNA e estudo do cariótipo. A Síndrome de Angelman é bastante difícil de ser reconhecida no recém-nascido ou na infância, uma vez que os problemas de desenvolvimento são inespecíficos neste período. Conhecendo-se as características da Síndrome, no entanto, é possível, mesmo para os pais, reconhecer uma criança com a deficiência entre três e sete anos, quando os sintomas se fazem mais evidentes, embora já seja possível observar algum atraso no desenvolvimento a partir de 6 ou 12 meses de idade. De maneira geral, a gravidez de uma criança

com a Síndrome de Angelman é normal. Não há cura para a Síndrome de Angelman, mas, há alguns tratamentos para os seus sintomas. A epilepsia pode ser controlada através do uso de medicação, a fisioterapia é uma aliada importante para estimular as articulações prevenindo sua rigidez. Terapia ocupacional ajuda a melhorar a motricidade fina e controlar a conduta motoro-bucal. Terapias de comunicação e Fonoaudiologia também são essenciais para se trabalhar a fala. A hidroterapia e musicoterapia também são muito utilizadas na melhoria dos sintomas desta síndrome. Modificação da conduta tanto em casa, quanto na escola, podem permitir que a criança possa desenvolver, ela mesma, a capacidade de realizar a maioria das tarefas relacionadas com o comer, o vestir e realizar inclusive atividades de casa, neste caso a ajuda, compreensão e paciência dos familiares é essencial para essa conduta.

CLASSIFICAÇÃO DA CALCIFICAÇÃO DO LIGAMENTO ESTILO-HIÓIDEO

Hugo de Melo Oliveira¹; Fernanda da Silva Bonfim¹; Raone Silva Soares¹;
Marcelly Carreira da Silva Tavares Gouvêa¹; Jéssica Bazelatti da Silva¹; Lais
Krejci de Souza Graciosa²

¹ Discente – FOV – CESVA/FAA

² Docente – FOV – CESVA/FAA

Resumo

O ligamento Estilo-hioideo compreende uma porção anatômica do crânio que pode ser facilmente localizado por radiografias panorâmicas. Estudos apontam uma crescente calcificação desta região a qual pode ser notada por um prolongamento anormal em exames. Tal prolongamento é entendido como uma anomalia que pode ser acompanhada pela calcificação do ligamento estilo-hióideo e estilo-mandibular. Esta calcificação pode apresentar-se de três tipos: Segmentado, Pseudoarticulado e Alongado. O respectivo trabalho tem como objetivo ressaltar uma significativa prevalência dessas classificações, para a calcificação do ligamento estilo-hióideo, analisado em 1000 radiografias panorâmicas. Após a análise se evidenciou a prevalência da calcificação em pessoas do gênero feminino, tendo a calcificação do tipo Alongado como mais presente das citadas acima.

Palavras-chave: Classificação, Calcificação, Ligamento, Estilo-hióideo

Introdução

O ligamento Estilo-hioideo compreende uma porção anatômica do crânio que pode ser facilmente localizado por radiografias panorâmicas. Contudo, estudos vêm apontando uma crescente calcificação desta região anatômica a qual pode ser notada por um prolongamento anormal em exames radiográficos dentre eles a radiografia panorâmica.

Tal prolongamento é entendido como uma anomalia que pode ser acompanhada pela calcificação do ligamento estilo-hióideo e estilo-mandibular, quando um ligamento está calcificado e este é forçado contra regiões próximas, tem como resultado, sensações dolorosas nestas regiões.

A síndrome de Eagle é a sua representante e na área odontológica faz-se necessário seu conhecimento a fim se obter uma diferenciação ao diagnóstico de uma possível Disfunção Temporomandibular, uma vez que, seus sintomas são parecidos como por exemplo: dor de cabeça, vertigem, aumento da

salivação e sensação de corpo estranho na faringe. Esta calcificação pode apresentar-se de três tipos: Segmentado, Pseudoarticulado e Alongado.

Metodologia

O respectivo trabalho tem como objetivo ressaltar uma significativa prevalência dessas classificações no ligamento estilo-hióideo, analisado em 1000 radiografias panorâmicas, e por meio deste, conhecer as suas possíveis causas a fim de chegar a um diagnóstico.

Não obstante faz-se a distinção entre o número de casos presentes em homens e mulheres e o número de casos por idade, visando de este modo a auxiliar os profissionais da área odontológica em seu diagnóstico, o tornando mais exato possível para essa anomalia e, com isso, agilizar o tratamento ao qual o paciente deve ser submetido.

Além de indubitavelmente promover conscientização e maior praticidade ao profissional da radiologia odontológica na formação do laudo radiográfico nos exames radiológicos, levando em conta a classificação mencionada, e o grau de ocorrência anatômica para cada gênero e idade, no qual predominam cada uma delas.

Resultados e Discussão

Dentre os dias 22 a 24 de Outubro de 2016 foram examinadas 1000 radiografias panorâmicas, analisando a presença da calcificação do ligamento, e classificando a mesma. Tendo como resultado a presença de calcificação em 92 mulheres, com idade mínima registrada de 10 anos e a idade máxima de 52 anos, como prevalência a calcificação do tipo Alongada, sendo esta presente em

86 dos 92 casos, enquanto foram encontrados 6 calcificações do tipo pseudoarticulada. Além disso, se evidenciou uma prevalência da calcificação em mulheres dos 21 aos 30 anos, sendo essa de 38 das calcificações encontradas.

Para o gênero masculino, a presença de calcificação é relativamente menor quando comparado ao feminino, sendo evidenciado em 50 das 1000 radiografias, com idade mínima registrada de 6 anos e idade máxima de 54, também tendo prevalência da calcificação do tipo Alongada, presente em 48 dos 50 casos, sendo as 2 restantes do tipo pseudoarticulado.

Tendo ainda prevalência em homens com idade entre 11 e 20 anos, sendo identificado em 19 das 50 calcificações, vale ressaltar, a grande aparição das calcificações também em homens dos 31 aos 40 anos, bem próxima a relatada anteriormente, sendo de 16 casos. Não foram encontradas calcificações do tipo Segmentado, durante o período proposto para essa pesquisa.

Conclusão

Dado o exposto, pode-se concluir a prevalência da calcificação do tipo alongada, em grande escala em relação aos dois tipos restantes, facilitando assim sua identificação em radiografias panorâmicas, contando com a possibilidade de comparação com a idade prevalente da mesma. Portanto, para profissionais da área radiológica em odontologia, diminui-se os enganos em relação a classificação da mesma, tornando seus laudos mais exatos, e auxiliando o profissional no plano de tratamento desta anomalia, assim como no prognóstico através de acompanhamento.

Referências

- 1-FREITAS, A.; ROSA, J. E.; SOUZA, I. F. - Radiologia Odontológica - 5ª Ed., Artes Médicas – 2000;
- 2- LANGLAND, O. E.; LANGLAIS, R. P. - Princípios do Diagnóstico por Imagem em Odontologia, 1ª Ed. - Santos Livraria e Editora – 2002;
- 3- WHAITES, E. - Princípios de Radiologia Odontológica - 3ª Ed., Artmed – 2003.

A APLICABILIDADE DA ODONTOLOGIA EM IDENTIFICAÇÃO HUMANA

Breno Alvernaz de Almeida¹; Ênio Figueira Júnior²

¹ Discente Da Faculdade De Odontologia De Valença, FOV, CESVA/FAA.

² Docente Da Faculdade De Odontologia De Valença, FOV, CESVA/FAA

Introdução

A identificação humana é, sem dúvida, a mais conhecida aplicação da Odontologia no campo forense. Entre as principais vantagens do método odontológico estão a sua simplicidade, acurácia e baixo custo, características que tornam o processo quase sempre presente nos protocolos de identificação. Pode ser empregado em indivíduos vivos (geralmente desorientados e incapacitados) e em cadáveres bem preservados e, também, pelo fato dos dentes serem as estruturas mais resistentes do corpo humano, em situações em que os demais métodos de identificação tendem a se tornar menos eficazes, como nos casos de identificação de cadáveres carbonizados, restos esqueletizados, corpos submersos por um longo período de tempo, ou ainda, em avançado estado de decomposição. A presença de fissuras, o enegrecimento das raízes, a perda da coroa e a pulverização são alterações dentárias gradativas decorrentes da sua exposição ao calor. O estudo do comportamento dos materiais odontológicos expostos a altas temperaturas permite estimar a quantidade de calor a que um corpo foi submetido, a partir de dados como a temperatura de fundição e a diferença de resistência entre os materiais. O perito cirurgião-dentista é um auxiliar da justiça e trata de problemas diversos de ordem judicial. Em geral de ordem penal, civil ou laboral, com maior frequência os primeiros. Dentro deste campo do direito penal se pretende resolver dois grupos de problemas: identificação de pessoas e reconstrução dos fatos. Algumas das aplicações práticas e de maior interesse estão na identificação de pessoas. No ano de 1897, com Oscar Amoedo, a odontologia legal se implantou como ciência. Hoje ela é imprescindível para resolver grande número de casos em que a identificação da vítima por outros métodos se torna moroso. Em casos de identificação, a principal vantagem da evidência dentária é que, como qualquer outro tecido duro, geralmente é preservado indefinidamente após a morte. Apesar das características dos dentes de uma pessoa mudar, por causa dos tratamentos realizados ao longo da vida, a combinação dos dentes hígidos, cariados, ausentes e restaurados é reproduzível e pode ser comparada em qualquer tempo. A presença e a posição individual dos dentes e suas respectivas características anatômicas, restaurações e componentes patológicos proporcionam dados para comparação *ante mortem* e *post mortem*.

Objetivo

O presente trabalho apresenta-se com o objetivo de atuar como uma ferramenta de auxílio, e base para o desenvolvimento do nível de conhecimento, sobre a contribuição da odontologia na identificação humana (ciência forense), por parte

dos acadêmicos de odontologia. A odontologia forense caracteriza-se como um conhecimento indispensável e necessário para a futura vida profissional e acadêmica de todo e qualquer discente. A necessidade de auxílio técnico e documental fornecido ao perito pode vir a ser uma realidade de qualquer profissional da área odontológica, daí a importância de se conhecer os métodos de identificação, os deveres profissionais e o conhecimento da possibilidade de atuar como peça fundamental numa investigação judicial.

Discussão

Para que um processo de identificação seja aplicável é necessário que preencha quatro requisitos técnicos elementares: Unicidade - apenas um único indivíduo pode tê-los; Imutabilidade - caracteres que não mudam no tempo; Praticabilidade - qualidade que permite que sejam utilizados levando em consideração os custos e facilidade de coleta, Classificabilidade - possibilidade de classificação para facilitar sua localização em arquivos. A Odontologia Legal é o ramo da Medicina Legal que se interessa pelo estudo dos dentes e estruturas circundantes. Os tecidos mineralizados, e em especial os dentes, tem um papel fundamental na identificação humana, por serem estruturas de extraordinária resistência e pela variedade de características individualizantes que proporcionam as peças dentárias. Essas características correspondem a aspectos específicos que podem caracterizar o indivíduo, através do método comparativo de identificação, com base em elementos fornecidos por pessoas supostamente conhecidas da vítima (dados *ante mortem*) como: fotografias, ficha clínica (prontuário), radiografias, dentre outros. (1) O processo de identificação se inicia com a coleta dos dados *ante mortem* que se pode conseguir com o suposto cirurgião-dentista da vítima. O prontuário odontológico é peça fundamental para o trabalho de identificação. Esses dados são fontes valiosíssimas de informação, visto que apresentam dados individualizantes. A ausência desses dados ou fornecidos de forma incompleta impossibilita uma identificação morfológica positiva que é rápida e de custos baixos, dado que a identificação genética é morosa e de custos elevados (2). As principais formas de identificação humana no campo odontológico são: A Rugoscopia palatina é o estudo das pregas palatinas (forma, tamanho e posição), que tem como finalidade estabelecer a identidade, sendo possível sua aplicação tanto no cadáver recente, como no indivíduo vivo, de acordo com Gitto et al.(3), consiste no fato de que, a fim de melhorar os padrões de expressão e adaptação de próteses totais superiores, rugas e/ou ranhuras são incorporadas ao aparelho, o que inviabiliza a técnica de comparação para a identificação. O potencial para a identificação da cavidade oral é tão grande que alguns consideram a boca como sendo “a caixa preta do corpo” (4). O prontuário odontológico proporciona um método de comparação facilitando a identificação humana em alguns casos. Como solicitado pela justiça, o cirurgião-dentista deve mantê-lo sempre atualizado, facilitando assim o reconhecimento da vítima. O prontuário odontológico deve conter informações referentes à identificação do paciente, exames clínicos e complementares, sua história médica, radiografias atualizadas, fotografias, modelos de estudo e registrar toda a evolução do tratamento segundo normas e padrões do Conselho Federal de Odontologia (5). Para identificação de cadáveres esqueletizados, putrefeitos ou carbonizados, a análise das particularidades odontológicas necessita de um prontuário completo. A utilização da documentação odontológica possui algumas vantagens frente à utilização da identificação humana através do DNA: baixo custo, facilidade e

rapidez, e um alto índice de confiabilidade (6). Outro método muito utilizado e de grande importância na Odontologia Legal é o radiográfico. Com as radiografias *ante-mortem*, podem ser realizadas comparações com as atuais realizadas no *post-mortem*, como também sobreposições de imagens no computador, pesquisando uma possível semelhança entre ambas (7). A tomografia computadorizada tem sido estudada, com frequência cada vez mais crescente, e utilizada de maneira significativa em diversas aplicações clínicas na odontologia, incluindo a ciência forense. São inúmeras as vantagens dessa tecnologia, pois possibilita o isolamento de regiões anatômicas, a capacidade de desarticular imagens na tela do computador e a produção do material em 3D. Esses programas possibilitam mover a imagem em vários planos e direções, modificar o campo de visão e desarticular o crânio e a reconstrução facial do tecido mole do indivíduo. (2)

Referências

- 1- VELHO, JA; GEISER, GC; Ciências Forenses – Uma Introdução às Principais Áreas da Criminalística Moderna. Rev 2009
- 2- Galvão LCC. Identificação médico-legal através da ficha dentária anterior. Estudos Médico-Legais. Porto Alegre: Sagra-DC; 1996.
- 3- Gitto CA, Esposito SJ, Draper JM. A simple method of adding palatal rugae to a complete denture. J Prosthet Dent 1999; 81:237-9.
- 4- Basauri C. Forensic odontology and identification. Int Crim Police Rev. 1961;16:45-51.
- 5- Caldas IM, Magalhães T, Afonso A. Establishing identity using cheiloscopy and palatoscopy. Forensic Sci Int. 2007;1:1-9.
- 6- PEREIRA, RM; A contribuição da odontologia legal na identificação humana em acidentes aeronáuticos. VER 2008 – 27,54.
- 7-Bansode SC, Kulkarni MM. Importance of palatal rugae if panoramic in individual identification. J Forensic Dent Sci 2009;1(2):77-81.

CROMOTERAPIA E MUSICOTERAPIA EM ODONTOLOGIA

Breno Alvernaz de Almeida¹; Rabib Floriano Peixoto²;
Marlene Pires de Carvalho Maia²

¹ Discente Da Faculdade De Odontologia De Valença, FOV, CESVA/FAA.

² Docente Da Faculdade De Odontologia De Valença, FOV, CESVA/FAA

Introdução

O **medo** corresponde a uma função biológica inata, que visa antes de tudo proteger o organismo contra situações potencialmente de perigo. Divide-se em dois tipos principais: **objetivo**: direto e indireto e **subjetivo**. Sendo o objetivo direto em decorrência de vivências anteriores odontológico, o indireto constitui-se na associação da vestimenta branca do profissional, com situações traumáticas. E sem dúvidas o **subjetivo** enquadra-se como o **pior** tipo de medo, pois é originado na imaginação do paciente, gerando medo e principalmente ansiedade. Uma vez que o medo traduzido como ansiedade é uma constante na consulta odontológica, cabe ao cirurgião-dentista mediar o controle do mesmo tranquilizando o paciente. Existe uma diversidade de métodos terapêuticos utilizados para este fim. Atualmente é notável um maior interesse pelo emprego e desenvolvimento das **terapias alternativas / complementares**, já que além de serem bastante eficazes estão aliadas à inexistência de efeitos colaterais prejudiciais ao organismo. Além disso, estas técnicas visam a saúde do

indivíduo, tendo aplicabilidade na prevenção, no tratamento do paciente como um todo.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo fornecer ao cirurgião-dentista **informações** a respeito de alguns recursos alternativos / complementares como a **musicoterapia**, e a **cromoterapia** com o intuito de tranquilizar o paciente, proporcionando-lhe o alívio das tensões, favorecendo o tratamento odontológico e tornando o ambiente de trabalho agradável. Não só para o paciente como também para o cirurgião dentista.

Discussão

A cromoterapia é um tipo de tratamento que consiste na utilização das **cores** para restaurar o equilíbrio físico e emocional do paciente (1). Atualmente não é muito conhecida e difundida, porém no antigo Egito, existem registros que os faraós se utilizavam de princípios cromoterápicos para reestabelecerem o equilíbrio físico e mental. (2) De acordo com a definição da cromoterapia, as patologias e os sintomas são decorrentes do desequilíbrio energético dos chacras, que são locais específicos no corpo, responsáveis pela concentração energética de cada área específica. E é através das cores que esses equilíbrios são reestabelecidos. Durante o Sec. XVIII o cientista alemão Johann Wolfgang Von Goethe realizou pesquisas concluindo: que o vermelho estimula, o azul suaviza o amarelo causa alegria e o verde é relaxante. Atualmente o método de tratamento consiste basicamente em um suporte com uma lâmpada de 25 watts, onde é colocado a cinco centímetros da pele, atuando durante aproximadamente 3 minutos. A variação da intensidade e das cores dependerá de uma série de fatores dentre elas o tipo, a região e a intensidade da enfermidade relatada e ou diagnosticada pelo cromoterapeuta (profissional devidamente habilitado para exercer tal terapia) (6). Dentre as várias áreas sintomatológicas de atuação da cromoterapia destacam-se: **Enxaquecas, cansaço físico/ mental / emocional, depressão, ansiedade, pânico, estresse, angústia, fobias, insônia, irritabilidade, hipertensão** (2). A aplicação prática desta metodologia de terapia alternativa no cotidiano de um consultório odontológico consiste basicamente em utilizar as propriedades cromáticas em **paredes de faixadas, recepções, internamente ao consultório, jaleco dos profissionais, ornamentação e decoração de ambientes**. Dentre várias cores a mais indicada para o setor odontológico é o **Índigo** (uma variação do azul), que atua no **aprendizado, tranquilidade, serenidade e paz**. E quando usada na decoração e nos ambientes causa uma sensação de libertação, relaxamento, bem-estar sendo indicada, portanto, para lugares muito tensos, como escritórios e consultórios (3). A Musicoterapia é a utilização da música através de outros objetivos terapêuticos relevantes, com o fim de atender às necessidades: físicas, emocionais, mentais, sociais e cognitivas do paciente. (3) A musicoterapia busca desenvolver potenciais e/ou restaurar funções do indivíduo para que ele ou ela alcance uma melhor qualidade de vida através da prevenção, reabilitação ou tratamento de doenças. A musicoterapia melhora a qualidade de vida e atende necessidades de crianças e adultos com deficiências ou doenças (4). Essa atividade é exercida por um profissional legalmente formado em musicoterapia. Recentemente um estudo realizado na Universidade de Bochum, na Alemanha com pacientes hipertensos, e os resultados obtidos foram muito

expressivos, muito das vezes não foram conseguidos nem com medicação. As músicas utilizadas no estudo foram Sinfonia n° 40 em G (sol) menor, Danúbio Azul e Valsa do Imperador, todas as músicas clássicas, capazes de estimular o organismo a conquistar níveis satisfatórios de bem estar pessoal, tranquilidade e paz interior no participante do estudo (5). A aplicação prática da musicoterapia no cotidiano odontológico se dá através de toda a tecnologia disponível, é possível temos nos consultórios um sistema de som, em que seja possível a interação da trilha sonora tocada durante o atendimento de determinado paciente com o gosto musical do próprio paciente, de forma que cause a ele um pleno sentimento de bem-estar, relaxamento, conforto, e tranquilidade de forma simples e rápida iniciando pela pergunta durante a anamnese sobre qual estilo musical o influencia sob este aspecto.

Conclusão

Portanto podemos concluir que, é de grande valia para o profissional odontológico obter conhecimentos básicos aplicados à rotina de seu consultório. As práticas de terapias alternativas se mostram eficaz, diante das necessidades diárias a qual o cirurgião dentista está sujeito a contornar em sua prática profissional. Demonstram-se como recurso valioso principalmente em especialidade que atuam em universos de pacientes traumatizados, sofridos, debilitados e que necessitam de todas as manobras possíveis para que a consulta odontológica se torne mais prazerosa e menos traumática possível. Tais como PNE (pacientes com necessidades especiais), odontopediatria. O fato é que a aplicabilidade prática da cromoterapia no dia-a-dia do cd se dará através da ornamentação, decoração dos ambientes, as cores das paredes e interações cromáticas de modo a suavizar, acalmar, relaxar, tranquilizar o máximo possível à experiência odontológica durante o período que o paciente estiver no consultório. Na musicoterapia fica a indicação para que de um modo geral realizemos uma playlist com músicas que naturalmente acalmam e relaxam o paciente tais como: Sinfonia n° 40 em G (sol) menor, Danúbio Azul e Valsa do Imperador, pois nestas existem estudos que comprovam sua eficácia em diminuir os índices de pressão arterial, ansiedade, estresse e nervosismo.



Figura 1

Figura 2

Referências

- 1- Rev. Odontol. Araçatuba; 26(2): 63-66, jul.-dez. 2005.
- 2-<http://www.webartigos.com/artigos/o-embasamento-cientifico-da-cromoterapia/15971/#ixzz4NM4ZrWND>.
- 3- 2009; 11(4): 17-21 Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde.
- 4- Barber CF. The use of music and color theory as a behavior modifier. Br J of Nursing 1999; 8 (7): 443-8.
- 5- 1- Rev. Saúde é vital, v15, n. 5, ago. 18-19.
- 6- Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 12, n. 2, p. 871-878, ago./dez. 2014.

7- Rev. Esc. Enferm USP 2006; 40(3): 343-9.

FIGURA 1- <http://www.arcanjosdeluz.com.br/terapias/cromoterapia/>

FIGURA 2- http://www.magazinedental.com/src/img_up/26032012.26.jpg

FLÚOR: DE HERÓI A VILÃO

Breno Alvernaz de Almeida¹; Rogério José Borges Natal².

¹ Discente Da Faculdade De Odontologia De Valença, FOV, CESVA/FAA.

² Docente Da Faculdade De Odontologia De Valença, FOV, CESVA/FAA

Introdução

Atualmente sabe-se que o flúor é um mineral natural encontrado em toda a crosta terrestre e largamente distribuído pela natureza, e dentre vários benefícios, a importância do flúor nos processos de desmineralização e remineralização que ocorrem naturalmente na cavidade oral. Porém não é frequentemente divulgado o lado obscuro do flúor decorrente da ingestão de doses acima do recomendado e de seus possíveis danos causados ao organismo quando ingerido sob a forma sistêmica. A ciência odontológica, com sua visão limitada à cavidade bucal, qualifica a fluorose como única manifestação resultante do uso indiscriminado e acima dos valores ideais e não só como apenas como um problema cosmético, sem maiores consequências. Entretanto, para a toxicologia, ramo da medicina que estuda o impacto do flúor a nível sistêmico, a fluorose dental é apenas a ponta de um iceberg - a parte visível do estrago que o flúor está causando ao organismo que, segundo estatísticas de 1993, já se apresenta em 22% das crianças americanas.

Objetivo

O objetivo do presente trabalho é realizar uma revisão de literatura, a respeito dos malefícios da administração do flúor de forma sistêmica, a fim de aumentar o grau de conhecimento dos cirurgiões dentistas a respeito das consequências decorrentes da ingestão em concentrações excessivas do flúor.

Discussão

As primeiras pesquisas com ingestão de flúor em seres humanos foram feitas em campos de concentração nazistas com o intuito de acalmar os prisioneiros, que ingeriam o íon a partir da água com até 1500 PPM de flúor. O resultado gerava uma espécie de apatetamento, os prisioneiros cumpriam melhor suas tarefas sem questioná-las (1). Com o mesmo objetivo o flúor é adicionado a alguns medicamentos para tratamentos psiquiátricos na atualidade. Mais de 60 tranquilizantes, que possuem altos níveis de aceitabilidade por parte de médicos dessa área contém flúor como: Diazepan, Valium e Rohypnol. (2) O ácido hexafluorsilícico, o ácido hidrofluorsilícico e o sódio silcoflúor, usados na fluoretação de águas, são lixo tóxico das indústrias de fertilizantes, tijolos e vidros. O flúor usado em pasta de dente é um subproduto tóxico da indústria do alumínio (2). Estudos realizados na década de 1990, conduzidos por pesquisadores da universidade de Harvard, demonstram que o flúor causa a diminuição do QI, aumentando os sintomas em ratos de transtorno com déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) (3). Uma análise recente feita nos EUA, estima-se que o adulto americano consome cerca de 3mg de flúor diariamente, e alguns fazem ingestão diária de 6 mg ou mais. Este dado possivelmente é

semelhante no Brasil, onde o tratamento de água recebe doses de flúor semelhantes aos níveis americanos. Levando em consideração que a dose máxima de ingestão em um indivíduo adulto é de aproximadamente 1,5 mg. Um estudo clínico relatou que doses de apenas 2 a 3 miligramas de flúor (dose que geralmente os americanos recebem naturalmente por dia) foram suficientes para reduzir a atividade da tireóide em pacientes com hipertireoidismo. Isso acontece principalmente que o flúor não permite que o iodo atue na síntese de hormônios essenciais para o correto funcionamento do organismo, por tanto causa um quadro de hipotireoidismo. Ainda mais preocupante, no entanto, são as doses de flúor em crianças. A ingestão de flúor superiores a 0.7mg por dia, coloca a criança em risco de disfunção endócrina segundo a Associação Americana de Endocrinologia (4). Estima-se que as crianças entre 1 a 3 anos consomem mais de 1,5mg de flúor por dia, ou mais de duas vezes a quantidade necessária para induzir a alteração da função da tireóide. Estas exposições crônicas podem ter efeitos profundos e ao longo da vida no desenvolvimento social, físico, sexual e intelectual global das crianças. (5) Revisão sistemática da literatura sobre o tema, realizada pela Universidade de York, Inglaterra, identificou 33 estudos que investigaram o possível efeito entre a fluoretação das águas e efeitos sistêmicos adversos à saúde, tais como câncer, fraturas ósseas, síndrome de Down, defeitos de nascimento, efeitos renais, efeitos na tireóide, inteligência, entre outros (6). A US Food and Drug Administration (FDA) considera que o flúor é um medicamento não aprovado, para o qual não existem provas de inocuidade e de efetividade. (7) Intoxicação aguda por fluoreto ocorre quando íons fluoreto e hidrogênio se combinam no estômago para criar o ácido hidrofluórico (HF), aparecendo sintomas gastrointestinais, tais como gastrites, náuseas, vômitos, em alguns casos pode desencadear processos alérgicos e em casos mais severos pode chegar à morte. O fluoreto é um veneno cumulativo. Somente 50% do fluoreto que ingerimos a cada dia é excretado através dos rins, o restante acumula-se nos nossos ossos, na hipófise e outros tecidos. (8)

Conclusão

A conclusão deste presente trabalho inclina-se para a formação adequada, respaldada no bom senso do profissional que faz orientações e a utilização deste produto em sua prática clínica, torna-se evidente a ineficácia e os malefícios da adoção da medida de prevenção coletiva da doença cárie através da fluoretação de águas, muito pelo contrário, pois possuem a intenção de prevenir a cárie, mas na realidade não possuem estudos que apresentam a comprovada eficácia observada na cavidade oral oriundo da ingestão, benefícios são observados apenas quando o flúor é aplicado de forma tópica, onde ocorre uma absorção e constatação de suas funções sobre o processo de remineralização do esmalte dentário logo após certo tempo deixa de ser efetivo e é eliminado. A ação de fluoretar as águas, negligencia os reais impactos dessa substância no carácter sistêmico de cada indivíduo. Resta ao cirurgião dentista realizar procedimentos que otimizem os benefícios do flúor de forma direta, realizar uma intensificação em educação em saúde, higienização e alimentação saudável, pois nestes métodos são comprovados benefícios. Caracteriza-se desnecessária a fluoretação das águas de abastecimento, devido as mais diferentes formas de ingestão de flúor à que os indivíduos estão naturalmente expostos diariamente presentes em certos alimentos (por exemplo, o sal do Himalaia que possui níveis altíssimos de flúor, em produtos de origem oceânica, dentifrícios dentre outras

formas). A fluoretação das águas acaba por gerar um aumento significativo e potencial desencadeador de malefícios numa grande maioria da população visto que os grupos populacionais que realmente fazem-se necessários receber esse atendimento na realidade não o recebem devido à ausência de estações de tratamento de água em regiões carentes. A realidade caracteriza-se numa imposição colocada pelo governo federal sobre a população de receber o flúor sem se quer ter optado ou não. A determinação do governo confirma-se como um equívoco a partir do instante que se torna comprovado os possíveis malefícios, causados por tal substância sobre a população tudo isso sob um panorama de incapacidade fiscal do governo sobre a realização correta dos procedimentos que envolvem tal prática.

Referências

- 1- Maumené E. 1854. History of fluoride. *Compt Rend Acad Sci* 39:538.
- 2- NHS CRD. A systematic review of public water fluoridation. York: NHS Centre for Reviews and Dissemination. University of York, 2000. (Report 18).
- 3-Warren J, et al. (2009). Considerações sobre a ingestão de flúor ideal usando fluorose dentária e cárie dentária resultados: Um estudo longitudinal. *Journal of Public Health Dentistry* 69: 111-15.
- 4- <http://articles.mercola.com/sites/articles/archive/2011/08/13/fluorid.aspx>.
- 5- McDONAGH, M. - Systematic review of water fluoridation, *BMJ VOLUME* 321 7 OCTOBER 2000.
- 6-National Research Council. 2006. Fluoride in Drinking Water: A Scientific Review of EPA's Standards. National Academies Press: Washington, DC.
- 7-Galletti P, Joyet G. Effect of Fluorine on Thyroidal Iodine Metabolism in Hyperthyroidism. *Journal of Clinical Endocrinology*.
- 8- EPA (U.S. Environmental Protection Agency). 2010. Fluoride: Exposure and Relative Source Contribution Analysis. Health and Ecological Criteria Division. Office of Water. Washington, D.C.

O USO DE ENXERTOS AUTÓGENOS NA CORREÇÃO DE PATOLOGIAS CONGÊNITAS OROFACIAIS

Breno Alvernaz de Almeida¹; Caroline Victorino de Souza¹, Rogério José Borges Natal²

¹ Discente Da Faculdade De Odontologia De Valença, FOV, CESVA/FAA.

² Docente Da Faculdade De Odontologia De Valença, FOV, CESVA/FAA

Introdução

De acordo com um estudo realizado no Brasil no ano de 2010, A incidência das fissuras labiopalatais é de cerca de 1: 700 nascidos, podendo variar de acordo com raça e gênero. Ocupando no país um quadro de destaque, e que mereça ser alvo de estudos e aprimoramentos, não só do tratamento, mas também da etiologia. As fissuras labiopalatais necessitam de um tratamento complexo, longo e multidisciplinar: envolvendo médicos, cirurgiões plásticos, fonoaudiólogos, sendo o cirurgião dentista uma das principais peças nessa equipe, com o objetivo de reestabelecer: função associada com o máximo de estética possível. Após as primeiras cirurgias reparadoras, seguindo o desenvolvimento do paciente, é necessária a realização de novos procedimentos para a reconstrução do rebordo alveolar e posteriormente, sua reabilitação, daí o longo tempo de acompanhamento e tratamento desse paciente. Diante deste panorama os enxertos autógenos são uma boa opção para intervenções cirúrgicas de curto, médio e longo prazo.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo de fornecer uma ferramenta a mais para a reabilitação de pacientes portadores de deficiências congênitas orofaciais, exaltando principalmente os altos índices de sucesso da técnica quando bem indicada e executada, além de apresentar-se como uma opção muito das vezes economicamente favorável, quando não a única. Visa acima de tudo orientar os profissionais cirurgiões dentistas sobre o fator tempo que nesses casos são cruciais para que não ocorram prejuízos ainda maiores no desenvolvimento orofacial desse paciente. Pois a presença de fissuras atua como um agente limitador de crescimento não só do arco alveolar como também das estruturas adjacentes.

Discussão

O lábio leporino ou fenda palatina (fissura labiopalatal) é uma abertura na região do lábio ou palato, ocasionada pelo não fechamento dessas estruturas, que ocorre entre a quarta e a décima semana de gestação, pode-se apresentar de diversas formas e níveis de severidade dependendo das estruturas atingidas (1). A literatura mostra uma marcante evolução histórica das filosofias terapêuticas para as fissuras. No século XIX apareceram as primeiras referências coerentes para a reconstituição cirúrgica da face fissurada, assinadas por um dos expoentes da cirurgia da época: Von Langenbeck. Segundo o autor três fatores: forma, função e estética deveriam ser incluídos em todos os protocolos de tratamento dos centros reabilitadores de fissura. a partir de 1950, os enxertos começam a ser preconizados para prevenir o colapso maxilar, sem, entretanto, ficar definido qual a melhor idade para sua feitura, pois até os sete anos ele inevitavelmente afetará o crescimento maxilar que se faz por aposição (2). Ao lado disto, há a erupção dentária como fator a ser considerado, sendo que atualmente a idade preconizada como a mais indicada é dos nove aos doze anos, apesar de não haver unanimidade (3). Os enxertos autógenos são considerados “padrão ouro” para as cirurgias de enxerto, pois têm potencial para reunir todos os principais fatores positivos de incorporação: osteocondução, osteoindução, osteogênese e ausência de reação imunológica. (4) A Associação Alemã de Cirurgia Oral e Maxilofacial em 1990 adotaram a classificação baseada no estágio de desenvolvimento dental: enxerto primário durante o primeiro estágio de dentição; enxerto secundário durante o estágio misto de dentição; enxerto terciário após o completo segundo estágio de erupção. A mais significativa sequela do enxerto primário e do enxerto secundário precoce seria a inibição do crescimento maxilar. Dessa forma, foram comparados os resultados dos pacientes que receberam o enxerto alveolar em idade de dentição decídua com pacientes não enxertados. Levando, assim, a desuso essa técnica em vários centros. O crescimento transversal e sagital da maxila é cessado por volta dos 08 a 09 anos de idade. As chances de o enxerto secundário interferir neste crescimento são mínimas. Isso poderá ser constatado através da cefalometria, durante o pré e pós-operatório dos pacientes, mais uma vez nos levando à preferência pelo enxerto secundário (5). As indicações dos enxertos ósseos alveolares (EOA) estão relacionadas à necessidade de osso de suporte para os dentes erupcionados ou não adjacentes à fissura na estabilização da pré-maxila nos casos de fissuras bilaterais, na continuidade do rebordo alveolar, no suporte da base alar e do contorno nasolabial e na

eliminação da fístula oronasal. (6) A respeito dos leitos doadores: A região de coleta do osso autógeno tem uma importância muito grande nos resultados finais, pois influencia na qualidade óssea do osso a ser neoformado, no acesso cirúrgico, na morbidade cirúrgica e, finalmente, no conforto pós-operatório. A área que abrange as melhores características para a coleta do osso é, sem dúvida nenhuma, a região mandibular. Anatomicamente, existem diversas áreas interessantes como leitos doadores: crista ilíaca, tíbia, ramo mandibular, processo coronóide, área da linha oblíqua externa e, finalmente, a região mental, a seleção da área doadora dependerá do grau de severidade e da extensão da área a ser preenchida. Devido ao seu fácil acesso, qualidade e volume ósseo disponível, a região mental destacasse, sendo, portanto, muito utilizada como fonte primária de enxerto ósseo para qualquer processo de reconstrução óssea. (7)

Conclusão

Portanto conclui-se que o enxerto ósseo alveolar, hoje, deve ocupar um lugar próprio no processo de reabilitação de fissuras orofaciais, e deve ser incluído no arsenal terapêutico de rotinas dos centros reabilitadores, visto que sua correta utilização acaba por ser traduzir em benefícios, quer sejam a forma, a função e a estética. A reconstrução do esqueleto craniofacial em desenvolvimento, entre dois e dez anos de idade, continua sendo um grande desafio para a cirurgia plástica reparadora. Osso autógeno local é praticamente indisponível, enxerto ósseo a distância possui importante morbidade, e a utilização de materiais aloplásticos é incompatível com o esqueleto facial em crescimento, nesse cenário se exalta a utilização do enxerto autógeno como recurso com maiores propriedades custo X benefício.

Referências

- 1- JOSHI, A. An investigation of post-operative morbidity following chin graft surgery. *Br Dent J.* v. 196, n. 4, p. 215-8; discussion 211. Feb 28; 2004.
- 2- MISH, G. M. Use of a Surgical Template for Autologous Bone Grafting of Alveolar Defects. *J Prosthodont.* v. 8, p. 47-5, 1999.
- 3- Altmann EBC et al. Fissuras labiopalatinas. In: Pachi PR. Aspectos pediátricos. 4ª ed. Carapicuíba: Pró-fono Departamento Editorial, 1997.
- 4- Jung YS, Kim HJ, Choi SW, Kang JW, Cha IH. Regional thickness of parietal bone in Korean adults. *Int J Oral Maxillofac Surg* 2003;32(6):638-41.-
- 5- Kuabara MR, Vasconcelos LW, Carvalho PSP. Técnicas cirúrgicas para obtenção de enxerto ósseo autógeno. *Rev Fac Odontol Lins.* 2000;12(1/2):44-51
- 6- Cunha ECM, Fontana R, Fontana T et al. Antropometria e fatores de risco em recém-nascidos com fendas faciais. *Rev. bras. epidemiol.* 2004; 7(4):417-422.
- 7- BOOIJ, A.; RAGHOEBAR, G. M.; JANSMA, J.; KALK, W. W.; VISSINK, A. Morbidity of chin bone transplants used for reconstructing alveolar defects in cleft patients. *Cleft Palate Craniofac J.* v. 42, n. 5, p. 533-8, Sep.; 2005

ESTIMATIVA DA IDADE ÓSSEA BASEADA NA RADIOGRAFIA CARPAL

Jaqueline Avila Costa¹, Thalita Fernandes de Souza¹, Ana Paula M Oliveira¹,
Carlos Alberto Safreire¹, Lais Krejci De Souza Graciosa²

¹ Discente Da Faculdade De Odontologia De Valença, FOV, CESVA/FAA.

² Docente Da Faculdade De Odontologia De Valença, FOV, CESVA/FAA

Resumo

A maturação biológica do ser humano está relacionada com o calendário cronológico, porém o crescimento e a maturação podem não acompanhar o calendário e a idade cronológica da criança, sendo, assim, podemos encontrar crianças da mesma faixa etária, nascidas no mesmo mês, mesmo sexo e com diferenças nas idades biológicas e estágios maturacionais decorrentes da variabilidade individual das crianças. Este trabalho tem por objetivo apresentar uma revisão da literatura sobre estimativa de idade óssea baseada na radiografia carpal. Essa revisão de literatura foi realizada por acadêmicos da Faculdade de Odontologia de Valença. Foram selecionados 10 artigos científicos, dos quais 4 fizeram parte da revisão. As bases de dados utilizadas para pesquisa do artigo foram Scielo, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual onde os descritores utilizados foram “maturação” e “idade biológica”. Portanto conclui-se que esses métodos são de relevante importância para a obtenção de resultados específicos na idade cronológica sem que haja algum tipo de prejuízo para o paciente no que diz a respeito à radiologia, sendo de grande valia na estimativa até os 16 anos de idade, onde atinge o grau final de maturação óssea.

1- Malina, RM, Bouchard C. Atividade Física do Atleta Jovem: do crescimento a maturação. São Paulo: Roca; 2002.

2- CARVALHO, A. M. Idade Óssea – Aplicabilidade na Ortodontia. Dissertação (Especialização). João Pessoa: Associação Brasileira de Odontologia, 2001.

3- DAMIAN, M. F. et al. Análise da confiabilidade e da correlação de dois índices de estimativa da maturação esquelética: índice carpal e índice vertebral. Rev Dent Press Ortodon Ortop Facial, v.11, n. 5, Set./Out. 2006. 4- CRUZ, R. C. W. Maturação das Vértebras Cervicais e Desenvolvimento Dentário em Indivíduos de Oito a Quinze Anos de Idade. Dissertação (Doutorado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.

4- HAITER NETO, F.; ALMEIDA, S. M.; LEITE, C. C. Estudo comparativo dos métodos de estimativas de idade óssea de Greulich & Pyle e Tanner & Whitehouse. Pesqui Odontol Bras, v. 14, n. 4, p. 378384, out./dez. 2000.

GRAVIDEZ NO PUERPÉRIO: CONHECIMENTO DE MULHERES QUANTO AO USO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

Cíntia Valéria Galdino, Isabel Cristina Silva, Michelle Esteves Silva

Resumo

O puerpério ou pós-parto é um período variável e impreciso. Durante este período ocorrem todas as manifestações involutivas e de recuperação da genitália materna após o parto. Grande parte das mulheres retornam as atividades sexuais nos primeiros meses após o parto, por isso a importância de uma contracepção adequada para evitar gestação não planejada e futuras complicações para mãe e filho. O período puerperal é considerado propício para a utilização de métodos anticoncepcionais, diante da proximidade do evento obstétrico a mulher se encontra sensibilizada e mais receptiva a discutir seu futuro reprodutivo. Os profissionais de saúde têm também importante papel de promover orientações adequadas. A atuação da Enfermagem no puerpério favorece a organização e as condições necessárias para realização do cuidado. Deste modo, a enfermagem é de grande importância no atendimento da mulher que se encontra no período puerperal, uma vez que pode incorporar e implementar ciência e assistência humanizada, considerando os direitos das mulheres para que tenham uma maternidade segura. Torna-se necessário um atendimento qualificado embasado cientificamente para ajudar a mulher a recuperar-se da melhor forma possível. Observou-se durante o período de vivência prática no internato no estágio nas redes de atendimentos à saúde da mulher um número elevado de mulheres que engravidavam no período puerperal. Estudo de caráter exploratório, descritivo e de abordagem qualitativa. Será realizado no ambulatório do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi (HELGIJ) - Valença, RJ. Os sujeitos do estudo serão gestantes e puérperas que estão realizando consulta de pré-natal a primeira consulta puerperal. Será utilizada a entrevista semi-estruturada, que seguirá um roteiro. As falas serão gravadas e depois transcritas na íntegra pelas pesquisadoras.

Palavras-chave: puerpério, orientação de enfermagem, métodos contraceptivos.

INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE E A TÉCNICA DE CURATIVO DE CATETER VASCULAR CENTRAL: UM DESAFIO PARA O ENFERMEIRO

Lília Marques Simões Rodrigues, Wagner Pereira De Sousa,
Rogelma Silva Dos Santos

Resumo

As Unidades de Terapia Intensiva são unidades especializadas dentro dos hospitais e se destinam ao tratamento de pacientes que apresentam a saúde ameaçada por doenças ou condições de instabilidade ou disfunção de um ou mais sistemas fisiológicos. Os cateteres venosos centrais são usados quando há necessidade de um acesso prolongado ou definitivo ao sistema vascular,

geralmente são utilizadas em casos de hemodiálise, hemoterapia, quimioterapia e nutrição parenteral prolongada. As infecções de corrente sanguínea relacionada a cateter compreendem os casos em que o mesmo micro-organismo isolado na cultura do segmento do dispositivo é identificado na corrente sanguínea, sem outra fonte aparente para a bacteremia. Nas Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS), a prevenção e o controle das infecções passam a ser considerados para todos os locais onde se presta o cuidado e a assistência à saúde. A assistência ininterrupta e realizada de forma correta, oferece maiores possibilidades de prevenção e controle da infecção de corrente sanguínea. Este estudo tem como objetivo geral: Analisar as boas práticas de enfermagem na prevenção de infecções de CVC; e como específicos: Identificar o conhecimento de enfermeiros intensivistas sobre a técnica de curativo de CVC. Apontar como o curativo de CVC está sendo realizado em uma. Será realizado um estudo de caráter exploratório, com dados retrospectivos e de abordagem quantitativa. A observação será guiada por um check-list. O estudo será realizado no Hospital de Ensino do Vale do Paraíba Fluminense, localizado na cidade de Valença, RJ. Os sujeitos serão Enfermeiros da unidade de terapia intensiva de um hospital de ensino.

Palavras-chave: Infecções relacionadas à assistência a saúde; Unidade de Terapia Intensiva, cateter venoso central, curativo.

EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM À RADIAÇÃO IONIZANTE EM CIRURGIAS ORTOPÉDICAS

Bruno Paciello de Carvalho, Mileni Dantas da Silva Barros,
Márcia Ribeiro Braz

Resumo

Através do avanço tecnológico na área de saúde os equipamentos emissores de radiação ionizante se tornaram uma ferramenta indispensável, tanto para fins de diagnósticos como terapêuticos. Dessa forma, essas tecnologias se tornaram uma ferramenta de trabalho imprescindível nas cirurgias ortopédicas, pois o equipamento arco cirúrgico, tipo em C, facilita a detecção e o tratamento das possíveis alterações ortopédicas. Todavia, observamos a desinformação sobre a proteção radiológica entre os profissionais de Enfermagem que atuam no centro cirúrgico do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi, localizado no Município de Valença/RJ. Este estudo objetiva monitorar a dose mensal de radiação ionizante em profissionais de enfermagem, que atuam em cirurgias ortopédicas e identificar se estes profissionais apresentam efeitos biológicos decorrentes da radiação ionizante. Trata-se de um estudo avaliativo do tipo Inquérito Conhecimento, Atitude e Prática, de corte transversal e abordagem quantitativa. Os instrumentos para coleta de dados serão a observação estruturada não participante, através de um checklist sobre o uso de EPI durante as cirurgias que utilizam radiação ionizante. A seguir um formulário com questões sobre o conhecimento teórico-científico dos princípios básicos da proteção radiológica e a monitoração individual. Os dados encontrados foram trabalhados no Microsoft Excel e serão apresentadas frequências absolutas e relativas, em tabelas ilustrativas. Os participantes da pesquisa compreendem a equipe de enfermagem, sendo constituído por dois enfermeiros e nove técnicos. A coleta de dados será realizada de 01 de julho a 30 de setembro de 2016. Os

resultados parciais mostraram que os profissionais de saúde do setor pesquisado se expõem às radiações ionizantes, devido à falta de uma capacitação profissional para atuar em áreas controladas que utilizam equipamentos emissores de radiação ionizante, o número insuficiente de equipamento de proteção individual, a não utilização dos monitores individuais, o desconhecimento sobre a legislação específica. Portanto, percebe-se que os profissionais de saúde se encontram desprotegidos e até mesmo desinformados quanto aos cuidados mínimos de proteção radiológica. Palavras-chave: saúde do trabalhador; Proteção Radiológica; Enfermagem.

ESCALA DE ESTRESSE PERCEBIDO APLICADA A TRABALHADORES DE ENFERMAGEM DE UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Marcia Ribeiro Braz, Ana Paula Tavares Vasconcellos Mendes,
Paula Eduarda Assis Da Silva

Resumo

Para a Organização Mundial de Saúde, o estresse é uma epidemia global que afeta cerca de 90% da população mundial. O ambiente hospitalar contém uma série de fatores que geram insalubridade e sofrimento aos profissionais que nele atuam e, a enfermagem é apontada, por diversos estudos, como a profissão, dentro desse ambiente, que apresenta alto nível de estresse ocupacional. Ao iniciarmos as aulas práticas da disciplina Atenção ao Paciente Crítico observamos que os trabalhadores de enfermagem da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) vivenciam diariamente um cotidiano bastante estressante. A UTI, embora seja o local ideal para atendimento aos pacientes graves agudos recuperáveis, parece ser um dos ambientes mais agressivos, tensos e traumatizantes do hospital. Esses fatores agressivos não atingem somente os pacientes, mas toda a equipe multiprofissional, principalmente a enfermagem que convive diariamente com cenas de pronto atendimento, pacientes graves, isolamento e situações de morte. Frente a isso, é grande a probabilidade de que os profissionais de enfermagem estejam submetidos aos variados fatores associados ao estresse, presentes nesse local. Nesse sentido, objetivou-se identificar a presença de estresse em trabalhadores de enfermagem que atuam em UTI e identificar o que na opinião da equipe de enfermagem é fator de mais estresse dentro desta unidade. Pesquisa de campo, descritiva e exploratória, de abordagem quantitativa. O estudo será realizado em um Hospital de Ensino localizado na região Sul Fluminense, dentro de uma UTI de adulto composta por 10 leitos, que também recebe pacientes em pós-operatório de cirurgias vasculares e ortopédicas. Para obtenção dos dados desta pesquisa, serão utilizados dois instrumentos: um questionário sócio demográfico para caracterizar a população e identificar o fator mais estressante dentro da UTI e, a Escala de Estresse Percebido (Perceived Stress Scale – PSS-10), traduzida e validada no Brasil. O período de coleta dos dados será de agosto a setembro 2016. Será utilizada para a análise dos dados, a estatística descritiva simples, discutida sob a luz da literatura pertinente e apresentada em gráficos e tabelas.

PERCEPÇÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO SOBRE A COMUNICAÇÃO COM OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Elisângela do N. FernandesGomes, Marcele da Silva Lima,
Débora Babo De Souza Portugal Lima Da Silva

Resumo

A comunicação é de extrema importância nos serviços de saúde, visto que sem ela é impossível prestar um serviço de qualidade, pois é a comunicação entre o profissional e o paciente que dará o rumo do cuidado a ser prestado. O estudo está sendo realizado com os deficientes auditivos independentes de seu grau de surdez e maiores de 18 anos, nas unidades básicas de saúde do Município de Valença, localizado no Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa tem como objetivos apontar as percepções de deficientes auditivos acerca de seu atendimento na rede básica de saúde, verificar como ocorre a comunicação entre os profissionais de saúde e os deficientes auditivos, nesta esfera do Sistema Único de Saúde e identificar através da concepção do deficiente auditivo, como melhorar na rede básica de saúde, a comunicação com este tipo de clientela. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório de abordagem qualitativa, atendeu a resolução 466/12 e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Valença e recebeu o nº. CAAE 57989816.5.0000.5246. A coleta dos dados está sendo realizada nas unidades básicas de saúde, iniciou-se no mês de agosto e termino previsto para o mês de setembro de 2016, através de um questionário semiestruturado, com dados sócios demográficos e questões sobre comunicação do deficiente auditivo com os profissionais de saúde, o instrumento foi aplicado com o auxílio de um intérprete de LIBRAS. As informações coletadas foram submetidas a uma análise de conteúdo temático. Para caracterização dos sujeitos utilizou-se frequência relativa das informações, por meio de porcentagem simples. Como resultados parciais da pesquisa: Identificamos grandes dificuldades para a localização dos deficientes auditivos no município, pois não há nenhum programa específico para atendimento dos deficientes auditivo maiores de 18 anos e nem cadastramento nas unidades básicas de saúde. Os sujeitos da pesquisa estão sendo encontrados com o auxílio dos agentes comunitários de saúde, através de seus conhecimentos sobre os moradores do bairro, visita domiciliar e busca ativa. A amostra até o momento é de 02 deficientes auditivos, 01 do sexo feminino e 01 do sexo masculino, ambos são idosos com idade de 86 e 83 anos consecutivamente, ambos adquiriram a deficiência auditiva ao longo da vida. Os dados apresentam que há uma enorme dificuldade de comunicação entre os deficientes auditivos e os profissionais de saúde, visto que precisam solicitar que os profissionais falem devagar para tentar realizar a leitura labial e levam acompanhantes em suas consultas, quebrando assim a confidencialidade entre o paciente e o profissional de saúde. Falar devagar e bem pausadamente é uma das técnicas que podem ser utilizada para uma melhor comunicação, ele tentará fazer uma leitura labial, outra atenção importante a ser levada em conta é que o profissional deve se atentar para a sua posição em relação ao paciente na hora da consulta deve ser feita sempre de frente para o paciente dentro do seu campo de visão. Constatou-se a necessidade da capacitação do profissional, pois os mesmos não têm nenhum tipo de formação para a comunicação com o paciente com deficiência auditiva.

É indispensável à melhoria na comunicação, para que haja um atendimento de qualidade, sigiloso e efetivo. Pretende-se com o estudo demonstrar ao meio acadêmico e aos gestores de saúde a importância da inclusão de um programa que vise a capacitação dos acadêmicos e profissionais de saúde, para uma comunicação e atendimento adequados aos pacientes surdos, tornando uma assistência digna de qualquer ser humano.

Palavras-chave: Comunicação; deficiente auditivo; equipe de Saúde.

INVISIBILIDADE DO HOMEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: NÃO ADESÃO OU UMA QUESTÃO DE GÊNERO?

Elisângela do N. Fernandes Gomes, Claudinei de Souza Rodrigues,
Priscilla Domingos Olivério

Resumo

A dificuldade do homem em aderir os programas preconizados pelo ministério da Saúde, está associada pela forma que ocorreu a sua socialização na comunidade, ao grau de importância que o mesmo confere a sua saúde e ao autocuidado. Os padrões de masculinidade distanciam o homem do cuidado com a sua saúde e dificulta a sua busca pelos serviços primários de saúde. Os homens antes tidos como invencíveis, hoje estão perdendo para diversas patologias e com isso vivem sete anos a menos do que as mulheres, e estão mais vulneráveis a doenças cardiovasculares, câncer e diabetes mellitus. A cada três pessoas falecidas no Brasil, duas são homens, respondendo por 60% dos óbitos no país, destes 46,8% encontram-se na fase adulta entre 25 a 59 anos. Observa-se a não adesão dos homens aos serviços oferecidos pela atenção primária de saúde, tendo como consequência os altos índices de morbimortalidade no gênero masculino. Este estudo tem por objetivos identificar os obstáculos enfrentados na atenção primária, por homens que buscam este serviço, apontar na fala destes usuários as estratégias para um atendimento mais personalizado para o sexo masculino. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e de abordagem quantitativa e qualitativa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Valença, atendeu a resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Pesquisa. A pesquisa será realizada na Estratégia Saúde da Família do Bairro Biquinha, localizado no Município de Valença- RJ. Os sujeitos do estudo serão homens na faixa etária de 20 a 59 anos de idade e como instrumento para coleta dos dados será utilizado um formulário sócio demográfico e entrevista semiestruturada seguindo um roteiro com perguntas abertas e fechadas. Os dados objetivos serão analisados através de estatística descritiva e apresentados sob a forma de gráficos e tabelas. Já os dados qualitativos serão categorizados em unidades temáticas e discutidos sob a luz de literatura pertinente. O estudo pretende auxiliar a compreensão das necessidades e dificuldades do homem, ao acesso dos serviços de saúde e servir como fonte para elaboração de novas estratégias, visando à melhoria no atendimento e adesão da população masculina aos programas ofertados na atenção primária da saúde.

Palavras-chave: políticas públicas; atenção primária; saúde do homem.

A VISÃO MATERNA SOBRE O MÉTODO CANGURU: “DA INCUBADORA PARA O COLINHO”

Renata de Freitas Garbero Fraga, Alessandra da Silva Souza

Resumo

O método mãe-canguru refere-se a uma modalidade de cuidado e de atenção que prioriza o contato pele-a-pele precoce entre a mãe e o recém-nascido de baixo peso, de forma crescente e pelo tempo que ambos entenderem ser prazeroso e suficiente, permitindo, dessa forma, uma maior participação dos pais no cuidado ao seu recém-nascido. A posição canguru consiste em manter o recém-nascido de baixo peso ligeiramente vestido, na posição vertical, contra o peito do pai ou da mãe. Tendo como objetivos compreender o olhar materno sobre o método pele-a-pele, descrever os principais fatores que influenciam na realização e aceitação do método mãe canguru e analisar as estratégias utilizadas pelas mães para garantir o sucesso do método mãe-canguru. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura em estudos indexados na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), a cessando-se as Bases de Dados de Enfermagem (BDENF), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e manuais do Ministério da Saúde publicados entre os anos de 2008 a 2016, que tivessem como descritores: prematuridade, UTI Neonatal e método mãe –canguru. Como dados preliminares o estudo evidenciou que o método vem sendo cada mais difundido no Brasil desde de 1992, tornando-se uma forma de terapia altamente eficaz na recuperação de recém-nascidos de baixo peso, bem como um fator importante no aumento do vínculo familiar. Foi possível observar após a leitura de diversos artigos que inúmeros são os fatores apontados pela mãe na não realização do método, tais como: fatores sócio-econômicos, mães tabagistas e depressão pós-parto. Nesse contexto observou-se que o enfermeiro tem o papel fundamental na aplicação precoce do método, na avaliação da necessidade e possibilidade do mesmo ocorrer avaliando para isso, não só a estabilidade clínica do bebê como também a de todos os envolvidos neste processo e de mediador no processo do cuidar, estabelecendo a utilização de instrumentos que propiciem o vínculo pais –filhos durante a aplicação do Método Mãe – Canguru. Palavras-chave: prematuridade, UTI Neonatal e método mãe-canguru

USO DE AGROTÓXICOS POR TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

Cíntia Valéria Galdino, Gisele Pires, Michele Freitas

Resumo

Utilizados nas lavouras como forma de garantir a produtividade no cultivo, mantendo as plantações livres de pragas que atrapalham seu desenvolvimento, os agrotóxicos agem como ferramenta de apoio aos agricultores, trazendo benefícios como o exposto acima, mas também alguns males provenientes da falta de informação sobre o produto, o que interfere na sua escolha e manuseio. O agrotóxico quando utilizado de forma inadequada, torna-se nocivo ao ser humano e ao meio ambiente e por esse motivo ao longo dos anos ganharam legislação específica que regulamentaram sua produção, comércio, uso,

transporte e armazenamento. Observamos no município de Paty do Alferes condutas inadequadas, tais como uso inadequado de Equipamentos de Proteção Individual ao lidar com o produto, descarte inadequado e a reutilização das embalagens vazias de agrotóxicos, o que como já descrito pode acarretar danos a saúde do trabalhador rural. O objetivo do presente estudo é entender como trabalhadores rurais de Paty do Alferes lidam com os riscos da exposição aos agrotóxicos nas lavouras de tomate. Para alcançar este objetivo, está sendo realizado um estudo descritivo, exploratório de abordagem quantitativa. Para a coleta de dados as acadêmicas estão utilizando um formulário apresentado aos trabalhadores da lavoura de tomate do referido município, sendo a análise dos dados, realizadas mediante o cálculo da frequência relativa das respostas. O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Medicina de Valença, sendo aprovado pelo nº 1656759. Até o presente momento participaram do estudo 10 indivíduos, sendo 100% do sexo masculino, com o predomínio na faixa de etária de entre 36 e 40 anos de idade (30%). Segundo respostas de 100% dos participantes ninguém recebeu capacitação para trabalhar com agrotóxicos, 100% sabem o que é um equipamento de proteção individual, mas quanto ao uso 80% utilizam mais as botas de borracha, seguido de 70% do uso para a luva de borracha e 40% utilizam máscaras. Em relação a riscos a saúde, 100% dos participantes tem ciência de que o agrotóxico pode trazer riscos de adoecimento e 40% dos entrevistados já apresentaram alguma intercorrência, tais como dermatites e intoxicação. Em relação ao preparo do agrotóxico antes da pulverização 40% dos entrevistados relatam serem eles mesmos responsáveis por este preparo. Sobre o armazenamento do agrotóxico 60 % relata que o procedimento é realizado na própria embalagem do produto, porém a céu aberto. Em relação ao descarte de embalagem vazias 40% afirmaram que são descartados em lixo comum e 40% relatam também o descarto em lixo próprio separado para o produto. Em análise parcial dos dados observa – se que ocorre uma negligência (ainda que por necessidade da manutenção do vínculo laboral) do trabalhador rural em relação ao uso do agrotóxico. Como já descrito não houve orientação e nem capacitação recebida por eles em relação ao processo de trabalho com o agrotóxico, o que evidencia o quanto estes profissionais estão expostos a riscos de adoecimento ao lidar com este químico. Observa – se falhas relacionadas ao todo o processo de trabalho, demonstrando uma fragilidade do trabalhador rural ao lidar com os com os riscos da exposição aos agrotóxicos nas lavouras de tomate do município de estudo.

Palavras-chave: Agrotóxico; Saúde Ocupacional; Enfermagem.

PERFIL NUTRICIONAL DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA ESTADUAL MUNICIPALIZADA DE PATY DO ALFERES: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO

Cíntia Valéria Galdino, Bianca L. D. dos Santos, Lilia Maria da S. Santos

Resumo

O acompanhamento do estado nutricional é uma importante atividade do serviço de saúde tanto na atenção biológica, relacionado ao controle do peso e prevenção de doença, como para análise dos indicadores de saúde que contribuem no planejamento satisfatório das ações à população. O Brasil

vivenciou uma transição entre baixo peso e obesidade, devido a mudanças socioeconômicas, culturais e nos padrões alimentares nas últimas décadas. A alimentação é considerada como um fator determinante e condicionante de saúde, devido a essa questão, os profissionais de saúde, em especial os enfermeiros devem estar atentos a avaliação do crescimento e desenvolvimento mantendo o monitoramento das questões nutricionais dos adolescentes, em todos os níveis de atenção. Através da avaliação do estado nutricional pode – se determinar se um indivíduo encontra-se eutrófico ou se apresenta algum tipo de distrofia. Como acadêmicas de enfermagem (futuras enfermeiras) e moradoras do município de Paty do Alferes, observamos que os adolescentes estão se alimentando de forma inadequada, consumindo alimentos com um alto valor calórico e um baixo valor nutritivo como por exemplo os fast - foods (denominação estrangeira popularizada no Brasil que significa Lanche Rápido), que são alimentos fáceis de se comprar, possuem uma boa aparência, são saborosos, porém muito gordurosos. Devido a essa questão, os adolescentes estão apresentados cada vez mais distúrbios nutricionais, pois além de não estarem se alimentando de forma correta também não estão realizando atividade física regular. Muitos estão trocando a prática da atividade física pela tecnologia, tornando assim adolescentes mais estáticos do que dinâmicos, fato este que nos despertou para o desenvolvimento desse estudo. O estudo tem como objetivo conhecer o perfil nutricional de estudantes adolescentes de uma Escola Estadual Municipalizada do município de Paty do Alferes- RJ, no ano de 2016. Trata-se de uma pesquisa epidemiológica de campo, descritiva e exploratória de abordagem quantitativa. O local de estudo será a Escola Estadual Municipalizada Vereador Sidney de Mello Freitas, onde participarão do estudo alunos com idade entre 10 e 19 anos, pertencentes ao 6º, 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental. Os dados serão obtidos através da mensuração de medidas antropométrica e preenchimento de formulário. Sendo analisados mediante o cálculo da frequência do baixo peso, peso adequado, sobrepeso, e obesidade e a apresentação em gráficos e tabelas. O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa de Faculdade de Medicina de Valença, sendo aprovado pelo parecer nº 1656613. A coleta de dados ocorrerá no mês de setembro de 2016, devido às férias escolares estarem ocorrendo no mês de agosto em razão das Olimpíadas.

Palavras-chave: Enfermagem; Perfil epidemiológico; Adolescente

DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA DIABÉTICOS

Fábia Brum, Eleomara FagundesOliveira, Marcela PereiraOliveira

Resumo

O aumento da geração de resíduos cresce em ritmo superior a capacidade de regeneração. Dentre estes, se destacam as classes dos perfurocortantes utilizados pelos usuários diabéticos insulínica dependentes. Esses resíduos quando mal segregados podem causar contaminação do solo e acidentes aos profissionais que os manejam. Apesar de existir regulamentos e orientações aos usuários diabéticos sobre o descarte, nos chama atenção o déficit de informação sobre o manejo correto. Face ao exposto, as equipes de saúde da família se faz necessária a educação em saúde aos usuários diabéticos é o para a

promoção em saúde do uso de perfurocortantes na insulinoterapia. Nesse contexto a enfermagem tem importante atribuição no desenvolvimento dessas atribuições. O enfermeiro da saúde da família, em suas funções articula-se na parte terapêutica e na parte gerencial, desenvolvendo ações de prevenção, proteção e reabilitação da saúde tanto a nível individual quanto coletivo, detectando os problemas e solucionando-os, exercendo segurança e proteção a saúde dos pacientes, funcionários e do ambiente. O objetivo deste trabalho é conhecer como os pacientes diabéticos (usuários de insulinoterapia) descartam os perfurocortantes em seus domicílios. Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória descritiva, de abordagem quantitativa e qualitativa. Os sujeitos da pesquisa são os pacientes portadores de Diabetes Mellitus que fazem uso de insulinoterapia, munícipes de Paty do Alferes, cadastrados na rede básica de saúde. Será utilizado um questionário semi-estruturado no qual irá abordar o tema e os objetivos da pesquisa. A análise dos dados será estatística descritiva simples e discussão dos dados sob a luz da literatura pertinente a temática. Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da faculdade de medicina de Valença e se encontra em apreciação ética. Espera-se com esse estudo contribuir para a prevenção da contaminação do meio ambiente por agentes biológicos e garantir melhor qualidade de vida, trabalho e redução dos acidentes nos profissionais envolvidos no manejo do resíduo gerado.

Palavras-chave: Perfurocortante; Descarte; Diabetes Mellitus

CARACTERÍSTICA DA SEPSE EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Lília Marques Simões Rodrigues, Carla Novaes Oliveira,
Tuany Adriana da Silva

Resumo

A Sepsé é uma patologia caracterizada por uma síndrome de resposta inflamatória sistêmica exacerbada, desencadeada por um agente infeccioso. A síndrome de resposta inflamatória é uma resposta orgânica sistêmica do organismo, a injúria sofrida. Caracterizada por exacerbação dos mediadores inflamatórios bem como a de ativação das células inflamatórias, o que desencadeia o comprometimento de vários órgãos podendo levar a um quadro de choque e insuficiência de múltiplos órgãos o que justifica sua alta taxa de mortalidade. A sepsé é definida como síndrome de resposta inflamatória sistêmica (SIRS), associada à infecção com hemocultura positiva e com duas ou mais condições com taquipneia, taquicardia, hipertermia ou hipotermia e leucocitose ou leucopenia. A sepsé grave é definida como sepsé associada hipoperfusão tecidual e disfunção orgânica, manifestada com acidose láctica, oligúria, com ou sem alteração do nível de consciência, ou hipotensão arterial, mas sem a necessidade de terapia com agentes vasopressores. E o choque séptico se caracteriza por hipotensão refratária à ressuscitação volêmica com necessidade de uso de vaso pressores. Na disfunção de múltiplos órgãos a homeostasia não consegue ser mantida sem que haja a intervenção terapêutica isso ocorre devido alteração nas funções orgânicas dos órgãos e sistemas afetados que é processo contínuo, sendo um problema de saúde pública mundial, devido ao seu alto índice de mortalidade e custos em Unidade de

Terapia Intensiva. A implantação do protocolo de sepse e o gerenciamento dos dados em um hospital auxiliam na qualidade da assistência prestada; bem como o acompanhamento e perfil epidemiológico dessa patologia. Observamos que no Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi houve a implantação de um novo tipo de monitoramento da sepse em sua Unidade de Terapia Intensiva. Diante do exposto surge a seguinte questão norteadora: como a sepse se configura atualmente dentro da UTI, após mudança no monitoramento desta doença? Trazendo como objetivos compreender a ocorrência de sepse em pacientes internados nessa unidade, traçar o perfil da mortalidade por sepse nessa UTI. O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória documental de abordagem quantitativa. Tendo seu desenvolvimento se iniciado no mês de junho de 2016 e sua conclusão será no mês outubro desde mesmo ano e para conhecimento dos índices da pesquisa está sendo utilizada análise de fichas de acompanhamento da Vigilância Epidemiológica da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, utilizadas para levantamento de infecções hospitalares nessa unidade. Os resultados parciais deste estudo estão categorizados por mês, sendo no mês de Junho do total de 46 pacientes internados 17,39% (8) eram do sexo feminino e 82,61% (38) do sexo masculino e 10,87% dessas internações foram causadas por sepse, afetando 2,17% (1) de mulheres e 8,70% (4) de homens. E o total de óbitos por sepse foi de 5pacientes o que representa 8,70% do total das internações, sendo que dos internados por sepse 80% (4) evoluíram para óbito. No mês de Julho do total de 58 pacientes internados 37,93% (22) eram do sexo feminino e 62,07% (36) do sexo masculino, 3,45% dessas internações foram causadas por sepse, afetando 4,55% (1) de mulheres e 4,55% (1) de homens. E destas internações não houve evolução para óbito. Atendendo às exigências da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, o projeto de pesquisa foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina de Valença, sobre o número de parecer 1.656.954 e CAAE 57985116.4.0000.5246. Concluímos que o percentual de internação por sepse na UTI do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi se encontra dentro do ideal em comparação com pesquisas e normas nacionais e internacionais embora seu índice de mortalidade esteja bem acima do recomendado.

HUMANIZAÇÃO DO PRÉ-NATAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Verônica Ferreira Alves, Elisângela do N. Fernandes Gomes

Resumo

A gestação é considerada como um momento singular na vida da mulher, o qual envolve vários aspectos novos no seu cotidiano como alguns comportamentos e sensações ainda não vividas. O pré-natal nos últimos anos tem ganhado muito espaço na saúde pública, principalmente na atenção básica de saúde, o Ministério da Saúde tem investido muito nas políticas públicas voltadas para saúde reprodutiva, intensificando a humanização no pré-natal, parto e puerpério. No contexto do cuidado integral à saúde da mulher, a assistência pré-natal deve ser organizada para atender às reais necessidades da população de gestantes, mediante a utilização dos conhecimentos técnico-científicos existentes e dos meios e recursos disponíveis mais adequados para cada caso. No Brasil, mais de 800 mulheres morrem todos os anos por complicações que ocorrem desde o período de gestação até o pós-parto. As mortes estão diretamente relacionadas

à deficiência da qualidade dos serviços de saúde. O estudo objetiva conhecer como acontece a humanização no pré-natal nas unidades básicas de saúde do município de Valença-RJ, descrever as estratégias utilizadas para a humanização do pré-natal e acompanhamento das gestantes e conhecer as concepções das gestantes sobre o cuidado no pré-natal na atenção básica de saúde. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e de abordagem qualitativa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Valença, atendeu a resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Pesquisa. A coleta dos dados será realizada nos dias de agendamento do pré-natal nas Estratégias Saúde da Família, através de um formulário sócio demográfico e entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas. Os dados serão submetidos à análise de conteúdo, serão selecionadas frases e palavras colocadas com maior ênfase, será feito a sistematização das ideias, categorização dos dados e interpretados com base na literatura pertinente. Os dados sócios demográficos serão codificados e analisados estatisticamente, apresentados por meio de porcentagens. O estudo pretende auxiliar no aprimoramento da assistência prestada a gestante, diminuindo os riscos de complicações e intensificar as boas práticas para o pré-natal humanizado.

Palavras-chave: Humanização; Pré-natal; Unidade Básica de Saúde.

CLIMATÉRIO NA PERCEPÇÃO DA MULHER VALENCIANA

Mayara Silva Dias; Marlucci Guedes da Silva; Marcela Pereira Oliveira

Resumo

O climatério é uma fase muito importante na vida das mulheres e que traz mudanças em seu cotidiano. A grande maioria dessas mulheres desconhecem o que este período pois os termos menopausa e climatério frequentemente são confundidos no imaginário popular, por isso se faz necessário os definir. A menopausa é a última menstruação da mulher e o climatério é a fase em que ocorre a transição do período reprodutivo ou fértil para o não reprodutivo, devido à diminuição dos hormônios sexuais produzidos pelos ovários. O climatério merece atenção, supervisão e cuidados, não apenas para alívio dos sintomas apresentados, mas também para o diagnóstico precoce e para a prevenção das doenças que, concomitantemente, incidem nesta fase da vida. Os profissionais devem estar capacitados para realização de intervenções e além disso, dar uma assistência de qualidade, realizando a escuta qualificada, orientando sobre as mudanças e os sintomas possíveis ao entrar nesta fase. Diante do exposto, os objetivos desta pesquisa são: compreender o entendimento de mulheres acerca do climatério; identificar as principais dúvidas de mulheres que vivenciam o climatério; verificar o fluxo do atendimento a mulher climáterica na atenção básica em Valença. O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva e exploratória, de abordagem quantitativa e qualitativa. O mesmo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Medicina de Valença sendo aprovado sob o parecer CAAE: 57955216.8.0000.5246. Como resultado parcial deste estudo percebe-se que a as entrevistadas desconhecem o conceito climatério, além disso, relatam que o que mais as incomodam são os fogachos “ondas de calor”. Também foi observado que poucas entrevistadas foram orientadas sobre o período climatério, mudanças corporais, hormonais e até

emocionais. Consideramos a necessidade das equipes de saúde da família compreenderem suas atribuições para que seja possível atingir os objetivos propostos na atenção básica. Nesse contexto, o enfermeiro tem grande participação através do acolhimento da mulher e da elaboração de planos de cuidados, onde irá prevenir, promover e esclarecer acerca deste período, trazendo melhor qualidade de vida a mesma.

Palavras-chave: mulher, climatério, atenção básica de saúde.

GESTÃO DE RISCOS EM IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE NUM HOSPITAL DE ENSINO

Flávia de Paula Costa¹; Mariane da Silva de Oliveira¹;
Lília Marques Simões Rodrigues²

¹. Discente - FEV/ CESVA-FAA

². Docente - FEV/ CESVA-FAA

Introdução

O gerenciamento de risco hospitalar (GRH) se apresenta como nova perspectiva, possibilitando ao administrador de saúde voltar seu olhar para o cuidado, que visando políticas que devem ser aplicadas de forma sistêmicas nos procedimentos que possam vir afetar a segurança e a saúde humana. Uma das seis metas internacionais que visam a segurança do paciente é a identificação de modo correto do paciente, sem exposição do mesmo a riscos desnecessários. Para isso utilizamos os identificadores preconizados pelo ministério da saúde como nome completo do paciente, data de nascimento do paciente, nome da mãe do paciente e número do prontuário. E ainda a pulseira deve ser branca padronizada, legíveis, não deve se desgastar durante a permanência do paciente no hospital, ser colocada em um membro em adultos geralmente no punho, para recém-nascidos no tornozelo, quando não houver a possibilidade de colocar a pulseira em membro superior, fazer a identificação em membro inferior, esta deve ser conferida antes do atendimento ao paciente. O presente estudo tem como o objetivo geral: Avaliar o uso da pulseira de identificação em pacientes internados na clínica cirúrgica e como específicos: Identificar a frequência da utilização da pulseira de identificação; Verificar quais os itens identificadores são registrados nas pulseiras.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória descritiva e prospectiva de abordagem quantitativa. Sendo conduzido na clínica cirúrgica, do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi de médio porte. O projeto de pesquisa foi submetido à análise e aprovação para avaliação dos critérios éticos, e foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ensino Superior de Valença, sob o parecer N°1.656.797. Para a coleta de dados optou-se pela técnica de observação, não participante. A observação será estrutura guiada por um *checklist*. A coleta de dados será realizada no mês de agosto de 2016, durante o plantão diurno. Para o tratamento dos dados foi utilizado estatística descritiva simples e a análise foi guiada pela literatura pertinente à temática.

Resultados e Discussão

Os resultados parciais apresentam da seguinte maneira: 18 (100%) encontravam-se com a pulseira de identificação, dos pacientes com a pulseira, pôde-se observar que 17 (94,4%) encontravam-se com a pulseira íntegra e 1 (5,5 %) não encontravam-se com a pulseira íntegra; 12 (66,6%) contém dados legíveis e 6 (33,3%) não estavam legíveis; 18 (100%) apresentavam somente um identificador; 8 (44,4%) com dados incompletos e 10 (55,5%) com dados completos; 18 (100%) usavam como identificador o nome completo do paciente; 11 (61,1%) o nome do paciente contido na pulseira de identificação está de acordo com o prontuário do paciente e 7 (38,8%) não apresentavam o nome do paciente contido na pulseira de identificação de acordo com o prontuário do paciente, nenhum paciente apresenta alguma situação que leve o rodízio da pulseira.

Conclusão

Concluímos com o resultado parcial do estudo que existe um conhecimento prévio em relação à Segurança do Paciente na Identificação do Paciente, porém, foi observada certa fragilidade no que diz respeito à totalidade que cerca o tema, sendo assim há uma necessidade de ampliar o conhecimento do profissional de enfermagem sobre o que é preconizado pelo Protocolo de Identificação do Paciente.

Referências

- 1-BRASIL. Ministério Da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente.** Brasília – DF 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf. Acesso em: 19 Mai. 2016.
- 2-BRASIL. Ministério da saúde/ Anvisa/ Fiocruz, **Anexo 02: protocolo de identificação do paciente** 2014. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/julho/03/Protocolo---Identifica---o-do-Paciente.pdf>. Acesso em: 20 Mai.2016.
- 3-CAPUCHO, HC. **Gerenciamento de Riscos e Segurança do paciente.** [Gerenciamento de Riscos]. Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. 2010. Disponível em: <http://www.sbrafh.org.br/site/public/temp/510f0a460507f.pdf>. Acesso em: 19 Mai. 2016.